

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO
FGV DIREITO RIO

WILSON PIMENTEL

ACESSO *RESPONSÁVEL* À JUSTIÇA:
O IMPACTO DOS CUSTOS NA DECISÃO DE LITIGAR

Rio de Janeiro
2017

WILSON PIMENTEL

ACESSO *RESPONSÁVEL* À JUSTIÇA:
O IMPACTO DOS CUSTOS NA DECISÃO DE LITIGAR

Dissertação para obtenção do grau de mestre, apresentada
à Escola de Direito do Rio de Janeiro, da Fundação
Getulio Vargas

Áreas de concentração: Direito Regulatório, Direito e
Economia, Instituições e Justiça

Orientador: JOAQUIM FALCÃO

Coorientador: ANTÔNIO JOSÉ MARISTRELLO PORTO

Rio de Janeiro

2017

Pimentel, Wilson Fernandes

Acesso responsável à justiça: o impacto dos custos na decisão de litigar / Wilson Fernandes Pimentel. - 2017.

111 f.

Dissertação (mestrado) - Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas.

Orientador: Joaquim Falcão.

Coorientador: Antônio José Maristrello Porto.

Inclui bibliografia.

1. Acesso à justiça. 2. Ação judicial. 3. Custas judiciais. 4. Direito e economia. 5. Direito regulatório. 6. Teoria da escolha racional. 7. Resolução de disputas (Direito). I. Falcão, Joaquim, 1943- .II. Porto, Antônio José Maristrello. III. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDD - 341.46216

WILSON FERNANDES PIMENTEL

**"ACESSO RESPONSÁVEL À JUSTIÇA:
O IMPACTO DOS CUSTOS NA DECISÃO DE LITIGAR".**

dissertação apresentado(a) ao Curso de ACESSO RESPONSÁVEL À JUSTIÇA:
O IMPACTO DOS CUSTOS NA DECISÃO DE LITIGAR do(a) Escola de Direito do Rio de
Janeiro para obtenção do grau de Mestre(a) em Direito da Regulação.

Data da defesa: 26/02/2018

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA



Joaquim de Arruda Falcão Neto
Orientador(a)



Armando Manuel da Rocha Castelar Pinheiro
Membro



Leandro Molhano Ribeiro
Membro



Antônio José Maristrello Porto
Co-Orientador



Renato Resende Beneduzi
Membro

Ao meu saudoso avô Wellington,
eterna fonte de inspiração

AGRADECIMENTOS

“nanos gigantium humeris incidentes”
Bernard de Chartres (Séc. XII)

À Luíza, que com incansável paciência compreendeu os incontáveis finais de semana que estive perdido entre equações, planilhas, estatísticas, lições de economia e de *law and economics*. Luíza leu e releu cada pedaço deste trabalho, fazendo preciosas sugestões no texto e — sim, ela é polivalente — nos modelos econômicos, sem as quais essa dissertação não seria a mesma. Mais do que isso, Luíza me deu a sua mão em casamento no curso do mestrado, me enchendo de amor e alegria que iluminaram as ideias que tentei desenvolver.

À Fundação Getúlio Vargas que me apresentou uma forma nova de ver o direito, um horizonte bastante distinto do que já havia visto aqui e na França. A oportunidade de ser orientado, no sentido mais completo da palavra, pelo Prof. Joaquim Falcão foi a melhor surpresa que tive no curso. Sua genialidade e gentileza me renderam prazerosas tardes de conversas que mudaram o rumo das minhas ideias e enriqueceram esta dissertação. Que capacidade de, em uma frase, curta e bem posta, provocar a reflexão dos pontos mais sensíveis do tema. Agradeço também ao Prof. Antônio Matristrello Porto, responsável direto pela minha vinda à FGV, que admiro profundamente como professor, meu coorientador e talvez uma das pessoas com a maior capacidade de estimular, incentivar e ajudar os outros.

Agradeço, ainda, ao Sergio Bermudes, que me ensinou significado de lealdade e amizade, por tudo que fez por mim e pela minha família. Devo ao Sergio, maior advogado que conheci, boa parte da minha formação profissional e a oportunidade de poder me dedicar à academia.

Recebi de amigos valiosas contribuições e agradeço a todos nas pessoas de Fabio Fraga e Renato Beneduzi, com quem frequentemente troquei ideias sobre o objeto desta dissertação durante nossos almoços e jantares.

Obrigado aos queridos Ana Carolina Saad Baldaque Guimarães, Andrea Halpern, Bernardo Vasconcellos, Bianca Cassais Guimarães, Carlos Felipe Guedes de Araujo, Danilo Monteiro, Julia Guimarães Gonçalves, Larissa Bastos, Lorena Gama Magalhães de Freitas, Maria Cecília Ferreira Moreira da Silva, Mariana Wendriner, Nicolas Passanesi, Stephanie

Lisboa, Taciane Favato e Vitor Spitz do Nascimento, acadêmicos de direito que, por interesse no tema, doaram seu tempo e viabilizaram a trabalhosa pesquisa que enriquece esta dissertação.

Finalmente, agradeço à minha família e aos amigos que entenderam e respeitaram a minha ausência.

Foi sobre esses ombros de verdadeiros gigantes que procurei, na expressão eternizada por NEWTON, me debruçar para tentar enxergar um pouquinho mais longe.

“Não existe recurso grátis. Quando se entra com recurso no Judiciário, alguém está pagando”.

Joaquim Falcão

RESUMO

PIMENTEL, Wilson. Acesso responsável à justiça: o impacto dos custos na decisão de litigar. 109 fls. Dissertação (mestrado em direito da regulação). Escola de Direito do Rio, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

A dissertação revisita o tema do acesso à Justiça sob a ótica da análise econômica do direito e analisa os incentivos criados pelas atuais regras de fixação e alocação dos custos do litígio. Principia demonstrando o atual cenário do judiciário brasileiro e as dificuldades de se lidar com o grande número de ações pendentes. Revela que uma parte substancial dos custos do sistema estatal de solução de conflitos é externalizada para a sociedade, estimulando a litigância. Examina o modelo econômico do conflito e o testa por meio de pesquisa quantitativa sobre o grau de recorribilidade de sentenças do Tribunal de Justiça Rio de Janeiro. Ao final, passa pelas diferentes regras de alocação dos custos entre os litigantes, pela necessidade de se atribuir valor jurídico ao comportamento das partes que tentam evitar o conflito e sugere formas de se regular os custos do processo de modo a tentar garantir um acesso *responsável* à Justiça.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Análise econômica do direito. Análise econômica do litígio. Teoria da decisão racional. Regulação e solução de conflitos. Incentivos *ex ante* e *ex post*. Fixação e alocação dos custos.

ABSTRACT

Pimentel, Wilson. *Accountable access to justice: the impact of costs in the decision to litigate*. 109 p. Dissertação (mestrado em direito da regulação). Escola de Direito do Rio, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

This dissertation reexamines the theme of access to justice from the perspective of an economic analysis of law. The author considers the incentives created by the current rules on costs and their allocation between the parties in Brazil. The dissertation opens by demonstrating the situation of the Brazilian Judiciary and its difficulties in dealing with the enormous number of pending cases. The author then shows that a substantial part of the costs of the state dispute resolution system costs are transferred to society, which creates an incentive for further litigation. The paper examines the economic model of dispute resolution and tests it through a survey of the rate of appeals filed by parties in two different civil systems at the Rio de Janeiro Court of Appeal. Finally, the author studies different rules of cost allocation and the means of attributing positive legal effects to the behavior of a party that tries to avoid conflict, the aim being to promote accountable access to justice.

Keywords: Accountable access to justice. Economic analysis of law. Economic analysis of dispute resolution. Rational choice theory. Regulating dispute resolution. Incentives. Costs and rules for their allocation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 REGULAÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS	16
1.1 O JUDICIÁRIO COMO <i>UM</i> SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	21
1.2 O CONTEXTO ATUAL DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	24
1.2.1 <i>Os grandes litigantes</i>	28
1.2.2 <i>O perfil do demandantes</i>	30
1.3 DESENHO INSTITUCIONAL E SEUS DESAFIOS	33
1.4 DESENHO INSTITUCIONAL DE UM SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	36
2 O PAPEL DOS CUSTOS NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS	39
2.1 CUSTOS DO LITÍGIO NA ÓTICA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	42
2.1.1 <i>Análise econômica do direito</i>	42
2.1.2 <i>Análise econômica do litígio</i>	44
2.2 AS LIMITAÇÕES DA <i>RATIONAL CHOICE THEORY</i>	51
3 INCENTIVOS <i>EX ANTE</i> E <i>EX POST</i>	57
4 OS CUSTOS DO CONFLITO NA PERSPECTIVA <i>EX ANTE</i>	59
4.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS CUSTOS DO LITÍGIO	63
4.1.1 <i>Início: custos internalizados</i>	64
4.1.2 <i>Os custos do litígio no judiciário brasileiro: da dízima da chancelaria à taxa judiciária</i>	65
4.2 TRIBUTAÇÃO E NORMAS INDUTORAS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS	67
4.3 PAGAMENTO DAS CUSTAS DE UMA SÓ VEZ?	70
5 PESQUISA QUANTITATIVA SOBRE O ÍNDICE DE RECORRIBILIDADE NOS JUIZADOS ESPECIAIS E NA JUSTIÇA COMUM	75
5.1 OS DADOS	76
5.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	79
5.3 O ÍNDICE NACIONAL DE RECORRIBILIDADE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	81
5.4 O ÍNDICE DE RECORRIBILIDADE NOS CASOS ANALISADOS	83
6 INCENTIVOS <i>EX POST</i>	89
6.1 ALOCAÇÃO DOS CUSTOS ENTRE AS PARTES LITIGANTES	91
6.1.1 <i>American rule</i>	92
6.1.2 <i>English rule / regra brasileira</i>	93
6.1.3 <i>Comparação</i>	94

6.2	O NOVO ELEMENTO: VALORAÇÃO DO COMPORTAMENTO DAS PARTES	95
	CONCLUSÃO	101
	REFERÊNCIAS	105
	ANEXO 1	110

INTRODUÇÃO

Não há recurso grátis. A epígrafe desta dissertação traduz a inspiração do trabalho e dita o seu tom, pois não é mais possível ignorar, no pensamento jurídico, lógicas econômicas. Este estudo revisita o tema acesso à justiça, com uma pitada de *law and economics* e sob a ótica regulatória, para avaliar o impacto dos custos na decisão das partes de litigar.

O Judiciário brasileiro custou, em 2016, R\$ 84,8 bilhões de reais aos cofres públicos (NÚMEROS CNJ, 2017, p. 51). Arrecadou, no mesmo ano, R\$ 9,4 bilhões com taxas judiciárias e emolumentos cobrados diretamente dos litigantes (NÚMEROS CNJ, 2017, p. 54). Cerca de R\$ 75 bilhões são custos, de um sistema de solução de conflitos entupido com mais de 100 milhões de ações, que foram transferidos ao Estado, *rectius*, à sociedade.

O modelo do Judiciário de hoje reflete um sistema de acesso à justiça pensado há 40 anos por MAURO CAPPELLETTI, da Universidade de Florença, e BRYANT GARTH, de Stanford (1988). As ondas renovatórias de acesso à justiça cumpriram a sua função e, talvez, tenha chegado o momento de revisita-las.

O tsunami de ações que abarrotou o Judiciário brasileiro é sintoma de um sistema cujo desenho institucional permite, além do acesso legítimo à justiça, o acesso abusivo e irresponsável de partes que não possuem os incentivos adequados, sobretudo no que diz respeito ao tratamento dos custos do litígio, para evitar a judicialização. O resultado, bastante conhecido, é um Judiciário que, de tão assoberbado, acaba se afastando do seu dever de prestar uma jurisdição *efetiva e justa* pois, como lembra TOMAZ ANTONIO GONZAGA, a glória que vem tarde já vem fria¹.

O bom funcionamento do Judiciário é, de acordo com o relatório publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, um fator crucial para a boa performance econômica de um país. Ele promove uma produção e distribuição eficiente de bens e serviços ao assegurar dois requisitos essenciais da economia de mercado: respeito ao direito de propriedade e respeito à execução dos contratos, duas qualidades que incentivam os agentes econômicos a investir (PALUMBO *et al*, 2013, p. 8). O sistema que produz muito contencioso, afirma ARMANDO CASTELAR PINHEIRO, não é eficiente ao menos por duas razões: consome muitos recursos dos litigantes e do setor público; e indica que as leis não são suficientemente claras ou respeitadas (1996, p. 6).

¹ Em Marília de Dirceu, parte I, Lira XIV

Esse, portanto, o problema objeto da dissertação: no cenário de um Judiciário abarrotado de ações, qual o atual tratamento que o seu desenho institucional dá aos custos do litígio? Quais incentivos o atual desenho do Judiciário provoca nas partes litigantes? Qual, portanto, o impacto dos custos na decisão de litigar?

Para buscar responder a tais questionamentos, a dissertação começa dando um passo atrás. Discutir o acesso à justiça, tal como visto pelos processualistas, pressupõe que se compreenda a existência, a formação e a dinâmica do conflito. O estudo do conflito, ou do litígio, como prefere RENATO BENEDUZI (2017, no prelo)², não é uma alternativa à teoria geral do processo, mas encontra-se em um “patamar logicamente anterior” a esta.

Nessa linha, a justiça não pode mais ser vista como feita necessariamente “no e por meio do Poder Judiciário” (FALCÃO, 2007, p. 29), mas pode ser encontrada também fora dos tribunais ou, ainda, através de um tribunal multiportas, na concepção de FRANK SANDER (MOFFITT e BORDONE, 2005, p. 19). O futuro, nas palavras de JOAQUIM FALCÃO, é plural e o Judiciário deve ser visto como *um* dos sistemas de solução de conflitos.

Como *um* dos sistemas de solução de conflitos, a análise do impacto dos custos na decisão de litigar e do desenho institucional do sistema judiciário, especificamente no que diz respeito à fixação e à alocação dos custos do litígio, permitirá entender quais incentivos são gerados para os litigantes e, com isso, auxiliar na compreensão do seu estado atual.

A hipótese da qual se parte é de que, atualmente, a forma com que os custos do litígio são tratados pelo Judiciário não cria incentivos adequados para que as partes procurem autocompor os seus conflitos, gerando, consequentemente, o que chamo de *acesso irresponsável ao Judiciário*. Ao subsidiar em grande parte os custos do litígio, o Estado acabaria incentivando a propositura de ações judiciais, desestimularia o investimento em prevenção de conflitos e inibiria o uso de métodos alternativos de solução de conflitos.

Metodologicamente, o estudo se desenvolverá a partir do uso de ferramentas da análise econômica do direito e com base em pesquisa quantitativa. A pesquisa foi realizada mediante a análise inicial de 3.000 casos, dentre os quais foram selecionados aqueles em que foram proferidas sentenças, de procedência ou improcedência, na fase de conhecimento de ações cíveis, na justiça comum e nos juizados especiais. O objetivo consistiu em verificar o grau de recorribilidade nos dois procedimentos para, então, analisar se as partes litigantes revelam comportamentos distintos em cada um deles, sobretudo quando da decisão de recorrer contra a

² A ser publicado na obra Estudos em Homenagem ao Ministro e Professor Luiz Fux, pela Editora GZ.

sentença da fase de conhecimento em razão do diferente tratamento dado aos custos processuais. O capítulo 5, *infra*, traz maiores detalhes da pesquisa.

O estudo analisa, assim, os incentivos que o atual modelo de fixação e alocação dos custos do processo judicial gera nas partes litigantes e testa, na pesquisa realizada, se essa hipótese aventada procede. Dessa forma, a dissertação espera contribuir para a compreensão e o desenvolvimento da regulação, não apenas do Poder Judiciário, como um sistema estatal de solução de conflitos, mas dos sistemas de solução de conflitos em geral, no Brasil e no mundo.

A *regulação de sistemas de solução de conflitos* é, portanto, o ponto de partida deste trabalho. O primeiro capítulo enquadra a solução de conflitos como uma atividade objeto de regulação, esta concebida no sentido de intervenção para sanar falhas semelhantes às de mercado e concretizar objetivos sociais e políticos legalmente estabelecidos. Traz, assim, um apanhado das escolhas regulatórias que podem ser feitas quando se está diante do desenho institucional de um sistema de solução de conflitos, seja ele estatal, como no caso do Judiciário, seja ele privado. Dentre as diversas escolhas regulatórias que podem ser feitas, o estudo focará, como seu título denuncia, o tratamento que deve ser dado aos custos do litígio.

O segundo capítulo examina o conflito sob a ótica da análise econômica do direito. A *economic analysis of dispute resolution*, pouco divulgada no Brasil, parte da premissa de que os agentes são racionais, neutros com relação ao risco e que buscam maximizar suas riquezas, não suas utilidades. Assim, a análise econômica do conflito permite olhar, com maior clareza, o impacto que os custos do litígio podem provocar na decisão de litigar por agentes racionais. O estudo não ignora as críticas que a doutrina da *rational choice* sofre, mas a opção aqui adotada é no sentido de que o desenho de um sistema de solução de conflitos deve partir de uma base racional, ainda que, como alertam os críticos, essa racionalidade possa ser limitada. O desenho institucional deve partir de uma estrutura racional e poderá, após, ser lapidado com a contribuição de outras ciências que lidam com os desvios do comportamento humano, como a economia comportamental. A lapidação posterior do desenho não invalida, ao contrário, apenas reforça a ideia de se deve partir de uma estrutura que racionalmente pense na criação dos incentivos corretos às partes do conflito.

Entendido o papel dos custos na decisão do agente racional de litigar, dois olhares distintos serão lançados, no capítulo terceiro, ao possível tratamento que um sistema de solução de conflitos pode dar aos custos: os incentivos criados *ex ante* e os incentivos criados *ex post*.

No capítulo quarto, a regulação dos custos do conflito será analisada com a preocupação, *ex ante*, de se criar incentivos corretos para que as partes, conhecedoras da regra de fixação e alocação dos custos, se comportem, no futuro, da melhor maneira possível a fim

de evitar desperdícios — compreendidos como tais os custos do conflito, ou a manutenção de uma estrutura que custe R\$ 80 bi por ano para tratar lentamente de 100 milhões de ações³.

Antes de se analisar os incentivos *ex post*, a dissertação apresentará, no quinto capítulo, o resultado de pesquisa quantitativa que testou a hipótese levantada neste trabalho, de que os custos do litígio desempenham, na ótica *ex ante*, um papel relevante na decisão de litigar. A comparação do índice de recorribilidade, a partir de uma base de dados inicial de três mil casos, na Justiça comum e nos Juizados Especiais, em 2015 e 2017, revela que, na prática, os altos⁴ custos para interposição de recurso nos Juizados Especiais, comparados com custos proporcionalmente mais baixos na Justiça comum, impactam na decisão das partes de continuar litigando.

Finalmente, o capítulo sexto lançará sobre os custos do litígio um olhar *ex post*, focado não no comportamento que se espera das partes no futuro, mas preocupado com a justiça da distribuição dos custos do litígio entre as partes. O acesso responsável ao Judiciário será analisado não apenas pela ótica ativa, de quem, na qualidade de autor de uma ação judicial, provoca o Judiciário, mas também pela ótica do que se chamará de *acesso passivo*, ou seja, daquela parte que, pelo atual desenho institucional, não possui incentivos mínimos para evitar a judicialização de disputas que, ao final, serão custeadas pela sociedade. Algumas sugestões de como aprimorar os incentivos para as partes litigantes serão, nesse capítulo, levantadas.

Antes, contudo, de se iniciar a análise do impacto dos custos na decisão de litigar, é preciso delinear, nesta observação epistolar, os limites do escopo deste trabalho. A dissertação não tem a menor pretensão de diagnosticar todas as principais causas do cenário complexo em que vive o Judiciário Brasileiro. Ao contrário, a dissertação reconhecerá e partirá da premissa de que inúmeras variáveis contribuem para explicar o panorama caótico do Judiciário — questões culturais, assimetria de informação, o mercado da advocacia, além do próprio desenvolvimento do país nos últimos anos e o acesso da população ao mercado de consumo são variáveis que sem dúvida contribuem para o cenário atual e talvez mereçam, cada qual, um reexame sob a ótica regulatória.

Além disso, apesar do esforço realizado, é importante destacar que, em razão do grande número de casos estudados e da complexidade e diversidade das circunstâncias fáticas de cada um deles, além de outras razões estratégicas ou até mesmo irracionais que levam às partes a recorrer ou não de uma sentença, há que se reconhecer que constitui tarefa praticamente

³ Sobretudo na medida em que, na prática, impede o Judiciário e os seus integrantes de se dedicar, com eficácia e presteza, aos casos que efetivamente necessitam da tutela jurisdicional.

⁴ Leia-se *altos* em relação ao valor individual das disputas submetidas aos Juizados.

impossível isolar, totalmente, a variável dos custos na pesquisa quantitativa realizada. Não foi possível, portanto, selecionar casos idênticos em trâmite nos Juizados Especiais e na Justiça Comum, mas os grupos selecionados foram retirados de juízos que têm, por lei, a mesma competência em razão da matéria e julgam, pois, demandas cíveis em geral.

A alternativa à pesquisa quantitativa, nesse caso, seria criar um modelo de experimento e realizar uma pesquisa, com advogados ou diretores jurídicos, indagando-os se recorreriam, ou não, em determinadas situações que, aí sim, seriam distintas apenas no tratamento dado aos custos do processo judicial. O comportamento das partes pode ser, como observado JONES (1999, p. 299), examinado tanto em laboratórios ou no campo. A ideia é sedutora e poderá inspirar outros trabalhos sobre o tema.

A existência dessas e de outras variáveis não desqualificam, todavia, a análise dos incentivos criados pelas regras de distribuição de custos que se fará a seguir.

1 REGULAÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Concebido no âmbito de um mestrado em Direito da Regulação, este trabalho carrega em seu DNA traços do contencioso judicial e do estudo de diversos métodos alternativos de solução de conflitos. O resultado dessa combinação singular é uma análise focada na administração da justiça como algo anterior, e maior, do que a administração do Judiciário: a regulação dos métodos de solução de conflitos, ou, como já reconhecida tal atividade no exterior, *regulating dispute resolution* (GENN; GREGER; MENKEL-MEADOW, 2014).

O estudo da regulação no Brasil tradicionalmente focaliza determinados setores da economia — regulação no setor de transportes, telecomunicações, petróleo e gás, infraestrutura em geral, mercado de capitais. Mas não se costuma tratar, na doutrina nacional, a solução de disputas como uma atividade a ser objeto de regulação.

Para regular a solução de conflitos é preciso, antes, entender a sua lógica econômica. Analisar economicamente o conflito, como fazem alguns estudiosos de *Law and Economics*, permite lançar sobre a solução de disputas um olhar regulatório destinado a corrigir falhas semelhantes às de mercado e a atingir os objetivos sociais constitucionalmente estabelecidos.

A regulação, como intervenção indireta na economia, costuma ser definida como o conjunto de medidas legislativas e administrativas pelas quais o Estado,

de maneira restritiva da liberdade privada ou meramente indutiva, determina, controla ou influencia o comportamento dos agentes econômicos, evitando que lesem os interesses sociais definidos no marco da Constituição e orientando-os em direções socialmente desejáveis (ARAGÃO, 2003, p. 31) .

O Estado pode e deve, também quando se está traçando o desenho institucional de um sistema de solução de litígios, influenciar, induzir ou até mesmo determinar e controlar o comportamento de agentes econômicos.

Essa intervenção indireta na economia tem dois objetivos. Em primeiro lugar, tem motivação de “caráter negativo” e busca remover falhas operacionais do mercado. Não se trata de uma negação da concepção liberal de Estado, mas de uma evolução, na medida em que a correção das falhas do mercado visa justamente à manutenção do Estado liberal. O segundo objetivo, de “caráter positivo”, procura implementar escopos positivos dispostos na Constituição, impondo valores e passando de uma atuação estatal subsidiária, que simplesmente

corrige falhas de mercado, para ativamente delinear o modelo socioeconômico politicamente desejado (SCHOUERI, 2005, p. 72).

Para remover as falhas de mercado é necessário, antes, identificá-las. MAJONE (2014, p. 6) aponta, como falhas de mercado que podem ser objeto de políticas regulatórias, o poder de monopólio, as externalidades, a informação incompleta e a provisão insuficiente de bens públicos.

O *poder de monopólio*, ou poder de mercado, ocorre quando uma pessoa ou um determinado grupo tem a capacidade de influenciar de maneira significativa e indevida o mercado (MANKIW, 2014, p. 12 e 13), podendo gerar ineficiência estática e ineficiência dinâmica: a primeira se verifica quando são cobrados preços muito acima de seus custos marginais, conferindo lucros extraordinários; e a segunda decorre da falta de incentivo que o monopolista tem em investir em inovação (ALVES DE CAMPOS, 2008, p. 347). Nesses casos, deve o regulador intervir na economia para minimizar o impacto da poder de mercado podendo, e.g., controlar preços.

As *externalidades*, por sua vez, ocorrem quando a atividade de uma determinada pessoa gera impacto, negativo ou positivo, na vida de pessoas próximas, ou, na bem posta definição de PORTO e THEVENARD, constituem “o impacto da ação de um agente sobre um terceiro que não participou dessa ação, desta relação *econômico-social*” (2010, p. 204). Um exemplo clássico de externalidade negativa é a poluição, que atinge negativamente pessoas que não participam, na maioria das vezes, da atividade poluente. A valorização de imóveis em razão de uma obra na vizinhança constitui, por sua vez, um exemplo de externalidade positiva. Como as partes da relação que geram as externalidades não consideram esses efeitos colaterais quando decidem poluir ou construir, “o equilíbrio do mercado pode ser ineficiente do ponto de vista do mercado como um todo” (MANKIW, 2014, p. 144).

Os casos de externalidades negativas, quando não regulados, geram incentivos para a prática do ato que produz a indesejada falha de mercado, uma vez que os seus custos acabam sendo, ao menos em parte, suportados por terceiros⁵. No que diz respeito a este estudo, a transferência dos custos do litígio das partes litigantes para a sociedade gera, assim como os casos de externalidades negativas, incentivos ruins e estimula a litigância. O remédio habitual, para casos como esses, consiste na tentativa de internalizar as externalidades, ou seja, fazer com que as partes da relação suportem todos os seus custos.

⁵ Ainda sobre externalidades e análise econômica do direito, confira-se a artigo de PORTO e THEVENARD, *in* Economic Analysis of Law Review (2010, p. 196/212).

A informação incompleta, ou *assimetria de informações*, é outra falha de mercado, a qual impede a alocação ideal de recursos uma vez que as partes nem sempre tem o mesmo conhecimento sobre o que está acontecendo e, se tivessem, a alocação dos recursos poderia ser mais eficiente. O vendedor de um carro usado, para usar outro exemplo clássico (MANKIW, 2014, p. 445), tem mais informações sobre o carro do que o comprador e pode, assim, ter interesse em não revelá-las, sobretudo as informações negativas. O receio natural do comprador, de que algo lhe estaria sendo escondido, faz com que carros com poucos meses de uso sofram uma redução drástica em seu preço. Trata-se de um caso conhecido como *seleção adversa*. Além disso, a assimetria de informações pode gerar problemas como o *risco moral*, que se dá quando o agente, ou seja, aquele que pratica um ato em nome de outro, o principal, pode empregar menos esforços do que o esperado por este ou, ainda, pode aumentar a sua exposição a um determinado risco quando ele é suportado por outrem. É, portanto, o dilema das seguradoras que tentam, em seus contratos, criar incentivos para que os segurados não se tornem mais imprudentes apenas por estarem segurados e não suportarem, portanto, os efeitos patrimoniais das suas ações.

Na análise econômica do conflito que se fará a seguir, demonstrar-se-á que uma das causas que originam disputas é justamente uma espécie de assimetria de informações⁶, ou de assimetria de previsão com relação ao julgamento, entre autor e réu da demanda, que, por possuírem informações distintas, invariavelmente divergem quanto às suas reais probabilidades de êxito.

Partindo-se da premissa de que as partes são racionais e avessas a risco, caso autor e réu tivessem a capacidade de saber, com exatidão, o resultado da ação judicial, não haveria razão para não transigirem e incorrerem nos custos do litígio. Não se cuida, aqui, exatamente de uma falha de mercado, pois não se está diante de um mercado propriamente dito, em que uma das partes tem mais informações sobre um produto do que a outra. No entanto, o vício que explica a atuação imperfeita do mercado no seu sentido econômico, gerando desperdícios decorrentes de alocações ineficientes, explica, *mutatis mutandis*, a atuação imperfeita dos litigantes que, por possuírem *falhas de julgamento*, ou prognósticos distintos com relação ao desfecho de uma demanda⁷, iniciam ou prosseguem em disputas, incorrendo nos custos dos conflitos que são verdadeiros desperdícios para as partes do processo.

⁶ Nesse sentido, confira-se BAR-GILL (2005); COOTER, MARKS E MNOOKIN (1982), PRIEST E KLIEN (1987), BEBCHUK (1984).

⁷ Sobre incerteza e insegurança jurídica, vale conferir o interessante texto de FALCÃO, SCHUARTZ e ARGUELHES (2006).

FALCÃO, SCHUARTZ e ALGUELHES (FSA), ao tratar da incerteza e o Estado de Direito, distinguem dois tipos de incertezas que, na linha do raciocínio acima, contribuem para a existência do conflito. Há, para esses autores, a incerteza normal ou estrutural, e a incerteza patológica. A primeira está presente quando há “dúvida razoável em relação à correção jurídica da expectativa subjetiva do agente desconfirmada pela decisão judicial” (2006, p. 89). Para FSA, “as decisões judiciais cujo conteúdo é incerto por características estruturais do processo de interpretação e aplicação do direito não são criticáveis como fator de insegurança jurídica — ainda que possam ser motivo de frustração de expectativas subjetivas” (2006, p. 89). A incerteza patológica, por sua vez, se dá quando “decisões judiciais não correspondem a expectativas subjetivas (sejam estas normativas ou cognitivas) juridicamente protegidas” (2006, p. 89).

Finalmente, os *bens públicos*, na sua acepção econômica, e não no sentido utilizado por administrativistas, também geram falhas de mercado e podem ser objeto de regulação⁸. Duas são as características principais dos bens públicos: não são *excludentes* nem *rivals*. Não são excludentes pois não é possível impedir uma pessoa de usá-lo, e não são rivais na medida em que o seu uso por uma pessoa não impede que outra também o utilize. Com isso, os bens públicos podem gerar os conhecidos *free riders*, uma vez que a possibilidade de gozar do bem sem pagar gera o incentivo, para o usuário, de usá-lo sem pagar o preço que, ainda que o bem ou serviço fosse cobrado, o usuário estaria disposto a pagar.

Além dos bens públicos, *recursos comuns* também podem e devem ser regulados. Embora relativamente semelhantes, pois não são excludentes — ou seja, não é possível impedir alguém de usá-lo —, os recursos comuns se distinguem dos bens públicos por serem *rivals*, i.e., o uso por uma pessoa reduz a sua utilidade por outra. Aqui, a ineficiência da alocação dos recursos se dá por um problema distinto, conhecido como tragédia dos comuns. É o caso de um pasto público, no qual todos os moradores da pequena comunidade podem deixar suas vacas pastando. Na medida em que essa comunidade cresce, ou cresce o número de vacas no local, há o risco de que o pasto, se super utilizado, se deteriore e acabe ficando estéril. Nesses casos, uma vez fornecidos recursos comuns, o administrador público deve regular a intensidade ou quantidade do seu uso.

O uso do bem ou serviço público sem contraprestação — e aqui qualquer semelhança com o atual sistema judicial brasileiro e o consequente baixo uso de métodos alternativos de solução de conflitos não é mera coincidência — gera a falta da oferta do bem ou serviço no

⁸ Para MANKIW, essas falhas decorreriam de externalidades negativas.

mercado, pois os fornecedores não o colocarão à disposição se não forem ressarcidos, de modo que os usuários acabam ficando sem o bem.

A prestação da atividade jurisdicional não foge, portanto, a essa máxima. Os recursos públicos são limitados e o acesso à justiça não pode ser excludente, ou seja, deve estar disponível para todos. Ocorre que, se utilizado além das suas possibilidades, o Judiciário perde a sua capacidade de administrar de maneira eficaz a sua função de solucionar conflitos.

O novo olhar que se lança sobre a administração da justiça não pretende ser excludente nem visa a criar obstáculos ao amplo acesso ao Judiciário. Mas a partir do momento em que se tem consciência das falhas do atual desenho institucional e dos impactos e incentivos que estas falhas geram, pode-se, de maneira mais refletida, fazer as escolhas regulatórias adequadas e, neste trabalho, será tratada especificamente a escolha de regulação dos custos no atual sistema estatal de solução de conflitos.

Consoante ensinamentos de MAJONE, por trás da noção de falhas de mercado existe um “teorema fundamental da economia do bem-estar, segundo o qual, em determinadas condições, os mercados competitivos levam a uma alocação ideal de recursos, segundo os termos de Pareto” (2014, p. 7). Quando o mercado, ou no caso, a estrutura criada pelo Estado, por si só, não consegue atingir essa alocação ideal de recursos, a regulação, a um custo razoável, poderá melhorar a sua eficiência.

A análise econômica do conflito proporciona condições, como se demonstrará mais adiante, para que a regulação possa tentar remover dos sistemas de solução de conflitos falhas semelhantes às de mercado, que acabam criando incentivos perversos e gerando desperdícios.

O Judiciário, como um sistema de solução de conflitos, vem demonstrando insuficiências que podem, e devem, ser reduzidas. A regulação dos sistemas de solução de conflitos poderá, dessa forma, atuar para identificar, remover ou minimizar os impactos dessas falhas.

A atuação estatal na regulação poderá, contudo, vir revestida de um caráter de política redistributiva e, nesse caso, sua legitimidade apenas poderá ser assegurada por meios majoritários (MAJONE, 2014, p. 31). No caso de sistemas de soluções de conflitos, a decisão dos conflitos que serão subsidiados pelo Estado e em que termos e condições esse subsídio ocorrerá é eminentemente uma decisão de política redistributiva e deverá ser tomada pelos órgãos de representação majoritária da sociedade.

Há, portanto, dois momentos distintos: um, de identificação e remoção das falhas semelhante às de mercado, para se tornar o sistema estatal de solução de conflitos mais eficiente; e outro, que não é necessariamente contrário, pois convive com o primeiro, de se

adotar políticas distributivas voltadas à concretização dos objetivos dispostos na Constituição Federal.

Ao regular sistemas de solução de conflitos, o regulador estará diante de uma série de escolhas, tais como a definição do procedimento, a compulsoriedade da participação das partes, de auxiliares, como testemunhas e peritos, a existência de confidencialidade e, no que diz respeito ao objeto da dissertação, a determinação da forma com que lidará com os custos do litígio, ou seja, como fixá-los, se haverá ou não subsídio estatal e de outra fonte, e como alocá-los ao final.

1.1 O JUDICIÁRIO COMO *UM* SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Ao se pensar em sistemas de solução de conflitos, deve-se ter em mente que o Judiciário é *um* dos sistemas disponíveis, de modo que a regulação da *dispute resolution* é anterior e contempla, também, a solução de litígios que se dá “no e por meio do Judiciário” (FALCÃO, 2007, p. 29). Isso significa que o Estado, ou as instituições voltadas à solução de conflitos — como câmaras de mediação e arbitragem, agora expressamente previstas no Código de Processo Civil de 2015 —, devem regular, removendo falhas semelhantes às de mercado e implementando os objetivos constitucionais, a maneira com que desejam resolver os conflitos que lhes são submetidos.

Essa visão da solução de conflitos não é nova e tem origem em 1976, com a palestra do professor FRANK SANDER, de Harvard. Em conferência que tinha por objeto *Causes of Popular Dissatisfaction with the Administration of Justice*, SANDER falou sobre “*Varieties of Dispute Processing*” e imaginou, então, um tribunal multi-portas, em que os processos não seriam necessariamente encaminhados à porta da adjudicação estatal, mas seriam conduzidos a um método de solução mais adequado a cada caso. Essa palestra costuma ser citada como um verdadeiro “big bang” da teoria e prática da moderna visão da solução de conflitos (MOFFITT e BORDONE, 2005, p. 19).

Passadas décadas, hoje já é cediço que conflitos podem ser solucionados pelas próprias partes, como no caso da negociação e da mediação, ou solucionados por terceiros com poder decisório, como se dá na arbitragem e no processo judicial. Os métodos de solução de conflitos podem ser classificados, portanto, em métodos de autocomposição e de heterocomposição.

Disputas são negociadas todos os dias e a todo o tempo, das mais complexas às mais triviais. A solução de um conflito pela negociação existe desde sempre e, nela, as partes buscam, a princípio sem a ajuda de terceiros, resolver o conflito.

Na solução negociada, os custos da litígio, tais como contratação de agentes, advogados, assistentes, horas despendidas pelos executivos da empresa, são integralmente assumidos pelas próprias partes litigantes.

A mediação, outro método de autocomposição, pode ser definida como uma negociação assistida por um terceiro, neutro e imparcial, que auxilia as partes a chegarem, elas próprias, a uma solução do conflito⁹. Esse terceiro não tem poder decisório sobre o conflito que lhe é submetido e atua como um facilitador, preferencialmente conhecedor das técnicas de mediação e negociação.

Na mediação extrajudicial, os custos do conflito são suportados pelas partes. Nela, além dos seus próprios custos, as partes arcarão com as despesas do mediador escolhido, de modo que os custos do litígio continuam sendo pagos pelas partes litigantes. Na mediação judicial, por sua vez, os custos do mediador serão suportados pelas partes ou pelo Estado, conforme a decisão regulatória adotada. O Estado poderá transferi-los integralmente para as partes, subsidiá-los em parte, subsidiá-lo integralmente em determinadas situações, ou simplesmente arcar integralmente com essas despesas. Tal escolha administrativa, de natureza política redistributiva, deveria ser feita por órgãos de representação da sociedade (MAJONE, 2014, p. 31).

Passando-se aos métodos de heterocomposição de conflitos, aqueles qualificados pela participação de um terceiro com poder decisório sobre o objeto da disputa, a arbitragem se coloca como um sistema pelo qual as partes têm uma gama considerável de escolhas a serem feitas.

Na arbitragem, as partes escolhem a lei que será aplicada na solução da disputa, a sede da arbitragem, o número de árbitros e a forma de sua nomeação, se o procedimento será conduzido por uma instituição ou *ad hoc*, além de determinarem o procedimento que será adotado. Na arbitragem, assim como na negociação e na mediação extrajudicial, os custos do conflito são suportados integralmente pelas partes litigantes e não são transferidos para a sociedade.

⁹ A Lei 13.140, de 26 de junho de 2015, considera, no Parágrafo único do art. 1º, “mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia”.

Nesse cenário, o Judiciário se apresenta como o sistema estatal de solução de conflitos, um sistema predominantemente de adjudicação de conflitos. O juiz togado, assim como o árbitro, tem o poder de decidir o conflito que lhe é submetido e, no que diz respeito aos custos do conflito, essa atividade é no Brasil remunerada, a princípio, pelo pagamento da taxa judiciária e das custas e emolumentos judiciais. Ocorre que, como se viu na introdução deste trabalho, boa parte dos custos deste sistema de solução de conflitos não é suportada pelos litigantes, por meio da taxa judiciária, mas pela sociedade.

Esses são apenas os mais conhecidos, no Brasil, métodos de solução de conflitos. Há, como observa GOLDBERG (2007, p. 4 e 5), diversos outros métodos, também chamados de híbridos, dentre eles *private judging*, *neutral fact-finding*, *mini-trial*, *ombudsman* e *summary Jury Trial*. O ponto, contudo, que se pretende realçar aqui é como cada um desses métodos tradicionais, ou primários, na denominação de GOLDBERG, lida com relação aos seus custos.

Mundo afora, para se ampliar o acesso à justiça, é comum que parte dos custos para a manutenção do sistema¹⁰ estatal de solução de disputas seja subsidiada pelo Estado. Os Estados devem oferecer um sistema de solução de conflitos acessível, no que diz respeito aos custos do litígio, e a justificativa desse subsídio é, dentre outras razões, o monopólio detido pelo Estado do uso da força. Esses subsídios, todavia, “*should never reach a degree such as the parties to a dispute lose the self-interest to find a solution themselves*” (GENN *et al.*, 2014, p. 19).

Judicializar um conflito no Brasil, hoje, significa externalizar parte dos seus custos, na concepção econômica da expressão (MANKIW, 2014, p. 184), transferindo impactos indesejados da relação entre os litigantes a terceiros que dela não participam. No caso brasileiro, embora o Judiciário tenha uma função que extrapola a simples solução de conflitos entre partes, cerca de 90% dos seus custos são transferidos para a sociedade, o que indica que uma parcela significativa dos custos do litígio não está sendo suportada pelos litigantes.

COOTER e ULEN (2011, p. 413), sobre a função do Judiciário, afirmam que o Estado deveria subsidiar processos que discutam questões de interpretação da lei, na medida em que a criação de um precedente afeta uma quantidade maior de pessoas do que simplesmente as partes da ação em que ele foi decidido. Esse argumento — bastante convincente em um sistema em que o direito é ditado fortemente por precedentes judiciais —, no entanto, não se aplicaria, segundo os autores citados, às disputas que afetam basicamente apenas as partes do processo.

¹⁰ Vale distinguir *métodos* de solução de disputas, dentre os quais se incluem a negociação, mediação e arbitragem, de *sistemas* de solução de disputas, como o Judiciário, o sistema estatal por excelência, ou Câmaras de Arbitragem e Mediação. Um *sistema*, como, e.g., o Judiciário, pode se utilizar de diversos *métodos* e é justamente por essa razão que o Código de Processo Civil de 2015 prevê, logo no início do seu procedimento comum, a realização de audiência de mediação (art. 334).

Quando não há divergências sobre a interpretação da lei, mas a divergência se limita a questões fáticas, os efeitos da solução desse caso não vão além das partes em conflito e, nesse caso, não haveria necessidade de qualquer subsídio estatal para sua solução.

É importante, quando se está diante do desenho institucional de um sistema de solução de conflitos, que se pense na criação de incentivos adequados para que as partes tentem solucionar, por si mesmas, as suas divergências. Isso não significa, como uma análise apressada pode sugerir, criar obstáculos financeiros despropositados que acabem afastando as partes do Judiciário. O aumento considerável dos custos do processo, com absoluta certeza, afastaria as partes desse sistema de solução estatal de conflitos, gerando ou mais impunidade ou mais desordem e tentativas de se fazer justiça pelas próprias mãos.

O que se deve buscar é um equilíbrio. Deve-se, na linguagem de RAWLS, criar regras que as partes, sob o *véu da ignorância*, estejam preparadas para aceitar. Sob o véu da ignorância, segundo RAWLS:

ninguém sabe qual é o seu lugar na sociedade, a sua posição de classe ou seu status social; além disso, ninguém conhece a sua sorte na distribuição de dotes naturais e habilidades, sua inteligência, força, e assim por diante. (...). As pessoas na posição original não têm informação sobre a qual geração pertencem. (...) Elas devem escolher princípios cujas consequências estão preparadas para aceitar, não importando a qual geração pertençam.” (Rawls, 2002, p. 147).

Aplicando-se essa lógica para o objeto desta dissertação, as partes, ou a sociedade, devem escolher regras de fixação e alocação dos custos que estejam aptas a aceitar sem saber se, no futuro, serão autores ou réus de uma ação judicial ou, ainda, se terão um direito material robusto ou frágil.

1.2 O CONTEXTO ATUAL DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Este item não tem, vale enfatizar, a menor pretensão de retratar o Judiciário Brasileiro por todos os seus ângulos. Uma análise completa do Judiciário passaria, sem dúvida, pelo exame da sua independência e da qualidade de suas decisões, como afirmado no relatório da OCDE sobre *Judicial performance and its determinants: a cross-country perspective* (PALUMBO *et al*, 2013, p. 9), o que foge ao escopo deste trabalho.

Visando sempre à análise do impacto dos custos na decisão de litigar, a contextualização que se fará a seguir tratará (i) dos custos e da remuneração desse sistema estatal de solução de conflitos e (ii) da taxa de congestionamento das ações judiciais, o que está intimamente ligado à eficiência do Poder Judiciário e à sua procura pelos demandantes.

A cada ano o custo pelo serviço prestado pelo Judiciário aumenta e, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, a tendência é de crescimento. De 2009 para 2016, o gasto anual por cidadão passou de R\$ 315,52 para R\$ 411,73 um crescimento em média de 3,9% ao ano (JUSTIÇA EM NÚMEROS, 2017, p. 51).

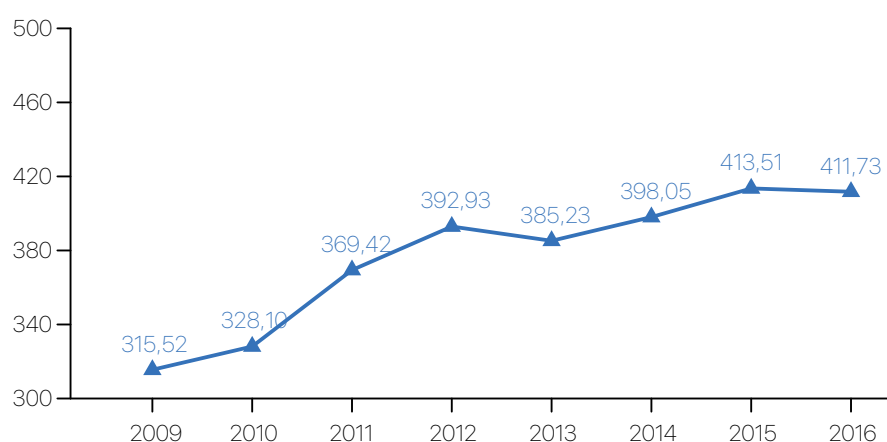


Gráfico 1: Série histórica de despesas por habitante
Fonte: JUSTIÇA EM NÚMEROS, 2017, p. 51

Em 2016, as despesas do Judiciário somaram R\$ 84,8 bilhões, o que equivale a 1,4% do PIB. A planilha abaixo, em sua linha azul, revela o aumento das despesas gerais do Judiciário de 2009 (R\$ 60,4 bilhões) a 2016 (R\$ 84,8 bilhões).

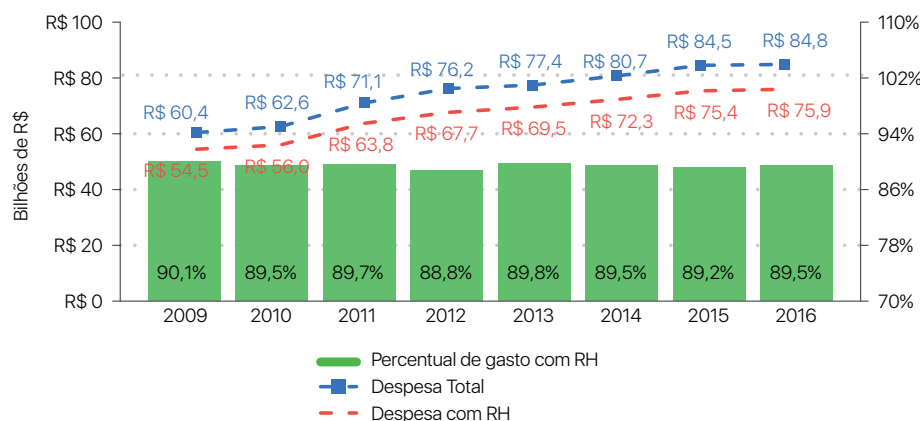


Gráfico 2 : Série histórica de despesas do Judiciário
Fonte: JUSTIÇA EM NÚMEROS, 2017, p. 55

Os números divulgados pelo CNJ afirmam que:

apesar da expressiva despesa do Poder Judiciário, os cofres públicos receberam em decorrência da atividade jurisdicional, durante o ano de 2016, cerca de R\$ 39,04 bilhões, o que representou um retorno da ordem de 46% das despesas efetuadas (JUSTIÇA EM NÚMEROS, 2017, p. 53).

Ocorre que o Conselho Nacional de Justiça inclui, dentre as receitas, verbas que não remuneram a prestação da atividade jurisdicional, mas que, na verdade, correspondem ao pagamento de obrigações inerentes às ações judiciais, como o recebimento de imposto de transmissão *causa mortis* (R\$ 4,8 bilhões), e os valores relativos à “atividade de execução fiscal” (R\$ 22 bilhões), que têm como fato gerador, respectivamente, a sucessão hereditária e o inadimplemento de obrigações que têm como credor algum dos entes federativos, e não a prestação da jurisdição em si.

Para a análise que se fará adiante, é importante segregar os valores que têm como fato gerador a prestação da atividade jurisdicional: consoante relatório do Conselho Nacional de Justiça, o recolhimento de custas, emolumentos e taxas somou, em 2016, R\$ 9,4 bilhões. Em outras palavras, o Judiciário, visto como um sistema de solução de conflitos, custou R\$ 84,8 bilhões e arrecadou dos litigantes, pelo exercício da sua atividade, R\$ 9,4 bilhões. Ou seja, cerca de R\$ 75 bilhões foram suportados pela sociedade.

Outro aspecto relevante para este estudo é a taxa de congestionamento, ou seja, o resultado entre o número de processos que ingressam e que se encerram a cada ano. O que vem se defendendo neste trabalho é que os custos não adequadamente regulados geram incentivos ruins e estimulam a judicialização de conflitos, tornando o Judiciário assoberbado e incapaz de entregar rapidamente uma resposta aos jurisdicionados.

Em 2016, o Judiciário acumulava a marca de 79,7 milhões de processos pendentes, sendo que, naquele ano, deu baixa a 29,4 milhões de processos e recebeu praticamente a mesma quantidade de novas ações (JUSTIÇA EM NÚMEROS, 2017, p. 66).

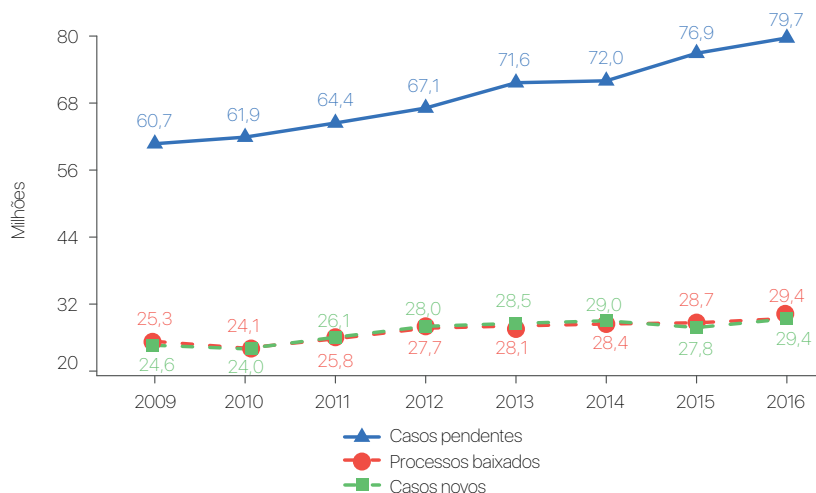


Gráfico 3: Série histórica de movimentação processual
Fonte: JUSTIÇA EM NÚMEROS, 2017, p. 66

Neste gráfico estão consideradas todas as ações distribuídas ao Judiciário, inclusive as ações criminais, trabalhistas e eleitorais. Considerando que este estudo, e a pesquisa realizada no capítulo quinto, deu enfoque aos casos cíveis de competência da Justiça Estadual, veja-se o impacto dos números dos Tribunais Estaduais nesse cenário de processos pendentes:

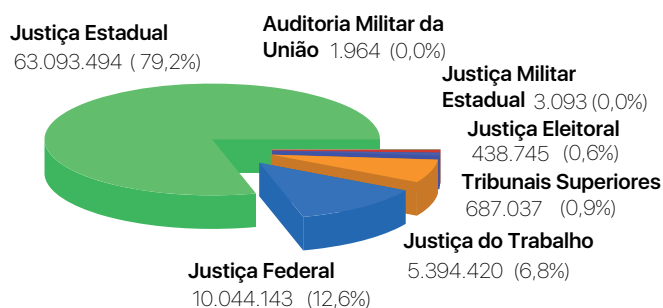


Gráfico 4: Casos pendentes, por ramo da Justiça
Fonte: JUSTIÇA EM NÚMEROS, 2017, p. 69

A Justiça Estadual¹¹ responde, portanto, por quase 79,2% dos processos pendentes. Em segundo lugar, vem a Justiça Federal, com 12,6% e, após, a Justiça do Trabalho, com 6,8%. Com relação às novas ações, a Justiça estadual recebe quase 70% das novas ações ajuizadas a cada ano:

¹¹ Note-se que neste universo estão compreendidas, também, as ações criminais, mas, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, em 2016 foram ajuizadas 2,8 milhões de novas ações criminais e a Justiça Estadual responde por 92,8% desses casos, logo, cerca de 2,5 milhões de processos (JUSTIÇA EM NÚMEROS, 2017, p. 136).

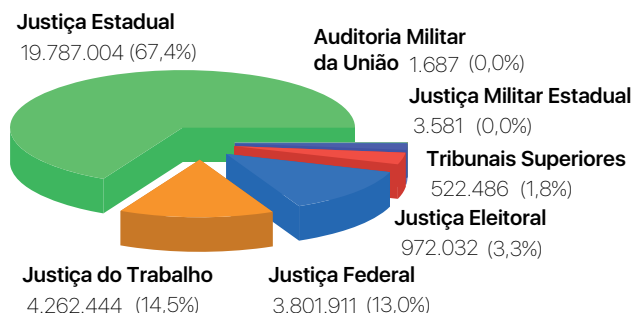


Gráfico 5: Casos novos por ramo da Justiça
Fonte: JUSTIÇA EM NÚMEROS, 2017, p. 69

Além disso, a Justiça Estadual é responsável por 56,7% dos gastos totais do Judiciário, ou seja, R\$ 48,1 bilhões em gastos no ano de 2016 e, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, teria arrecadado R\$ 16,7 bilhões. Vale lembrar, contudo, que também nesta conta são incluídas receitas como o imposto *causa mortis* e valores arrecadados em execuções fiscais, e não está disponível, no relatório do Conselho Nacional de Justiça, a informação do valor arrecadado pela Justiça Estadual a título de taxas e emolumentos. O único dado que se tem, para que se possa ter uma ideia do quanto os custos do litígio submetidos à Justiça Estadual são transferidos à sociedade é que, do total das receitas com taxas e emolumentos — de todos os Tribunais — as receitas com taxas e emolumentos correspondem apenas a 24% do total das arrecadações.

São, portanto, ações da Justiça Estadual, à qual correspondem 56,7% dos gastos do Judiciário e que recebe quase 70% das novas ações ajuizadas a cada ano, que focará a pesquisa objeto do capítulo quinto.

1.2.1 OS GRANDES LITIGANTES

A análise que se fará do impacto dos custos na decisão das partes de litigar restringe-se, é bom dizer, a questões cíveis *lato sensu*. Estão fora do escopo de trabalho, perdoe-se o truísmo, as ações criminais, demandas trabalhistas, ou as ligadas à Justiça Militar ou Eleitoral. Retirou-se, ainda, do objeto de estudo as ações que tramitam na Justiça Federal, pois nelas, uma das

partes é quase sempre¹² um ente público¹³ e, nesses casos, em razão da indisponibilidade dos interesses em disputa, a decisão de litigar segue uma linha de raciocínio distinta, que não será aqui abordada. Sobre as ações e recursos ajuizados por entes públicos, vale, aqui, apenas uma nota: a despeito da isenção do pagamento de custas judiciais, que como se viu, remuneram apenas 10% do sistema, a falsa sensação de gratuidade desses procedimentos pode conduzir ao ajuizamento de ações ou recursos que não seriam propostos, caso o titular do direito fosse um indivíduo¹⁴.

A Justiça brasileira tem, como seus maiores litigantes, de acordo com o levantamento do Conselho Nacional de Justiça realizado em 2010 os seguintes grupos:

Tabela 1: Grandes litigantes da Justiça Estadual, segundo CNJ.

	Justiça Estadual
1	BANCOS
2	SETOR PÚBLICO ESTADUAL
3	SETOR PÚBLICO MUNICIPAL
4	TELEFONIA
5	SETOR PÚBLICO FEDERAL
6	SEGUROS / PREVIDÊNCIA
7	SERVIÇOS
8	PLANOS DE SAÚDE
9	EDUCAÇÃO
10	CONSÓRCIO

Fonte: 100 MAIORES LITIGANTES, 2010, p. 9

Além do setor público, bancos, telefonia, seguros e previdência e planos de saúde encabeçam a lista dos maiores litigantes.

¹² Conforme disposto no art. 109, da Constituição Federal, que arrola taxativamente as competências da Justiça Federal de primeira instância.

¹³ Apenas as ações contra o Setor Público Federal (83,19%) e envolvendo bancos (9,6%) representam mais de 92% dos casos em curso na Justiça Federal. Além delas, indica o Conselho Nacional de Justiça, no relatório “100 Maiores Litigantes” há ações dos Conselhos Profissionais (2,76%), do Setor Público Estadual (0,56%) e da OAB (0,41%).

¹⁴ Sobre o comportamento da Fazenda Pública em juízo, seria interessante realizar uma pesquisa, nos moldes da que foi objeto do capítulo quinto, sobre o índice de recorribilidade dos entes públicos antes e após o advento do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, antes do Código de 2015, a fazenda pública, que já não recolhe custas judiciais, praticamente não era condenada a pagar honorários sucumbenciais. O novo código introduziu, corretamente, o pagamento de honorários de sucumbência para os entes públicos, de forma escalonada, e poderá gerar incentivos ao advogado público de refletir, antes da interposição de um recurso, se a sua probabilidade de êxito justifica o risco da condenação em honorários. Antes, não havia risco e a decisão pela interposição de recursos era relativamente simples. A ideia — que por justiça não é minha, mas do professor e advogado FABIO FRAGA, a quem agradeço pelas contribuições e ricas discussões sobre tema — poderá revelar resultados interessantes.

A relevância de se identificar os maiores litigantes pode ser extraída dos dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que apontam que, nos últimos 5 anos, os 30 maiores litigantes responderam por 87,19% e 89,47%, respectivamente, das novas ações propostas na Justiça Cível e nos Juizados Especiais Cíveis.

Tabela 2: Novas ações e grandes litigantes, TJRJ

	Novas Ações	30 Maiores Litigantes	Proporção
Cíveis	385.979	336.544	87,19%
JEC	2.167.241	1.938.968	89,47%

Fonte: <http://www4.tjrj.jus.br/MaisAcionadas/> (acesso em 10.9.17)

A importância desse levantamento reside na ideia de que litigantes recorrentes tendem a ser mais racionais do que litigantes esporádicos e, por vivenciarem repetidas vezes a mesma situação, ou, na linguagem da teoria dos jogos, jogarem o mesmo jogo, tornam-se “*sophisticated players*” que, segundo WATSON, “*understand the fundamental notion of the game*” (2008, p. 67). Com isso, apesar da incontestável racionalidade limitada dos agentes econômicos em geral e, especialmente, das partes de um conflito, pode-se dizer que um percentual significativo deles são agentes sofisticados e tenderiam, consequentemente, a ser mais familiarizados com as regras do jogo e, no que importa a esta dissertação, mais sensíveis às mudanças das regras relativas à fixação e distribuição dos custos do litígio.

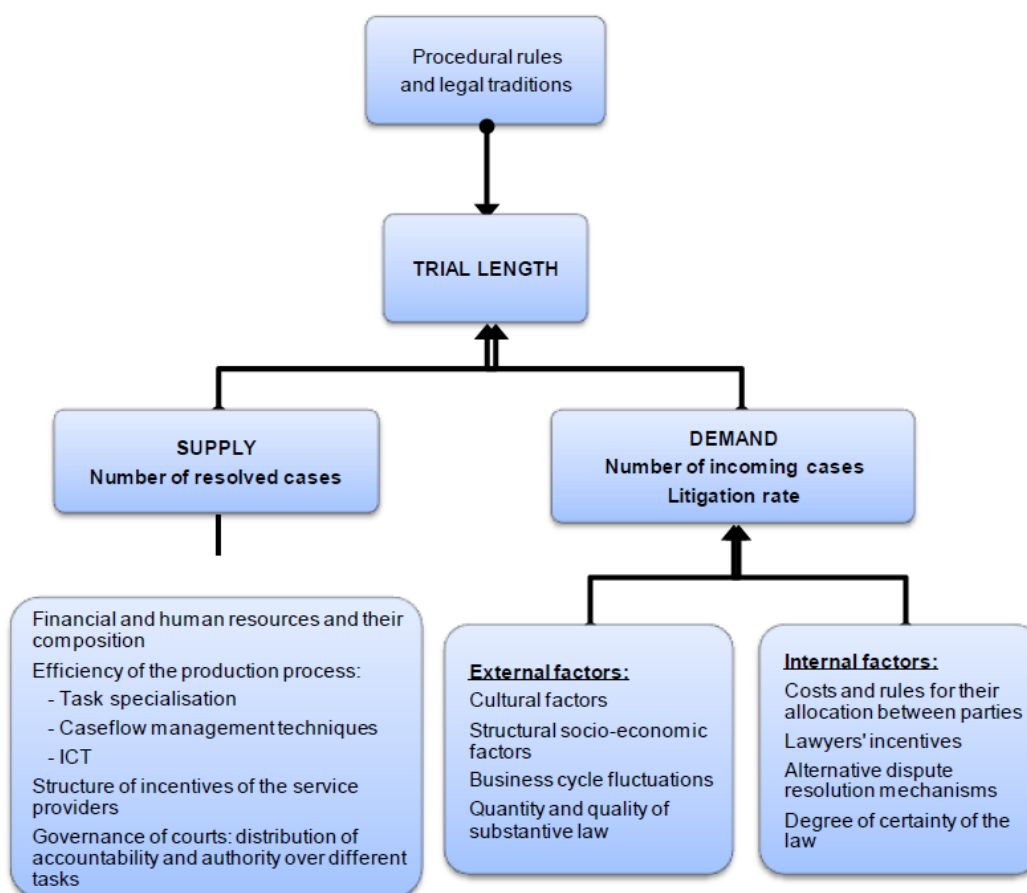
1.2.2 O PERFIL DO DEMANDANTES

Exposto o retrato dos mais acionados na justiça, é igualmente importante tecer algumas considerações sobre uma outra dimensão do problema, “a demanda pelos serviços da Justiça” ou, em outras palavras, “as características individuais dos brasileiros que entram em conflito e que procuram a justiça para resolvê-los” (PINHEIRO; BARBOSA, 2014, p. 204).

A OCDE publicou em 2013 um relatório sobre *Judicial performance and its determinants: a cross-country perspective*, após analisar o funcionamento do Poder Judiciário de diversos países. Neste relatório, a OCDE destaca, entre os fatores que influenciam no “mercado por justiça”, alguns atrelados à oferta e à demanda pela Justiça. No primeiro grupo,

destacam-se os recursos humanos e financeiros disponíveis ao Judiciário, a organização e especialização dos trabalhos e a administração do procedimento em si.

Para se compreender o segundo grupo, relacionado à demanda pelo Judiciário, é necessário se identificar fatores internos e externos, segundo a Organização. Dentre os externos, estão os fatores culturais, as flutuações dos ciclos econômicos e a quantidade e qualidade do direito objetivo daquele país que inegavelmente influenciam e explicam a demanda pelo Judiciário. Os fatores internos, conforme a OCDE, seriam os custos e regras de sua alocação entre as partes do conflito — justamente o objeto deste estudo —, os incentivos criados para advogados, os métodos alternativos de solução de disputas e o grau de certeza dos direitos estabelecidos por lei. O organograma 1 ilustra o mercado por justiça da OCDE:



Organograma 1: Fatores que influenciam o “mercado” por Justiça
Fonte: OCDE

Enquanto este trabalho discorre sobre um fator interno da demanda, consistente no tratamento dos custos do conflito e nas suas regras de fixação e alocação, o problema de parte

dos fatores externos foi enfrentado, na coletânea “Ensaio IBRE de Economia brasileira — II”, por ARMANDO CASTELAR PINHEIRO e FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO.

Os autores observam, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o perfil dos litigantes brasileiros e das pessoas que recorrem ao Judiciário, e algumas interessantes conclusões valem a pena ser aqui citadas.

A primeira delas é que “a importância dos conflitos de trabalho, serviços de água, luz ou telefone, bancos ou instituições financeiras e outras cresce com o nível de renda” (PINHEIRO; BARBOSA, 2014, p. 210). Para que se tenha uma ideia, o percentual de famílias com renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo que tinha tido problema com serviços de água, luz ou telefone, era de 5,3%, enquanto 13,2% das famílias com mais de 2 salários mínimos viveram problema da mesma natureza. Com relação a conflitos com bancos e instituições financeiras, a diferença é, respectivamente, de 3,1% para as famílias com menor renda e 10,2% para as com renda de dois salários ou mais.

Com isso, os autores concluem que o aumento da renda deve elevar o número de conflitos de consumo e de trabalho e “ao mesmo tempo (...) deve diminuir os conflitos de família e previdenciários” (PINHEIRO; BARBOSA, 2014, p. 210). Nessa linha, o crescimento da economia brasileira, nas últimas décadas, poderia explicar, em parte, o problema vivenciado pelo Judiciário brasileiro.

Outra constatação desse estudo é que a conflituosidade, à exceção de São Paulo, é maior nas regiões metropolitanas do que fora delas e, dentro das regiões metropolitanas, é maior entre as pessoas “na faixa de 25 a 49 anos, mais educadas e com maior rendimento” (PINHEIRO; BARBOSA, 2014, p. 210).

A pesquisa também revelou, indagando os entrevistados do Pnad, que, de 1988 a 2009, houve um aumento da judicialização dos conflitos em todas as áreas do direito:

Tabela 3: Proporção de pessoas em situação de conflito que reportam ter havido ação judicial por área do direito(%)

	1988	2009
Total	44,9	70,3
Trabalho	66,6	87,4
Criminal	27,9	52,6
Família	55,2	81,0
Terras ou moradia	45,1	76,9
Serviços de água, luz ou telefone	21,3	37,7
Benefícios do INSS ou previdência		76,3
Bancos ou instituições financeiras		58,0
Outras		63,0

Fonte: PINHEIRO; BARBOSA, 2014, p. 212

Segundo PINHEIRO e BARBOSA, para solucionar conflitos de consumo, mulheres buscam mais o Judiciário do que homens; nas regiões metropolitanas, a busca pelo Judiciário é 1,5 ponto percentual maior do que fora delas para os casos de consumo e, para os casos de direito do trabalho, 4 pontos percentuais a mais; quanto maior o grau de escolaridade, maior a busca pelo Judiciário e, finalmente, o aumento da renda reflete uma judicialização maior dos conflitos.

Assim, o estudo citado preenche uma lacuna ao examinar o Judiciário pelo volume de serviços que lhe é demandado, bem como o perfil do brasileiro que leva uma disputa aos Tribunais (PINHEIRO; BARBOSA, 2014, p. 228).

Este trabalho, por sua vez, aborda o primeiro dos fatores internos indicados pela OCDE que influenciam a demanda pelo Judiciário: os custos e as regras de sua alocação entre as partes litigantes.

Entendido o Judiciário como um dos sistemas de solução de conflitos, vistos os seus números e seus recursos e compreendida a sua demanda, passa-se a pensar no desenho institucional desse sistema para, após, refletir sobre a criação de incentivos corretos, sobretudo, no que importa a este trabalho, no que diz respeito à fixação e à distribuição dos custos do litígio.

1.3 DESENHO INSTITUCIONAL E SEUS DESAFIOS

O atual cenário do Judiciário brasileiro é fruto da interação de seus agentes com o sistema que foi desenhado, há décadas, para ampliar o acesso à justiça.

Ao se desenhar uma instituição, seja um sistema estatal de solução de conflitos, seja uma corte constitucional, não se pode ignorar que os agentes responderão às regras criadas, de forma que o sistema pode acabar tomando formas distintas daquelas inicialmente pensadas. Nesse sentido, HIRSCHL observa que, quando se trata de um desenho institucional, as ideias do Lamarckismo de que as experiências vividas são incorporadas, moldando a própria instituição, são mais poderosas do que as do Darwinismo:

Unlike nature, where Darwinism seems to reign, Lamarckism often makes for better urban design. Whereas Darwin's theory of evolution emphasizes the value of random mutations in overcoming exogenous shocks (with species that lack these beneficial features becoming extinct), Lamarck's theory of

“inheritance of acquired characters” suggests that learned experience may be incorporated and transformed into organic features. (2009, p. 1347)

O Poder Judiciário, como um sistema de solução de conflitos, não foge à regra. O desenho atual, projetado para responder a necessidades diagnosticadas há 40 anos por CAPPELLETTI e GARTH¹⁵, reflete, além dos contornos que lhe pretendiam dar processualistas adeptos das ondas renovatórias, as mudanças das experiências vividas pelos litigantes, que acabam sendo incorporadas ao sistema alterando a sua concepção original.

Dois exemplos ilustram como uma instituição, por melhor que seja o seu desenho, pode ganhar contornos distintos dos originalmente projetados: um estadunidense e outro nacional.

Quando os *Framers*, inspirados por MONTESQUIEU, desenharam o modelo democrático norte-americano de separação de poderes, baseado no equilíbrio entre eles, acreditavam que o uso do sistema de freios e contrapesos evitaria a concentração de poder político nas mãos de um Poder. A ideia de que os integrantes do Legislativo e do Executivo pudessem negociar interesses era, para os *founding fathers*, um tabu.

Ocorre que o modelo, fundado na ideia de separação de poderes, como relatam PYLDES e LEVINSON (2006, p. 14), começou a enfrentar dificuldades logo em 1790, quando HAMILTON, então Secretário do Tesouro, formou alianças no Congresso para aprovar o seu plano de desenvolvimento econômico. Em pouco mais de uma década já se fazia clara, no governo norte americano, a distinção entre Federalistas e Republicanos, mas a teoria da separação dos poderes continuou a ignorar, por muito tempo, a existência de partidos políticos, como se os Poderes se comportassem como MADISON havia imaginado.

Hoje, segundo os autores acima citados, é preciso ter consciência de que a ideia original dos *checks and balances*, para funcionar, pressupõe que um Poder queira, de fato, controlar o outro. Mais relevante do que a separação de poderes é, para PYLDES e LEVINSON, a noção de separação de partidos. A dinâmica da relação entre os Poderes poderá ser competitiva, quando Executivo e Legislativo forem controlados por partidos distintos, ou cooperativa, quando os dois Poderes forem controlados pelo mesmo partido¹⁶. Nada disso estava no radar dos *framers*.

¹⁵ Segundo GRECO (2010, p. 18), “Cappelletti diz que é preciso reconhecer que o acesso à justice sofre hoje, para sua efetividade, três tipos de obstáculos: o econômico, o geográfico e o burocrático”. O econômico resultaria dos custos da justiça. O geográfico, decorrente da “imensidão do território nacional e da impossibilidade de colocar pelo menos um juiz ao alcance de qualquer cidadão”. Finalmente, o burocrático emergiria do desaparecimento da máquina judiciária e da falta de preparo e de infraestrutura para os serventuários.

¹⁶ Os autores citam, para tanto, as seguintes mudanças no desenho institucional: (i) desenvolver uma administração profissionalizada; (ii) despolitizar o Executivo; (iii) desenvolver uma ciência da Administração Pública e da regular tomada de decisão; (iv) mudar a organização do Legislativo, dentre outras. Para mais informações cf. op. cit.

O segundo exemplo de uma instituição que se afastou do seu desenho inicial é nacional. DIEGO ARGUELHES e LEANDRO RIBEIRO (2016) retratam a diferença entre o Supremo Tribunal Federal criado pelo constituinte e o Supremo transformado pelos ministros da Corte, por meio de práticas institucionais e interpretações de seus próprios poderes e competências. Eles destacam, dentre diversas mudanças, as relacionadas à utilidade do mandado de injunção e à possibilidade de controle prévio de constitucionalidade de propostas de emendas constitucionais.

Logo após a promulgação da Constituição de 1988, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entendia que, reconhecida a omissão legislativa sobre determinada matéria, caberia ao Supremo apenas comunicar ao Legislativo a necessidade de sua regulamentação, de modo que os mandados de injunção eram instrumentos “*de virtualmente nenhuma utilidade*” (ARGUELHES e RIBEIRO, 2016, p. 423). Em 2007, a jurisprudência da Corte passou a entender que o STF deveria, ao reconhecer a omissão, indicar as regras que seriam provisoriamente aplicáveis até ulterior manifestação do Congresso. Com isso o número de mandados de injunção saltou exponencialmente e a Corte passou a exercer uma função quase legislativa provisória.

Situação semelhante ocorreu quando o Supremo, alterando o seu entendimento, passou a admitir o controle prévio de constitucionalidade de propostas de emendas constitucionais por meio de mandados de segurança impetrados por parlamentares. A Corte Constitucional, alterando o seu desenho institucional original, passou, a partir daí, a funcionar como uma primeira câmara legislativa.

Assim, vê-se que as instituições, não obstante o seu desenho institucional original, sofrem mudanças na sua implementação e execução e, no caso do STF, o “*desenho institucional criado pelo texto constitucional de 1988 não determina o destino do tribunal*” (ARGUELHES e RIBEIRO, 2016, p. 435).

O estudo dos desenhos institucionais passa, portanto, por discussões sobre o inelutável *gap* entre o planejamento e a implementação (HIRSCHL 2009, p. 1343) e é recomendado que, periodicamente, seja feita uma avaliação e revisão do sistema criado (ROGERS *et al*, 2013, p. 319 e ss).

O mesmo risco estará presente no desenho institucional do Judiciário como solucionador de conflitos entre particulares. A despeito das melhores intenções das ondas renovatórias de acesso à Justiça, a reação dos agentes e do próprio Judiciário pode determinar um destino distinto do inicialmente pensado no modelo institucional.

O risco de deformação do desenho não diminui, todavia, a sua importância. Sempre será preferível um desenho cuidadosamente feito a um mal projetado e, nas palavras de HIRSCHL, “*although careful designs are better than loose ones, even the tightest of designs (...) can go astray*” (HIRSCHL, 2009, p. 1.345).

1.4 DESENHO INSTITUCIONAL DE UM SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Desenhos institucionais passam por uma série de escolhas regulatórias que devem ser feitas no momento da sua elaboração. O desenho institucional de uma corte constitucional, por exemplo, passa pela definição (i) do número de integrantes; (ii) da forma de nomeação; (iii) da duração do seus mandatos; (iv) das suas garantias; (v) da competência para julgamento; (vi) da limitação acerca da legitimidade ativa para provocar a corte; (vii) de escolha entre os tipos de controle constitucionais que serão feito, se concentrado e/ou difuso; (viii) sobre os efeitos das decisões da corte, dentre várias outras escolhas.

A regulação de um sistema de solução de conflitos, por sua vez, passa por diversas outras escolhas, dentre as quais: (i) a escolha do procedimento; (ii) a voluntariedade da parte em participar do processo de solução de conflitos; (iii) confidencialidade; (iv) participação de terceiros neutros e imparciais; (v) papel desses terceiros; (vi) necessidade de assistência jurídica; (vii) vinculação das partes ao resultado da tentativa de solução; (viii) possibilidade de revisão judicial da solução que for dada à controvérsia; (ix) se o procedimento será *interest-based* ou *rights-based*, ou seja, a se solução será buscada com base no melhor interesse das partes ou com base na aplicação da lei ao caso concreto; e (x) o que será o objeto de estudo nesta dissertação, como lidar com os custos do litígio (GENN et al, 2014, p. 5).

A regulação de mecanismos de solução de conflitos “*should follow principles that permit rational choices to be made by the parties and include clear criteria informing that choice*” (GENN et al., 2014, p. 5).

No caso do Brasil, o sistema estatal de solução de conflitos cíveis era em grande parte regido pelo Código de Processo Civil de 1973, recentemente substituído pelo Código de 2015, que endereça, juntamente com leis especiais, as escolhas acima identificadas.

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, evoluiu-se bastante na possibilidade de escolha do procedimento pelas partes. Se antes a lei basicamente previa dois principais ritos, o ordinário e o sumário, e havia “pouca possibilidade de disposição das partes

em relação ao processo” (GRECO, 2010, p. 10), há, hoje, além do rito comum¹⁷, uma expressa liberdade de escolha pelas partes, que podem acordar em amoldar o procedimento¹⁸ para melhor solucionar o seu litígio.

O processo judicial continua a ser, com relação à voluntariedade das partes na sua participação, um método de participação compulsória — como deve ser — de modo que, uma vez citada, a parte não tem a opção de não querer participar do processo. A voluntariedade, por sua vez, é inerente a outros métodos de solução de conflitos, como a mediação extrajudicial e a arbitragem, que pressupõem uma manifestação de vontade de se submeter a esses métodos de solução de conflitos.

Ao contrário da mediação e da arbitragem, que são confidenciais ou podem ser instituídas com compromisso de confidencialidade¹⁹, o processo judicial é, em regra, público, embora admita hipóteses que correm em segredo de justiça²⁰.

O juiz togado, assim como o árbitro, tem o poder de adjudicar o conflito, de decidi-lo, enquanto o mediador não julgará o caso e apenas buscará “o entendimento e o consenso” “facilitando a resolução do conflito”²¹. Os terceiros, neutros e imparciais que atuam nesses métodos de solução de conflitos podem ter, portanto, papéis bastante distintos.

A assistência jurídica é, no processo judicial e na mediação judicial, a regra. Há, contudo, exceções, como nas ações dos juizados especiais inferiores a 20 salários mínimos²² e, ainda, nas mediações extrajudiciais, em que a assistência por um advogado é facultativa mas, comparecendo uma das partes acompanhada de advogado ou defensor público, “o mediador suspenderá o procedimento, até que todas estejam devidamente assistidas”²³.

Ao desenhar um sistema de solução de conflitos, pode-se estabelecer, ainda, se as partes estarão, ou não, vinculadas ao resultado do processo. Na arbitragem e no processo judicial, evidentemente, as partes estão vinculadas às decisões que serão proferidas — o que não as impede, vale dizer, de transigir mesmo após a prolação de sentença. De outro lado, as partes de uma relação podem acordar, e.g., em constituir um painel de especialistas, ou podem escolher apenas um *expert*, para opinar sobre possíveis questões que surjam no decorrer da relação sem,

¹⁷ Art. 318 e seguintes do CPC de 2015.

¹⁸ Art. 191 do CPC de 2015. Sobre a oportunidade para moldar o caso de acordo com o interesse das partes, falei em outro estudo, publicado in *A Reforma da Arbitragem* (2016, p. 353).

¹⁹ Lei 13.140/15, art. 30 e Lei 9.307/96, art. 22-C, Parágrafo único.

²⁰ CPC, arts. 11, Parágrafo único e 189.

²¹ Lei 13.140, art. 4º, Parágrafo 1º.

²² Lei 9.099/95, art. 9º.

²³ Lei 13.140/15, art. 10º, Parágrafo único.

contudo, se obrigarem a adotar a opinião que for emitida. É o caso, nos Estados Unidos da América, do *Neutral Expert Fact-Finding*, como aponta GOLDBERG et al (2007, p. 4 e 5).

Finalmente, pode-se regular, observados os limites constitucionais, a possibilidade de revisão judicial das soluções que vierem a ser adotadas e, ainda, se a solução da controvérsia se dará de maneira *rights-based* ou *interest based*. No primeiro caso, a solução do conflito se dá mediante a aplicação, ao caso concreto, da vontade da lei. No segundo, o que se busca é uma solução que atenda, da melhor forma possível, os verdadeiros e atuais interesses das partes. A lei, nesses casos, pode servir de critério para que as partes escolham entre uma ou mais opções, mas o que se busca, ao final, é uma solução que agregue valor ao problema, endereçando os anseios e vontades das partes da relação.

As tabelas abaixo resumem as características dos *métodos primários* (jurisdição estatal, arbitragem, mediação e negociação) e dos *métodos híbridos* (*private judging*, *neutral fact-finding*, *mini-trial*, *ombudsman* e *summary Jury Trial*):

Tabela 4
“Primary” Dispute Resolution Processes

<i>Characteristics</i>	<i>Adjudication</i>	<i>Arbitration*</i>	<i>Mediation</i>	<i>Negotiation</i>
Voluntary/Involuntary Binding/Nonbinding	Involuntary Binding; subject to appeal	Voluntary Binding, subject to review on limited grounds	Voluntary [†] If agreement, enforceable as contract; sometimes agreement embodied in court decree	Voluntary If agreement, enforceable as contract
Third party	Imposed, third-party neutral decision-maker, generally with no specialized expertise in dispute subject	Party-selected third-party decision-maker, often with specialized subject expertise	Party-selected outside facilitator	No third-party facilitator
Degree of formality	Formalized and highly structured by predetermined, rigid rules	Procedurally less formal; procedural rules and substantive law may be set by parties	Usually informal, unstructured	Usually informal, unstructured
Nature of proceeding	Opportunity to present proofs and arguments	Opportunity for each party to present proofs and arguments	Unbounded presentation of evidence, arguments and interests	Unbounded presentation of evidence, arguments and interests
Outcome	Principled decision, supported by reasoned opinion	Sometimes principled decision supported by reasoned opinion; sometimes compromise without opinion	Mutually acceptable agreement sought	Mutually acceptable agreement sought
Private/Public	Public	Private, unless judicial review sought	Private [†]	Private

Fonte: GOLDBERG et al. (2007, p. 4 e 5)

* Court-annexed arbitration is involuntary, nonbinding, and public.

† In some jurisdictions, mediation is mandatory for certain kinds of cases or if a court so orders. In such cases mediation may not be private.

Tabela 5
“Hybrid” Dispute Resolution Processes

<i>Characteristics</i>	<i>Private Judging</i>	<i>Neutral Expert Fact-Finding</i>	<i>Mini Trial</i>	<i>Ombudsman</i>	<i>Summary Jury Trial</i>
Voluntary/Involuntary Binding/Nonbinding	Voluntary Binding; subject to appeal	Voluntary or involuntary Under FRE 706 Nonbinding but results may be admissible	Voluntary Nonbinding; if agreement, enforceable as contract Party-selected neutral advisor, sometimes with specialized subject expertise	Voluntary Nonbinding	Voluntary or involuntary Nonbinding; if agreement, enforceable as contract
Third party	Party-selected third-party decision-maker, may have to be former judge or lawyer	Third-party neutral with specialized subject matter expertise; may be selected by the parties or the court	Party-selected neutral advisor, sometimes with specialized subject expertise	Third-party selected by institution	Mock jury impaneled by court
Degree of formality	Statutory procedure but highly flexible as to timing, place and procedures	Informal	Less formal than adjudication; procedural rules may be set by parties	Informal	Procedural rules fixed; less formal than adjudication
Nature of proceeding	Opportunity to present proofs and arguments	Investigatory	Opportunity to present summary proofs and arguments	Investigatory	Opportunity to present summary proofs and arguments
Outcome	Principled decision, sometimes supported by findings of fact and conclusions of law	Report or testimony	Mutually acceptable agreement sought	Report	Advisory verdict to facilitate settlement
Private/Public	Private, unless judicial enforcement sought	Private, unless disclosed in court	Usually private	Private	Usually public

Tabela 5. Fonte: GOLDBERG et al. (2007, p. 4 e 5)

Não há dúvidas, no caso do Poder Judiciário Brasileiro, de que as ondas de acesso à Justiça foram idealizadas com as melhores intenções e para endereçar os problemas da sua época. Ocorre que nem sempre o desenho institucional gera exatamente o resultado inicialmente esperado.

No modelo atual, no que diz respeito aos custos, o Estado subsidia a solução de disputas mantendo, a um gasto relevante, uma estrutura que parece não conseguir dar conta da quantidade colossal de conflitos que lhe são submetidos. A assunção de parte dos custos da solução dos litígios pelo Estado poderá, sempre, ser uma opção política e que deve, como qualquer outra, ser feita de forma consciente e refletida. O que se pretende aqui é apenas entender como essa transferência de custos, sem questionar a sua conveniência e importância, impacta no comportamento das partes litigantes.

2 O PAPEL DOS CUSTOS NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Regras legais criam incentivos para que as partes se comportem de determinada maneira (COOTER; ULEN, 2011, e POSNER 2011). Elas podem modificar o comportamento dos agentes ao alterar, na linguagem dos economistas, os resultados finais (*payoffs*) associados às estratégias a serem por elas adotadas. BAR-GILL e FERSHTMAN sustentam que o sistema legal pode ir além da criação de incentivos, nas suas palavras, “*it also affects the preference profile in the population*” (2004, p. 1).

A forma com que um sistema de solução de conflitos lida com os custos do litígio irá, nessa linha, alterar os incentivos das partes em submeter um conflito ao Judiciário ou tentar resolvê-lo fora dele.

É evidente que há casos em que existem outros valores em jogo, maiores do que a própria utilidade, na sua concepção econômica, disputada na ação judicial e, nesses casos, modelos que partem da premissas abaixo, nos quais os agentes são considerados racionais, terão aplicação limitada.

Além disso, haverá casos em que, embora os custos daquele conflito sejam elevados — relativamente ao valor disputado naquela demanda —, eles podem ser baixos se confrontados com a relevância que a defesa daquela determinada tese poderá impactar em diversos outros casos para um litigante frequente, como grandes concessionárias de serviços públicos ou instituições financeiras.

Nesses casos, em que existem outros elementos em jogo, o modelo seria mais complexo e foge, portanto, do escopo desta dissertação. O desenho do sistema deve partir, portanto, de uma racionalidade e as limitações à essa racionalidade devem, num segundo momento, aperfeiçoar o modelo a ser adotado.

No desenho de um modelo focado no agente racional, duas importantes escolhas regulatórias impactarão na decisão da parte de litigar: a primeira, relacionada à magnitude dos custos do processo judicial; a segunda, relativa à regra de alocação destes custos, ao final do processo, entre as partes litigantes.

Caberá ao regulador, ao desenhar sistemas de solução de conflitos, escolher se os custos do conflito serão suportados integralmente pelas partes litigantes ou se serão, em alguma medida, transferidos e suportados pelo Estado.

Por óbvio, subsidiar alguns métodos de solução de conflitos, em detrimento de outros, poderá impactar na decisão das partes na escolha do método de solução de conflitos.

Subsidiar integralmente os custos com a solução de conflitos pode causar, nas partes, o incentivo de não fazer qualquer esforço para autocompor o litígio, mas simplesmente entregar a solução para terceiros a um “custo zero”.

Se o desenho atual do Judiciário transfere os custos do litígio para o Estado, ele acaba, numa visão *ex ante* do problema, criando incentivos contrários à autocomposição. É importante, como alerta FARNSWORTH, sopesar os incentivos que a opção institucional criará:

It's very common for legal problems to lend themselves to this kind of inquiry: there are various possible solutions, but some of them will create bad incentives — and thus a risk of wasted time or effort or other resources. The better solution will discourage such squandering. (2007, p. 21)

A externalização dos custos do litígio para a sociedade, presente de forma agressiva no desenho institucional do Judiciário brasileiro, gera um incentivo perverso na medida em que estimula a propositura de ações que não existiriam caso as partes litigantes os suportassem em maior proporção.

A transferência desses custos para terceiros gera uma falha semelhante aos casos de externalidade negativa e, nesse ponto, SCHOUERI sustenta que, “no caso das externalidades negativas, a atuação estatal deve ser voltada à internalização de custos” (2005, p. 77).

A ideia de que as partes do litígio, a princípio, suportem os custos do conflito não é absurda e, indo-se mais adiante, se ao final do processo esses valores forem alocados na parte que deu causa à ação judicial, a formatação torna-se ainda mais palatável. Isso não é, enfatize-se, contrário às escolhas administrativas voltadas a, *conscientemente*, subsidiar a solução de disputadas ou os gastos incorridos pelas partes que comprovadamente necessitam ser subsidiadas.

A necessidade de internalização dos custos tem, ainda, outros impactos relevantes. Imagine-se, para exemplificar, a situação de duas empresas concorrentes: uma que investe em prevenção de conflitos e outra que simplesmente entrega sua solução ao Judiciário. A não correção da falha semelhante à de mercado penaliza, inquestionavelmente, o concorrente que investe na prevenção de disputas. Isso porque a empresa que aplica um valor considerável para evitar litígios, além de suportar esses custos, é obrigada a concorrer com outra que absolutamente nada investe nesta atividade e, o que é pior, transfere esses custos para a sociedade — e em alguma medida, por mais mínima que seja, até mesmo ao seu concorrente. A situação de desvantagem concorrencial é evidente.

Na visão da teoria dos jogos — abstraindo-se aqui outros valores que sejam importantes para as partes, como a preocupação com a imagem da própria empresa —, o investimento em prevenção de conflitos, no Brasil, seria uma *dominated strategy* (DIXIT; NALEBUFF, 1993, p.

67)²⁴, pois fatalmente será mais barato submeter litígios ao Judiciário, que subsidia cerca de 90% dos custos da disputa, ou do sistema que gere essas disputas, do que arcar com a integralidade dos custos da sua prevenção ou solução.

O custo desses litígios é, nas palavras de FARNSWORTH (2007, p. 21), um desperdício de tempo, esforço e recursos. O atual desenho institucional, ao estimular o ajuizamento de ações, quando externaliza uma parte considerável dos seus custos, aumenta esse desperdício.

Antes, contudo, de se analisar os incentivos que as diferentes regras de fixação e alocação de custos criam, é importante dissecar e entender como os custos do conflito são enxergados na visão da *law and economics*.

2.1 CUSTOS DO LITÍGIO NA ÓTICA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Para que a regulação atinja os seus objetivos de extinguir, ou ao menos reduzir drasticamente, esses efeitos similares às externalidades negativas oriundas dos conflitos, e de implementar políticas de valores que devam pautar a vida em sociedade, é necessário se conhecer a dinâmica do jogo, entendendo as bases da análise econômica do conflito. Como observa o relatório da OCDE (PALUMBO, 2013, p. 10), o problema de um Poder Judiciário assoberbado pode ser resultado da interação entre a demanda e oferta por justiça.

A análise econômica do conflito é um braço da conhecida da análise econômica do direito (AED), *law and economics*, pouco explorada no Brasil mas bastante desenvolvida no exterior, principalmente nos Estados Unidos da América.

2.1.1 ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Embora alguns estudos anteriores, sobretudo em direito da concorrência, já fizessem abordagens econômicas²⁵, o desenvolvimento da AED nos Estados Unidos começou na década de 60, com a aplicação da economia em diversas áreas do direito, como responsabilidade civil, contratos, direito reais e propriedade intelectual (POSNER, 2011, p. 29).

²⁴ que, segundo, os autores, significa: “*a dominated strategy is uniformly worse than some other strategy*” (1993, 67).

²⁵ Além de direito concorrencial, POSNER cita, ainda, trabalhos em direito tributário (Henry Simons), direito das empresas (Henry Manne), patentes (Arnold Plant) e direito dos contratos (Robert Hale) (2011, p. 29).

As obras de GUIDO CALABRESI (1961) e RONALD COASE (1960) marcam, para RICHARD POSNER (2011, p.29), talvez o maior doutrinador da AED, o início dessa nova fase da *law and economics*, que contou ainda com a relevante contribuição de GARY BECKER (1976).

A doutrina da AED firma suas bases a partir do utilitarismo de JEREMY BENTHAM²⁶, partindo da premissa de que não apenas em assuntos econômicos, mas em todas as áreas de suas vidas, pessoas buscam maximizar seus interesses, sua *utilidade*, ou seja, sua felicidade ou satisfação em determinadas condições²⁷.

O conceito de utilidade é o ponto de partida do utilitarismo de BENTHAM. Logo, assim como em assuntos econômicos, também quando diante de questões jurídicas os agentes tomariam decisões visando a maximizar a sua *utilidade*.

Os agentes tomariam suas decisões devidamente *informados* e agindo de forma *racional*. A análise econômica do direito funda-se, pois, na doutrina da escolha racional e leva em consideração que escolhas são feitas em um mundo — o nosso mundo — em que os recursos disponíveis são limitados em comparação com os desejos dos homens (POSNER, 2011, P.3).

Não se ignora, contudo, que as pessoas não agem sempre racionalmente. Estar devidamente informado pressupõe não apenas ter acesso, mas ter condições de digerir e processar todas as informações disponíveis, e o custo dessa premissa é, muitas vezes, proibitivo.

É preciso ter consciência, portanto, que assumir que os agentes fazem escolhas racionais, devidamente informados e buscam maximizar sua utilidade é uma ferramenta que pode ser útil na análise do direito, e não uma forma de descrever a realidade em sua plenitude.

Além de partir dessa lógica econômica, a análise econômica do direito aborda questões jurídicas, normalmente, por meio de dois tipos de perguntas distintas: perguntas descritivas e perguntas normativas.

A descritiva, segundo SHAVELL (2004 p. 1), refere-se aos efeitos das normas legais nas relações, de modo que, no que diz respeito ao objeto deste estudo, seria entender como o atual sistema de fixação e alocação dos custos do litígio impacta no comportamento das partes e, e.g., no número de ações judiciais existentes. A questão normativa, por outro lado, diz respeito à avaliação da pertinência das políticas sociais e das normas legais, ou seja, se determinada norma conduz a um estado de bem-estar superior ao atingido por outra norma legal. Até aqui, haverá quem diga que não há diferença entre a abordagem da AED e de outros juristas tradicionais, que também se dedicam a avaliar o impacto das normas nas relações entre indivíduos e se essa norma atende os princípios da vida em sociedade.

²⁶ Ainda sobre as origens do utilitarismo, vale mencionar JOHN STUART MILL (1806-1873).

²⁷ MANKIW, 2014. p. 402.

Duas características, porém, costumam distinguir a AED de outras abordagens do fenômeno jurídico: (i) essa análise é feita a partir de modelos econômicos, estatísticas e pesquisas empíricas, e (ii) como já dito acima, parte da premissa de que os agentes são racionais e têm pleno conhecimento das possíveis consequências das suas escolhas (SHAVELL, 2004, p. 4).

A ideia do homem racional, ou *homo economicus*, é fruto do racionalismo moderno e, segundo GALDINO,

o único meio de racionalizar modelos teóricos econômicos, uma vez que as muitas variáveis axiológicas que influenciam as escolhas humanas não são passíveis de serem quantificadas com a precisão necessária que se afigura essencial para a análise matemática e estatística própria de uma determinada corrente de pensamento econômico. (2005, p. 241)

A racionalidade dos agentes não significa, como sustentam alguns críticos da *rational choice*, que se esteja diante de um homem egoísta, interessado unicamente no máximo proveito de suas atividades, como observado por GALDINO (2005, p. 245), referindo-se a PLAUCO FARACO DE AZEVEDO. Não se pode confundir “*self-interest*” com “*selfishness*” ou, em vernáculo, o interesse pessoal com egoísmo, pois a satisfação do outro indivíduo pode, e muitas vezes está, contida na própria satisfação, ou utilidade, de um indivíduo.

A AED constitui, dessa forma, um movimento científico, que parte de uma teoria econômica pura, o que não pode ser novidade para os juristas, que do seu lado também conheceram uma teoria pura do direito (GALDINO, 2005, p. 241).

É, pois, a partir de modelos econômicos e partindo da premissa de que os agentes são racionais que será visto, a seguir, o impacto dos custos na decisão de litigar, matéria tratada, nos Estados Unidos da América, pelo que se denominou *análise econômica do litígio*.

2.1.2 ANÁLISE ECONÔMICA DO LITÍGIO

Um braço da AED, a análise econômica do litígio começou a ser estudada, conta BEBCHUCK (1984, p. 404), em 1971, com LANDES (1971) e GOULD (1973), mas essa primeira fase teria tido o seu ápice com SHAVELL (1982). É, portanto, justamente da análise econômica

do conflito feita por este último autor em *Suit, Settlement, and Trial: a Theoretical analysis under alternative method for the allocation of legal costs*, que o estudo partirá. O modelo econômico desenhado por SHAVELL pode não ser o mais completo ou complexo, mas demonstra, com singular clareza, a dinâmica do conflito revelando-se, sem dúvida, o mais palatável para operadores do direito.

Antes de se adentrar numa seara mais árida e desconhecida para os juristas em geral, consistente na análise do modelo econômico, vale destacar as palavras do vencedor do Nobel de economia, DANIEL KAHNEMAN, que justificam o esforço que se fará adiante e convidam à nova forma de se encarar questões jurídicas.

Modelos econômicos simplificam a realidade, estabelecem premissas e reduzem conceitos a símbolos, técnica que, segundo KAHNEMAN (2013, p. 29/30), aumenta a capacidade de raciocínio na medida em que reduz o uso da nossa *working memory*. A linguagem usada daqui pra frente pode não ser comum para advogados e juristas, mas os resultados compensam o esforço da abstração.

O modelo econômico desenhado por SHAVELL parte, pois, de três importantes premissas: (i) as partes envolvidas são racionais e enxergam a disputa como apenas um problema financeiro; (ii) são neutras com relação ao risco; e (iii) não há custos, ou eles são insignificantes, para a solução negociada do litígio. Sobre esse último ponto, COOTER e RUBINFELD reconhecem que “*trial costs are so much greater than settlement costs that many authors choose the simplifying assumption that settlement costs are nil*” (1989, p. 1075). Essa última premissa, que talvez não seja tão verdadeira no Brasil, certamente o é nos Estados Unidos da América.

A racionalidade dos agentes já foi analisada no capítulo anterior, ao qual ora se remete por apreço à brevidade, mas algumas palavras introdutórias devem ser postas com relação (i) ao ganho esperado do autor e à perda esperada do réu — e aqui a utilidade pode ser usada, na economia, para distinguir ganhos ou perdas incertos de certos —, e, ainda, (ii) ao conceito de aptidão das partes de assumir riscos.

Em situações de incerteza, como quando se está diante da probabilidade de se sair vencedor de uma ação judicial, o agente econômico avalia suas decisões a partir do que se chama *valor esperado*. O *ganho esperado* do autor e a *perda esperada* do réu, espécies do gênero *valor esperado*, são calculados descontando-se o valor dos resultados possíveis pelas suas probabilidades de ocorrência. Assim, se o autor entende que tem 25% de chance de receber R\$ 10.000,00, o seu *ganho esperado* é de R\$ 2.500,00 (i.e., 25% x R\$ 10.000,00). Essa lógica estará presente no modelo econômico de compreensão do conflito.

Passando-se à aptidão das partes de assumir riscos, há agentes que são tomadores de risco, outros que são neutros e, ainda agentes que são avessos ao risco. Imagine, partindo do exemplo utilizado por POSNER (2011, p. 15), que lhe fosse concedida a oportunidade de escolher, de um lado, ter R\$ 1 milhão ou, de outro, ter 10% de chance de receber R\$ 10 milhões. Segundo POSNER, o agente *avesso ao risco* ficaria com a primeira opção, embora o *valor esperado* das duas hipóteses seja o mesmo: R\$ 1 milhão (=10% x R\$ 10 milhões). O agente avesso ao risco opta, em situações com o mesmo *valor esperado*, pela opção com menor risco.

No modelo econômico desenhado por SHAVELL, o agente é, em hipóteses como a acima narrada, indiferente ou neutro com relação ao risco — *risk neutral* — e, tendo em vista que ambas as opções possuem ganhos esperados idênticos (no caso, R\$ 1 milhão), o agente seria indiferente e poderia optar qualquer uma das opções. Se, contudo, os ganhos esperados forem distintos, o agente racional e neutro em relação ao risco optará, sempre e sempre, pela opção com maior ganho esperado. A opção de se adotar um modelo com agentes neutros ao risco não significa que os casos em que os agentes sejam *risk averse* sejam menos importantes. Considerar a aversão ao risco será mais relevante — e poderá ser útil ao se tratar de um Judiciário com as características do brasileiro — quando se está diante de pessoas mais pobres ou, ainda, quando o montante em disputa for relativamente elevado, se comparado com o patrimônio da pessoa. Em outras palavras, quanto mais estiver em jogo, é natural que os agentes tendam a se comportar como avessos ao risco.

Entendidas as premissas adotadas, passa-se à análise econômica do conflito e, explique-se, essa análise, para se tornar mais palatável, será acompanhada de uma série de exemplos que ilustram os principais pontos de interesse.

Em *Suit, Settlement, and Trial: a Theoretical analysis under alternative method for the allocation of legal costs*, SHAVELL apresenta um modelo econômico para explicar quando os agentes racionais decidem litigar, quando transacionam e como os diferentes métodos de alocação dos custos do conflito geram incentivos distintos nas partes do conflito.

Segundo SHAVELL, a princípio as partes irão transigir e não haverá judicialização do conflito quando a expectativa de ganho do autor (E_a) for inferior à expectativa de perda do réu (E_r)²⁸. *A contrario sensu*, quando a expectativa de ganho do autor for maior do que a expectativa de perda do réu, não haverá acordo e a questão será judicializada. Em outros termos:

$$E_a < E_r \quad \text{haverá acordo} \quad (1)$$

²⁸ Considera-se, aqui, que os custos de transação são baixos ou inexistentes.

$$E_a > E_r \quad \text{não haverá acordo} \quad (2)$$

Se, por exemplo, o autor espera ganhar (E_a) R\$ 5 mil e o réu espera perder (E_r) R\$ 7 mil, haverá acordo por qualquer valor entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil. Se, contudo, o autor tem um ganho esperado (E_a) de R\$ 7 mil e o réu espera perder (E_r) apenas R\$ 5 mil, não haverá acordo entre agentes racionais e neutros com relação ao risco e a solução deverá ser judicializada. Até aqui, nenhuma dificuldade.

Nessa linha, avançando no raciocínio e dissecando a fórmula, o ganho esperado do autor (E_a) é mensurado a partir da multiplicação do valor do bem ou direito perseguido (D_a) pela sua probabilidade de êxito (P_a), o que pode ser assim representado:

$$E_a = D_a \cdot P_a \quad (3)$$

A perda esperada do réu (E_r), por sua vez, considera o valor da possível condenação (D_r)²⁹, multiplicado pela probabilidade de perda (P_r)³⁰.

$$E_r = D_r \cdot P_r \quad (4)$$

Assim, substituindo os elementos das equações 1 e 2 *supra*, haverá, ou não, acordo, quando:

$$(D_a \cdot P_a) < (D_r \cdot P_r) \quad \text{haverá acordo} \quad (5)$$

$$(D_a \cdot P_a) > (D_r \cdot P_r) \quad \text{não haverá acordo} \quad (6)$$

Considerando que o direito deduzido em juízo, ou os possíveis resultados do julgamento, D_a e D_r , são conhecidos e identificáveis pelas partes, as equações acima destacam a relevância de P_a e P_r para que seja determinado se haverá ou não acordo. A probabilidade de êxito, P , tal como vista por autor e réu, desempenha um papel relevantíssimo na autocomposição ou na judicialização de conflitos. Há diversos estudos sobre o tema e modelos

²⁹ Que será um valor negativo, representando uma perda.

³⁰ A assimetria de informações gera diferenças em E_a , pois as partes podem ter estimativas distintas com relação ao valor da demanda D_a , ou com relação à probabilidade de êxito P_a . Isso gera um aumento dos custos de transação.

econômicos podem prever, nesse ponto, se haverá mais judicialização numa sociedade composta por otimistas ou por pessimistas³¹.

Além da influência decorrente de agentes otimistas ou pessimistas, as diferenças entre expectativas de êxito (P_a e P_r) são geralmente provocadas por um fenômeno similar à falha de mercado conhecida como *assimetria de informações*, e as soluções regulatórias, aqui, não diferem muito das aplicadas para a correção da falha de mercado.

Ter consciência de que a assimetria de julgamento, ou de prognósticos com relação ao julgamento da disputa, tem impacto direto na judicialização de conflitos realça a importância de se incrementar a previsibilidade do resultado das ações judiciais. Nada disso é inédito e não é de hoje que se diz que, enquanto a divergência doutrinária é saudável, a jurisprudencial é maléfica para fins de pacificação social. A busca pela previsibilidade passa pela compreensão dos diferentes tipos de incerteza. Conforme já exposto, a incerteza comum ou estrutural, na classificação de FALCÃO, SCHUARTZ e ARGUELHES (2006), que decorre da atividade de interpretação e aplicação do direito, é inerente à atividade jurisdicional e estará sempre presente. As incertezas patológicas, por sua vez, devem ser combatidas pois podem aumentar, em muito, a probabilidade de judicialização de conflitos, na medida em que podem aumentar o *gap* entre as estimativas entre P_a e P_r , ou torná-las mais imprevisíveis.

Nesse sentido, uma regulação bem feita, (a) com procedimentos que uniformizem o entendimento da jurisprudência, ou (b) que permitam uma troca segura e confidencial de informações, pode minimizar os impactos desse fenômeno, semelhante à assimetria de informações.

O Código de Processo Civil de 2015 evoluiu nesses dois pontos. O livro III, que trata dos “processos nos Tribunais e dos meios de impugnações das decisões judiciais” principia, em suas disposições gerais, com o artigo 926, o qual estabelece que “os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente”. Esse artigo, de extrema relevância, dita o norte da atuação dos tribunais e estabelece um dever de previsibilidade e estabilidade dos entendimentos jurisprudenciais.

Passando-se de um dever geral para os mecanismos em si, a instituição do incidente de resolução de demandas repetitivas, IRDR, previsto nos artigos 976 e seguintes, possibilita que, admitido o incidente, os processos que tratem de questões idênticas fiquem suspensos até o seu julgamento. Julgada a matéria, o entendimento deverá ser observado, sob pena de ser cabível

³¹ Vale, nesse sentido, conferir o trabalho de OREN BAR-GILL (2005), no qual se demonstra que o otimismo conduz a maior judicialização.

reclamação contra a decisão que o contrariar. Com isso, o Código de Processo Civil de 2015 criou um importante mecanismo de uniformização dos entendimentos jurisprudenciais.

Além do IRDR, o CPC de 2015 prevê a possibilidade do incidente de assunção de competência (IAC), quando “envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos”. Esses novos incidentes, somados à sistemática do julgamento de recursos repetitivos, do Superior Tribunal de Justiça, ao regime de repercussão geral dos recursos extraordinários e aos enunciados de entendimentos sumulados, buscam reduzir a incerteza jurídica, diminuindo, assim, as chances das partes divergirem em grande escala com relação a P , se não em todos os casos, o que é impossível, ao menos em questões de grande relevância já destacadas por um incidente ou em questões recorrentes.

Mecanismos de uniformização da jurisprudência tendem a reduzir o *gap* entre P_a e P_r , considerando que tornam os julgamentos mais previsíveis. Há, contudo, incertezas que não decorrem da dúvida com relação à interpretação que será dada à lei, mas emergem do desconhecimento dos fatos e, nesse ponto, mecanismos como a audiência de mediação prevista no art. 334 do Código de Processo, podem, se bem utilizados, ajudar a esclarecer questões fáticas que podem contribuir para a autocomposição em um ambiente coberto pela confidencialidade.

Não houvesse custos para solução dos conflitos, o modelo econômico do litígio poderia parar por aí. As partes transigiriam quando o ganho esperado do autor fosse menor do que a perda esperada do réu e o aumento da previsibilidade do resultado das ações judiciais teria um papel de enorme destaque para a determinação da judicialização de demandas.

Ocorre que os custos do litígio, maiores ou menores, estão sempre presentes. No caso do Brasil, como se demonstrou, o Judiciário, que tem como uma de suas principais funções servir de sistema para solução de conflitos, custa mais de R\$ 80 bilhões de reais por ano.

Diversos são os custos que uma parte tem ao litigar. SERGIO BERMUDEZ, em artigo que integrou a obra *Civil justice in crisis*, organizada por ZUCKERMAN, afirma que litigar no Judiciário pode se tornar caro, e que as taxas judiciárias pagas ao Tribunais podem chegar a 2% do valor da causa. O autor da ação, como observa BERMUDEZ, paga custas para citar o réu, além de outras custas no curso do processo, e os peritos são pagos pelas partes. Ademais, a maioria dos recursos pressupõe o pagamento de custas judiciais sob pena de não conhecimento. Os advogados, continua BERMUDEZ, “*may charge up to 20 per cent of the economic benefit to be obtained by the cliente through litigation*” (2001, p. 353).

Dessa forma, se inserirmos na equação acima os custos do litígio (C) — e aqui adentrando no objeto deste estudo —, o ganho esperado do autor (E_a) será equivalente à

multiplicação do valor do direito em disputa (D_a) pela probabilidade de êxito (P_a), *deduzidos* os custos do litígio (C_a), o que pode ser assim resumido:

$$E_a = (D_a \cdot P_a) - C_a \quad (7)$$

Idêntico raciocínio será feito pelo réu, que calculará sua perda esperada (E_r) multiplicando o valor do direito postulado (D_r) pela probabilidade de perda (P_r), *somado* aos custos que terá com o litígio (C_r).

$$E_r = (D_r \cdot P_r) + C_r \quad (8)$$

Com isso, a possibilidade ou não de acordo seguiria a seguinte equação:

$$(D_a \cdot P_a) - C_a \gtrless (D_r \cdot P_r) + C_r \quad (9)$$

Assim, teríamos possibilidade de acordo quando $(D_a \cdot P_a) - C_a < (D_r \cdot P_r) + C_r$ e não haveria zona de possível acordo quando $(D_a \cdot P_a) - C_a > (D_r \cdot P_r) + C_r$.

Um exemplo ilustra o impacto dos custos na decisão de litigar:

Ex.1. A vítima de um acidente automobilístico busca uma indenização (D_a) de R\$ 10.000,00 e estima, caso tenha que ajuizar uma ação, sua chance de êxito (P_a) em 70%. Sua expectativa de ganho (E_a) seria de R\$ 7 mil³². O alegado causador do dano, neste exemplo, não questiona o valor do dano R\$ 10.000,00 (D_r), mas diverge acerca da sua responsabilidade, portanto, da expectativa de êxito da vítima, e entende que há, na sua perspectiva, 50% de chance de perda (P_r), de modo que sua perda esperada (E_r) seria de R\$ 5 mil³³.

Não haveria, neste exemplo, possibilidade de acordo entre agentes racionais e *risk neutrals*, uma vez que $E_a > E_r$, isto é, R\$ 7 mil é superior a R\$ 5 mil.

A inclusão dos custos do litígio (C) nessa equação pode alterar o resultado. Partindo-se do mesmo exemplo, imagine-se que os custos (C) de levar a questão para o Judiciário, aí

³² $E_a = (D_a \cdot P_a)$, ou seja, R\$ 10.000,00 x 70% = R\$ 7.000,00

³³ $E_r = (D_r \cdot P_r)$ ou seja, R\$ 10.000,00 x 50% = R\$ 5.000,00

incluídas custas, taxas e honorários de advogado, fossem de R\$ 1,5 mil, para cada parte, ou 15% do valor em disputa.

O cômputo dos custos do litígio faria com que o ganho esperado do autor caísse de R\$ 7 mil para R\$ 5,5 mil e a perda esperada do réu aumentaria de R\$ 5 mil para R\$ 6,5 mil. Neste caso, $E_a > E_r$ e, portanto, as partes racionais e neutras com relação ao risco transigiriam em qualquer valor entre R\$ 6,5 e R\$ 5,5 mil.

O raciocínio acima procede se os custos (C) são internalizados, suportados pelas partes. Se, todavia, esses custos são, em parte ou na sua integralidade, externalizados, as partes simplesmente podem não transigir e irão judicializar a questão.

A transferência dos custos do litígio das partes que deveriam suportá-lo para o Estado consiste em um caso típico de externalidade negativa, e essa falha pode, e deve, ser regulada.

Os custos do litígio influenciam, portanto, na decisão das partes de seguir ou não com a disputa e as regras sobre a sua alocação e dimensão desempenham um importante papel nessa equação.

COOTER e RUBINFELD observam, nesse ponto, que “*there is more scope for settlement when litigation is costly*” (1989, p. 1.076).

Esses, portanto, os elementos que estão por trás da análise econômica do conflito feita por SHAVELL. Cada um deles poderia ser objeto de uma regulação detalhada e objeto de um estudo para um desenho de sistema adequado. A análise que será feita adiante focará os custos (C), na sua fixação e alocação entre as partes litigantes.

Toda a base do raciocínio acima, bem como do que será desenvolvido nos capítulos seguintes, funda-se na doutrina da *rational choice* que, além de não ser muito familiar entre juristas, tem sido alvo de críticas que devem ser conhecidas do leitor desta dissertação, pois ajudam a compreender os limites da aplicação do que se dirá daqui pra frente.

2.2 AS LIMITAÇÕES DA *RATIONAL CHOICE THEORY*

Theories in behavioral economics have generally retained the basic architecture of the rational model, adding assumptions about cognitive limitations designed to account for specific anomalies (KAHNEMAN, 2003, p. 1469)

O modelo do agente racional, que faz as suas escolhas perfeitamente informado e sempre visando a maximizar sua utilidade, vem sendo, há algum tempo, alvo de críticas. A doutrina da *rational choice* adota algumas premissas que poucas vezes estão plenamente presentes na

complexidade inesgotável dos fatos reais. O estudo da decisão racional pressupõe a realização, pelas partes, de cálculos complexos e uma compreensão sofisticada da motivação dos agentes, como lembra WATSON:

Standard game theory assumes that the players are sophisticated and that they can handle whatever difficult calculations needed for payoff maximization. But in reality, behavior sometimes diverges from this rationality ideal and it does so in systematic ways. Sometimes real players do not have a shared understanding of the game they are playing. Sometimes a cognitive bias warps how they develop beliefs about each other. Sometimes real players are unable to perform all of the complicated calculations that would be required to determine an optimal strategy. Sometimes players do not fully understand each other's rationality or lack thereof. For these reasons, we do not expect the outcome of our theoretical models to be perfect indicators of the real world. (WATSON, 2008, p. 47)

O fato é que, como observam BARR, MULLAINATHAN e SHAFIR, os formuladores de regras normalmente levam em consideração o modelo do *rational agent*, partindo da premissa de que as pessoas fazem “*insightful, well-planned, highly controlled, and calculated decisions guided by considerations of personal utility*” (2013, p. 400).

Dentre as principais críticas feitas, fala-se que os estudiosos da *rational choice* costumam colocar seus argumentos de forma pouco palatável, em linguagem não acessível para aqueles que não são adeptos dessa teoria. As equações acima usadas, todavia, não exigem qualquer conhecimento aprofundado de cálculo, mas apenas representam a lógica econômica do conflito, sem que qualquer operação matemática minimamente complexa tenha que ser feita.

Além disso, os críticos da *rational choice theory* afirmam que grande parte dos estudos terminam com o desenho de modelos que teoricamente explicariam a atuação dos agentes racionais, mas nenhum teste empírico é realizado. Diante dessa crítica, o capítulo quinto desta dissertação traz pesquisa quantitativa que busca testar a hipótese levantada pela teoria da *law and economics*.

Finalmente, há diversas pesquisas e experimentos, realizados sobretudo por estudiosos da economia comportamental, que demonstram que, se de um lado as pessoas são agentes racionais, de outro essa racionalidade é muito frequentemente limitada. É o que observa, nesse sentido, BRIAN D. JONES, mencionando SLOVAK:

Numerous empirical studies of human decision making, from experiments in the laboratory to large-scale social surveys to observational studies in the field, have demonstrated that humans often do not conform to the strictures of choice theory (Slovak 1990) (JONES, 1999, p. 305).

Isso não significa, contudo, que os agentes sejam irracionais (JONES, 1999, p. 305). Eles buscam, a princípio, satisfazer seus objetivos, mas “*bounded rationality takes into account the cognitive limitations of decision makers in attempting to achieve those goals*” (JONES, 1999, p. 299).

DONALD GREEN e IAN SHAPIRO (1994, p. 13) apontam, ainda, mais dois problemas da *rational choice theory*. O primeiro, segundo os professores de ciência política de Yale, reside na natureza e no conteúdo dos verdadeiros desígnios das partes, que podem ser maiores ou distintos dos ganhos provenientes daquela disputa vista isoladamente. O segundo consiste na presunção de que os agentes possuem, e utilizam, na tomada de suas decisões, uma grande quantidade de informações.

HERBERT A. SIMON, por sua vez, defendia, como observa KAHNEMAN (2003, p. 1449), que a racionalidade limitada dos agentes deveria conduzir à substituição do modelo de maximização de utilidade para um modelo que levasse em consideração *satisficing*, ou seja, o agente racional buscaria um resultado satisfatório, adequado, no lugar de uma solução ideal que maximize sua utilidade.

A questão dos limites da racionalidade ganha ainda relevância distinta quando se está diante da análise de comportamento de agentes em grande escala, o que se aplica quando se analisa o Poder Judiciário:

Again, this does not imply that people are irrational, nor that people interacting in large-scale institutions make large-scale mistakes. Intendedly rational actors in large-scale institutions may respond collectively to the tasks they face adaptively. Wittman (1995:16) notes that “even if some individuals make incorrect choices, the law of large numbers is likely to yield the correct majority choice.” (JONES, 1999, p. 305)

Ou seja, ainda que determinados indivíduos, isoladamente, não ajam racionalmente, o fato é que quando se enfrenta determinada questão em grande escala não é provável, nas palavras de JONES, que essa irracionalidade seja observada de forma significativa. Desse modo, quando se está diante da regulação de mecanismos de solução de conflitos não é necessário que se pense, por meio dos modelos econômicos, que todos os indivíduos se comportarão de modo a maximizar sua utilidade, fazendo cálculos extremamente complexos e com amplo acesso a todas as informações disponíveis. Ao se analisar algo dessa dimensão, o foco não deve estar voltado para resultados individuais, na alteração radical de um determinado comportamento, mas deve se concentrar na *big picture*.

O ganho, afirma FARNSWORTH (2007, p. 24), ocorre nas margens. Não se trata, portanto, de criar incentivos que levam as partes a tomar decisões de “tudo ou nada”, de mudanças radicais de posições. Deve-se pensar, pois, em *incremental terms*. Como afirma FARNSWORTH “*legal rules may not cause entire changes in behavior by anyone, or little changes in behavior by everyone; but they do their work if they cause some shift at the margins*” (2007, p. 25).

Os modelos econômicos não devem ser vistos como uma tentativa de descrever perfeitamente determinados cenários ou o comportamento das pessoas de forma exata. Eles devem, como afirma KAHNEMAN na epígrafe deste capítulo, servir de base para um desenho institucional que, após, deverá ser lapidado considerando as limitações da racionalidade dos agentes.

Sobre essas limitações, KAHNEMAN e TVERSKY estudam os efeitos da *intuição* e sua influência na decisão dos agentes (KAHNEMAN, 2003, p. 1449). O ponto central, segundo KAHNEMAN, não é que as pessoas raciocinam mal, mas que eles agem, muitas vezes, intuitivamente e, nesse sentido, o comportamento desses agentes “*is not guided by what they are able to compute, but by what they happen to see at a given moment*” (KAHNEMAN, 2003, p. 1469).

Esse ponto limitador da racionalidade dos agentes é, com relação ao objeto deste trabalho, relevante, pois quando se está tratando de métodos de solução de conflitos, a decisão de se ajuizar ou não uma ação, ou dar início a uma arbitragem, não é, normalmente, uma decisão que se faz de forma imediata e de maneira intuitiva. As partes do conflito, em regra assistidas por seus advogados, tendem a agir, ainda que possivelmente envolvidas por emoções, um pouco mais de acordo com a razão, e o próprio tempo e burocracia necessários para o início de uma disputa acabam reduzindo a possibilidade de decisões serem tomadas com base na intuição. A decisão de propositura de uma ação judicial não se assemelha a uma decisão instintiva que KAHNEMAN normalmente atribui ao sistema 1 do cérebro humano³⁴. O que se pretende dizer é que, quando se trata da regulação de métodos de solução de conflitos, a interferência da intuição, como fator de limitação da racionalidade, é menor do que nos exemplos extraídos do dia-a-dia de TVSERKY e KAHNEMAN.

³⁴ Na explicação didática de KAHNEMAN, o funcionamento do cérebro humano contemplaria 2 sistemas distintos de processos cognitivos. O primeiro — Sistema 1 — intuitivo, é rápido, automático, faz pouco esforço, associativo, normalmente carregado de emoções, governado pelo hábito e, portanto, difícil de controlar ou modificar (Kahneman 2003, 1451). O segundo — Sistema 2 — que Kahneman chama de *reasoning*, é “*slower, serial, effortful, and deliberately controlled; they are also relatively flexible and potentially rule-governed*” (2003, p. 1451).

A *behavioral economics* já se debruçou sobre as anomalias que geralmente afetam as partes quando se trata de resolução de conflitos, o que fez pela dupla de ganhadores do Nobel acima citada. Há, segundo TVSERKY e KAHNEMAN basicamente 3 barreiras psicológicas que acabam afastando os litigantes da racionalidade mais pura: (i) otimismo e *overconfidence*; (ii) o efeito certeza; (iii) e a aversão à perda.

In particular, optimistic overconfidence is likely to make opponents believe that they can prevail and hence they do not have to make concessions. The certainty effect leads disputants to undervalue some outcomes, such as goodwill, because they are not certain. Finally, loss aversion is likely to reduce the range of acceptable agreements because one's own concessions are evaluated as losses and the opponent's concessions are evaluated as gains. Although these phenomena do not exhaust the psychological barriers to the successful resolution of interpersonal conflict, they represent serious obstacles that often stand in the way of successful negotiation. (2004, p. 743/744)

É necessário, portanto, que se saiba que as partes do conflito podem ter expectativas de êxito contaminadas por um otimismo ou que possam, ainda, ser avessas à perda. Neste segundo caso, a parte encara suas concessões como perdas e as da outra parte como ganhos, de modo que acabam ficando desbalanceadas, ainda que pudessem parecer razoáveis para o agente racional. Ter noção da existência dessas anomalias, para fins regulatórios, é fundamental para se entender e regular de forma distinta situações distintas. Se, por exemplo, o direito discutido em juízo significa muito para uma das partes e pouco para a outra (por exemplo, uma grande empresa), elas reagirão de maneira diferente e talvez o regulador, ao atribuir efeitos ao comportamento das partes, consiga dar tratamento específico para cada perfil de litigante.

Conhecer as anomalias, como afirmam KAHNEMAN e TVERSKY, é essencial para que se possa pensar em uma forma de corrigi-las:

The literature on judgment and choice (see Bazerman 1994; Dawes 1988; Kahneman, Slovic, and Tversky 1982) indicates that biases and cognitive illusions are not readily eliminated by knowledge or warning. Nevertheless, knowing the opponent's biases, as well as our own, may help us understand the barriers to conflict resolution and could even suggest methods to overcome them. (2004, p. 744)

Incorporar essas variáveis nos modelos econômicos talvez seja uma função difícil, como observa KAHNEMAN (2003, p. 1470), e torne esses modelos extremamente complexos. Todavia, inserir em um sistema de solução de conflitos normas que possam lidar com as anomalias é mais factível e o regulador deve estar atento a essa necessidade.

Como se viu, os modelos econômicos e a teoria da decisão racional servem de base para um desenho institucional, que depois deve ser moldado de acordo com anomalias que impactam e restringem a racionalidade dos agentes.

3 INCENTIVOS *EX ANTE* E *EX POST*

Ao se pensar nas regras de fixação e alocação dos custos do litígio — que são, como se viu, um dos elementos que devem ser tratados quando se está diante da regulação de meios de solução de conflitos e um dos fatores internos que influenciam a demanda pelo Judiciário — é necessário que se reflita sobre quais incentivos se pretende criar.

Há duas maneiras distintas de se abordar a questão: uma, com a preocupação, *ex ante*, de criar incentivos corretos para que as partes se comportem, no futuro, da melhor maneira possível a fim de evitar desperdícios; e outra, um olhar *ex post*, focado na justiça da distribuição dos custos já incorridos pelas partes (FARNSWORTH, 2007, p. 11).

FARNSWORTH, em sua obra *The Legal Analyst*, explica, a partir de um caso específico, a diferença da perspectiva *ex ante* e *ex post* do problema. O exemplo do qual parte — e aqui é necessário se abstrair regras de responsabilidade conhecidas no direito brasileiro — é o seguinte: um ladrão entra em um banco, aponta a arma para a cabeça de um dos clientes e anuncia que irá atirar se o caixa não lhe entregar todo o dinheiro. O caixa não entrega o dinheiro, o ladrão atira, mata o refém e foge. A família da vítima ajuíza uma ação contra o banco, alegando que o caixa deveria ter entregue o dinheiro e pretendendo ser indenizada. Como a questão deveria ser abordada?

A primeira forma de se resolver o problema é, segundo o autor, olhar para o passado e decidir se o banco deverá ou não indenizar a família da vítima. Talvez o senso de justiça indique, segundo FARNSWORTH, que o banco possui melhores condições de suportar a perda econômica decorrente da morte da vítima do que os seus filhos e herdeiros e, nessa linha, o banco deveria ser responsabilizado. Essa é uma maneira de se analisar, *ex post*, o problema, ou seja, depois que ele já se materializou (2007, p.3).

Pela ótica *ex post*, deve-se lançar um olhar para trás, analisando a situação já ocorrida, e, a partir daí, ver como distribuir, na medida do possível, os danos ocorridos, determinando quem irá suportá-los ao final, se o banco, a família da vítima, ou a sociedade.

A perspectiva *ex post* é chamada, ainda, de estática, pois assume as posições das partes como dadas e fixas, ao contrário da perspectiva *ex ante* que, por sua vez, parte da premissa de que o comportamento dos agentes pode variar de acordo com a regra criada, sendo também chamada de dinâmica.

O problema da análise *ex post* é que a lei não consegue “consertar” os eventos ruins que ocorreram. O prejuízo está consumado. Não há nada que a lei possa fazer para trazer de volta, neste exemplo, a vida que foi perdida, como lembra FANSWORTH:

“The point is that the law doesn’t fix bad things that have happened. I can’t; they’ve happened. All the law can do is to redistribute the suffering a bit. (...) But the law’s dream — anyone’s dream — would be to turn the clock back and stop the bad thing from happening in the first place. That would be better than quarreling afterwards about who should justly suffer for it.” (2007, p. 4, destacado no original)

Se, de um lado, não é possível voltar no tempo para evitar o acontecimento indesejado, o regulador pode e deve, ao criar regras, olhar para o futuro e buscar desenhar os incentivos corretos para que aquela situação indesejável não ocorra, ou, se não for possível, que ocorra com menor frequência.

O olhar *ex ante* do problema se propõe justamente a mirar no futuro e imaginar quais efeitos determinada regra criará no comportamento das partes. Essa visão prospectiva buscará evitar a ocorrência de situações indesejáveis, de desperdício, seja, no exemplo de FANSWORTH, reduzindo a ocorrência de novos assaltos com reféns e, possivelmente, vítimas fatais, ou, no que diz respeito a este trabalho, inibindo a propositura, ou continuação, de ações judiciais que poderiam ser evitadas, ou resolvidas fora do Judiciário, e que acabam abarrotando esse sistema de solução de conflitos.

Sempre haverá custos para resolução de disputas, seja essa resolução negociada, mediada, arbitrada ou submetida ao Judiciário. O ponto que merece destaque é que o desenho atual do Judiciário Brasileiro transfere, em boa parte, os custos do litígio, ou desse sistema de solução de conflitos, para a sociedade e, com isso, acaba criando incentivos ruins, já que contrários à autocomposição ou ao uso de métodos alternativos de solução de conflitos.

Os custos desses litígios serão sempre, nas palavras de FANSWORTH, um desperdício de tempo, esforço e recursos, pois não geram qualquer contrapartida (2007, p. 21). O atual desenho institucional, quando externaliza parte dos seus custos, acaba por estimular o ajuizamento de ações, aumentando ainda mais o desperdício de recursos.

Dessa forma, ao se tratar do acesso responsável à justiça, sobretudo no que diz respeito às regras de fixação e alocação dos custos do conflito, é necessário que se busque criar regras que produzam os incentivos adequados às partes, considerando essas duas perspectivas, *ex ante* e *ex post*, do problema.

4 OS CUSTOS DO CONFLITO NA PERSPECTIVA *EX ANTE*

Se, como visto, os custos do conflito são desperdícios, ao se tratar da regulação de métodos de solução de conflitos, é preciso que, olhando para o futuro, se imagine que tipo de comportamento se pretende estimular para as partes. Uma regulação adequada dos custos do conflito poderá impactar, dentre outros, na (i) escolha dos métodos de solução de disputas pelas partes e na (ii) decisão dos agentes de investir em prevenção de conflitos.

Conflitos fazem parte da vida em sociedade e é necessário se indagar, em primeiro lugar, quem suportará os custos do conflito: se as próprias partes litigantes, a sociedade, ou se esses custos serão rateados entre sociedade e litigantes. Em outras palavras, é preciso que se escolha se os custos da solução dos litígios serão internalizados pelas partes da disputa, se serão externalizados para a sociedade ou se serão rateados e, nesse caso, em qual proporção o rateio se dará.

O problema da internalização ou externalização dos custos do litígio pelas partes, na ótica *ex ante* do problema, vai além da simples transferência das despesas para a sociedade, o que, por si só, já é indesejado. Os custos do litígio, como visto, influenciam agentes racionais a compor conflitos e a análise econômica do direito indica que, sendo as partes envolvidas racionais e neutras em relação ao risco, quanto maiores forem os custos do litígio, maior será a probabilidade de autocomposição. A afirmativa pode parecer óbvia — mas há obviedades que são difíceis de serem enxergadas com nitidez — na medida em que ninguém, em sã consciência, gastaria mil contos de réis para receber no máximo cem. Se, todavia, os custos da disputa são irrisórios ou, então, se são externalizados e portanto suportados pelo Estado, o impacto na decisão do agente é evidente.

Imagine-se que, surgida uma disputa, os agentes tivessem à sua disposição ao menos 4 métodos de solução que GOLDBERG (2007, p. 4 e 5) denominou de primários: (i) negociar a solução a um custo C_{Neg} ; (ii) levar o conflito à mediação extrajudicial, o que implicaria em C_{Med} ; (iii) submeter a questão à arbitragem, por um custo C_{Arb} ; (iv) ou judicializar, a um custo C_{Jud} .

Cada um desses métodos de solução de conflitos apresenta vantagens e desvantagens inerentes à sua forma de atuação. As partes podem manter a prerrogativa de estabelecerem, elas próprias, a solução da controvérsia ou, então, podem optar em entregar essa decisão para terceiros, neutros, que podem ter ou não poderes decisórios sobre o mérito da disputa.

Finalmente, esse terceiro pode ser escolhido pelas partes, num procedimento privado, ou pertencer ao sistema estatal de solução de conflitos, no caso do juiz togado.

As diferenças entre os métodos são inúmeras e cada um pode se revelar mais adequado para a solução do caso concreto, mas essa análise poderia ser objeto de um estudo próprio e extrapola o objeto dessa dissertação. Aqui, o foco é apenas com relação aos custos do litígio. Assim, abstraindo as demais vantagens e diferenças entre os métodos de solução de conflitos, o agente racional tomaria a sua decisão considerando os custos de cada um deles e avaliaria C_{Neg} , C_{Med} , C_{Arb} e C_{Jud} .

Na negociação, na mediação extrajudicial e na arbitragem, esses custos são sempre suportados pelas partes litigantes. São, portanto, totalmente internalizados. O processo judicial brasileiro, como se viu, é em grande parte subsidiado pelo Estado e, nesse caso, os custos acabam não sendo suportados, no todo ou em parte, pelos litigantes, de modo que, bem vistas as coisas, a escolha do agente, hoje, deve considerar suportar: $100\% C_{Neg}$, $100\% C_{Med}$, $100\% C_{Arb}$ ou $11,08\% C_{Jud}$ ³⁵.

Os custos, C_{Jud} , têm relevância na decisão das partes, mas uma vez que são transferidos em grande proporção à sociedade, as partes acabam suportando apenas uma porção pequena dessas despesas, quando suportam. Dessa forma, se não há custos para os litigantes, como ocorre as questões resolvidas em primeiro grau nos Juizados especiais, a tendência é que as partes continuem optando em entregar os seus conflitos ao Judiciário, no lugar de tentarem resolver por si próprias ou pelo uso de métodos alternativos.

Não se está defendendo que a solução para os problemas do Judiciário brasileiro resida na majoração das custas judiciais. Não é isso. O objetivo deste trabalho é apenas fazer com que se tenha *consciência* do impacto dos custos na decisão de litigar e, assim, viabilizar que se façam, de maneira informada, as escolhas regulatórias relativas à fixação e alocação dos custos. É preciso que se decida, conscientemente, quais disputas a sociedade está disposta a subsidiar, para qual parte esse subsídio se aplicará, e em que proporção.

Não basta instigar, como fez o Código de Processo Civil de 2015, os litigantes a utilizarem métodos alternativos. Não basta estabelecer, logo no seu artigo 3º, que “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos” (§ 2º, do art. 3º, do CPC

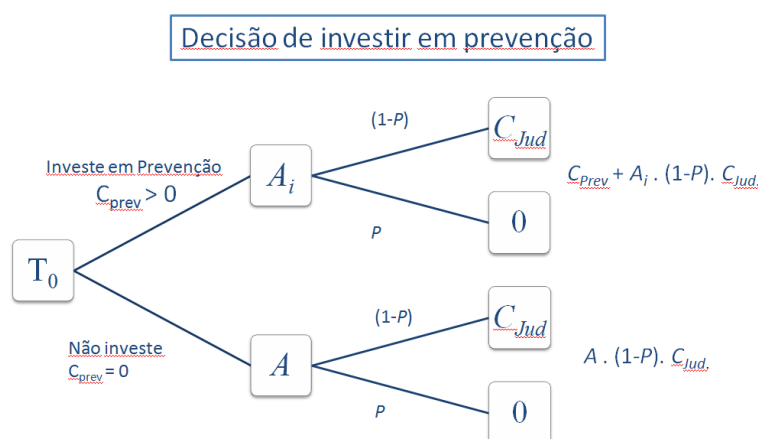
³⁵ Se considerarmos que, em 2016, enquanto as despesas com o Poder Judiciário custaram R\$ 84,8 bilhões, o recolhimento de custas, emolumentos e taxas somou apenas R\$ 9,4 bilhões, o que representa 11,08% dos custos do Judiciário. É evidente que essa conta é muito mais complexa, mas o argumento permanecerá hígido se se trocar o percentual de 11,08% por 20%, 30%, 40% ou qualquer outro percentual que seja substancialmente inferior a 100%. A ideia central é realçar o impacto, na decisão das partes, quando se tem um modelo em que o processo judicial é, em grande parte, subsidiado.

de 2015) ou que “a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juizes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial” (§ 3º do mesmo dispositivo). Os métodos não se desenvolverão satisfatoriamente enquanto os incentivos econômicos apontarem justamente na direção oposta. É preciso, além de normas programáticas, que os incentivos econômicos estejam alinhados com o objetivo perseguido pelo legislador.

Mas há mais. Ao subsidiar a solução de conflitos no Judiciário, transferindo o custo da máquina dos litigantes para a sociedade, o legislador não está apenas estimulando a utilização de *um* método de solução de disputas em detrimento de outros, ele está, ainda, desestimulando o investimento de grandes litigantes em prevenção de conflitos.

Os grandes litigantes, como se viu acima, são responsáveis por uma fatia considerável das ações em curso no Poder Judiciário. No Rio de Janeiro, apenas 30 entidades são, na Justiça Cível — aqui compreendidas as Varas Cíveis e Juizados Especiais Cíveis —, responsáveis por cerca de 90% das novas ações. O percentual é, repita-se, relevantíssimo e realça a necessidade de se criar incentivos adequados aos chamados grandes litigantes.

Investir em prevenção de conflitos, sobretudo quando se está diante de agentes que lidam com uma quantidade elevada de indivíduos e estão, portanto, sujeitos ao surgimento de muitos conflitos, é custoso. O custo deste investimento em prevenção (C_{prev}) deve se justificar e a árvore de decisão abaixo passa pela decisão do agente racional nesse momento anterior ao nascimento do conflito (T_0):



Organograma 2: decisão de investir em prevenção
Fonte: o autor

Se o agente, e.g., uma concessionária de serviço público, resolve investir em prevenção (C_{Prev}), incorre obrigatoriamente nesse custo, como revela a equação 10 abaixo:

$$C_{Prev} + A_i \cdot (1 - P) \cdot C_{Jud} \quad (10)$$

Ao investir em prevenção, o agente espera, com isso, reduzir o número de ações judiciais que terá em seu passivo de A (número de ações judiciais sem investimento em prevenção) para A_i (número de ações judiciais com investimento em prevenção), sendo que $A_i \leq A$. A redução de A para A_i será maior conforme a efetividade das medidas preventivas adotadas pela empresa, mas isso não basta para que o investimento, nesse modelo econômico, se justifique. Isso porque, em um sistema em que a parte arca com os custos do processo quando sucumbe $(1 - P)^{36}$, é necessário que o resultado da economia gerada com o investimento em prevenção seja maior do que os custos de prevenção, o que pode ser assim representado:

$$[A \cdot (1 - P) \cdot C_{Jud}] - [A_i \cdot (1 - P) \cdot C_{Jud}] > C_{Prev} \quad (11)$$

Basta olhar a equação acima para se perceber a importância dos custos judiciais, C_{Jud} , nessa operação. O número de casos litigados, A_i ou A , é multiplicado pela probabilidade de perda, $(1 - P)$, e pelos custos judiciais, C_{Jud} . Se, contudo, os custos judiciais (C_{Jud}) inexistem — na hipótese de subsídio integral —, o resultado da parte esquerda da equação será sempre igual a zero e não haverá investimento, por menor que seja, que compense a prevenção do conflito pelo agente racional, levando-se, repita-se, em consideração apenas a variável dos custos do litígio, excluindo as despesas contratuais com advogados.

Se, da mesma forma, C_{Jud} existem mas são suportados em grande medida por quem não é parte do processo, dificilmente a economia resultante da diminuição do número de causas, multiplicada pela probabilidade de perda $(1 - P)$ e pelo valor de C_{Jud} justificará o investimento em prevenção.

Isso significa, em mercados competitivos, que a empresa que optar pela prevenção de conflitos — abstraindo-se sempre inúmeras outras razões que justifiquem esse investimento,

³⁶ Lembrando que P é a probabilidade de vitória, de modo que $(1 - P)$ corresponde à probabilidade de derrota da parte.

como a preocupação com a marca e com o relacionamento com clientes — estará adotando uma estratégia mais custosa do que a sua concorrente que nada investe em prevenção e inunda o Judiciário com demandas repetitivas que são, ao final, suportadas pela sociedade.

Nessa linha, COOTER e RUBINFELD afirmam que “*in general, legal rules that increase the cost of resolving disputes increase incentives for precaution by victims and may either increase or decrease incentives for precaution by injurers*” (1989, p. 1086). A parte final dessa observação revela uma legítima preocupação: o aumento dos custos do conflito para todas as partes pode reduzir o número de ações judiciais, diminuindo o passivo judicial dos grandes litigantes e, com isso, acabar reduzindo o seu incentivo para investir em prevenção.

É importante, pois, que os custos do conflito sejam, a princípio, internalizados pelas partes da disputa, ainda que, mais adiante, a sociedade opte, de forma informada, por subsidiar o acesso em situações justificáveis e que garantam um acesso responsável ao Judiciário.

O modelo atual, ao permitir a externalização dos custos do litígio, incentiva o ajuizamento de ações aumentando o desperdício de recursos. Gera, numa ótica *ex ante* do litígio, incentivos ruins para o comportamento futuro das partes, que ajuizarão mais ações, investirão menos em prevenção, utilizarão menos os métodos alternativos de soluções de conflitos e produzirão, assim, mais desperdício, reduzindo o valor da riqueza no mundo (FARNSWORTH, 2007, p. 11).

Se, contudo, o atual desenho institucional do Judiciário brasileiro revela que os seus custos são, em grande parte, externalizados, o que gera os incentivos perversos acima anunciados, uma breve análise da evolução dos métodos de solução de conflitos demonstrará que nem sempre esse foi o modelo adotado.

4.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS CUSTOS DO LITÍGIO

Se hoje temos um modelo institucional que externaliza grande parte dos seus custos para a sociedade, e tem que lidar com mais de 100 milhões de ações judiciais por ano, nem sempre essa foi a opção adotada.

É importante ter consciência de onde nos encontramos na evolução da história — no que diz respeito ao tratamento dos custos no sistema judicial de solução de conflitos — para entendermos as opções regulatórias que já foram adotadas e desmistificar opções que possam vier a ser estudadas.

4.1.1 INÍCIO: CUSTOS INTERNALIZADOS

A solução de conflitos pelo Judiciário não foi a primeira nem a única forma de solução de conflitos. Diversas foram as maneiras pelas quais os povos se organizaram, ao longo do tempo, para lidar com a solução de disputas e alcançar o objetivo norteador do direito, que é a pacificação social. Com o desenvolvimento da sociedade, as instituições criadas para solucionar conflitos ganharam contornos distintos e esse breve apanhado histórico tem por objetivo, unicamente, expor como os custos do litígio foram alocados ao longo dos tempos: se eram internalizados e suportados pelas próprias partes ou transferidos ao “Estado” ou a terceiros.

Não há, conta IHERING (189-?), direito cujas origens não se percam nas profundidades da força física e a apropriação violenta em tempos de guerra, segundo GAYO³⁷, era o melhor modo de se adquirir a propriedade³⁸. Os conflitos eram solucionados, portanto, pelo uso da força privada. A ausência de instituições que cuidassem da solução dos conflitos de terceiros fazia, no que importa ao raciocínio que será desenvolvido adiante, com que os custos do litígio, independentemente da forma que esses custos tomassem, fossem suportados pelas próprias partes litigantes. A decisão por litigar ou não passava pela análise dos custos e benefícios envolvidos, custos esses que seriam suportados integralmente pelas partes.

A sociedade evoluiu, aos poucos o Estado passou a intervir na atividade de solução de conflitos e o desenho das instituições sofreu sensíveis mudanças.

Ao uso da força física sucedeu, no direito romano, uma fase do arbitramento facultativo, etapa em que as partes poderiam compor, escolhendo uma indenização que a ambas parecesse justa, ou apontando um terceiro para fixá-la (MOREIRA ALVES, 1971, p. 204). Os custos do litígio, aqui, ainda eram quase que totalmente *integralizados* pelas partes litigantes, que passaram a poder recorrer ao *iudex privatorum*.

Num terceiro momento, segundo MOREIRA ALVES (1971, p. 204), esse arbitramento tornou-se obrigatório, não se permitindo mais às partes resolver disputas pelo uso da força privada e, nesta etapa, o Estado, por meio dos *praetores*, não somente passou a obrigar os

³⁷ GAYO, IV, § 16.

³⁸ A propriedade não se transmitia, como mais tarde veio a ocorrer, e hoje é regra, pela tradição, mas sim pela *rapere* (em gótico *roubon*, que deu origem a palavra no português, roubo) que nada mais significava do que arrancar violentamente, sem que, contudo, fosse a tal ato atribuída qualquer significação de algo ilícito. Segundo IHERING (*Op. Cit.* p. 136), em todos os povos jovens e guerreiros o roubo de coisas do inimigo sempre foi considerado uma forma honrosa de se adquirir a propriedade.

litigantes a submeter a questão ao *iudex privatorum*, mas também passou a assegurar a execução das sentenças caso o vencido não a cumprisse espontaneamente. A intervenção estatal buscava pacificar a sociedade e, com isso, parte dos custos do litígio acabou sendo transferida ao Estado.

Apenas em uma quarta etapa é que a função de conhecer e solucionar essas disputas passou a ser exercida por funcionários do Estado, e somente a partir desse momento a jurisdição foi estatizada. Subsistiu, contudo, a possibilidade de as partes recorrerem a um árbitro privado, mas tal hipótese deixou de ser regra, para se tornar exceção.

O que se pretende chamar atenção é que nem sempre os custos do litígio foram transferidos — sobretudo na proporção em que são hoje (quase 90%) — das partes litigantes para o Estado. Eles já foram quase que integralmente internalizados pelas partes e, com o tempo, foram sendo transferidos para o Estado.

A forma de remuneração deste sistema estatal de solução de conflitos sempre foi objeto de interessantes discussões e o apanhado que será feito a seguir, do Judiciário brasileiro com sua influência lusitana, expõe o dilema, que não tem nada de inédito, de se cobrar os custos das partes litigantes ou da sociedade.

4.1.2 OS CUSTOS DO LITÍGIO NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: DA DÍZIMA DA CHANCELARIA À TAXA JUDICIÁRIA

Ao passar a exercer a atividade jurisdicional, hoje considerada função essencial, o Estado assumiu em grande parte os custos decorrentes dessa atividade. Ao longo dos tempos ele sempre procurou se remunerar pelo exercício da jurisdição e a forma de tributação utilizada variou de acordo com os diferentes momentos históricos.

Segundo MOREIRA ALVES a origem da atual taxa judiciária, no direito lusitano, “deita raízes na dízima da chancelaria”³⁹, que consistia em um valor cobrado dos réus derrotados em ações judiciais, equivalente a um décimo do valor da condenação. A quantia, considerada por uns como imposto e por outros como pena, era inicialmente cobrada apenas dos réus derrotados em ação judicial, numa verdadeira via de mão única. Penalizar apenas o réu vencido, e não o autor derrotado, era um sistema que incentivava o ajuizamento de demandas em razão da ausência de risco e, assim, a Lei de 18 de fevereiro de 1653 passou a responsabilizar, além dos

³⁹ Acórdão na Representação nº 1.077-5 – RJ, Rel. Min. MOREIRA ALVES. Julg. em 28.3.1984. p. 26, Supremo Tribunal Federal.

réus condenados, também os autores vencidos pelo pagamento da *dízima*⁴⁰, a fim de se evitar desperdícios ou, nas palavras da época, a fim de que os “vassalos vivessem em paz”, “sem entre eles haver causas de ódios(...)”⁴¹.

A *dízima* da chancelaria era exigida, após a sentença, de quem fazia “má demanda”⁴². Não havia, como existe hoje, uma antecipação dos custos judiciais por uma das partes que, se vencedora, será reembolsada e cobrará os valores adiantados da parte vencida. Os custos do litígio eram suportados pelo Estado e apenas ao final da demanda a parte vencida era condenada a pagar a *dízima*.

Nessa época, a *dízima* era considerada como um misto entre pena e imposto, segundo MOREIRA ALVES, “dado a uma imprecisão que então havia na distinção entre imposto e taxa”⁴³.

Hoje em dia, não há dúvida, conforme o entendimento reiterado do Supremo Tribunal Federal, de que a taxa judiciária cobrada pelos Tribunais é “tributo da espécie taxa”, devendo guardar, portanto, “pertinência com a prestação do serviço público e divisível referente à Administração da Justiça”⁴⁴. LUIZ EMYGDIO (2009, p. 94) afirma, sobre as taxas, que elas deveriam “guardar uma razoável, discreta ou prudente proporcionalidade entre o uso do serviço e o valor da taxa cobrada”. O fato de o tributo cobrado das partes litigantes ser da espécie taxa não significa, como se viu no capítulo 1.2 que esse sistema estatal de soluções seja mantido pelo pagamento das taxas. Ao contrário, como já se viu, cerca de 90% dos gastos do Judiciário são suportados através dos impostos arrecadados da sociedade e apenas 10% provêm da arrecadação das taxas e emolumentos judiciais.

A forma de remuneração da prestação jurisdicional já suscitou relevante debate, citado por MOREIRA ALVES⁴⁵ no julgamento da Representação 1.077-5/RJ. EINAUDI, CARNELLUTTI e SATTA divergiram acerca da natureza da remuneração das despesas com a prestação da jurisdição. Para EINAUDI, essas despesas deveriam ser atendidas por *imposta giudiziaria*, suportados por todos, e não por taxas, que recairiam apenas sobre os litigantes. Segundo o economista e político italiano, sendo a jurisdição uma função essencial do Estado, com vistas à defesa nacional e à segurança pública, ela serviria a todos os cidadãos, e não apenas às partes

⁴⁰ Cf. o teor da Lei em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=115&id_obra=74&pagina=55. Consulta realizada em 10.1.17.

⁴¹ Cf. http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=115&id_obra=74&pagina=55. Consulta realizada em 10.1.17

⁴² Nos termos do Alvará de 20 de outubro de 1665, conforme consulta realizada em 10.1.17 no site: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=115&id_obra=74&pagina=47

⁴³ Cf. trecho da Representação 1.077-5/RJ, p. 26

⁴⁴ Brasil. Supremo Tribunal Federal. Emb. Decl. no Recurso Extraordinário 249.003 RS. Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 9.12.15. Ainda segundo o Supremo, desde a Emenda Constitucional 7/77, não haveria mais dúvida de que a “taxa judiciária é taxa remuneratória” (Representação 1.077-5 – RJ. p. 48)

⁴⁵ Cf. trecho da Rep. 1.077-5, p. 51.

litigantes, razão pela qual a atividade deveria ser remunerada por impostos, não taxas. CARNELLUTTI, contudo, defendia que a concepção publicística do processo não conduziria diretamente à tese de EINAUDI, e sustentava que o Estado deveria cobrar taxas dos litigantes pelo serviço público de composição de lides. Finalmente, SATTA assumiu uma posição intermediária, defendendo que parte das despesas deveriam ser suportadas pela sociedade, por meio de impostos, e a outra parte pelos litigantes, por meio da cobrança de taxas que não inviabilizassem o acesso das partes ao Judiciário.

O debate aplica-se à realidade do cenário atual no Brasil. Se hoje a taxa judiciária paga pelos litigantes, tal como defendia CARNELLUTTI, remunera pouco mais de 10% dos custos do Poder Judiciário, os outros 90% acabam sendo suportados pela sociedade mediante do pagamento de impostos. O balanço atual, embora não de forma proposital, se aproximam do modelo de SATTA.

Há, portanto, uma tensão, um ajuste fino que deve ser objeto de regulação, entre os custos que devem ser suportados pelas partes litigantes, sem impedir o seu acesso à justiça, mediante a cobrança de taxas, e aqueles que devem ser repassados à sociedade, na forma de impostos, para a manutenção da instituição que serve a todos na medida em que garante a segurança jurídica. As taxas judiciárias não podem ser tão baixas a ponto de estimular o ajuizamento, ou a manutenção, de ações irresponsáveis, mas não podem ser tão altas de modo a inviabilizar o acesso a um serviço que, para o bem geral, o Estado tomou para si.

A dose adequada de intervenção para corrigir as falhas semelhantes às de mercado, no caso as externalidades decorrentes da judicialização dos conflitos (caráter negativo), ou para implementar valores positivos do Estado (caráter positivo), como a garantia do acesso à justiça para os hipossuficientes, deverá ser objeto, como diria SERGIO GUERRA (2015), de *escolha administrativa* a ser feita pelo regulador, que deve, para tanto, entender a dinâmica e o papel dos custos na decisão de agentes racionais na solução de conflitos.

4.2 TRIBUTAÇÃO E NORMAS INDUTORAS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

A alocação dos custos, se internalizados pelas partes litigantes ou externalizados para a sociedade, impacta, como se viu, na decisão do agente racional de judicializar, ou não, uma questão.

Uma parcela dos custos do litígio considerados pelos litigantes diz respeito ao pagamento das taxas (e custas) judiciárias⁴⁶, que serão maiores ou menores conforme o regulador decida internalizar os custos nas partes do conflito ou, então, permitir a sua transferência para a sociedade, como se viu acima.

A margem de manobra do regulador encontra, todavia, alguns limites já pronunciados pelo Supremo Tribunal Federal. Não pode ser excessiva a ponto de criar obstáculo capaz de impossibilitar a muitos o acesso à justiça⁴⁷ e deve ter um teto proporcional ao custo da atividade do Estado a que se vincula⁴⁸, pois no caso julgado pelo Supremo, que envolvia uma norma do Estado de Goiânia, embora o valor da taxa judiciária fosse atrelado ao montante da disputa, não havia previsão de um teto e a taxa era, ainda, progressiva.

A partir do momento em que se tem consciência de que boa parte dos custos do litígio levados ao Judiciário são externalizados, o regulador pode formular outras maneiras de incentivar o uso de métodos alternativos de solução de conflitos, como a arbitragem e a mediação extrajudicial, nos quais os custos do litígio são integralmente suportados pelas partes envolvidas.

O Código de Processo Civil de 2015 arriscou lançar tímido incentivo, em matéria tributária, ao réu da ação monitória que, citado, cumprir o mandado dentro do prazo. Nessa hipótese, na forma do § 1º, do art. 701, ele ficará isento do pagamento das custas processuais. A iniciativa é boa mas o Judiciário, neste caso, terá sido provocado e sua estrutura movimentada sem qualquer remuneração. *Since there's no free lunch*, esses custos, embora pequenos, acabarão sendo externalizados para a sociedade.

O Código de 2015 criou, ainda, uma série de normas que aumentam o custo do litígio para as partes, mas sem natureza tributária. É o caso, por exemplo, da sucumbência recursal, hipótese em que os honorários advocatícios a que a parte tiver sido condenada em primeira instância poderão ser majorados no julgamento do recurso, caso mantida a decisão recorrida. A medida desestimula a interposição de recursos frívolos, mas não endereça a questão do déficit do Judiciário acima demonstrada.

Um exemplo interessante, contudo, extrai-se da experiência alemã. Lá, como já tive a oportunidade de observar em outro trabalho,

⁴⁶ Não menos relevantes, mas fugindo do objeto deste trabalho, são outros custos com honorários de advogados e assistentes técnicos

⁴⁷ Rep. 1.077-5.

⁴⁸ ADI 948-6 – GO

a lei de custos judiciais (*Gerichtskostengesetz* - GKG), na seção 9, §69b, autoriza os Estados a reduzirem taxas para ajuizamento de ação caso as partes tenham tentado mediar ou aplicar outro método alternativo de solução de litígios. O incentivo é razoável e premia a parte que cumpre o seu dever de, civilizadamente, tentar compor o conflito antes de levá-lo ao Judiciário (PIMENTEL, 2016, p. 351).

Mais do que isso, ao induzir as partes a tentarem solucionar o conflito fora do Judiciário, seja por arbitragem, seja pela mediação extrajudicial, a norma tende a reduzir o volume dos custos que são externalizados por elas.

Como toda norma dispositiva, no lugar de obrigar um comportamento das partes litigantes, a lei tedesca cria incentivos e dá alternativas aos litigantes. Nesses casos, os efeitos não são, geralmente, sentidos de imediato, mas a mudança de comportamento — para “*direções socialmente desejáveis*” (ARAGÃO, 2003, p. 31) — leva um tempo.

É verdade que acordos em processos de mediação ou sentenças arbitrais podem não ser cumpridos espontaneamente pelas partes e, nesses casos, o recurso ao Judiciário, único detentor do poder de *imperium*, será necessário. Embora a concessão de um incentivo fiscal, em regra, aumente os custos para os demais contribuintes, a sociedade terá, nesse caso, economizado os custos que normalmente são externalizados na fase de conhecimento e, ainda, todos os custos do litígio que simplesmente não chegaram ao Judiciário porque pacificados definitivamente por meios alternativos. Isso tudo sem falar nos benefícios da autocomposição de conflitos que, segundo TEORI ZAVASKI (informação verbal⁴⁹), é a marca da civilidade de uma sociedade.

Como se viu, se hoje temos um sistema que transfere cerca de 90% dos seus custos para a sociedade, esta, em outras épocas, já deu tratamento diferente aos custos do litígio. Nas sociedades mais primitivas, esses custos eram inicialmente internalizados pelas partes litigantes. Com o tempo, o estado passou a assumir a função de solucionar disputas e já houve discussões profundas sobre a forma por meio da qual deveria se dar a remuneração pela prestação desse serviço: se por taxa, cobrada dos litigantes, ou imposto, cobrado da sociedade. O fato é que a tributação pode, e deve, ser usada como forma de induzir as partes a solucionarem seus conflitos. A criação de regras adequadas poderá influenciar na decisão das partes de escolher qual o método de solução de disputas adotarão e, ainda, poderá ter grande relevância na decisão de se investir em prevenção de conflitos.

⁴⁹ Em palestra em evento organizado pelo IMI – *International Mediation Institute* – no Harvard Faculty Club em 2015.

4.3 PAGAMENTO DAS CUSTAS DE UMA SÓ VEZ?

Ainda analisando a questão pela ótica *ex ante*, a partir do momento em que se tem consciência de que os custos do litígio impactam na decisão das partes de litigar, ou de continuar litigando, uma série de incentivos distintos podem ser criados pelo legislador e a discussão não se restringe a definir quem suportará os custos do processo, se os próprios litigantes ou a sociedade.

Pode-se, como já se viu acima, incentivar o uso de outros métodos de solução de conflitos que não transfiram, como o Judiciário hoje transfere, à sociedade qualquer parcela dos seus custos. Reduzir as taxas judiciais para execução de acordos obtidos em mediação ou para execução de sentenças arbitrais é uma forma, igualmente interessante, de se estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos que não transferem seus custos ao Estado e não inflam o sistema estatal de solução de conflitos.

Mas o ponto que se pretende, neste item, destacar reside na inconveniência de se cobrar a integralidade, ou grande parte, das custas em uma só oportunidade — normalmente quando do seu ajuizamento. Essa mesma lógica se aplica, também, aos regulamentos de câmaras arbitrais, que muitas vezes cobram suas taxas, ou maior parte delas, no momento da instauração da arbitragem.

É evidente que os custos do processo não se consumam integralmente no momento do seu ajuizamento. Eles vão se consumando com o desenrolar do processo mas, por razões de conveniência, são estimados e cobrados, em grande parte, por ocasião da propositura da ação.

O pagamento dos custos do litígio em um único momento promove apenas uma oportunidade para as partes refletirem se desejam incorrer nos custos do processo. Incorrer, no momento inicial do processo, com o pagamento de todos os custos, ou com o pagamento de grande parte deles, faz com que a parte litigante faça esse investimento inicial e não tenha, mais adiante, outras oportunidades de repensar, de forma significativa com relação aos custos, sobre o prosseguimento da disputa. Esse raciocínio não conduzirá, necessariamente, à majoração dos custos do processo, afetando apenas a forma de cobrança.

É indiscutível, por outro lado, que não seria prático nem viável se cobrar das partes por cada ato do processo. O processo judicial é extremamente complexo e há que se encontrar e definir as etapas em que essa cobrança possa se dar de forma dividida, mas sem traumas.

COOTER e RUBINFELD (1989, p. 1.069 e 1.070), dividem a cronologia de uma disputa judicial em 4 etapas, que vão da ocorrência do evento danoso (estágio 1), passando pela decisão do ajuizamento da ação (estágio 2), pela negociação entre autor e réu com a intervenção de seus advogados (estágio 3), até o julgamento (estágio 4), conforme tabela abaixo:

Tabela 6 : Etapas do processo legal para modelos econômicos

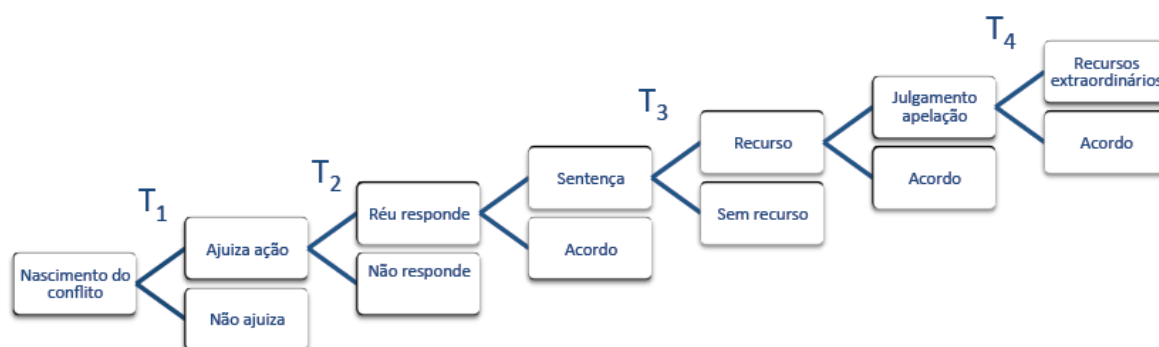
TABLE 1
MATCHING STAGES OF A LEGAL DISPUTE TO ECONOMIC MODELS
Stage 1: Harm—market models or externality models
Stage 2: Assertion of legal claim—decision under uncertainty to be solved recursively
Stage 3: Bargaining—strategic bargaining model with principal-agent overlay
Stage 4: Trial—negative-sum game for disputants, grafted onto collective choice by impartial court.

Fonte: COOTER e RUBINFELD (1989, p. 1.069 e 1.070)

SHAVELL (2004, p. 389), por sua vez, divide essa cronologia em apenas 3 etapas, (i) ajuizamento, (ii) acordo e (iii) julgamento.

Não há dúvidas que o sistema judicial americano é bastante distinto do brasileiro, mas tanto lá quanto cá, o processo judicial pode ser encarado, como observa ARENHART (2009, p. 42), como um jogo sequencial, no qual um jogador faz um movimento e o outro reage, o que poderia ser assim representado:

Árvore simplificada de decisões no processo judicial



Organograma 3: Árvore da decisão do processo judicial brasileiro

Fonte: o autor

O processo civil brasileiro é, sem dúvida, bem mais complexo do que a ilustração acima, mas o que se procurou destacar, em T_1 , T_2 , T_3 e T_4 são momentos em que o regulador teria

oportunidades de criar incentivos adequados às partes litigantes para evitar disputas ou o seu prosseguimento.

Em T_1 , o agente racional avalia se propõe, ou não, a ação judicial e, seguindo a modelo racional, ele o fará se $C_a < D_a \cdot P_a$. SHAVELL observa, nesse ponto, que o agente racional irá optar por incorrer nos custos da ação judicial “*as long it costs less then the expected benefit it yelds*” (2004, p. 415).

Em T_2 , será o réu que deverá avaliar se compensa incorrer nos custos do conflito para se defender. Se, todavia, todos os custos judiciais já foram despendidos no momento do ajuizamento da ação e não há, nessa oportunidade, qualquer possibilidade de redução ou restituição, perde-se a oportunidade de promover incentivos adequados para o réu evitar o prosseguimento do conflito.

O Código de Processo Civil já trabalha com alguns incentivos nessa fase do processo e aqui vale citar ao menos dois: (i) O art. 827, § 1º, estabelece que o devedor que, citado no processo de execução extrajudicial, efetuar o pagamento integral no prazo de 3 dias, terá o benefício de reduzir os honorários advocatícios pela metade; (ii) na ação monitória, o art. 701, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015, afirma que se o réu, citado, cumprir o mandado no prazo, ele ficará isento do pagamento das custas.

No primeiro caso, o incentivo se dá com uma redução dos honorários advocatícios, o que pode ser justificado em razão da menor quantidade de trabalho que o advogado terá, uma vez que o processo se encerrará rapidamente. Apesar de o processo terminar em um momento inicial, o legislador não previu qualquer redução ou devolução das custas pagas. O valor pago em uma ação que termina 3 dias após a citação do réu será o mesmo para uma ação que se arraste por décadas.

No segundo exemplo, a lei prevê uma isenção, para o réu, do pagamento das custas. Ocorre que das custas processuais, já foram, neste caso, antecipadas pelo autor. Ou bem a isenção deveria ser direcionada às partes do processo, ou esse custo será suportado, ao final, pelo autor da ação, que o adiantou e não será ressarcido — e, nesse cenário, o legislador teria feito gentileza com o chapéu do autor.

O fato que se pretende destacar é que há, em T_2 , uma oportunidade para o regulador de criar incentivos para as partes do conflito consistente em uma redução, isenção ou até mesmo devolução parcial das custas já recolhidas, caso as partes consigam transigir. Esse incentivo não deveria ser exclusivo das ações executivas ou monitórias e se encaixaria muito bem na nova sistemática do procedimento comum, que normalmente é iniciado com a realização de uma audiência de conciliação ou mediação. Na mediação, como já se disse anteriormente, as partes

têm uma oportunidade de reduzir o *gap* entre a expectativa de ganho do autor, E_a , e a de perda do réu, E_r , o que também contribui, como a teoria econômica demonstrou, para a autocomposição. Se, além disso, as partes conseguem reduzir ou recuperar parte dos custos do processo, os incentivos econômicos estariam alinhados com o incentivo do art. 3º do Código de Processo, que procura estimular a autocomposição.

Outro momento destacado no gráfico foi T_3 , após a sentença. Nesse ponto, é razoável se presumir que as partes já possuem prognósticos mais precisos com relação às suas chances de êxito, e haveria, aí, uma nova oportunidade de se provocar os litigantes para uma tentativa de autocomposição. As expectativas de ganho e perda das partes devem estar menos distantes e, se houvesse uma nova rodada de decisão sobre a conveniência de se prosseguir com o contencioso, a teoria indica que a probabilidade de serem celebrados acordos aumentaria. Se, ao contrário, não há custo para recorrer ou se este custo é irrisório, a tendência é que a decisão de continuar litigando seja mais facilmente tomada pela parte.

Dois grandes Tribunais de Justiça adotam sistemas bastantes distintos para as custas devidas pela parte que decide recorrer da sentença. No Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, além de outras despesas fixas, a parte que inicia o processo deve pagar custas judiciais equivalentes a 2% do valor da causa⁵⁰. Caso a sentença lhe seja desfavorável, a parte pagará custas para recorrer e não há novo pagamento de taxa judiciária. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por sua vez, a taxa judiciária para o ajuizamento da ação é de 1% sobre o valor da causa⁵¹ mas, diferentemente do Tribunal carioca, há pagamento de 4%, do valor da causa ou do valor fixado na sentença, de taxa judiciária para se recorrer.

Os modelos são bastantes distintos. Enquanto no Rio de Janeiro a taxa judiciária é cobrada exclusivamente por ocasião do ajuizamento da ação, em São Paulo existe a cobrança de 1% no momento da propositura e de 4% por ocasião da interposição de recurso contra a sentença. Não há dúvidas de que existem outros fatores que influenciarão a interposição ou não de recurso, mas uma pesquisa quantitativa nesses dois tribunais, de causas semelhantes, poderá indicar se há, ou não, diferença no comportamento das partes.

O CPC de 2015 introduziu, em T_3 , o instituto da sucumbência recursal, que consiste em mais um incentivo econômico para que as partes reflitam sobre a conveniência, ou não, de interpor recursos e prosseguir, assim, com o litígio. De acordo com o art. 85, § 11, o tribunal,

⁵⁰ Há um teto no valor de R\$ 35.411,29 e um piso de R\$ 77,90, previsto na Portaria CGJ 2.683/16, da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

⁵¹ O teto, em São Paulo, é de 3.000 UFESP, que equivalem, nesta data, a R\$ 75.210,00, e o piso de 5 UFESP, equivalentes a R\$ 125,35.

ao julgar o recurso, “majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal”. Ao majorar os honorários, a lei está aumentando os custos judiciais para a parte sucumbente e, dessa forma, aumentando as chances de autocomposição.

Finalmente, o mesmo raciocínio se aplica para T_4 , quando as partes estão se encontram numa posição de decidir se recorrerão para instâncias extraordinárias. Os recursos para as instâncias extraordinárias não admitem a rediscussão de fato e tratam apenas de violações à Constituição, à lei ou buscam uniformizar o entendimento da jurisprudência. Esses casos se enquadram, como observam COOTER e ULEN (2011, p. 413), naqueles em que os efeitos da decisão servem também para partes estranhas ao processo, na medida em que auxiliam na função interpretativa das leis, conferindo maior previsibilidade aos julgamentos. Nesses casos, segundo COOTER e ULEN, o subsídio dos custos pelo Estado se justificaria.

Assim, é possível se pensar em um modelo que dilua o pagamento dos custos em etapas do processo bem definidas. Sem onerar mais as partes — que inclusive pagarão menos se transigirem antes — esse modelo criaria momentos de reflexão sobre a conveniência, ou não, de se seguir com a disputa e majorar, consequentemente, os seus custos.

5 PESQUISA QUANTITATIVA SOBRE O ÍNDICE DE RECORRIBILIDADE NOS JUIZADOS ESPECIAIS E NA JUSTIÇA COMUM

A teoria indica que a redução dos custos do litígio pode estimular a procura pelo Judiciário. A *contrario sensu*, custos elevados podem inibir o ajuizamento de ações (COOTER E RUBINFELD, 1989, p. 1085), fomentar o investimento em medidas preventivas e estimular o uso de outros métodos de solução de conflitos.

O Judiciário brasileiro tem dois modelos, do procedimento comum na Justiça Cível (JC), e dos Juizados Especiais Cíveis (JEC), que foram neste trabalho usados para testar a hipótese retratada na teoria racional acerca do impacto dos custos na decisão de litigar.

Uma primeira dificuldade encontrada, contudo, residiu no fato de que não seria possível, numa pesquisa quantitativa, identificar o número de pessoas que, em razão dos custos da Justiça comum, JC, deixaram de litigar ou optaram pelo ajuizamento de ações nos Juizados Especiais, JEC.

Há disputas legais, como apontam COOTER e RUBINFELD (1989, p. 1082), que são resolvidas por acordo na esfera privada e não chegam às cortes. Não há, por óbvio, dados precisos relativos ao número de disputas que não foram ajuizadas em razão dos custos do litígio, de modo que não é possível analisar o impacto dos custos do litígio no comportamento das partes *no momento do ajuizamento da ação*.

Se a análise é impossível, com os dados hoje existentes, de ser feita nesse momento inicial do processo, ela é factível em uma fase mais avançada. É viável, e aqui se concentra a pesquisa, analisar o impacto dos custos do litígio na decisão das partes de *continuar litigando*.

A pesquisa sobre o impacto dos custos na decisão de litigar foi realizada em um momento posterior do processo judicial, quando as partes, após a sentença da fase de conhecimento, podem optar pela interposição ou não de recursos às instâncias superiores.

Nessa linha, o desenho institucional do Judiciário brasileiro possui um exemplo interessante que poderá testar, com algumas limitações inerentes à complexidade dos fatos da vida real, a hipótese da qual esse trabalho parte: o índice de recorribilidade contra sentenças proferidas na Justiça Comum seria maior do que nos Juizados Especiais Cíveis.

O desafio de realizar esta pesquisa quantitativa visava a endereçar uma das principais observações feitas por críticos da *rational choice theory*, que afirmam que grande parte dos estudos terminam com o desenho de modelos que teoricamente explicariam a atuação dos agentes racionais, mas nenhum teste empírico é realizado (GREEN e SHAPIRO, 1994, p. 7).

5.1 OS DADOS

Com base em uma amostra obtida a partir das informações disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a pesquisa quantitativa realizada teve por objetivo, portanto, comparar o índice de recorribilidade contra sentenças da fase de conhecimento proferidas em 3 grupos de casos distintos:

- JC 15** – Justiça Comum, sentenças proferidas em 2015
- JEC 15** – Juizados Especiais, sentenças proferidas em 2015
- JC 17** – Justiça Comum, sentenças proferidas em 2017

Para tanto, solicitou-se ao Tribunal a relação das primeiras mil sentenças, coletadas em 4 juízos distintos de cada um dos grupos, escolhidos aleatoriamente, proferidas: a partir de junho de 2015, para os grupos **JC 15** e **JEC 15**; e a partir de março de 2017, para o grupo **JC 17**.

A determinação dos grupos analisados deu-se pelas seguintes razões: enquanto nos juizados especiais (“**JEC**”) *não há* custas judiciais para a propositura de uma ação, mas há custos *elevados* para se recorrer da sentença⁵², na justiça comum (“**JC**”), os custos para ajuizamento de uma demanda são *relativamente altos*⁵³ e os custos para recorrer são *baixos*⁵⁴. Isso explica a hipótese adotada, segundo a qual o índice de recorribilidade na **JC** seria maior do que nos **JEC**.

O corte temporal, 2015 e 2017, justifica-se por razões práticas e jurídicas. Justifica-se, em primeiro lugar, pela maior facilidade de acesso à informações de casos mais recentes — quase todos eles processos eletrônicos. Além disso, com o advento do Código de Processo Civil de 2015, que entrou em vigor em março de 2016, foi introduzida alteração que impacta a decisão

⁵² Atualmente, no Rio de Janeiro, os custos para interposição de recurso nos juizados especiais giram em torno de R\$ 1.200,00, em ações que tem como limite máximo o valor de 40 salários mínimos.

⁵³ Paga-se, de custas processuais para o ajuizamento de uma ação que tenha como valor atribuído à causa R\$ 500 mil, pelo procedimento comum, a quantia de R\$ 10.512,31. Neste valor, estão inclusos 2% sobre o valor da causa de taxa judiciária, que tem um teto de R\$ 35.411,29.

⁵⁴ Hoje, as custas para interposição de uma apelação montam R\$ 299,36, sem qualquer relação com o valor da disputa.

da parte de recorrer contra a sentença de primeiro grau. Assim, além do cotejo analítico de dados de recorribilidade entre ações da **JC** e do **JEC**, optou-se por confrontar, também, casos em que a decisão de recorrer e, portanto, continuar litigando, se deu (i) na vigência do CPC de 1973, e aqui temos o grupo **JC 15**, e (ii) na vigência do CPC de 2015, **JC 17**.

O motivo desta escolha reside no fato de que o CPC de 2015 incrementou os custos do litígio para a parte recorrente ao introduzir a sucumbência recursal, em seu artigo 85, § 11. Se até março de 2016, a decisão de recorrer na **JC**, no que diz respeito aos custos, passava somente pelo pagamento das custas recursais, com o CPC de 2015 foi prevista a possibilidade de majoração dos honorários sucumbenciais, que devem ser suportados pela parte derrotada⁵⁵, em razão “do trabalho adicional realizado em grau recursal”.

Dessa forma, apesar do pouquíssimo tempo de vigência do CPC de 2015 e, conseqüentemente, do risco de os agentes não terem sequer incorporado, aprendido e considerado os efeitos da nova regra, decidiu-se por pesquisar, também, o grau de recorribilidade neste terceiro grupo de sentenças, aqui identificado como **JC 17**.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em atenção à solicitação feita, disponibilizou a relação dos casos que tiveram sentenças proferidas, para os casos de 2015, no período de 1/6/15 a 31/7/15 e, para os casos de 2017, entre 01/03/2017 e 31/04/2017. O relatório analítico de sentenças fornecido pelo Tribunal continha as seguintes informações:

- Código do Processo
- Situação do processo
- Código da classe do processo
- Nome da classe do processo (aqui são classificadas as ações que tramitam pelo procedimento comum, procedimento sumário, procedimento do juizado cível, dentre outros)
- Nome do assunto (não foi feita qualquer restrição por assunto)
- Nome da competência (cível e juizado especial cível, basicamente)
- Nome da Comarca (todos os casos enviados são da comarca da capital)
- Nome da Serventia (os processos são da 2ª, 12ª, 22ª e 32ª Varas Cíveis e dos 2º, 4º, 6º, e 8º Juizados Especiais Cíveis)

⁵⁵ Não se ignora que outros fatores também influenciam na decisão de recorrer, mas estes permaneceram inalterados, como questões ligadas à imagem e reputação, incidência de juros moratórios enquanto perdurar a mora e outros.

- Data da distribuição do processo
- Processo secundário (indica se houve alguma ação preparatória)
- Nome do andamento (indica a remessa à conclusão do Juiz titular, tabelar ou vinculado)
- Nome tipo ato andamento (todos os atos foram classificados pelo Tribunal como sentenças)
- Descrição do ato do juiz (há diversas classificações, desde o julgamento de procedência ou improcedência, até a extinção por abandono de causa, o acolhimento de embargos declaratórios opostos contra sentença, dentre outras)
- Data de retorno do andamento (a data em que o ato analisado foi praticado)

O número de casos recebidos variou de grupo para grupo e não era, necessariamente, igual a mil, como inicialmente solicitado ao Tribunal. Com isso, no grupo **JEC 15**, a relação de casos em que haviam sido proferidas sentenças superava, em muito, os mil processos que se pretendia analisar (a planilha indicava 9.205 processos e, portanto, foram considerados os primeiros mil casos) e, nos grupos **JC 15** e **JC 17**, os números ficaram próximos dos mil processos pretendidos, mais precisamente 828 casos no primeiro grupo e 1.023 no último (aqui também a análise partiu dos primeiros mil casos) .

À planilha enviada pelo Tribunal foram adicionadas algumas informações e todas as cerca de 3.000 sentenças foram baixadas, conferidas e examinadas⁵⁶. Algumas colunas foram inseridas e preenchidas a partir das informações constantes do site do Tribunal de Justiça. São elas:

- Justiça (para identificar os 3 grupos de casos diferentes **JC 15**, **JEC 15**, **JC 17**)
- Nome do autor (tal como consta do site do Tribunal)
- Perfil do autor (partindo da classificação do CNJ, abaixo descrita)
- Nome do réu
- Perfil do réu

⁵⁶ Neste ponto, devo o meu sincero agradecimento aos acadêmicos ANA CAROLINA SAAD BALDAQUE GUIMARÃES, ANDREA HALPERN, BERNARDO VASCONCELLOS, BIANCA CASSAIS GUIMARÃES, CARLOS FELIPE GUEDES DE ARAUJO, DANILO MONTEIRO, JULIA GUIMARÃES GONÇALVES, LARISSA BASTOS, LORENA GAMA MAGALHÃES DE FREITAS, MARIA CECÍLIA FERREIRA MOREIRA DA SILVA, MARIANA WENDRINER, NICOLAS PASSANESI, STEPHANIE LISBOA, TACIANE FAVATO e VITOR SPITZ DO NASCIMENTO que, após atenderem a um convite para discutir o tema objeto desta dissertação, doaram seu tempo e tornaram possível a análise inicial dos 3.000 casos recebidos pelo Tribunal.

- Pedido de gratuidade em T₁ (se havia pedido gratuidade em primeiro grau)
- Gratuidade deferida em T₁ (se o pedido foi deferido)
- Sentença (neste ponto, analisadas apenas as sentenças de procedência, improcedência e procedência parcial)
- Recurso (se houve recurso às instâncias superiores contra a sentença, excluídos, portanto, os embargos declaratórios opostos ao juízo prolator da decisão)
- Recorrente (identificação da parte recorrente, se o autor, o réu, ou ambos)
- Pedido de gratuidade em T₂ (se houve pedido de gratuidade por ocasião da interposição do recurso)
- Gratuidade deferida em T₂ (se esse pedido de gratuidade foi deferido ou não)

5.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Obtidos e reorganizados os dados, como acima exposto, desse universo, alguns processos foram descartados pois, apesar dos atos praticados pelos Juízes serem classificados corretamente pelo sistema do Tribunal de Justiça como *sentenças*, eles compreendiam, e.g., sentenças de extinção da fase de cumprimento de sentença — e não da fase de conhecimento —, sentenças homologatórias de acordos, julgamentos de embargos declaratórios opostos contra sentenças, sentenças de extinção por abandono de causa ou pelo não comparecimento do autor na audiência, nos casos dos JEC. No caso do JC 17, foram excluídos, ainda, os casos em que, seja pela oposição de embargos declaratórios, seja porque o prazo para interposição de apelação não tinha se esgotado, não foi possível identificar o ajuizamento de recursos às instâncias superiores e isso explica, em parte, o número menor de casos analisados neste grupo.

Mais especificamente, interessava para a pesquisa realizada os casos de sentenças proferidas na fase de conhecimento que julgaram procedentes, parcialmente procedentes ou improcedentes os pedidos formulados na demanda. Neste último grupo foram consideradas, também, as sentenças de extinção por ausência das condições da ação.

Isso porque, nesses casos, diferentemente dos casos em que o autor simplesmente abandonou o processo ou não compareceu à audiência, ou dos casos em que as partes transigiram e o acordo foi homologado por sentença, as partes estão diante de uma decisão, objeto desta dissertação, de continuar litigando ou simplesmente acatar a sentença que, no todo ou em parte, lhe foi desfavorável.

Realizada essa filtragem, restaram o que denominei, sem o rigor processual da expressão, de *sentenças recorríveis*⁵⁷:

Tabela 7: Sentença recorríveis

	Sentenças recorríveis
JC 15	532
JEC 15	545
JC 17	362

Fonte: o autor

Em cada um desses casos a pesquisa identificou as partes, autora e ré, e as qualificou de acordo com as categorias utilizadas pelo Conselho Nacional de Justiça, no seu relatório 100 MAIORES LITIGANTES (2010, p. 9). A ideia de se qualificar as partes é, justamente, de se poder avaliar se o grau de recorribilidade sofre alteração dependendo da natureza dos agentes envolvidos ou, ainda, se um mesmo grupo de litigantes se comporta de maneira distinta nos processos que tramitam na **JC** e naqueles em curso nos **JEC**.

Além disso, em todos esses casos buscou-se identificar, em dois momentos distintos, **T₁** e **T₂**, se as partes gozavam do benefício da gratuidade de justiça pois, nessas hipóteses, a análise do impacto dos custos é completamente distinta. Em primeiro grau, **T₁**, o procedimento nos **JEC** é totalmente gratuito e, caso não haja recurso, não haverá custas processuais, nem honorários sucumbenciais para ambas as partes litigantes. Dessa forma, considerou-se que, no caso dos **JEC**, todos os processos, em **T₁**, tinham o benefício da gratuidade de justiça. A situação dos processos analisados da **JC** é, contudo, distinta. A regra, nestes casos, é o pagamento de custas judiciais e de honorários sucumbenciais, salvo nos casos em que há deferimento de gratuidade. Dessa forma, buscou-se identificar, em todos os 955 casos da **JC**, se (i) foi requerida a gratuidade em **T₁** e, ainda, (ii) se ela foi deferida ou não.

O segundo momento da análise do pedido de gratuidade se deu após a sentença da fase de conhecimento, **T₂**. Nos casos dos **JEC** em que houve recurso, perquiriu-se, em **T₂**, se (i) a parte recorrente requereu o benefício da gratuidade e, após, (ii) se ele foi deferido. Isso porque, a gratuidade concedida a todos os processos em **T₁** não se estende, automaticamente, para a

⁵⁷ Não se ignora que sentenças homologatórias de acordo ou que extinguem processo por abandono de causa são, também, recorríveis. Todavia, nesse estudo se buscou identificar o grau de recorribilidade quando as partes, ativas no processo, efetivamente tem interesse em recorrer, por ter sucumbido em parte, e não apenas possuem um interesse jurídico em recorrer.

fase recursal. Ao contrário, como já se disse, os custos para recorrer nos **JEC** são relativamente altos. A mesma análise foi feita nos casos da **JC**, respeitadas as suas diferenças. Na **JC** a regra é não haver gratuidade em **T₁**, mas, uma vez deferida a gratuidade, a parte que goza deste benefício em **T₁** continuará, salvo se sobrevier alteração no seu estado de fato, gozando do benefício em **T₂**. Logo, no caso da **JC**, o benefício da gratuidade deferido ao autor em **T₁** o beneficia, também, em **T₂**.

Toda essa análise se fez necessária pois não bastava, para os fins aqui propostos, verificar o grau de recorribilidade em **JEC** ou na **JC**. Era preciso destacar, para se avaliar o impacto dos custos na decisão de litigar, os casos em que as partes, por lei ou por decisão judicial, não estavam sujeitas aos custos processuais.

O índice de recorribilidade da pesquisa feita neste trabalho, alcançado com a metodologia acima explicada, difere do índice utilizado pelo Conselho Nacional de Justiça e, antes de se conhecer os resultados da pesquisa, vale entender e conhecer os números do CNJ.

5.3 O ÍNDICE NACIONAL DE RECORRIBILIDADE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

No seu relatório anual, **JUSTIÇA EM NÚMEROS**, o Conselho Nacional de Justiça apresenta uma estatística denominada “Recorribilidade interna e externa”. A recorribilidade interna, segundo o CNJ, “é o resultado da relação entre o número de recursos endereçados ao mesmo órgão jurisdicional prolator da decisão recorrida e o número de decisões por ele proferidas no período de apuração” (**JUSTIÇA EM NÚMEROS** 2017, p. 82). A recorribilidade interna não foi, por não ter custos judiciais nela embutidos, objeto da pesquisa realizada nesta dissertação.

A recorribilidade externa, por sua vez,

reflete a proporção entre o número de recursos dirigidos a órgãos jurisdicionais de instância superior ou com competência revisora em relação ao órgão prolator da decisão e o número de decisões passíveis de recursos dessa natureza (**JUSTIÇA EM NÚMEROS** 2017, p. 82).

É evidente, contudo, que partindo-se de uma base de dados dessa magnitude, não é uma tarefa fácil identificar as “decisões passíveis de recurso”. O próprio Conselho Nacional de Justiça, ao comentar esse ponto do relatório, afirma, sobre o universo de decisões consideradas,

que “na Justiça Estadual, o número de sentenças e decisões passível (*sic*) de recurso externo é imenso e equivale ao dobro das sentenças de conhecimento” (JUSTIÇA EM NÚMEROS 2017, p. 84).

Para se restringir ao objeto desta dissertação, de acordo com o levantamento do Conselho Nacional de Justiça, o índice de recorribilidade externa, em 2016, foi de 8% e esse índice, no seu ápice, em 2013, chegou a 10,3%. Veja-se:

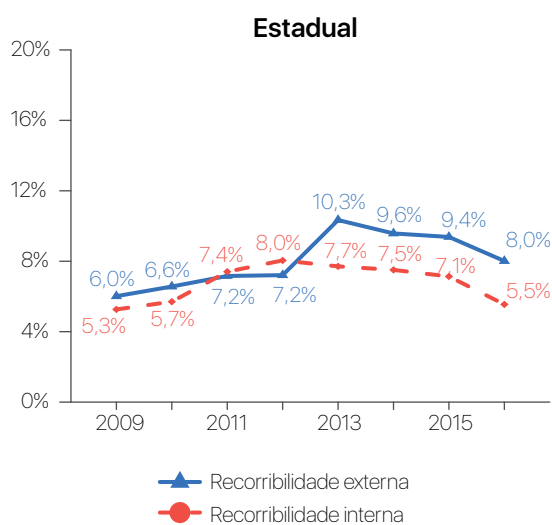


Gráfico 6: Índice de recorribilidade interna e externa na Justiça Estadual
 Fonte: JUSTIÇA EM NÚMEROS, 2017, p. 85

Esse levantamento leva em consideração a média de todos os tribunais estaduais do país. Se for observado apenas o índice da Justiça Estadual do Rio de Janeiro, o percentual também fica, como se extrai da figura abaixo, em 8%:

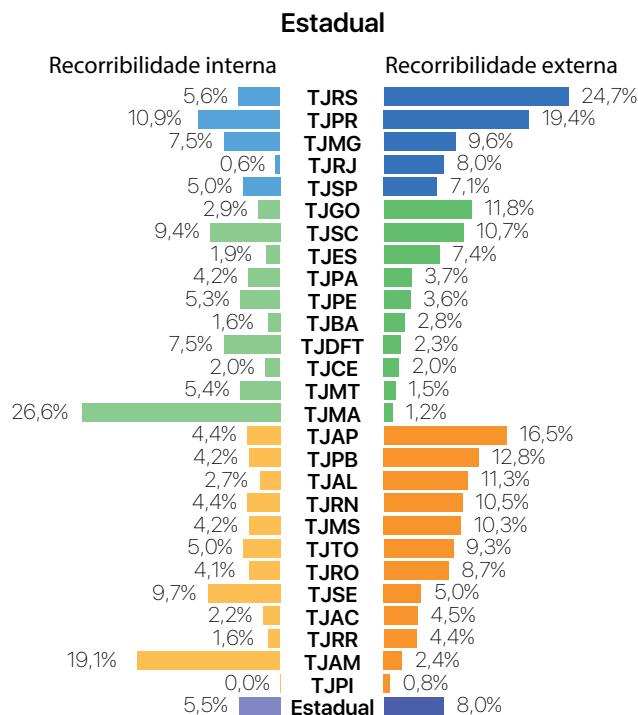


Figura 1: Recorribilidade interna e externa por Tribunais Estaduais
 Fonte: JUSTIÇA EM NÚMEROS, 2017, p. 86

Ou seja, partindo não apenas das sentenças da fase de conhecimento, como feito na pesquisa realizada para este trabalho, mas de todas as decisões passíveis de recurso, o Conselho Nacional de Justiça chegou, na média e, coincidentemente no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a um índice de recorribilidade de 8%, ou seja, a cada 100 decisões recorríveis proferidas, apenas seriam interpostos recursos para outras instâncias em 8 casos. O percentual, para quem vive o dia-a-dia do Judiciário, pode parecer baixo, e é.

5.4 O ÍNDICE DE RECORRIBILIDADE NOS CASOS ANALISADOS

Antes de se verificar o índice de recorribilidade, é importante identificar o perfil dos litigantes nos casos analisados. No grupo **JC 15**, a maior parte dos autores são consumidores, representando 59,96% dos casos, seguidos pelo que denominei “partes iguais”, ou seja, ações entre pessoas físicas ou entre pessoas jurídicas e que não aparentam, a princípio, ter uma relação de consumo, com 26,88%. Os maiores demandados são as “partes iguais”, seguidos pelos serviços, bancos, consumidores, telefonia e concessionárias. Veja-se o perfil das parte por grupo analisado, começando-se por **JC 15**:

Tabela 8: Perfil das Partes em JC 15

Perfil Autor	#	%	Perfil Réu	#	%
Consumidor	319	59,96	Consumidor	43	8,08
Concessionária	0	0,00	Concessionária	35	6,58
Bancos	22	4,14	Bancos	84	15,79
Partes "iguais"	143	26,88	Partes "iguais"	143	26,88
Setor Público Estadual	0	0,00	Setor Público Estadual	0	0,00
Setor Público Municipal	0	0,00	Setor Público Municipal	0	0,00
Setor Público Federal	0	0,00	Setor Público Federal	5	0,94
Telefonia	2	0,38	Telefonia	32	6,02
Seguros/Previdência	4	0,75	Seguros/Previdência	38	7,14
Serviços	39	7,33	Serviços	118	22,18
Planos de saúde	1	0,19	Planos de saúde	30	5,64
Instituição de Ensino	2	0,38	Instituição de Ensino	4	0,75
Total	532	100,00		532	100,00

Fonte: o autor

Situação semelhante se observa no grupo **JC 17**:

Tabela 9: Perfil das Partes em JC 17

Perfil Autor	#	%	Perfil Réu	#	%
Consumidor	260	71,82	Consumidor	25	6,91
Concessionária	0	0,00	Concessionária	23	6,35
Bancos	10	2,76	Bancos	75	20,72
Partes "iguais"	52	14,36	Partes "iguais"	52	14,36
Setor Público Estadual	0	0,00	Setor Público Estadual	0	0,00
Setor Público Municipal	0	0,00	Setor Público Municipal	0	0,00
Setor Público Federal	0	0,00	Setor Público Federal ⁵⁸	4	1,10
Telefonia	1	0,28	Telefonia	20	5,52
Seguros/Previdência	1	0,28	Seguros/Previdência	30	8,29
Serviços	36	9,94	Serviços	115	31,77
Planos de saúde	1	0,28	Planos de saúde	16	4,42
Instituição de Ensino	1	0,28	Instituição de Ensino	2	0,55
Total	362	100,00		362	100,00

Fonte: o autor

⁵⁸ As ações incluídas foram ajuizadas contra a Petrobras e o INSS, neste último caso relativas à acidente do trabalho (CF, art. 109, I).

No **JEC 15**, o cenário é bastante distinto, pois em 97,25% dos casos o demandante é um consumidor e há poucas ações movidas por pessoas físicas contra pessoas físicas ou por microempresas:

Tabela 10: Perfil das Partes em JEC 15

Perfil Autor	#	%	Perfil Réu	#	%
Consumidor	530	97,25	Consumidor	1	0,18
Concessionária	0	0,00	Concessionária	11	2,02
Bancos	0	0,00	Bancos	93	17,06
Partes "iguais"	12	2,20	Partes "iguais"	12	2,20
Setor Público Estadual	0	0,00	Setor Público Estadual	2	0,37
Setor Público Municipal	0	0,00	Setor Público Municipal	0	0,00
Setor Público Federal	0	0,00	Setor Público Federal	0	0,00
Telefonia	0	0,00	Telefonia	133	24,40
Seguros/Previdência	0	0,00	Seguros/Previdência	9	1,65
Serviços	3	0,55	Serviços	270	49,54
Planos de saúde	0	0,00	Planos de saúde	10	1,83
Instituição de Ensino	0	0,00	Instituição de Ensino	4	0,73
Total	545	100,00		545	100,00

Fonte: o autor

Visto o perfil dos litigantes, há que se ressaltar que a pesquisa desta dissertação, no que diz respeito ao índice de recorribilidade, coletou os dados de maneira distinta e teve objetivo diverso da realizada pelo Conselho Nacional de Justiça. Aqui, diferentemente da análise feita pelo CNJ, analisou-se o índice de recorribilidade apenas a partir das sentenças proferidas na fase de conhecimento dos processos examinados. Além disso, como já se afirmou acima, nesta pesquisa foram desconsideradas, da base de cálculo, as sentenças homologatórias de acordo e as que extinguiram o processo por abandono de causa ou em razão do não comparecimento do autor à audiência prevista na Lei 9.099⁵⁹.

O universo das sentenças recorríveis é, portanto, mais restrito do que o das decisões recorríveis analisadas pelo Conselho Nacional de Justiça e, consequentemente, os resultados também divergem.

⁵⁹ Mais especificamente, no art. 51, I, da Lei 9.099.

Na pesquisa realizada, foram interpostos, contra as 1500 sentenças recorríveis analisadas, 580 recursos, o que equivale a um índice de 38,66% de recorribilidade. O número é quase 5 vezes maior do que o índice do CNJ para os casos em curso na Justiça Estadual mas, como se demonstrou, as amostras partem de bases distintas.

A pesquisa, contudo, buscava entender o comportamento das partes nas ações movidas nos **JEC** e na **JC**. Do universo de *sentenças recorríveis* estudadas, o índice de recorribilidade foi substancialmente maior nos grupos de casos submetidos à **JC** (54,41%, para 2015, e 39,10% em 2017), em comparação com os casos que tramitaram nos **JEC** (22,94%).

Tabela 11: Sentenças recorríveis e índice de recorribilidade

	Sentenças recorríveis	Recursos interpostos	%
JC 15	532	350	65,79
JEC 15	545	125	22,94
JC 17	362	171	47,24

Fonte: o autor

Mais especificamente, o grau de recorribilidade de **JC 15** foi 286,79% maior do que o grau de recorribilidade no **JEC 15**⁶⁰. Se se comparar o grau de recorribilidade de **JC 17** com o do **JEC 15**, verificar-se-á que o primeiro índice é 205,92% maior do que este, de modo que pode-se concluir que, no atual sistema institucional do Judiciário brasileiro, o índice de recorribilidade na **JC** é bastante superior ao índice de recorribilidade nos **JEC**.

A gratuidade de justiça é um fator relevante e, como se depreende dos dados coletados, ela é requerida em cerca de 50% dos casos e os pedidos são deferidos em aproximadamente 90% dos processos.

Tabela 12: Sentenças recorríveis pedidos de gratuidade em T1

	Sentenças recorríveis	Ped. Gratuidades T1	%	Gratuidade Deferida T1	%	% Casos com Gratuidade em T1
JC 15	532	255	47,93	233	91,37	43,80
JC 17	362	233	64,36	207	88,84	57,18

Fonte: o autor

⁶⁰ Não se ignora, aqui, que outras variáveis influenciarão a decisão das partes de recorrer no JEC e na JC. Além disso, a própria opção pelo ajuizamento da ação na justiça comum ou nos juizados especiais, que é anterior, evidentemente, à decisão de recorrer da sentença, já distingue os atores dos grupos JC e JEC. Entretanto, a existência dessas variáveis, que não se conseguiu nessa pesquisa isolar, não invalida os resultados obtidos, pois a complexidade da vida real estará sempre presente em pesquisas como essas.

Essa análise não foi feita em **JEC 15**, pois a gratuidade em primeira instância, no caso dos juizados especiais, é atribuída por lei.

Ao se destacar, na **JC**, os casos em que foi deferido o benefício da gratuidade em primeiro grau, o resultado foi o seguinte:

Tabela 13: Gratuidade em T1 e índice de recorribilidade

	Casos com Gratuidade	Recursos interpostos	%
JC 15	233	194	83,26
JEC 15	545	125	22,94
JC 17	207	94	45,41

Fonte: o autor

Em **JC 15**, na linha da hipótese levantada, o índice de recorribilidade foi consideravelmente maior quando se selecionou apenas os casos com gratuidade deferida, ou seja, em que a parte poderia recorrer sem nenhum ônus. Houve recurso em 83,26% dos casos, contra 65,79% em todos os casos de **JC 15** e, se se analisar apenas os casos sem gratuidade, esse percentual é reduzido para 52,17%.

Curiosamente a hipótese não se confirmou em 2017, quando os casos com gratuidade de justiça deferida em primeira instância apresentaram um índice de recorribilidade ligeiramente inferior (45,41%) ao índice geral, de todos os casos de **JC 17** (47,24%) e, consequentemente, inferior ao índice dos casos em que não houve gratuidade (50,33%).

Outro dado interessante é que, nos **JEC**, dos 125 casos com recursos interpostos, 53 foram interpostos pela parte autora e 73 pela parte ré (há um caso em que ambas as partes recorreram). Dos 53 interpostos pela parte autora, 52 tiveram pedido de gratuidade, a qual foi deferida em 47 casos. Em outras palavras, a gratuidade foi requerida pela parte autora/recorrente em 98,11% dos casos em T_2 e foi deferida em 90,38% das hipóteses.

Com relação aos 73 casos em que foram interpostos recursos pela parte ré, em apenas 9 casos os recursos foram integralmente providos, 14 foram parcialmente providos e a 53 foi negado provimento.

Outra análise que foi feita levou em consideração apenas as sentenças recorríveis para a parte autora na **JC 15**, ou seja, os casos em que os pedidos foram julgados procedentes ou

parcialmente procedentes, de modo que o autor sucumbiu no todo ou em parte. No geral, os autores recorrem em 47,79% dos casos.

Se se comparar o índice de recorribilidade em **JC 15**, distinguindo os casos em que os autores tinham gratuidade e os casos em que os autores não tinham o benefício, o índice de recorribilidade *para os autores* com gratuidade foi de 65,50%, enquanto o índice para os autores sem gratuidade foi de 34,60%.

Tabela 14 :índice recorribilidade autor em JC com gratuidade

Sentença recorríveis p/ autor em casos COM gratuidade	Recursos interpostos nesses casos	%
171	112	65,50

Fonte: o autor

Tabela 15 :índice recorribilidade autor em JC sem gratuidade

Sentença recorríveis p/ autor em casos SEM gratuidade	Recursos interpostos nesses casos	%
237	82	34,60

Fonte: o autor

Finalmente, outra simulação foi feita para comparar o índice de recorribilidade dos consumidores, quando autores de uma ação, nos grupos **JC 15** e **JEC 15**. Em **JC 15**, em que o investimento maior, quando existe, é em T_1 e o valor eventualmente gasto em T_2 é consideravelmente inferior ao valor gasto em T_2 no **JEC**, os resultados foram os seguintes: o índice de recorribilidade dos consumidores autores no **JEC** foi de 11,75% e em **JC 15** foi de 63,33%.

Há uma infinidade de simulações que os dados coletados permitiriam fazer e essas são apenas algumas que tentam avaliar o índice de recorribilidade nos diferentes grupos pesquisados. A pesquisa poderia focar o perfil das partes para analisar o comportamento de determinados agentes considerados pelo CNJ como grandes litigantes.

Os dados coletados indicaram, a princípio, que a hipótese levantada neste estudo, de que os custos dos litígios influenciam na decisão das partes de litigar, ou, no caso, de continuar litigando, se confirmou em boa parte das simulações feitas. O grau de recorribilidade na **JC** é praticamente o dobro do grau de recorribilidade nos **JEC**. Em **JC 15**, os autores que têm gratuidade recorrem em 83,26% dos casos, enquanto os autores sem gratuidade recorreram em 52,17% das vezes.

6 INCENTIVOS *EX POST*

Ao se determinar o tratamento que será dado aos custos, há que se ter consciência de que as regras criadas incentivarão as partes a autocompôr, a escolher um entre diversos métodos de soluções de conflitos ou, ainda, a interpor recursos que não seriam interpostos, se a parte tivesse que suportar os custos dessa medida.

Todos esses aspectos, ligados ao comportamento da parte no futuro, foram tratados na perspectiva *ex ante* de criação dos incentivos adequados.

A questão seguinte — e que parte de uma análise *ex post* do litígio — é distributiva e consiste em saber como alocar dentre os litigantes, os custos do conflito.

Aqui, o refém, no exemplo de FARNSWORTH demonstrado no capítulo 3, morreu. O desperdício ocorreu. Os custos judiciais se implementaram. Uma vez que não se conseguiu evitar o evento indesejado, é necessário se estabelecer quem, ao final, suportará os prejuízos.

É natural, e necessário, que o sistema jurídico se preocupe em regular quem deve suportar os custos do conflito, uma vez que eles se implementaram. Nesse caso, as partes já incorreram em todas as despesas para a solução da controvérsia, como custas judiciais, honorários de advogados, de peritos e de assistentes técnicos, por exemplo. O prejuízo está consumado e resta decidir quem o suportará ao final. A discussão, embora relevante e fundamental para a boa regulação do sistema de solução de conflitos, é, neste ponto, como afirma HELIO TORNAGHI (1974, p. 159), mais processual do que tributária. Não se trata, aqui, de se optar por remunerar o sistema estatal de solução de conflitos por taxa ou por imposto, mas de se definir que arcará, ao final, com o custo, como aponta TORNAGHI:

Matéria de Direito tributário e matéria de Direito processual. Em tema de despesas judiciais, é preciso distinguir o que é assunto fiscal e tributário do que deve ser regulado por um Código de processo. O Estado é titular de um direito a tributos; mas isso é assunto estranho ao Direito processual que se limita a disciplinar:

a quem cabe prover às despesas do processo adiantando o dinheiro necessário (art. 19 e seu § 2º, arts. 24, 25, 29, 33);

em que momento devem ser pagas (§ 1º do art. 19)

quem, ao final, arca com todas elas (arts. 20, 21 e seu parágrafo, 22, 23, 25, 26 e seus parágrafos; 1.069)

que se deve entender por despesa (art. 20, e especialmente, seu § 2º). (1974, p. 159)

Esta fase envolve, segundo FARNSWORTH “*looking back at a disaster or other event after it has occurred and deciding what to do about it and how to clean it up*” (2007, p. 5).

Evidentemente, contudo, que ao se estabelecer a forma de alocação dos custos entre as partes litigantes o regulador estará enviando uma mensagem aos potenciais litigantes e a adoção de um modelo de alocação, ou de outro, poderá incentivar o ajuizamento de ações por partes que julgam ter boas probabilidades de êxito ou, então, gerar um número maior de ações de agentes que entendem ter menores chances de êxito.

No atual modelo brasileiro, as despesas do processo são pagas, ou melhor, adiantadas, basicamente da seguinte forma: há as custas iniciais, normalmente quando do ajuizamento da ação, despesas com peritos e assistentes técnicos por ocasião da produção da prova técnica e, finalmente, custas recursais quando da interposição dos respectivos recursos (CPC, art. 82).

Há um outro ponto, não menos relevante, que diz respeito às despesas das partes com honorários do seu próprio advogado. Os honorários contratuais podem desempenhar um papel importante na decisão das partes de litigar ou de continuar litigando, dependendo da sua forma de contratação. O relatório da OCDE (2013, p. 12) aponta como um dos fatores que influenciam a demanda pelo serviço do Judiciário os incentivos criados para advogados e, dentre eles, o modelo de contratação tem impacto. Existem, basicamente duas forma de contratação: uma primeira, com a cobrança de honorários de engajamento e, após honorários finais, fixos ou atrelados ao benefício econômico que se obtém para o cliente; a segunda, uma cobrança por horas efetivamente trabalhadas. A criação de incentivos corretos quando da contratação de advogados é uma questão complexa e que extrapola o escopo deste trabalho, mas é importante, acima de tudo, que os interesse de clientes e advogados estejam alinhados⁶¹. Esses custos, embora relevantes e sejam contemplados pelas partes quando da decisão de litigar, não são, em regra, reembolsáveis. O Código de Processo Civil não faz menção expressa ao reembolso, pela parte, dos honorários gastos com o seu próprio advogado e a jurisprudência não costuma deferir qualquer indenização desta natureza⁶².

Esses custos, à exceção dos honorários contratuais, são adiantados pelas partes ao longo do processo e, ao final, de acordo com a regra no direito brasileiro, são suportados, ou pagos, pela parte vencida, na forma do § 2º, do art. 82 do Código de Processo Civil. Entre as despesas

⁶¹ Sobre a forma de remuneração e os incentivos criados, confira-se artigo de ZUCKERMAN (1996) sobre a reforma do processo civil inglês e os diferentes incentivos e críticas de cada sistema. Nele, o autor compara o modelo inglês com o alemão. Ainda sobre o tema, vale mencionar o artigo de GILSON e MNOOKIN (1994) e as notas de COOTER e ULEN (2011, p. 427).

⁶² Há, contudo, acórdãos isolados que concedem o reembolso dos honorários contratuais (cf. REsp 1.140.705/RS e REsp 1.134.725/MG)

que serão suportadas pelo vencido estão “as custas dos atos do processo, a indenização de viagem, a remuneração do assistente técnico e a diária de testemunha”. Além disso, o vencido pagará ao advogado do vencedor, na forma do art. 85, honorários sucumbenciais que, em regra, serão fixados entre 10% e 20% sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou do valor da causa atualizado.

Sobre os honorários sucumbenciais, ao contrário do entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça na vigência do Código de 1973⁶³, o Código de 2015 expressamente vedou a possibilidade de compensação em caso de procedência parcial dos pedidos⁶⁴. A lógica da vedação é simples: pertencendo os honorários de sucumbência ao advogado da parte vencedora, e não à própria parte, no caso de procedência parcial não há identidade de credores e devedores e, portanto, impossível falar-se em compensação. No ponto procedente da sentença, o devedor será o réu e o credor será o advogado do autor. Na parte improcedente, a devedora da obrigação de pagar os honorários sucumbenciais será a parte autora e o credor da verba o advogado do réu.

A atual vedação expressa de compensação dos honorários sucumbenciais gera, portanto, um custo inevitável para as partes, que poderá variar inicialmente entre 10% e 20% do valor da disputa. Dependendo do resultado da demanda, a questão que se colocará é como esse custo será alocado entre as partes, mas a sua existência é certa.

Estes são os pontos, tal como previstos no Código de 2015, levantados por TORNAGHI: (i) quem adianta as despesas, (ii) em que momento, (iii) quem as suporta ao final e (iv) o que se deve entender por despesas. O momento em que as custas são cobradas já foi objeto de reflexão no item 4.3 acima. O ponto que será tratado a seguir reside, pois, na determinação de quem, ao final, deverá suportar os custos do processo.

6.1 ALOCAÇÃO DOS CUSTOS ENTRE AS PARTES LITIGANTES

O estudo passa, agora, a analisar como as diferentes formas de alocação dos custos do conflito entre as partes litigantes podem afetar os incentivos para se provocar o Judiciário, ou outros métodos de solução de disputas, e, ainda, a probabilidade de as partes chegarem a um

⁶³ Cf. enunciado de súmula 306 do STJ: “Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte.”

⁶⁴ Art. 85, § 14º, *in fine*.

acordo. Ao se criar regras de um sistema de solução de conflitos, como o Estatal, é preciso que se reflita como distribuir, entre as partes litigantes, os custos legais.

STEVEN SHAVELL (1982), ao tratar dos métodos de alocação dos custos entre as partes litigantes no já citado artigo *Suit, Settlement, and Trial: a Theoretical analysis under alternative method for the allocation of legal costs*, destaca quatro opções de alocação dos custos: (i) a *american rule*; (ii) a *english rule*, similar à regra brasileira; (iii) um sistema *favoring the plaintiff*, pelo qual o autor pagaria os seus custos se fosse perdedor da ação, e nada caso se saísse vencedor; e (iv) um sistema *favoring the defendant*, pelo qual o réu pagaria os seus custos se fosse derrotado, e não pagaria nada caso se saísse vencedor da demanda.

Os dois principais modelos de alocação dos custos do litígio são o americano, segundo o qual cada parte arca com os seus custos independentemente do resultado da ação, e o inglês, que aloca os custos na parte derrotada, ou sucumbente. O modelo brasileiro inspira-se, ou para se utilizar a expressão de EPSTEIN e KNIGHT (2003), *borrow the english system*.

6.1.1 AMERICAN RULE

De acordo a regra geral do sistema americano de alocação dos custos do litígio, cada parte, independentemente do resultado final, suporta os seus custos.

Nesse caso, e retomando-se a equação exposta no item 2 desta dissertação, tem-se que os custos do litígio devem ser abatidos da expectativa de ganho do autor e somados à expectativa de perda do réu, seguindo as equações 7 e 8, *supra*, aqui replicadas:

$$E_a = (D_a \cdot P_a) - C_a \quad (7)$$

$$E_r = (D_r \cdot P_r) + C_r \quad (8)$$

Com isso, segundo SHAVELL (1982, p. 58), na *american rule* o autor terá incentivo em ajuizar a ação “se e somente se o seu ganho esperado for maior ou igual aos seus custos legais”⁶⁵, ou seja, se $(D_a \cdot P_a) > C_a$.

⁶⁵ No original: “under the American system, the plaintiff will bring suit if and only if his expected judgment would be at least as large as his legal costs”.

As partes, na mesma lógica apresentada acima, irão compor, caso:

$$(D_a \cdot P_a) - C_a < (D_r \cdot P_r) + C_r \quad (9)$$

Os custos do litígio criam, dessa forma, incentivos no comportamento das partes ao decidirem se ajuizarão ou não a ação e, também, na posterior decisão sobre a celebração de acordo ou prosseguimento do processo. Quanto maiores forem os custos, maior o incentivo para o acordo, e essa sistemática, talvez perversa em algumas situações, ajuda a explicar a alta taxa de casos que são resolvidos antes do *trial* no processo americano.

6.1.2 ENGLISH RULE / REGRA BRASILEIRA

O modelo inglês, segundo o qual o perdedor arca com os custos do litígio, segue uma lógica distinta. Nele, o autor apenas ajuizará uma ação judicial se o seu ganho esperado for maior ou igual aos seus custos legais *esperados*, os quais compreendem o total dos custos legais ($C_t = C_a + C_r$) — pois se for derrotado deverá, além de suportar os seus custos, indenizar os custos da parte adversa — multiplicado pela probabilidade de derrota⁶⁶ na ação judicial ($1 - P_a$). (SHAVELL, 1982. P. 59)

Nesse caso, o ganho esperado do autor seria:

$$E_a = (D_a \cdot P_a) - (1 - P) \cdot (C_a + C_r) \quad (12)$$

Note-se a primeira distinção entre os dois modelos. Enquanto no sistema americano o autor *sempre irá deduzir do seu ganho esperado os custos legais* $(D_a \cdot P_a) - C_a$, no sistema inglês os custos legais serão iguais à probabilidade de perda $(1 - P)$ multiplicada pelos custos legais totais, ou seja, a soma dos custos do autor e réu $(C_a + C_r)$.

Para este trabalho, basta realçar que, no sistema inglês, *os custos legais esperados da parte serão menores quanto maiores forem as suas probabilidades de êxito*. Ao revés, quanto menor for a probabilidade de êxito, maiores serão os seus custos legais. Veja-se:

⁶⁶ Lembre-se que P_A é a probabilidade de êxito do autor, logo $(1 - P_A)$ equivale a probabilidade de perda do autor.

Ex. 2: se a probabilidade de êxito do autor (P_A) é de 90%, os seus custos legais serão iguais a $(1 - P_A)$, ou seja, $(1 - 0,9)$, o que equivale $0,10 \cdot (C_A + C_R)$. Se, todavia, a probabilidade de êxito for baixa, e.g., 20%, os custos legais do autor aumentarão: $(1 - P_A)$, ou seja, $(1 - 0,2) = 0,8$, isto é, 80% de $(C_A + C_R)$.

Ao contrário do sistema americano, em que os custos legais serão suportados pela parte a despeito do resultado da demanda, *no sistema inglês a probabilidade de êxito impactará o custo esperado do litígio*, como demonstrado e conforme ilustração da planilha abaixo, a qual parte da premissa de que os custos do autor (C_A) seriam iguais aos do réu (C_R):

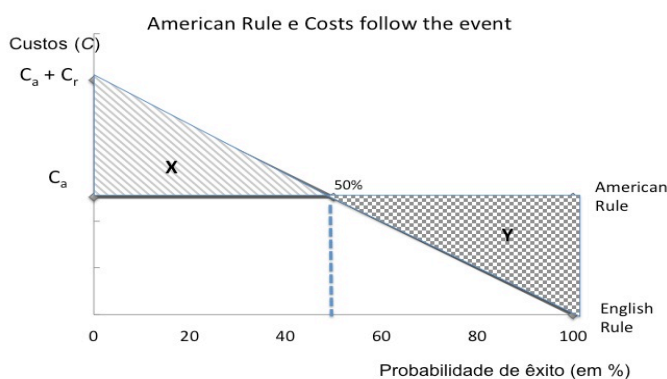


Gráfico 7: Ganho esperado e probabilidade de êxito nas regras americana e inglesa
Fonte: o autor

Em síntese, no sistema inglês, em que a probabilidade de êxito impacta o custo judicial esperado da parte, é mais dispendioso, se comparado com o sistema americano, para os autores com pequena probabilidade de êxito, que estariam na área X acima, e mais barato para os autores com maior probabilidade de êxito, inseridos na área Y.

6.1.3 COMPARAÇÃO

Ao comparar os dois sistemas, SHAVELL observa que o modelo inglês seria menos custoso para autores com maiores chances de êxito e mais custoso para autores com menores chances de êxito, e conclui:

Comparing the two systems, it is apparent that the frequency of suit will be greater under the British system when the plaintiff believes the likelihood of prevailing is sufficiently high-above a "critical" level-and the frequency will be greater under the American system when the likelihood is below the critical level. (1982, p. 59)

Um método, portanto, estimula o ajuizamento de ações por partes que entendem ter uma alta probabilidade de êxito (o inglês), enquanto o outro poderá apresentar uma frequência maior de ações de autores que têm uma probabilidade de êxito abaixo do que SHAVELL denominou “critical level”.

Na mesma linha, Cooter e Rubinfeld afirmam que:

“Theory tell us, therefore, that a switch from the rule of each pays his own (American), to the rule of loser pays all (British), tends to increasethe frequency of trials by giving more weight to the parties’ optimism, and to increase the frequency of trial by making them more costly and more risky” (1989, p. 1.078)

Essa análise é fundamental para se ter uma boa noção de como regras distintas de alocação dos custos do litígio podem gerar incentivos distintos para pessoas em situações diferentes, como, *in casu*, estimular o ajuizamento de ações para pessoas com maior probabilidade de êxito e desestimular o ajuizamento de ações por partes com menores chances de sucesso.

6.2 O NOVO ELEMENTO: VALORAÇÃO DO COMPORTAMENTO DAS PARTES

Os principais métodos de alocação dos custos do litígio, como se viu, ou determinam que cada parte arque com as suas despesas, independentemente do resultado do julgamento, ou que a parte vencida suporte integralmente os custos. Nesse segundo caso, a definição da parte vencida se dá, normalmente, pelo cotejo dos pedidos formulados na ação e o resultado da sentença que resolve a disputa. Nenhum desses métodos, contudo, leva em consideração o

comportamento das partes antes da judicialização do conflito ou, ainda, durante o processo judicial.

Condenar o vencido, nos moldes atuais, a pagar pelas despesas do processo não necessariamente significa impor esse ônus à parte que efetivamente deu causa à ação judicial ou à arbitragem. De fato, não raras as vezes há uma dificuldade de, à luz dos pedidos formulados e do dispositivo da sentença, se definir o quanto determinada parte foi de fato vencedora ou vencida. A formulação de pedidos ilíquidos, nesse ponto, é um grande obstáculo à essa análise e deve ser, quando possível, desestimulada. Nessa linha, o Código de Processo Civil de 2015 estabelece que o pedido deverá ser certo (art. 322) e determinado (art. 323), sempre que possível, conceitos que não se confundem com a liquidez do que se postula, mas este trabalho não irá enveredar nessa discussão.

A definição de vencido e vencedor poderia, portanto, ser tratada em um estudo próprio, mas aqui, o que interessa é que nenhum dos métodos de alocação de custos do conflito considera, para fins de sua distribuição entre as partes, o comportamento antes do surgimento do conflito.

Diferentemente dos métodos tradicionais de alocação de custos, é possível que se leve em consideração, quando da decisão acerca da distribuição dos custos do litígio, o comportamento das partes antes e durante o processo de solução dos conflitos. Atribuir efeitos jurídicos ao comportamento das partes levaria a alocar os custos do conflito em quem efetivamente deu causa à instauração do processo e, portanto, ao seu efetivo custo.

Os mecanismos tradicionais, seja a regra geral americana, seja a brasileira, não atribuem qualquer valor jurídico ao comportamento das partes antes do ajuizamento da disputa judicial ou, mesmo depois de já instaurado, a qualquer tentativa de solução da disputa.

Diferentemente, a *Rule 68*, do *Federal Rules of Civil Procedure* possibilita, nos Estados Unidos da América, conforme explica POSNER (2011, p. 792), que o réu faça uma proposta de acordo (*offer of judgment*) e, caso o autor a rejeite e a sentença, embora de procedência, lhe seja menos favorável do que a oferta, ele arcará com os seus custos do processo⁶⁷, apesar de, como parte vencedora, pudesse em regra ser ressarcido de alguns dos custos incorridos⁶⁸.

⁶⁷ Veja-se, aqui, a parte (d) da *Rule 68*: “If the judgment that the offeree finally obtains is not more favorable than the unaccepted offer, the offeree must pay the costs incurred after the offer was made”.

⁶⁸ Apenas para que não parem dúvidas, vale mencionar a nota de rodapé de POSNER, que afirma que mesmo na *American rule*, em que em regra cada parte arca com os seus custos, independente do resultado, há custos menores, como “*court fees, copying costs and some witness fees*” que o perdedor normalmente deve reembolsar o vencedor (POSNER, 2011, p. 792).

A proposta, segundo a sistemática das *Federal Rules*, deve ser feita até 14 dias antes do *trial* e, se for aceita, será comunicada ao juízo. Caso não seja aceita, a proposta não poderá ser usada como elemento de prova em juízo, salvo para fins de determinação dos custos⁶⁹.

POSNER critica esse mecanismo pois afirma que ela não aumentará a probabilidade de acordo na medida em que, por ser uma opção de mão única (*one-way indemnity*), ou seja, está apenas à disposição do réu, a ação ficaria mais cara para autor, já que ainda que ele se sagra vencedor ele poderá ter que arcar com os custos do processo, e mais barata para o réu, que tem a possibilidade de, mesmo perdendo, não suportar os custos do processo. O autor de Chicago, contudo, reconhece que a regra cria incentivos para que o réu faça uma proposta mais razoável:

On the other hand, Rule 68 increases the defendant's incentive to make a realistic settlement offer and the offer will be more generous the greater the benefit that Rule 68 confers on the defendant if the plaintiff declines the offer and then does worse at trial. (Posner, 2011, p. 793).

O direito inglês possui mecanismo similar. Conhecido por alocar, em regra, os custos do conflito na parte derrotada (*costs follow the event*) o sistema inglês prevê, na parte 36 das *Civil Procedure Rules*, a possibilidade de ser feita *offer to settle* com impacto na futura alocação dos custos do processo. Lá, como observa FERNANDA PANTOJA,

as eventuais propostas de acordo podem ser formuladas de várias formas. Uma oferta verbal, de que não se tenha registro, não compromete a defesa do proponente em ulterior processo judicial. Por sua vez, uma oferta por escrito, sem qualquer ressalva (*open correspondence*), está sujeita ao risco de ser invocada nos autos, como prova de assunção parcial ou integral de responsabilidade. Se gravada com a expressão “sem prejuízo” (*without prejudice*), porém, resta inibida a sua utilização em juízo para fins de responsabilização do ofertante.

Coube ao Código de Processo Civil de 1999 aperfeiçoar uma terceira opção: a de formular uma proposta “sem prejuízo, salvo em relação às custas” (*without prejudice as to costs*). (2016, p. 69)

Embora semelhantes, os dois institutos, inglês e norte americano, têm suas peculiaridades e a regulamentação da *offer to settle*, do direito inglês, é bem mais detalhada do que a *Rule 68* das *Federal Civil Procedure Rules*. Essa, inclusive, uma das principais críticas feitas à *Part 36* das CPR:

⁶⁹ *Rule 68*, (b).

Practitioners noted one problem with Pt 36 offers; it is fiendishly complicated and solicitors have to spend some time advising clients on them. The Pt 36 machinery needs to be kept under review to see if changes in the procedure could build on its success while reducing its complexity. This would involve considering both the design of the procedural rule and whether the “sticks and carrots” built into the rule could be made more effective and increase the propensity to settle cases. (PEYSNER e SENEVIRATNE, 2006, p. 5).

A *offer to settle* prevista na Parte 36 do CPR consiste, portanto, em uma evolução, como indica SUZANA AMARAL SILVEIRA⁷⁰ (2010, p. 63), do mecanismo *payment into court* (depósito em juízo), que também consistia em uma oferta realizada por uma das partes, porém à época qualificada pela *efetivação* do depósito em juízo do valor ofertado⁷¹.

Outra diferença entre os dois sistemas anglo-saxões é que, no velho continente, a proposta pode ser feita por qualquer das partes do processo, pois a regra expressamente admite que seja feita tanto pelo *claimant* quanto pelo *defendant*⁷². Nos EUA, de acordo com as *Federal Rules of Civil Procedure*, a proposta pode ser feita apenas pelo réu, como já visto. Na Califórnia, contudo, relatam COOTER, MARKS e MNOOKIN, as *998 offers*, como são conhecidas em razão do número da seção em que estão inseridas na legislação estadual (1982, p 224), também estão disponíveis para ambas as partes do processo e funcionam da seguinte maneira:

Either party to a suit can make an offer to compromise, which typically is registered with the court. If the offer is rejected and trial occurs, then the party who rejected the offer must pay the court costs of his opponent unless the judgment is more favorable than the offer. For example, if the plaintiff rejects an offer to settle for \$10,000 and wins a judgment of \$ 8,000, then the plaintiff pays the defendant's court costs. (1982, p. 224)

As propostas, além de impactarem na alocação dos custos do litígio, podem ser feitas, como observa PANTOJA, antes ou durante o processo judicial e, neste último caso, haverá a repartição das custas (*split order*). Assim, caso o réu faça uma proposta no curso do processo, ele será “responsável pelas despesas até a data em que o autor poderia ter anuído com o acordo, e este arcará com os custos posteriores, ainda que os seus pedidos tenham sido julgados

⁷⁰ A tese de doutorado de SUZANA AMARAL SILVEIRA, intitulada *Acordos incentivados, uma contribuição britânica nos caminhos buscados pelo Judiciário brasileiro*, traz uma explicação detalhada sobre a origem e o funcionamento da *Part 36* das CPR.

⁷¹ A *offer to settle* também é conhecida como *Calderbank offer*, em razão do julgamento da Corte de Apelação Inglesa no caso *Calderbank v Calderbank*, 1975, em que se atribuiu valor à proposta feita por uma das partes do para fins de pagamento das custas do processo.

⁷² Cf. 36.17, (a) e (b).

procedentes” (PANTOJA, 2016, p. 70). Cria-se, assim, um incentivo para que, o quanto antes, seja apresentada uma boa proposta à parte *ex adversa*.

Este ponto realça a importância, já destacada no item 4.3 supra, de que os custos do processo não sejam cobrados em uma só tacada, na sua fase inicial. Se os custos do litígio, aqui contemplados os custos com o Judiciário, ou com honorários de advogados e peritos, são todos despendidos no momento inicial do processo, o estímulo desse mecanismo perde o seu sentido. Dessa forma, é necessário, quando se está diante da regulação dos custos do conflito, que os custos sejam pagos⁷³ em etapas bem definidas da disputa, conforme eles efetivamente se materializem, e não apenas em uma só vez. Com isso, a cada etapa do processo as partes terão o incentivo de rever se há, naquele momento, espaço para a realização de uma proposta acurada que componha o conflito.

A lei inglesa permite, ainda, que o tribunal majore em até 10%, da taxa-base, os juros moratórios (*enhanced interest rate*) caso o autor formule ao réu proposta de acordo em que admita receber menos do que pede na ação judicial e, ao final, a sentença seja inferior à proposta. Nesta mesma hipótese, a corte pode fixar um aumento de 10% das perdas e danos ou do valor das custas (*enhanced costs*), como observa PANTOJA (2016, p. 71).

Essas propostas influenciam, pois, na possibilidade de autocomposição dos conflitos e, segundo SPYER (2008, p. 303), interferem na exatidão, no acerto, ou justiça, do acordos celebrados.

Mais relevante do que isso, essas propostas incentivam as partes a, de forma realista e com incentivos econômicos adequados, tentarem compor o conflito evitando os gastos, ou desperdícios, nos quais incorrerão daquele momento em diante, caso o conflito persista. Para tanto, as propostas atribuem efeitos jurídicos ao comportamento das partes que tentam, de alguma maneira, evitar a disputa ou o seu prosseguimento mediante a formalização de uma proposta de acordo.

É, portanto, na atribuição de efeitos jurídicos às propostas de acordo feitas na forma da *Rule 68*, da *Part 36* ou da *998 offers* que reside a interessante inovação dos sistemas inglês e norte americano.

Simplesmente prever, no início do procedimento comum, a realização de uma audiência de mediação ou conciliação pode não gerar, nas partes do conflito, os incentivos adequados para formular, nessa oportunidade, uma proposta realista de acordo. Ao não atribuir qualquer valor jurídico à proposta realizada pela parte, corre-se o risco de a audiência do art. 334 do

⁷³ O pagamento pode se dar em etapas bem definidas ou, ainda, pode ser adiantado pelas partes e, caso haja acordo ante do implemento de determinadas etapas, poderia ocorrer a sua restituição à parte que o adiantou.

Código de Processo Civil de 2015 tornar-se apenas uma etapa burocrática a ser cumprida no início do procedimento comum.

A realização da audiência e a oportunidade de se conhecer e explorar métodos de autocomposição de conflitos é interessante, mas, se essa oportunidade não vem acompanhada dos incentivos econômicos adequados, o mecanismo pode se tornar menos eficiente.

CONCLUSÃO

Os custos do conflito impactam na decisão das partes de litigar, como indica a teoria e sugere a pesquisa realizada, de modo que é preciso que se tenha consciência da sua importância quando se trata de resolução de disputas. É necessário, portanto, que se tenha consciência e controle dos custos do processo em todas as ações judiciais, inclusive naquelas em que as partes gozam do benefício da gratuidade de justiça, ou que, por lei, o procedimento é gratuito (*rectius*, subsidiado) para as partes litigantes (como no caso dos juizados especiais, em primeira instância). Esse, pois, o primeiro passo, bastante simples, para se caminhar na linha de um acesso responsável à justiça.

Como se viu, a *dispute resolution* pode ser analisada sob a ótica regulatória e, nesse contexto, a análise econômica do direito permite compreender, por uma perspectiva distinta, a dinâmica do conflito e as formas de se estimular a sua composição. A revisão das leis processuais, a criação ou extinção da hipótese de cabimento de recursos, a mudança no procedimento das ações ou até mesmo a edição de um código de processo completamente novo produzem os seus efeitos mas, essas mudanças, se não estiverem alinhadas com os estímulos econômicos adequados, podem não atingir os resultados desejados.

A utilização de modelos econômicos, a despeito da limitação da racionalidade dos agentes, constitui uma ferramenta de enorme utilidade para se identificar e explicar a dinâmica do conflito ou de qualquer outro objeto de regulação. Ela permite que se lance um olhar crítico sobre o modelo existente e que se possa pensar, de forma mais clara, em soluções que criem os incentivos corretos e alinhados com as políticas públicas que se pretende estimular. O modelo econômico, com afirmam KAHNEMAN e TVERSKY, constitui a base do sistema que deve ser, após, lapidado para se adequar à realidade da racionalidade limitada dos agentes.

Partindo de ferramentas da análise econômica do direito e de pesquisa quantitativa, este estudo demonstrou como a transferência de grande parte dos custos do sistema estatal de solução de conflitos para a sociedade pode incentivar um acesso que chamei de irresponsável ao Judiciário. Pode incentivar o acesso do autor que, diante da inexistência de custos, ajuíza demandas sem sequer tentar, antes, uma forma de autocomposição. Estimula a formulação de pedidos inflados, quando não prevê qualquer consequência adequada para as hipóteses de improcedência ou procedência parcial dos pleitos do demandante. Ou, ainda, desestimula o investimento, por parte de grandes litigantes, em prevenção de disputas, na medida em que

subsídia, total ou parcialmente, os custos das ações em que esses litigantes recorrentes são derrotados.

O acesso responsável à justiça pressupõe que o desenho institucional do Judiciário dê adequado tratamento aos custos do conflito. As regras de fixação e alocação, entre os litigantes, dos custos do litígio desempenham um papel de extrema relevância na forma com que o sistema judiciário, ou qualquer outro sistema de solução de conflitos, será utilizado.

A hipótese da qual se partiu foi de que o tratamento atualmente dado aos custos do processo, no Brasil, cria incentivos claramente inadequados e contribuiu para o conhecido cenário de um Poder Judiciário que, de tão assoberbado, tem dificuldades de prestar, de forma eficiente, a jurisdição. Ao externalizar grande parte dos custos do sistema estatal de solução de conflitos para a sociedade, o modelo atual acaba incentivando a prática do ato que gera as externalidades, ou seja, o ato de litigar. Internalizar as externalidades é, conseqüentemente, um objetivo a ser perseguido.

Entendida a dinâmica do conflito, na ótica da *law and economics*, o estudo avançou para se pensar nos incentivos que as regras de fixação dos custos do conflito geram nas partes litigantes, analisando as perspectivas *ex ante* e *ex post*. Como, portanto, criar incentivos para que o litígio possa ser evitado (*ex ante*) e, uma vez que ele ocorra, como distribuir de maneira adequada os seus custos entre as partes ou entre elas e a sociedade (*ex post*).

A reflexão sobre o tema, pouco usual na doutrina brasileira, conduz a algumas conclusões e sugestões de mudanças que podem ser assim resumidas:

Consciência e controle

Não há recurso grátis. Todo processo judicial deve trazer, de forma expressa, a informação sobre o seu custo, ainda que por qualquer razão o regulador ou a sociedade resolva subsidiá-lo, no todo ou em parte. É preciso que se tenha consciência da existência dos custos do processo para que possa reduzir falhas semelhantes às de mercado e escolher, de forma informada, as hipóteses em que os custos serão suportados pela sociedade para garantir o necessário, eficiente e responsável acesso à justiça.

Momento do desembolso

O pagamento, ou adiantamento das custas, deve ser pensado de modo a criar os incentivos econômicos adequados para estimular as partes a tentarem autocompor seus

conflitos. O desembolso integral ou bastante significativo em T_1 , ou no início do processo, não gera oportunidades de reflexão sobre a continuidade do litígio, uma vez que todos os custos já foram incorridos. Os custos devem ser repassados na medida em que ocorrem, ou em etapas bem definidas do processo, evitando-se o fenômeno *sunk costs*, ou seja, de gastos irrecuperáveis.

Decisão informada sobre subsídios

Subsidiar, ou transferir os custos do conflito para a sociedade, pode ser necessário para garantir o acesso à justiça mas, por outro lado, estimula o agente a litigar. O Judiciário deve ser visto como um recurso comum, que deve ter o seu acesso garantido e ao mesmo tempo regulado para que não se torne ineficiente em razão da sua super-utilização. Essas escolhas regulatórias, considerando que visam a implementar objetivos sociais constitucionalmente previstos, devem ser feitas por órgãos de representação da sociedade. Pode ser natural que a sociedade decida subsidiar o consumidor que, lesado, leva o seu pleito aos juizados especiais cíveis, como ocorre no modelo atual. Esse processo judicial tem custo, mas é uma opção informada subsidiá-lo. Se, contudo, esta mesma ação é julgada procedente — e como se viu os grandes litigantes representam cerca de 90% dos casos cíveis existentes no Judiciário — será que a sociedade deve suportar os custos desse processo em que o réu foi condenado? Quais incentivos, na perspectiva *ex ante*, com relação a investimentos em prevenção, esse regra cria?

Valoração jurídica do comportamento das partes

Se os custos do litígio são desperdícios que devem ser evitados, é necessário que se atribua valor jurídico ao comportamento da parte que tenta resolver o conflito ou impedir o seu prosseguimento. Atribuir efeitos jurídicos à proposta de acordo confidencial, e que ao final do processo se mostra mais vantajosa para a outra parte do que a sentença judicial obtida, é uma maneira de se estimular a autocomposição e responsabilizar, pelo pagamento dos custos do litígio, a parte que efetivamente deu causa àquele desperdício. Nessa linha, mecanismos como *offer to settle*, *enhanced costs* e *enhanced interests rates* devem ser estudados e desenvolvidos, para o bem do acesso responsável à justiça.

A relevância do tema objeto desta dissertação para o desenvolvimento do país está estampada no relatório da OCDE sobre a performance do Judiciário e suas determinantes, e já foi, no exterior, alvo de inúmeros estudos, como o conduzido na academia por ZUCKERMAN, intitulado *Civil Justice in Crisis*, além de ter alimentado debates ricos do que se denominou *economic analysis of dispute resolution*.

Há um campo extremamente fértil e inexplorado no Brasil para pesquisas e propostas de alterações do atual desenho institucional do Judiciário que possam, ao mesmo tempo, estimular o uso dos métodos de autocomposição, reduzir a transferência dos custos do litígio das partes litigantes para a sociedade, responsabilizar adequadamente a parte que efetivamente deu causa aos custos do conflito e, assim, garantir um acesso qualificado a um Judiciário que terá melhores condições de prestar uma jurisdição eficiente.

A iniciativa aqui proposta não é inédita. Na Inglaterra, após a realização de um detalhado relatório do *Sir RUPERT JACKSON* sobre os custos do processo, que foi submetido a consultas públicas, aprovou-se, em 2011, a reforma Jackson, que vem sendo implementada gradativamente. Ela modifica as regras sobre a distribuição dos ônus de pagar as custas, os honorários advocatícios, as ofertas de acordo e uma série de outros pontos atrelados aos custos do processo (cf. JACKSON, L. J. *Review of Civil Litigation Costs: Final Report*, apud PANTOJA, p. 56)

O Brasil, com um Judiciário que tem dificuldades de reduzir o seu estoque de cerca de 100 milhões de processos e um objetivo claro de incentivar o uso de métodos alternativos de solução de conflitos, precisa urgentemente da sua versão tropical da JACKSON'S *reform*. Necessita de um estudo sobre os custos do conflito, de abrangência nacional e que permita a reflexão, discussão e regulação das regras de fixação e alocação dos custos do litígio.

Enxergar a relevância dos custos na decisão de litigar e pensar no desenho institucional de um Judiciário que garanta um acesso *responsável* à Justiça é a contribuição que este trabalho tentou dar.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências Reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

ARENHART, Fernando Santos. **Análise econômica da litigância: Teoria e evidências**. 2009. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25355/000738187.pdf> >. Acesso em 3.12.17.

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. **Criatura e/ou criador. Transformações do Supremo Tribunal Federal sob a Constituição de 1988**. In *Revista Direito GV*, vol. 12. 2. Maio-Ago. São Paulo. 2016.

BAR-GILL, Oren. **The evolution and persistence of optimism in litigation**. *Journal of Law, Economics, and Organization* 22, nº. 2. p. 490-507. 2005.

BAR-GILL, Oren; FERSHTMAN, Chaim. **Law and Preferences**, *Journal of Law, Economics and Organization*, 20, nº 2, p. 331–52. 2004.

BARR, Michael S.; MULLAINATHAN, Sendhil; SHAFIR, Eldar. **Behaviorally informed regulation**. In *The behavioral foundations of public policy*, SHAFIR, Eldar organizador. Princeton University Press, 2013.

BEBCHUK, Lucian Arye. **Litigation and Settlement under Imperfect Information**. 15 *RAND Journal of Economics*, p. 404–15. 1984.

BENEDUZI, Renato. **Teoria geral do litígio**. A ser publicado na obra *Estudos em homenagem ao ministro e professor Luiz Fux*. No prelo.

BERMUDES, Sergio. **Administration of civil justice in Brazil**. In *Civil justice in crisis: comparative perspectives of civil procedure*. Zuckerman, Adrian AS (org). Oxford University Press, 1999.

CALABRESI, Guido. **Some thoughts on risk distribution and the law of torts**. *The Yale Law Journal* 70, nº 4. p. 499-553. 1961.

COASE, Ronald H. **The problem of social cost**. *Journal of law and economics* 3, nº. 1. p. 1-44. 1960.

COOTER, Robert; MARKS, Stephen; MNOOKIN, Robert. ***Bargaining in the Shadow of the Law: A Testable Model of Strategic Behavior***. Journal of Legal Studies, vol. 11, p. 225–51. 1982.

COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. ***Economic analysis of legal disputes and their resolution***. Journal of Economic Literature, 27, nº 3. p.1067-1097. 1989.

COOTER, Robert D.; ULEN, Thomas. ***Law and economics***, 6ª ed. Pearson, 2011.

DIXIT, Avinash K; NALEBUFF, Barry, J. ***Thinking Strategically: the competitive edge in business, politics, and everyday life***. WW Northon & Company Inc., 1993.

EPSTEIN, Lee; KNIGHT, Jack. ***Constitutional borrowing and nonborrowing***. International Journal Of Constitutional Law. Vol. 1, Nº 2, 2003.

FALCÃO, Joaquim; SCHUARTZ, Luis Fernando; ARGUELHES, Diego Werneck. ***Jurisdição, incerteza e Estado de direito***. Revista de Direito Administrativo, nº 243: 79-112. 2006.

FALCÃO, Joaquim. ***O futuro é plural: administração de justiça no Brasil***. Revista USP 74, p. 22-35. 2007.

FARNSWORTH. Ward. ***The legal analyst: a toolkit for thinking about the law***. The University of Chicago Press, 2007.

GALDINO, Flávio. ***Introdução à teoria dos custos dos direitos: direitos não nascem em árvores***. Lumen Iuris, Rio de Janeiro, 2005.

GARTH, Bryant; CAPPELLETTI, Mauro. ***Acesso à Justiça***. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

GENN, Hazel; GREGER Reinhard; MENKEL-MEADOW, Carrie. ***Regulating dispute resolution: ADR and access to justice at the crossroads***. Bloomsbury Publishing, 2014.

GILSON, Ronald J; MNOOKIN Robert H. ***Disputing Through Agents: Cooperation and Conflict. Between Lawyers in Litigation***. Columbia Law Review, vol. 94, p. 509–66. 1994.

GOLDBERG, Stephen B.; SANDER, Frank E.A.; ROGERS, Nancy H.; COLE, Sarah Rudolph. ***Dispute resolution: negotiation, mediation and other processes***. Wolters Kluwer Law & Business, 2014.

GUERRA, Sergio. **Discrecionalidade, regulação e reflexividade. Uma nova teoria sobre as escolhas administrativas**. 3ª ed. Ed. Fórum. 2015,

GRECO, Leonardo. **Instituições de processo civil**, vol. 1. Rio de Janeiro : Forense, 2010.

GREEN, Donald; SHAPIRO, Ian. *Pathologies of rational choice theory: A critique of applications in political science*. Yale University Press, 1996.

HIRSCHL, Ran. *The “Design Sciences” and Constitutional “Success”*. Texas Law Review, Vol. 87. 2009.

IHERING, Rudolf von. *El espíritu del derecho romano en las diversas fases de su desarrollo*. Quinta Tirada. Tomo I. Madri: Casa Editorial Bailly-Bailliere, [189-?]

JUSTIÇA EM NÚMEROS. **Levantamento Estatístico do Poder Judiciário**. Conselho Nacional de Justiça, 2017. Disponível em: <www.cnj.jus.br>. Acesso em: 2 novembro de 2017.

KAHNEMAN, Daniel. *Thinking, fast and slow*. Macmillan, 2013.

LEAL, Fernando; RIBEIRO, Leandro Molhano. **O direito é sempre relevante? Heurística de ancoragem e fixação de valores indenizatórios em pedidos de dano moral em juizados especiais do Rio de Janeiro**. Direitos Fundamentais & Justiça, Belo Horizonte, ano 10, n. 35, p. 253-284, jul./dez. 2016.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

MOFFITT, Michael L.; BORDONE Robert C., *The handbook of dispute resolution*. Ed. John Wiley & Sons. 2012.

MOREIRA ALVES, José Carlos. **Direito romano**. Vol. I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

NALEBUFF, B.. *Credible Pretrial Negotiations*. Journal of Economics. 18 RAND. p. 198–210. 1987.

PANTOJA, Fernanda Medina. **Protocolos pré-processuais: fundamentos para a construção de uma fase prévia ao processo no direito brasileiro**. No prelo.

PEYSNER, John; SENEVIRATNE, Mary. *The management of civil cases: a snapshot*. Civil Justice Quarterly, 25, p. 312-326. 2006.

PIMENTEL, Wilson. **O CPC de 2015, mediação e arbitragem: um sistema geral de solução de conflitos**. In Reforma da Arbitragem, org. MELO, Leonardo de Campos; BENEDUZI, Renato. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PINHEIRO, Armando Castelar. **Judicial system performance and economic development**. Ensaio nº 2. Rio de Janeiro: BNDES, 1996.

PINHEIRO, Armando Castelar; BARBOSA, Fernando de Holanda Filho. **Os determinantes da demanda pelo Judiciário**. In Ensaio IBRE de economia brasileira. Vol. 2. Fernando Veloso e Regis Bonelli (org.). 1ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

POLINSKY, A. Mitchel; SHAVELL, Steven.. *Handbook of law and economics*. Elsevier. 2007.

POSNER, Richard A. *Economic analysis of law*. Wolters Kluwer Law & Business. 8ª Edição. 2011.

PRIEST, George L., and KLEIN, Benjamin. *The Selection of Disputes for Litigation*, 13 Journal of Legal Studies, p. 1–55. 1984.

PYLDES, Richard; LEVINSON, Daryl. *Separation of parties, not powers*. Harvard Law Review. Vol. 119:1. 2006.

RAWLS, John,. **Uma Teoria da Justiça**. Tradução Almiro Pisetta e Lenita MR Esteves. 2ª Ed. São Paulo : Martins Fontes, 2002.

ROSA JUNIOR, Luiz Emydio F. da. **Manual de Direito Tributário**. Rio de Janeiro : Renovar, 2009.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Normas tributárias indutoras e intervenção econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2005

SHAVELL, Steven. *Suit, Settlement, and Trial: A Theoretical Analysis under Alternative Methods for the Allocation of Legal Costs*. 11 Journal of Legal Studies 55–81. 1982.

_____. *Foundations of economic analysis of law*. The Belknap press of Harvard university press. 2004.

TORNAGHI, Helio. **Comentários ao Código de Processo Civil**, vol. I, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1974.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. *Conflict resolution: a cognitive perspective*. In TVERSKY, Amos. Preference, belief, and similarity : selected writings. Ed. Eldar Shafir. Cambridge, 2004

ANEXO 1

PESQUISA QUANTITATIVA
SOBRE O ÍNDICE DE RECORRIBILIDADE NOS
JUIZADOS ESPECIAIS E NA JUSTIÇA COMUM

RESUMO DE ALGUMAS DAS ANÁLISES REALIZADAS

1) Total de casos selecionados após envio do TJ

Total	
JC 15	828
JEC 15	1001
JC 17	1030

2) Total de casos analisados, após exclusões

JC 15	532
JEC 15	545
JC 17*	362

excluídos: Embargos de declaração;
Homologação de acordo; homologação de
desistência; Extinção cumprimento de sentença;
abandono de causa; não comparecimento à

* exclui casos em que o prazo está em curso ou ainda não é
possível identificar a petição existente no sistema

3) Perfil das Partes

JC 15					
Perfil Autor	#	%	Perfil Réu	#	%
Consumidor	319	59,96	Consumidor	43	8,08
Concessionária	0	0,00	Concessionária	35	6,58
Bancos	22	4,14	Bancos	84	15,79
Partes "iguais"	143	26,88	Partes "iguais"	143	26,88
Setor Público Estadual	0	0,00	Setor Público Estadual	0	0,00
Setor Público Municipal	0	0,00	Setor Público Municipal	0	0,00
Setor Público Federal	0	0,00	Setor Público Federal	5	0,94
Telefonia	2	0,38	Telefonia	32	6,02
Seguros/Previdência	4	0,75	Seguros/Previdência	38	7,14
Serviços	39	7,33	Serviços	118	22,18
Planos de saúde	1	0,19	Planos de saúde	30	5,64
Instituição de Ensino	2	0,38	Instituição de Ensino	4	0,75
Total	532	100,00		532	100,00

JEC 15					
Perfil Autor	#	%	Perfil Réu	#	%
Consumidor	530	97,25	Consumidor	1	0,18
Concessionária	0	0,00	Concessionária	11	2,02
Bancos	0	0,00	Bancos	93	17,06
Partes "iguais"	12	2,20	Partes "iguais"	12	2,20
Setor Público Estadual	0	0,00	Setor Público Estadual	2	0,37
Setor Público Municipal	0	0,00	Setor Público Municipal	0	0,00
Setor Público Federal	0	0,00	Setor Público Federal	0	0,00
Telefonia	0	0,00	Telefonia	133	24,40
Seguros/Previdência	0	0,00	Seguros/Previdência	9	1,65
Serviços	3	0,55	Serviços	270	49,54
Planos de saúde	0	0,00	Planos de saúde	10	1,83
Instituição de Ensino	0	0,00	Instituição de Ensino	4	0,73
Total	545	100,00		545	100,00

JC 17

Perfil Autor	#	%	Perfil Réu	#	%
Consumidor	260	71,82	Consumidor	25	6,91
Concessionária	0	0,00	Concessionária	23	6,35
Bancos	10	2,76	Bancos	75	20,72
Partes "iguais"	52	14,36	Partes "iguais"	52	14,36
Setor Público Estadual	0	0,00	Setor Público Estadual	0	0,00
Setor Público Municipal	0	0,00	Setor Público Municipal	0	0,00
Setor Público Federal	0	0,00	Setor Público Federal	4	1,10
Telefonia	1	0,28	Telefonia	20	5,52
Seguros/Previdência	1	0,28	Seguros/Previdência	30	8,29
Serviços	36	9,94	Serviços	115	31,77
Planos de saúde	1	0,28	Planos de saúde	16	4,42
Instituição de Ensino	1	0,28	Instituição de Ensino	2	0,55
Total	362	100,00		362	100,00

4) Recorribilidade externa

	Sentenças recoráveis	Recursos interpostos	%	Sem Recurso	%
JC 15	532	350	65,79	182	34,21
JEC 15	545	125	22,94	420	77,06
JC 17	362	171	47,24	191	52,76

5) Gratuidade

	Sentenças recoráveis	Ped. Gratuidades T1	%	Gratuidade Deferida T1	%	% Casos com Gratuidade em T1
JC 15	532	255	47,93	233	91,37	43,80
JC 17	362	233	64,36	207	88,84	57,18

6) Recorribilidade externa e gratuidade

	Sentenças recoráveis	Casos com Gratuidade	Recursos interpostos	%	Sem Recurso	%
JC 15	532	233	194	83,26	39	16,74
JEC 15	545	545	125	22,94	420	77,06
JC 17	362	207	94	45,41	113	54,59

	Sentenças recoráveis	Casos Sem Gratuidade	Recursos interpostos	%	Sem Recurso	%
JC 15	532	299	156	52,17391304	143	47,82608696
JC 17	362	153	77	50,32679739	76	49,67320261

7) Recorribilidade Autor, Réu e Gratuidade

* casos em que o pedido
contraposto foi julgado
procedente foram classificados
como procedência parcial

JEC 15			Autor/ Embargado	Sentenças Recoráveis P/ Autor	Recursos Interpostos pelo autor	%				
Sentenças Recoráveis	Recursos Interpostos	%		Improcedência/ Extinção			Pedido de Gratuidade	%	Gratuidade Deferida	
545	125	22,94		Procedência	3	5	52	98,11	47	90,38
				Procedência Parcial	280	20				
					451	53				
			Réu/ Embargante	Sentenças Recoráveis P/ Réu	Recursos Interpostos por Réus	%				
				Procedência Parcial	280	51				
				Procedência	97	22	1	4,55	1	100
					377	73	disputa entre partes "iguais"			

* 1 caso em que ambas
as partes recorreram
* Dois casos de
embargos a execução
por empresas justificam
o -2 ou +2

<div>* 42 casos com recursos de ambas as partes: 1 impro. 24 proc parc; 17 proc</div>			<div></div>			Sentença recoráveis p/ autor em casos COM gratuidade			Recursos interpostos nesses casos		%		
						171			112		65,50		
						Sentença recoráveis p/ autor em casos SEM gratuidade			Recursos interpostos nesses casos		%		
						237			82		34,60		
JC 15			Autor/ Embargado										
Sentenças Recorríveis		Recursos Interpostos**	%										
532		350	65,79										
			Réu/ Embargante										
<div>** contando apenas um recurso nos casos em que ambas as partes recorreram</div>			Sentenças Recorríveis P/ Réu		Recursos Interpostos por Réus	%							
			Procedência Parcial		114	70	61,40						
			Procedência		153	108	70,59						
			Improcedência/ Extinção		6	6							
					273	184	67,40						

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dido Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente/dido Grat	at. Defenit
1	0271416-90.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO)	Pagamento	Cível	12ª VC	24/08/10	Julgado procedente o pedido	10/06/15	JC 15	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO LARGO DA CARIOCA	Partes "Iguais"	ANTONIO DIAS DE SA e outro	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
2	0482707-35.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO)	Pagamento	Cível	12ª VC	14/12/12	Julgado procedente o pedido	27/07/15	JC 15	AUGUSTO DE MIRANDA E ALBUQUERQUE BISNETO	Consumidor	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT	Seguros/Previdência	Sim	Procedência	Não		
3	0064640-82.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício	Cível	12ª VC	04/03/15	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO EURICO LISBOA	Partes "Iguais"	CLAUDIA OLIVEIRA BARROS e outro	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
4	0124864-54.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	12ª VC	15/04/13	Julgado improcedente o pedido	30/06/15	JC 15	SUSANNE ANITA HULTMAN	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A	Concessão ária	Sim	Improcedência/Extinção	Não	Não	
5	0258925-46.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	12ª VC	30/07/13	Julgado procedente em parte o pedido	29/06/15	JC 15	KLEBER DAELON DO AMARAL e outro	Consumidor	MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A	Serviços	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
6	0238537-98.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Enriquecimento sem Causa	Cível	12ª VC	12/08/08	Extinto o processo por ausência das condições da ação	31/07/15	JC 15	ARTHUR DE SOUZA RAYUNDO RUHO e outro	Consumidor	CAMA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL PREV e outro	Seguros/Previdência	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Réu	Não
7	0296161-03.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO)	Auxílio-Doença Acidentário / Benefícios em Espécie	Acidentes do Trabalho	12ª VC	19/08/11	Julgado procedente o pedido	24/06/15	JC 15	MIRIAM DE ARAUJO SILVA	Consumidor	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS	Seguros/Previdência	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
8	0096176-82.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Complementação de Anos para Aposentadoria	Cível	12ª VC	22/03/13	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	MARIA JOSE DA ROCHA EDSON DA CONCEIÇÃO e outro	Consumidor	FUNDAÇÃO BISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
9	0245484-03.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Defeito, Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico	Cível	12ª VC	30/07/10	Julgado improcedente o pedido	29/07/15	JC 15	MARIA DO CARMO OLIVEIRA	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A	Concessão ária	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
10	0046224-03.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros / Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	10/02/14	Julgado procedente o pedido	09/07/15	JC 15	CORPO LEVE MODA JOVEM LTDA - ME	Serviços	BANCO BRADESCO - S/A	Bancos	Não	Procedência	Não		
11	0155002-43.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Cédula de Crédito Bancário	Cível	12ª VC	22/06/09	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	VIVA VELOSO COMÉRCIO ME e outro	Serviços	BANCO BRASIL	Bancos	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
12	0087234-32.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros / Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	24/03/11	Julgado procedente em parte o pedido	12/06/15	JC 15	DANILLO RODRIGUES DA CRUZ e outro	Partes "Iguais"	FELIPE MAGALHÃES TIMMO e outro	Partes "Iguais"	Não	Procedência Parcial	Sim	Autor	Não
13	0261494-20.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	12ª VC	31/07/13	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	29/06/15	JC 15	HEITOR DA ROCHA SANTOS	Consumidor	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURO SOCIAL	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
14	0056216-56.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO)	Internação Hospitalar - Desabilitado Deleg - Lançar	Cível	12ª VC	17/02/12	Julgado procedente o pedido	17/06/15	JC 15	HUMBERTO BARROZA	Consumidor	CAC CANVA DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA CDEME	Planos de saúde	Não	Procedência	Sim	Réu	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dido Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente/dido Grat	at. Defenit
15	0077769-67.2009.8.19.0001	Embargos de Terceiro - OPC	Direito, Nulidade ou Anulação / Ato Ou Negócio Indiviso	Cível	12ª VC	30/03/09	Exinto o processo por ausência das condições da ação	30/06/15	JC 15	FUJUREAL ESTATE TRUST	Partes "Iguais"	CONDOMINIO DO EDIFICIO GOLD LOOK	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		
16	0003642-79.2010.8.19.0210	Procedimento Comum	Indevida em Cadastro de Inadimplentes	Cível	12ª VC	10/02/10	Julgado procedente o pedido	15/07/15	JC 15	ANTONIO FERREIRA COSTA	Consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES	Telefonia	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
17	0146296-95.2014.8.19.0001	Prestação de Contas - Exigidas	Descumprimento de Folia de Paramento	Cível	12ª VC	03/05/14	Exinto o processo por ausência de pressupostos	16/07/15	JC 15	JACINTHO FERREIRA	Consumidor	BAN RASIL - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
18	0428152-10.2008.8.19.0001	Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral - Outros/ Indevidação Por Dano Moral	Cível	12ª VC	19/12/08	Julgado procedente o pedido	17/06/15	JC 15	JOSE EDUARDO CLAUDIO	Consumidor	BANCO DO BRASIL S A	Bancos	Sim	Procedência	Sim	Ambos	Não
19	0014743-18.1997.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Condomínio	Cível	12ª VC	28/01/97	Exinto o processo por ausência das condições da ação	25/06/15	JC 15	CONDOMINIO DO EDIFICIO GOLD LOOK	Partes "Iguais"	HELENA KOCHMANSKA e OUTRO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		
20	0398542-21.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Práticas Abusivas	Cível	12ª VC	18/11/13	Julgado procedente em parte o pedido	30/06/15	JC 15	ANGÉLICA PASSOS DE MAGALHÃES CASTRO	Consumidor	VRG LINHAS AÉREAS S/A "GOL"	Serviços	Não	Procedência Parcial	Não		
21	0044867-56.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Direito, Nulidade ou Anulação / Ato	Cível	12ª VC	08/02/12	Julgado procedente o pedido	18/06/15	JC 15	ISAÍAS DA VEIGA SOUZA	Consumidor	BANCO INTERMEDIUM S/A e OUTRO	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
22	0158182-62.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	12ª VC	19/04/12	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	SON THE ROAD SERVIÇOS DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA	Partes "Iguais"	SUN E TOUR VIAGENS E EVENTOS LTDA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
23	0471322-90.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indevidação Por Dano Moral	Cível	12ª VC	06/12/12	Julgado procedente o pedido	16/06/15	JC 15	MIRIAM QUINTILIANI WEBBER COSTA NOVO	Partes "Iguais"	CONDOMINIO DO EDIFICIO LINGOES	Partes "Iguais"	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
24	0411546-96.2011.8.19.0001	Petição - Cível	Dano Moral - Outros/ Indevidação Por Dano Moral	Cível	12ª VC	18/11/11	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	CARLOS LUIS SOBRINHA DA CUNHA	Consumidor	LIGHT S/A	Concessionária	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
25	0199637-70.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral - Outros/ Indevidação	Cível	12ª VC	12/06/13	Julgado procedente o pedido	24/06/15	JC 15	ALEXANDRE DE CARVALHO ANTONIELLO	Partes "Iguais"	PALLO DANIEL VIRA DARRIGUE DE FARO	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
26	0057870-49.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Indevida em Cadastro de Inadimplentes	Cível	12ª VC	10/02/10	Julgado procedente o pedido	15/07/15	JC 15	ANTONIO FERREIRA COSTA	Consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES	Telefonia	Sim	Procedência	Sim	Ambos	Não
27	0446649-33.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	14/11/12	Julgado procedente em parte o pedido	22/07/15	JC 15	MARIA CECILIA PINTO DE ABREU	Consumidor	BV FINANCERA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
28	0475887-29.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Contratos Bancários / Direito Civil	Cível	12ª VC	10/12/14	Exinto o processo por ausência de pressupostos processuais	24/07/15	JC 15	BANCO DO BRASIL S.A	Bancos	ARACA MODAS LTDA ME	Serviços	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	
29	0127692-23.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indevidação Por Dano Material	Cível	12ª VC	16/04/13	Julgado procedente em parte o pedido	15/07/15	JC 15	BARBARA DE NUNCE TELES	Consumidor	ECONSTRUTORA TENDA S.A	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
30	0304128-31.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Classificação e/ou Práticação /	Cível	12ª VC	02/09/13	Julgado improcedente o pedido	03/07/15	JC 15	MARCIO DINNY NASCIMENTO	Consumidor	PETROLO BRASILEIRO S.A PEROMBAS	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi	at. Deferi
31	0296174-31.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	27/08/13	Julgado improcedente o pedido	03/07/15	JC 15	ANDRÉIA SUMARO CAMPOS	Consumidor	TELEMAR S A	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não	
32	0333966-19.2013.8.19.0001	Exibição - CPC	Contratos Bancários / Direito Civil	Cível	12ª VC	25/09/13	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	WILLIAMS TEIXEIRA DE SOUZA	Consumidor	BANCO BMG S A	Bancos	Não	Procedência	Não			
33	0175008-32.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Cível	12ª VC	23/05/13	Julgado improcedente o pedido	12/06/15	JC 15	AGATILDO RIPARADORA DE AUTOS LTDA ME	Serviços	COMPANHIA ESTADUAL DE AGUA E ESGOTOS CEDAE	Concessionária	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não	
34	0243659-87.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Pagamento	Cível	12ª VC	18/07/11	Julgado procedente em parte o pedido	30/06/15	JC 15	MAURO CESAR CAMPOS DE AZEVEDO	Consumidor	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGUROS DPVAT	Seguros/Previdência	Sim	Procedência Parcial	Não		Não	
35	0001362-44.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito	Cível	12ª VC	03/01/14	Julgado improcedente o pedido	01/07/15	JC 15	MAURO MOACIR PEDROSA DE AZEVEDO e outro	Consumidor	TNL PCS S/A e outro	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim
36	0047489-40.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Irregularidade no atendimento	Cível	12ª VC	10/02/14	Julgado procedente o pedido	30/06/15	JC 15	TERESA MASCARENHAS	Consumidor	UNIMED	Planos de saúde	Sim	Procedência	Sim	Ambos	Sim	
37	0378134-72.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Anulação / Títulos de Crédito	Cível	12ª VC	15/10/14	Julgado procedente em parte o pedido	15/07/15	JC 15	RAVEN SHOP CALÇADOS LTDA. e outro	Partes "Iguais"	ATELIER DE CALÇADOS PRESTATIVA LTDA.	Partes "Iguais"	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
38	0174051-02.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Acidente de Trânsito / Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	09/06/11	Julgado procedente em parte o pedido	30/06/15	JC 15	ENÉAS SANTOS GONÇALVES DE LORETO	Consumidor	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Não		Não	
39	0453020-47.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	29/11/11	Julgado procedente em parte o pedido	29/06/15	JC 15	RENATO MONTEIRO SARDAS e outro	Consumidor	GAFUSA S A e outro	Serviços	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não	
40	0002235-86.2012.8.19.0042	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	20/01/12	Julgado improcedente o pedido	29/06/15	JC 15	JOSÉ CARLOS RAPOZO VIBRA	Consumidor	CONSTRUTORA SANTA ISABEL S A	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não	
41	0305525-62.2012.8.19.0001	Reintegração/manutenção de posse	Estulho, Turbação, Ameaça / Posse	Cível	12ª VC	02/08/12	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	JOÃO MARIA DE MESSEJUTA	Consumidor	SIMONE MOREIRA DA SILVA	Consumidor	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
42	0053371-80.2014.8.19.0001	Prestação de Contas - Exigidas	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito - Cdc	Cível	12ª VC	13/02/14	Julgado procedente em parte o pedido	15/07/15	JC 15	ALEX SANDRO DE ANDRADE MORAIS	Partes "Iguais"	ANA CRISTINA DE LENOS SANTOS	Partes "Iguais"	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
43	0249967-08.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	04/07/12	procedente em parte o pedido	29/07/15	JC 15	IVONETE DA FONSECA AIMEIDA	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A	Concessionária	Sim	Procedência	Não			
44	0210222-84.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Hospitalar - Desabilitado Deije - Lançar	Cível	12ª VC	19/06/13	Julgado procedente o pedido	17/06/15	JC 15	HUMBERTO BARROZA	Consumidor	CAC CAIXA DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA CEDAE	Planos de saúde	Não	Procedência	Sim	Ambos	Não	

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
45	0482255-25.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	12ª VC	14/12/12	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	ESPOLIO DE MARCELO AUGUSTO ROMERO DA ROZA	Consumidor	BANCO CITIBANK S/A e outro	Bancos	Não	Procedência	Sim	Ambos	Não
46	0253133-14.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO - CPC)	Complementação de Apontadoria / Previdência	Cível	12ª VC	23/07/13	Julgado improcedente o pedido	29/06/15	JC 15	KATIA MARIA DE SOUZA COUTINHO	Consumidor	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
47	0012337-91.2015.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Nota Promissória	Cível	12ª VC	14/01/15	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	18/06/15	JC 15	BANCO BRADESCO AS	Bancos	MARLENE ALVARENGA LIMA DE ALMEIDA	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	
48	0014141-65.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	12ª VC	16/01/13	Julgado procedente em parte o pedido	29/07/15	JC 15	MARIA DE LOURDES FERNAZ HELEDOIRO	Consumidor	BANCO SANTANDER BRASIL S/A e outro	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		Não
49	0277350-63.2009.8.19.0001	Monitória	Mútuo / Espécies de Contratos	Cível	12ª VC	08/10/09	Julgado improcedente o pedido	22/07/15	JC 15	INSTITUTO ABUEL DE SEGURIDADE SOCIAL	Seguros/Previdência	ADRIANA FERREIRA DE OLIVEIRA	Consumidor	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Réu	Não
50	0066564-02.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO - CPC)	Realização de Exames / Cirurgia de Eficácia Não Consensuada	Cível	12ª VC	01/03/13	Julgado procedente o pedido	25/06/15	JC 15	RUBENS CEZAR DE MOURA LIMA	Consumidor	FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA ASEFAZ	Planos de saúde	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
51	0375127-77.2011.8.19.0001	Exibição - CPC	Busca e Apreensão	Cível	12ª VC	21/10/11	Julgado procedente em parte o pedido	24/06/15	JC 15	NESTOR BIELSON DE MARINS COUTINHO	Consumidor	BANCO BRADESCO SA	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Não
52	0411452-46.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	12ª VC	10/11/14	Julgado procedente o pedido	31/07/15	JC 15	WILLIA CESAR DA SILVA ALMEIDA	Consumidor	UNIMEDRIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e outros	Planos de saúde	Sim	Procedência	Sim	Ambos	Sim
53	0012375-06.2015.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Cédula de Crédito Bancário	Cível	12ª VC	14/01/15	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	18/06/15	JC 15	BANCO BRADESCO AS	Bancos	LIVRARIA SÃO JOSÉ LTDA	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	
54	0420997-14.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros / Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	26/10/12	Julgado procedente em parte o pedido	26/06/15	JC 15	JOSE RONALDO BARBOSA BIRTO	Consumidor	LUKE COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA LME	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
55	0205194-48.2007.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão Contratual / Obrigações / D	Cível	12ª VC	14/11/07	Julgado procedente em parte o pedido	10/06/15	JC 15	SILAMITA BEZERRA DE LIMA	Consumidor	BANCO BMG S A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
56	0058414-95.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	12ª VC	18/02/14	Julgado improcedente o pedido	23/07/15	JC 15	CATIA DE OLIVEIRA MAMEDIR	Consumidor	SERASA S/A	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
57	0109430-25.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO - CPC)	Pagamento	Cível	12ª VC	03/04/13	Julgado procedente em parte o pedido	27/07/15	JC 15	DOUGLAS JACOB DOS REIS	Consumidor	SEGURADORA LIDR DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT	Seguros/Previdência	Sim	Procedência Parcial	Não		Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Atos Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
58	0036000-79.2009.8.19.0001	Medida Cautelar Inominada	Busca e Apreensão	Cível	2ª VC	11/02/09	Julgado improcedente o pedido	10/06/15	JC 15	GRUPO LEO TSE DE BRSINO LTDA	Instituição de Ensino	LIGHT S.A	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
59	0093724-02.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário Comum	Complementação de Aposentadoria	Cível	2ª VC	21/03/13	Julgado procedente em parte o pedido	23/06/15	JC 15	VANDA BARBOSA PEIXOTO	Consumidor	CASA BENEFICIENTE DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Não
60	0250221-44.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Pagamento	Cível	2ª VC	19/07/13	Julgado improcedente o pedido	30/07/15	JC 15	CONDOMINIO DO EDIFICIO GARAGEM DUUVIER	Consumidor	COMANI CONSTRUTORA PAUM PIGUI LTDA	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Não		Não
61	0302235-05.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Complementação de Aposentadoria / Previdência	Cível	2ª VC	30/08/13	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	20/07/15	JC 15	LEILA BARRETO RIBEIRO RODRIGUES DE ALMEIDA	Consumidor	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	Sector Público Federal	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
62	0303808-78.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	02/09/13	Julgado improcedente o pedido	22/06/15	JC 15	CARLA BARBOSA DE PAULA	Consumidor	SKY BRASIL SERVICOS LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
63	0083954-48.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Práticas Abusivas	Cível	2ª VC	13/03/14	Julgado improcedente o pedido	22/07/15	JC 15	MARIA APARECIDA GOUVEIA FERNANDES	Consumidor	DIZAMICO SAUDE LTDA	Planos de saúde	Sim	Improcedência/Extinção	Não		Não
64	0191478-07.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Complementação de Aposentadoria / Previdência	Cível	2ª VC	06/06/14	Julgado improcedente o pedido	06/07/15	JC 15	ELIANE GULVEIA TEIXEIRA	Consumidor	CASA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL PREV I e OUTRO	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
65	0067573-33.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	2ª VC	02/03/12	Julgado procedente em parte o pedido	17/07/15	JC 15	HEBER OVIDIO RAPHAEL	Consumidor	LIGHT - SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Não		Não
66	0161134-19.2009.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Direito de Vizinhança	Cível	2ª VC	26/06/09	Extinto o processo por ausência das condições da ação	17/07/15	JC 15	DYLA SANT ANNA PINHEIRO	Partes "iguais"	ANTONIO VICENTE	Partes "iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
67	0002495-58.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização	Cível	2ª VC	07/04/13	Julgado improcedente o pedido	09/06/15	JC 15	ALEXANDRO DE CASTRO NASCIMENTO	Consumidor	BANCO INTERMEDIUM S A e OUTRO	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		Não
68	0243202-21.2012.8.19.0001	Consignação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	2ª VC	28/06/12	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	24/07/15	JC 15	EDSON DANIEL FERREIRA VIEIRA	Consumidor	BANCO PANAMERICANO	Bancos	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
69	0164521-37.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	2ª VC	25/04/12	Julgado procedente o pedido	17/06/15	JC 15	PEDRO LUZ BELINATO	Consumidor	CASA BAHIA COMERCIAL LTDA e OUTRO e BANCO BRADESCO	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
70	0157473-56.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	13/05/14	Julgado procedente o pedido	17/07/15	JC 15	VANDELLEIA DO NASCIMENTO	Consumidor	NOVA CASA BAHIA S/A	Serviços	Sim	Procedência	Não		Não
71	0119796-31.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	T.O.U. - Termo de Ocorrência de	Cível	2ª VC	14/04/10	Julgado improcedente o pedido	11/06/15	JC 15	JOSE ROMULO CARVALHO F.BIXOTO	Consumidor	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	Concessionária	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrital	Desc. Ato Juiz	Data do ato	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dito Grat	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente/dito Grat	at. Deferi
72	0299971-49.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Rescisão Ou Resolução / Inadimplemento	Cível	2ª VC	30/07/12	Julgado procedente o pedido	24/07/15	JC 15	IVALDO GOMES DE CARVALHO	Partes "Iguais"	AMAREU SA RORIZ DE CARVALHO	Partes "Iguais"	Sim	Procedência	Não	Não	
73	0180452-46.2013.8.19.0001	Prestação de Contas - Exigidas	Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício	Cível	2ª VC	28/05/13	Julgado procedente o pedido	24/07/15	JC 15	JOAQUIM LUIZ BATISTA COSTA	Consumidor	JARDIM GUADALUPE ADMINISTRADORA E INCORPORADORA S.A.	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	
74	0381786-97.2014.8.19.0001	Embargos de Terceiro - GPC	Pagamento	Cível	2ª VC	17/10/14	Julgado procedente o pedido	17/07/15	JC 15	GABRIEL COMERCIO DE AUTOMOVEIS EIRELI EPP	Partes "Iguais"	FORBEX BRASIL LTDA e outro	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	
75	0274008-05.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário Quanto Indevida E/ou Repetição de CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Cobrança de Quantidade Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Cível	2ª VC	09/08/13	Julgado improcedente o pedido	17/07/15	JC 15	FABRICIO SANTOS DE SOUZA	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Improcedência/ Extinção	Não	Não	
76	0417880-78.2013.8.19.0001	Exibição de Documento ou Coisa	Cartão de Crédito / Direito Civil	Cível	2ª VC	05/12/13	Julgado procedente o pedido	17/07/15	JC 15	CRISTIANE BARBOSA MAZARI AGOSTINI	Consumidor	BANCO BRADESCARD S/A	Bancos	Sim	Procedência	Sim	Autor	
77	0312726-37.2014.8.19.0001	Impugnação ao Cumprimento de Sentença	Financiamento de Produto / Contratos de Consumo	Cível	2ª VC	12/09/14	Julgado procedente o pedido	01/07/15	JC 15	TIM CELLULAR S/A	Telefonia	GUSTAVO FERREIRA PEREOTO	Consumidor	Não	Procedência	Não	Não	
78	0023390-35.2012.8.19.0208	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Cédula de Crédito Bancário	Cível	2ª VC	03/10/12	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/06/15	JC 15	TINTURARIA E LAVANDERIA DEVELY LTDA	Consumidor	BANCO SANTANDER BRASIL S A	Bancos	Não	Improcedência/ Extinção	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	Grat	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi	Grat
79	0300854-64.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Deleito, Nulidade Ou Anulação / Ato	Cível	2ª VC	21/09/10	Julgado improcedente o pedido	22/06/15	JC 15	LIVARDINA GOMES DE OLIVEIRA MANDSO	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A	Concessionária	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não	
80	0188876-09.2015.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Cédula de Crédito Bancário	Cível	2ª VC	20/04/15	Art. 267 XI CPC- Outros casos	21/07/15	JC 15	BANCO FIAT S/A	Bancos	ALBANDRE ALMEIDA DE AZEVEDO	Consumidor	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não	
81	0304994-73.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	02/08/12	Julgado procedente o pedido	23/06/15	JC 15	FLAVIANE SILVA DE AZEVEDO	Consumidor	FLEURY S A	Serviços	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
82	0104792-17.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO - ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	08/04/11	Julgado procedente em parte o pedido	09/06/15	JC 15	MARIA DA GLORIA MAGALHÃES CAVALCANTE	Consumidor	VIAÇÃO SAENS PENAS S A	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
83	0119222-71.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Exames / Cirurgia de Eficácia Não Realizada	Cível	2ª VC	23/04/11	Julgado procedente em parte o pedido	20/07/15	JC 15	SHARLEA LOBATO BMMERICK	Consumidor	UNIMED FESP	Planos de saúde	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
84	0040196-97.2006.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	06/04/06	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	LEONIDIA GOMES BRAUNUS	Consumidor	MASSA FALDA DE LINHA DOS REVENDEDORES ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA	Serviços	Sim	Sim	Procedência	Não		Não	
85	0348460-20.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Deleito, Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico	Cível	2ª VC	03/09/12	Julgado procedente o pedido	23/06/15	JC 15	NELSON RODRIGUES DOS SANTOS ÁGUA	Consumidor	SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS SAUDE	Planos de saúde	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
86	0404747-66.2013.8.19.0001	Embargos à Arrematação	Enriquecimento sem Causa	Cível	2ª VC	25/11/13	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	LLOYD AÉRID BOUTANG	Serviços	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SANTOS DUMONT	Consumidor	Não	Não	Procedência	Sim	Autor	Não	
87	0360431-65.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO - ATÉ 17.03.2016)	Complementação de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos / Execução de Obrigação de Fazer - Não Fazer	Cível	32ª VC	16/10/13	Julgado improcedente o pedido	29/06/15	JC 15	AMAUDE DE OLIVEIRA NUNES	Consumidor	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PERUS	Seguros/Previdência	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Não			
88	0105719-12.2013.8.19.0001	Embargos de Terceiro - CPC	Execução de Obrigação de Fazer - Não Fazer	Cível	32ª VC	01/04/13	Julgado improcedente o pedido	25/06/15	JC 15	VIRIA REGINA DA COSTA PEREIRA	Partes "Iguais"	JOSE PIREIRA HEDEIRO	Partes "Iguais"	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
89	0485890-48.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO - ATÉ 17.03.2016)	Dano Material - Cdc	Cível	32ª VC	15/12/11	Julgado procedente em parte o pedido	27/07/15	JC 15	ENGOSOR REFORMAS SERVIÇOS E COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA	Consumidor	TELEBRAS NORTE LESTE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)	Telefonia	Sim	Não	Procedência Parcial	Não			

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defenit
90	0041173-90.1986.8.19.0001	Notificação	Busca e Apreensão	Cível	32ª VC	03/02/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CHRICARD S A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CREDITO	Serviços	GERVASIO CORREIA DA SILVA	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Não		
91	0094779-96.1987.8.19.0001	Despejo	Despejo Por Denúncia Vazia	Cível	32ª VC	25/02/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MARIA APARECIDA MATTOS	Partes "Iguais"	ALBERTO CAMPANA E OUTRA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
92	0037742-53.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	09/06/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	DINIZ PEREIRA	Partes "Iguais"	MANUEL FERREIRA RITA e outros	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
93	0037801-41.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	13/09/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	POLIA MENTUK SZTENJAWICEL	Partes "Iguais"	MARIA DE NAZARETH NASTARI NABAS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
94	0013752-72.1979.8.19.0001	Consignação em Pagamento - CPC	Competência / Jurisdição e Competência	Cível	32ª VC	27/06/79	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ALMIR GOMES DA SILVA	Partes "Iguais"	SERAFIM LOPES DE OLIVEIRA E OUTRA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
95	0019027-84.1988.8.19.0001	Procedimento Comum	Enriquecimento sem Causa	Cível	32ª VC	07/04/88	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	APRIGIO BELARMINO DE CAMARGO	Partes "Iguais"	ESPOLIO DE MOACIR ANDRADE MENESES	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
96	0167473-91.2009.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO DE CONDOMINIO)	Fornecimento de Energia Elétrica / Contratos de Consumo	Cível	32ª VC	03/07/09	Julgado procedente em parte o pedido	18/06/15	JC 15	LUIZ CARLOS DA SILVA DE MARIA	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Não		
97	0267657-84.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Cdc	Cível	32ª VC	02/08/11	Julgado procedente em parte o pedido	30/07/15	JC 15	ISAC GOMES FIGUEIREDO e outros	Partes "Iguais"	BESTRE DA SILVA CUNHA	Partes "Iguais"	Não	Procedência Parcial	Não		
98	0037740-83.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	26/08/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	LUIZ CARLOS MISSAGIA	Partes "Iguais"	MARIA LUCIA GOMES DE ALMEIDA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
99	0037789-27.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	15/06/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	AIDA DE CASTRO PEREIRA	Partes "Iguais"	OSCAR COSTA NETO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
100	0094740-02.1987.8.19.0001	Revisional de Aluguel	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	22/04/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	DALMINDO PEREIRA DA SILVA	Partes "Iguais"	ALFREDO GABRIEL DE SOUZA MACHADO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
101	0041186-89.1986.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	23/10/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ALUIRIO DIOGO DE MELO	Partes "Iguais"	JOSE CARLOS DA SILVA LIMA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
102	0037728-69.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	05/05/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	HONORIO MONTEIRO PADREIS	Partes "Iguais"	MARIA TEREZA DOS SANTOS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
103	0046175-75.1985.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Perdas e Danos / Inadimplemento das Obrigações	Cível	32ª VC	11/07/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ALCINO DOS ANJOS PEREIRA	Partes "Iguais"	MANUEL TAVARES BATISTA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defeni	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defeni
104	0041410-27.1986.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	14/03/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ALFREDO FERREIRA SOBRINHO	Partes "Iguais"	MARIA REIS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
105	0037796-19.1983.8.19.0001	Despejo	Despejo Para Uso Próprio	Cível	32ª VC	27/01/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	JOSE LUIZ NOGUEIRA	Partes "Iguais"	TIBIRICA MARCELO BARCELOS DE LINHARES	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
106	0041362-68.1986.8.19.0001	Protesto - CPC	Buça e Apreensão	Cível	32ª VC	26/08/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	SIL AMERICA TRIBESTRES MARITIMOS E ACIDENTES E OUTRAS	Seguros/Previdência	EXPRESSO SUL FLUMINENSE LTDA	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Não		
107	0025047-38.1981.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	28/09/81	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MINDIA ROZEN	Partes "Iguais"	CIRA ROSA ALEGISTO MACEDO OLIVEIRA COELHO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
108	0386631-46.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	01/10/12	Julgado procedente em parte o pedido	23/07/15	JC 15	RONALDO PORTO DE OLIVEIRA	Consumidor	CASA E VIDO RIO DE JANEIRO S.A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
109	0270467-61.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Quantia Indevida E/ou Repetição de Pagamento	Cível	32ª VC	07/08/13	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	MARIA DA APARECIDA MOTA DA SILVA	Consumidor	CLARO S/A (BRABATEL S/A)	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
110	0041165-16.1986.8.19.0001	Procedimento Comum	Nullidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio	Cível	32ª VC	09/10/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	GIVALDO LUCIANO MENEZES	Partes "Iguais"	RIITA SANTOS BANDO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
111	0037721-77.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	16/03/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	GEORGE EDWARD MENDES FREIRE	Partes "Iguais"	JOSE TRINDADE DA PAIXAO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
112	0041306-35.1986.8.19.0001	Despejo	Despejo Para Uso de Ascendentes e Descendentes	Cível	32ª VC	16/06/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CARMEM LUCIA GARCIA CARNEIRO DA CUNHA	Partes "Iguais"	JOSE CARLOS DE ANDRADE JANQUEIRA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
113	0037824-84.1983.8.19.0001	Despejo	Despejo Para Uso de Ascendentes e Descendentes	Cível	32ª VC	06/12/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ALYRIA LOPES DA CRUZ CARNEIRO BASTOS	Partes "Iguais"	ORLANDO RIBEIRO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
114	0024999-79.1981.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	10/12/81	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MARIA DO CARMO MOREIRA LEITE	Partes "Iguais"	MARIA APARECIDA LACERDA MAIA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
115	0040134-63.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	18/04/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ANTONIO JOAQUIM ARAUJO	Partes "Iguais"	WALDIR DIAS LIMA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
116	0095726-13.2011.8.19.0001	Consignação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	32ª VC	31/03/11	Julgado procedente em parte o pedido	25/06/15	JC 15	TORIO MARINE SEGURADORA S.A	Seguros/Previdência	ALBERNO SOBRAGEI ALKAIM	Consumidor	Não	Procedência Parcial	Não		
117	0347633-72.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Inexistência de Débito e / Ou da Relação	Cível	32ª VC	04/10/13	Julgado procedente em parte o pedido	16/07/15	JC 15	ADILEA DOS SANTOS INACIO	Consumidor	NITSERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At. Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dido Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente/dido Grat	at. Defenit
118	0094720-11.1987.8.19.0001	Consignação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	32ª VC	01/10/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	TRIANGULO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIO LTDA	Partes "Iguais"	CRESCINOV EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
119	0041182-52.1986.8.19.0001	Despejo	Despejo Para Uso Próprio	Cível	32ª VC	03/12/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	PEDRO PAULO DE ARAUJO E OUTRO	Partes "Iguais"	MEY COSTA SANTOS FILHO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
120	0041164-31.1986.8.19.0001	Buça e Apreensão - CPC	Buça e Apreensão	Cível	32ª VC	24/11/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	FINASA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A	Bancos	FERNANDO CESAR DE OLIVEIRO	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Não		
121	0037709-63.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	19/05/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CUSTODIO GUIMARAES CINTRA	Partes "Iguais"	WILSON DOS SANTOS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
122	0037724-32.1983.8.19.0001	Consignação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	32ª VC	07/02/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	BANCO SUL BRASILEIRO AS	Bancos	CARREFOUR COMÉRCIO E IND LTDA	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Não		
123	0037726-02.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	07/02/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MAURICIO STAMBOVSKY	Partes "Iguais"	EDUARDO SOUZA DA COSTA FRANCO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
124	0094943-61.1987.8.19.0001	Consignação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	32ª VC	11/05/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ZIRIODUCORE CHIEBATOSGRACIAS	Serviços	SONIA GARCIA DE SOUZA FORTES	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Não		
125	0046134-11.1985.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	09/01/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ARMANDO DA CUNHA MARTINS	Partes "Iguais"	HELDA MARIA DE LIMA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
126	0028167-55.1982.8.19.0001	Despejo	Despejo Para Uso Próprio	Cível	32ª VC	19/01/82	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	IZA SOUTO GONCALVES DE ALENCAR E OUTRO	Partes "Iguais"	HELIO DOS SANTOS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
127	0046178-30.1985.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Perdas e Danos / Inadimplemento das	Cível	32ª VC	03/07/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CLAYTON DE INVESTIMENTOS CREDITO E FINANCIAMENTO	Bancos	NILTON DOS SANTOS E OUTRO	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Não		
128	0263399-94.2012.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	Resolução / Inadimplemento	Cível	32ª VC	12/07/12	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	SERGIO ZAINHO	Partes "Iguais"	KARLA COUTINHO DE FIGUEIREDO CAZE	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Não		
129	0176499-74.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Prescrição e Decadência / Fatos Judiciais	Cível	32ª VC	24/05/13	Julgado procedente o pedido	29/07/15	JC 15	ARLINDO FRANCISCO DA SILVA	Consumidor	LETRAS S.A. CREDITO IMOBILIARIO	Serviços	Sim	Procedência	Não		
130	0040818-80.1986.8.19.0001	Consignatória de Aluguéis	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	06/10/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ANTONIO LTON TORRES FERNANDES E OUTRA	Partes "Iguais"	RONALDO GEA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
131	0494877-73.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	27/12/11	Julgado procedente o pedido	30/06/15	JC 15	ROBERTA JULIE HONORIO PEREIRA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A (EM RECUPRAÇÃO JUDICIAL)	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
132	0296181-23.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	27/08/13	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	DANIELA AGUIAR PEREIRA	Consumidor	BANCO SANTANDER BRASIL S.A	Bancos	Sim	Procedência	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defenit
133	0037732-09.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	28/06/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	HERMÍNIO JOAQUIM ANTUNES	Partes "Iguais"	OVIDO DE OLIVEIRA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
134	0094888-13.1987.8.19.0001	Consignação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	32ª VC	22/04/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	IDE PA INO ELETICA LTDA	Serviços	BERNADINA DE MATOS BRITO	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Não		
135	0037753-82.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	27/04/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ANTONIO JOAQUIM PEREIRA DE CASTRO PALMARES	Partes "Iguais"	DAVID PALATINIC	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
136	0037800-56.1983.8.19.0001	Procedimento Comum	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	28/11/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MOVER TRONCO LTDA	Partes "Iguais"	VENIAVEL OCBM TERCERIA DE SAO PAULO DA PENITENCIA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
137	0046171-38.1985.8.19.0001	Cumprimento de sentença	Consignação, Penhora, Avaliação e Indisponibilidade do Bem	Cível	32ª VC	16/05/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	JOSE DA ROCHA LIMA	Partes "Iguais"	SESO ITALIA LTDA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
138	0040819-65.1986.8.19.0001	Consignatária de Aluguéis	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	18/02/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	WILTON TORRES CARDIAL	Partes "Iguais"	NICEU DE OLIVEIRA SANTOS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
139	0037716-55.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	17/02/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ERONINIA RAMALHO DA SILVA	Partes "Iguais"	DELMINIO GOMES DE FREITAS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
140	0037750-30.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	28/06/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	JOAO BENEDITO VILLACA RIBEIRO	Consumidor	COOPERATIVA BRASILEIRA DE CINEMA	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Não		
141	0127690-19.2014.8.19.0001	Despejo	Despejo Por Denúncia Vazia	Cível	32ª VC	15/04/14	Julgado	18/06/15	JC 15	ESTER PEREIRA DE SOUZA	Partes "Iguais"	PEDRO PALLO PORTO MAIA	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Não		
142	0306558-58.2010.8.19.0001	Monitória	Pagamento	Cível	32ª VC	24/09/10	procedente o pedido	26/06/15	JC 15	ITAPEVA II MULTICARTERA FIDC NIP	Partes "Iguais"	ZERO COMERCIO DE BOUTEIRA E ACESSÓRIOS LTDA	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Não		
143	0028139-87.1982.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	08/07/82	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	PERICLES ARTUR DE CASTRO	Partes "Iguais"	IGNEZ ZAN DONAI	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
144	0037879-35.1983.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano	Cível	32ª VC	16/09/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	JOSE AUGUSTO FERREIRA DA CUNHA	Partes "Iguais"	MANUEL FERNANDES DA COSTA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
145	0046173-08.1985.8.19.0001	Cumprimento de sentença	Consignação, Penhora, Avaliação e Indisponibilidade do Bem	Cível	32ª VC	19/07/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	FANLACIA DE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	Partes "Iguais"	MARIO DAS VIRGENS LIMA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
146	0041418-04.1986.8.19.0001	petição - Cível	Direito Civil	Cível	32ª VC	19/09/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	JORGE RIBEIRO	Partes "Iguais"	ND	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defenit
147	0040131-11.1983.8.19.0001	Consignatória de Aluguéis	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	23/05/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	RELANDY TABEL	Partes "Iguais"	ANA MARIA DE SOUZA RIBEIRO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		
148	0297164-61.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Contratos Bancários	Cível	32ª VC	23/10/09	Julgado em parte anelido	14/07/15	JC 15	ALBER AGUIAR DE SOUZA	Consumidor	BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO PARCELAR BRASIL S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
149	0424798-98.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Quantia Indevida E/ou Repetição de Indenização	Cível	32ª VC	12/12/13	Julgado procedente em parte o pedido	01/06/15	JC 15	PAULO FIGUEIRODO FREIRE	Consumidor	ADMINISTRADORA DE CARTÃO DINERS CLUB - BANCO CITIBANK S/A	Bancos	Não	Procedência Parcial	Não		
150	0158628-02.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO / Indenização	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes	Cível	32ª VC	27/05/11	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	SIMONE RANGEL PIMENTA	Consumidor	BANCO CEF S/A e outro	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
151	0040814-43.1986.8.19.0001	Consignatória de Aluguéis	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	10/12/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	0040814-43.1986.8.19.0001	Partes "Iguais"	JOSE AUGUSTO DOS SANTOS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		
152	0041179-97.1986.8.19.0001	Procedimento Comum	Nullidade Ou Anulação / Ato Negócio	Cível	32ª VC	25/11/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ITAU CORRETORA DE VALORES AS	Bancos	EDUARDO JOSE DE SOUZA GONCALVES	Consumidor	Não	Improcedência/ Extinção	Não		
153	0041185-07.1986.8.19.0001	Despejo Para Uso Próprio	Despejo Para Uso Próprio	Cível	32ª VC	26/08/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	AVELINO FARIAS DA COSTA	Partes "Iguais"	ERIANE CARVALHARES AST	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		
154	0037706-11.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	19/05/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MARIZA FERREIRA DA SILVA RAMÉLIA E OUTRO	Partes "Iguais"	LUCIMAR FONSECA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		
155	0094893-35.1987.8.19.0001	Consignação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	32ª VC	18/06/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CARLOS ALBERTO FERREIRA XAVIER E OUTRO	Partes "Iguais"	EMILIO BILLY	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		
156	0037771-06.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	14/01/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	JOAO FRANCISCO DOS SANTOS	Partes "Iguais"	DARLY DOS SANTOS HIPOLITO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		
157	0037772-88.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	17/03/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	SALVADOR VIEIRA	Partes "Iguais"	JOSE DO NASCIMENTO SOUZA ALVES	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		
158	0094904-64.1987.8.19.0001	Revisional de Aluguel	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	31/08/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	SARAH DIAMANTE MESTER	Partes "Iguais"	ORLANDO GERALDO WOLFF JAGDIN	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		
159	0094911-56.1987.8.19.0001	Revisional de Aluguel	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	15/05/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	OLGA VALENTE MOREIRA	Partes "Iguais"	MANOEL FERRERA COSTA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		
160	0095802-77.1987.8.19.0001	Consignação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	32ª VC	09/12/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	LAINO TALINA SANTORO	Partes "Iguais"	MANOEL PAIS PAZOS E OUTRA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	Recurso	Sentença	Recurso	at. Defen	at. Defen
161	0040817-95.1986.8.19.0001	Consignatória de Aluguéis	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	04/12/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	Jorge Inerati Rios	Partes "Iguais"	Haroldo Antonio Barbosa Junior	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
162	0037725-17.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	27/06/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	Casa São Luiz para a Velhice	Serviços	Mário Silva Resende	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
163	0037757-22.1983.8.19.0001	Outros procedimentos de Jurisdição voluntária	Cancelamento de Registro de Imobiliário / Registro de	Cível	32ª VC	25/02/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	Sylvia Sedi Foran	Consumidor	GRACIA EUGENIA COMBIC E INDUSTRIA S A	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
164	0046087-37.1985.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	07/04/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	SANTA CASA DA MISERICORDIA DO N	Serviços	ANTONIO DEL GUERDO E ORLANDO EVANGELISTA	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
165	0046122-94.1985.8.19.0001	Busca e Apreensão - CPC	Busca e Apreensão	Cível	32ª VC	31/12/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	EREDIREAL FINANCEIRA S.A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	Bancos	MANUEL MACEDO CAUSTRA	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
166	0041372-15.1986.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	29/04/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	AUGUSTO FERNANDES	Partes "Iguais"	ANTONIO FERREIRA PRIEDS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
167	0041423-26.1986.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Contrato, Penhora, Avaliação e Indisponibilidade	Cível	32ª VC	24/11/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	HELENA KANTZ MACEDO	Consumidor	VIANNA EROTILDO JOALHEROS LTDA	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
168	0040137-18.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	07/04/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	SILVIO ANTONIO VIEIRA REBECCHI	Partes "Iguais"	FREDERICO MANUEL FONTES FERREIRA DE MELO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
169	0332063-80.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão Contratual / Obrigações / D. Cul	Cível	32ª VC	23/08/12	Julgado Improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	RODRIGO DA SILVA SANTIAGO MENDES	Consumidor	BEI LISING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL GRUPO ITAU S A	Bancos	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
170	0167446-79.2007.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Contratos Bancários (Outros) - Cdc	Cível	32ª VC	26/09/07	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	12/06/15	JC 15	EDMILSON PEREIRA MARTINS	Consumidor	BANCO ITAU S.A	Bancos	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
171	0346472-27.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	04/10/13	Julgado procedente em parte o pedido	30/07/15	JC 15	LIA DA COSTA NASCIMENTO	Consumidor	Telemar (OI)	Telefonia	Não	Procedência Parcial	Não	Não	Não
172	0041176-45.1986.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício	Cível	32ª VC	15/05/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL VISTA MAR	Partes "Iguais"	JOUBERT ANDRADE FILHO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
173	0041181-67.1986.8.19.0001	Despejo	Despejo Para Uso Próprio	Cível	32ª VC	03/04/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	BREJINIA DE SA PEREIRA	Partes "Iguais"	ELIO GUILHERME CHAGAS DA SILVA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
174	0037704-41.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	07/03/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CONCHEITA TOLEDO	Partes "Iguais"	ANTONIO MARQUES MERRINHO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
175	0334078-85.2013.8.19.0001	Exibição - CPC	Mútuo / Especies de Contratos de Revisão de	Cível	32ª VC	25/09/13	Julgado procedente o pedido	15/06/15	JC 15	JOSÉ CUNHA DA SILVA MIRANDA	Consumidor	BANCO BMG S/A	Bancos	Sim	NÃO	Procedência	Não	Não
176	0342619-15.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Contrato e / Ou Interpretação	Cível	32ª VC	03/11/10	Julgado procedente em parte o pedido	01/06/15	JC 15	CLAUDIO MONTEIRO DE OLIVEIRA	Consumidor	BANCO MORAES S/A	Bancos	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não	Não
177	0013274-09.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Inexistência de Débito e / Ou da Relação	Cível	32ª VC	13/01/12	Julgado procedente o pedido	29/06/15	JC 15	RIITA DA MOTA GUARABU	Consumidor	BY FINANCIARIA S/A	Bancos	Sim	Sim	Procedência	Não	Não
178	0041166-98.1986.8.19.0001	Justificação	Busca e Apreensão	Cível	32ª VC	06/05/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	GIVALDO LUCIANO MENZES	Partes "Iguais"	RIITA SANTOS BANDAO	Partes "Iguais"	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não
179	0041184-22.1986.8.19.0001	Despejo	Despejo Para Uso Próprio	Cível	32ª VC	04/09/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	JOSE SEVERINO DE SOUZA	Partes "Iguais"	RODOLFO DE ALMEIDA LINS	Partes "Iguais"	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não
180	0023236-77.1980.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Perdas e Danos / Inadimplemento das Obrigações	Cível	32ª VC	16/05/80	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MANOEL CRISPIM MATERIAS DE CONSTRUTORA	Serviços	HABITEC HABITACULOS BRASIL LTDA	Serviços	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não
181	0037739-98.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	04/08/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	JOSE CARLOS STELMAN DE MEDEIROS	Partes "Iguais"	JOSE VALADO	Partes "Iguais"	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não
182	0037741-68.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	10/02/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ORILANDO BOVE	Partes "Iguais"	FREDERICO FERNANDES DE MAGALHAES	Partes "Iguais"	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não
183	0037825-69.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	24/05/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	SERGIO PAULO GOMES DE ALMEIDA	Partes "Iguais"	MARGARIDA KULIK	Partes "Iguais"	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não
184	0037779-80.1983.8.19.0001	Consignação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	32ª VC	14/06/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CARLOS ROBERTO STEIN	Partes "Iguais"	DARCY PEREIRA DE MIRANDA	Partes "Iguais"	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não
185	0037783-20.1983.8.19.0001	Despejo	Despejo Para Uso Próprio	Cível	32ª VC	05/04/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	BERNARDO FERREIRA DA SILVA	Partes "Iguais"	EMILIA PEREIRA DE OLIVEIRA	Partes "Iguais"	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não
186	0037891-49.1983.8.19.0001	Petição - Cível	Consignação, Penhora, Avaliação e Indisponibilidade do Bem	Cível	32ª VC	26/01/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	RODOLVO COSTA COUTO DE FREITAS	Partes "Iguais"	ISAAC ROZENTHAL	Partes "Iguais"	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não
187	0041363-53.1986.8.19.0001	Busca e Apreensão - CPC	Busca e Apreensão	Cível	32ª VC	03/04/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CIA ATOMRE DE CREDITO INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTO	Bancos	RAUL BARRETO ORNELA	Consumidor	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não
188	0046170-53.1985.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Perdas e Danos / Inadimplemento das Obrigações	Cível	32ª VC	16/05/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	EDITORIA DE GUAS LITTA LTB	Serviços	ELETRONICA AMARETEC LTDA	Serviços	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
189	0247241-61.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Revisão Contratual / Obrigações / D. Civil	Cível	32ª VC	02/07/12	Julgado procedente o pedido	25/06/15	JC 15	STEFANO REZENDE CID	Consumidor	BANCO SANTANDR S/A * BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A	Bancos	SIM	Sim	Não	Não	Não
190	0138456-44.2008.8.19.0001	Prestação de Contas - Exigidas	Busca e Apreensão	Cível	32ª VC	04/06/08	Julgado procedente o pedido	23/07/15	JC 15	FERNANDO JOSE FERNANDES DUARTE	Consumidor	CIPA - PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A.	Serviços	Sim	Procedência	Não	Não	Não
191	0037774-58.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	28/04/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	EDUARDO DUARTE DA CRUZ	Consumidor	ICAM INDUSTRIA E COMERCIO ACABAMENTO METAIS LTDA	Serviços	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não	Não
192	0037778-95.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	05/04/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ALMIR MARTINS DA SILVA	Partes "Iguais"	EDUARDO ALMEIDA PACHECO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não	Não
193	0024964-22.1981.8.19.0001	Insolvência Requerida pelo Devedor ou pelo Espólio	Direito Civil	Cível	32ª VC	05/01/81	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	IVANIDE DE BRITTO GUBIRIA	Partes "Iguais"	CARLOS GOIS DE OLIVEIRA E LIDMILA MONTEIRO DE OLIVEIRA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não	Não
194	0025051-75.1981.8.19.0001	Conservação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	32ª VC	02/09/81	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CIRA ROSA AUGUSTO MACEDO OLIVEIRA COELHO	Partes "Iguais"	MINDLA KOZEN	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não	Não
195	0140510-81.1988.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Efeito Supervenivo / Impugnação / Embargos À Execução	Cível	32ª VC	18/08/88	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	GNAC GUILHERME NUNES ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO S.A	Serviços	CEPCI CIA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS	Serviços	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não	Não
196	0353410-09.2011.8.19.0001	Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Revisão Contratual / Obrigações / D. Civil	Cível	32ª VC	03/10/11	Julgado improcedente o pedido	23/07/15	JC 15	MARIA TERESA MAZZEI LOUREIRO	Consumidor	PERGOBRAS S.A.	Serviços	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não	Não
197	0140489-08.1988.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	17/03/88	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CARLOS ALBERTO FRIBRE XAVIER E OUTROS	Partes "Iguais"	EMILIO GILLY	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não	Não
198	0046096-96.1985.8.19.0001	Procedimento Comum	Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	32ª VC	28/06/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	EXPEDITO MESQUITA DOS SANTOS	Partes "Iguais"	GEORGE RUY ALCORCADO E OUTRO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não	Não
199	0041364-38.1986.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	32ª VC	17/02/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ORTIME TELECOMUNICAÇÕES IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	Serviços	ANA ELISE BBRREL DE MENDONÇA	Consumidor	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não	Não
200	0046190-44.1985.8.19.0001	Revisonal de Aluguel	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	12/12/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MANUEL TAVARES DE SOUZA	Consumidor	LANCHES MARQUINHHA LIMITADA	Serviços	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não	Não
201	0050201-76.2009.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Esta teleciment os de Ensino / Contratos de Consumo	Cível	32ª VC	02/03/09	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	FERNANDO EGAS TAVORA ANAGAO	Consumidor	SISTEMA PHU E ENSINO LTDA	Instituição de Ensino	Sim	Improcedência/ Extinção	Não	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
202	0280125-80.2011.8.19.0001	Despejo	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	08/08/11	Julgado procedente o pedido	31/07/15	JC 15	VOLNEY DO PRADO BARRETO	Partes "Iguais"	WILSON CAUHEROS DE VALE MELO	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Não	Não	Não
203	0140465-77.1988.8.19.0001	Petição - Cível	Direito Civil	Cível	32ª VC	12/06/88	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ADIB JAMIN	Partes "Iguais"	Não informado	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
204	0037712-18.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	18/03/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ADMINISTRADORA E SUBLOCADORA	Partes "Iguais"	ZILDEDE MARIA DO NASCIMENTO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
205	0046123-79.1985.8.19.0001	Notificação	Busca e Apreensão	Cível	32ª VC	31/12/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CREDCARD S A ADMINISTRACAO DE CARTOES DE CREDITO	Bancos	ANDRE LUIZ BRAGA DE OLIVEIRA	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
206	0046131-56.1985.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	21/01/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	DOMINGOS FARIAS CARVALHO	Partes "Iguais"	DORVAL FRANCISCO MACHADO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
207	0041180-82.1986.8.19.0001	Despejo	Despejo Por Denúncia Vazia	Cível	32ª VC	03/12/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CONSTRUTORA SANTA ISABEL SA	Serviços	JOSE CARLOS PIRALHO	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
208	0037744-23.1983.8.19.0001	Despejo	Despejo Para Uso Próprio	Cível	32ª VC	13/01/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MARIA THEREZA ANDRÉS COSTA	Partes "Iguais"	KATIA MURAD BRUMANA VIERA FÉLIX	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
209	0474767-53.2011.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Despejo Por Infratual / Contratual / Locação de Imóvel / Espécies de	Cível	32ª VC	07/12/11	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	15/06/15	JC 15	MALVINA KAJURMAN	Partes "Iguais"	ESPÓLIO DE MARIA LUANA VIERA FÉLIX	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
210	0037705-26.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	03/06/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	BELA TOLC	Partes "Iguais"	LYGIA FORTALEZA DE SOUZA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
211	0037720-92.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	06/04/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ANDREA LUCCHEITI DA FRANCA VELLOZO	Consumidor	CURSO DE ESPECIALIZACAO KEPPEL LIDA	Instituição de Ensino	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
212	0024950-38.1981.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	26/10/81	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MARLETE PITORRA DA SILVA	Partes "Iguais"	ERACILTO PEREIRA DE ASSIS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
213	0037787-57.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	15/04/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ANTONIO CESAR RAMOS	Partes "Iguais"	WANDERLEI ELIZIO SANTANA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
214	0226613-22.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Correção de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cível	Cível	32ª VC	14/07/10	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	GILSON SAMPAIO FREIRE	Consumidor	BANCO BMG S/A	Bancos	Sim	Procedência	Não	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defenit
215	0037790-12.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	05/08/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	CONVENTO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO DA ALDA	Instituição de Ensino	MARCO ANTONIO BRITO MOTA	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
216	0046127-19.1985.8.19.0001	Consignação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	32ª VC	31/12/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ALDA MARIA DOS SANTOS	Partes "Iguais"	RUTH HELOY FERRAO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
217	0302609-21.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO Art. 17 do CPC)	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cobrança	Cível	32ª VC	30/08/13	Julgado procedente em parte o pedido	18/06/15	JC 15	NURIA DA SILVA SAMPAIO	Consumidor	OI TELEMAR NORTE LESTE S.A	Telefonia	Sim	Procedência parcial	Não	Não	Não
218	0155670-38.2014.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	Despejo Por Infração Contratual / Locação de Imóvel / Espécies de	Cível	32ª VC	12/05/14	Julgado procedente o pedido	06/07/15	JC 15	ESPÓLIO DE FRANCISCO JOSE MENEZES SCLAIR	Partes "Iguais"	CLAUDIA DE OLIVEIRA SPINOLA	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Não	Não	Não
219	0008132-29.2009.8.19.0001	Medida Cautelar Inominada	Duplicata	Cível	32ª VC	13/01/09	Julgado improcedente o pedido	30/07/15	JC 15	PURPLE FOTO GRAFIA LTDA	Serviços	GRAFON COMPANY GRAFICA LTDA e BANCO BRADESCO S.A	Bancos	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
220	0094747-91.1987.8.19.0001	Despejo	Despejo Para Uso Próprio	Cível	32ª VC	26/02/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ROMILDA SOUZA	Partes "Iguais"	JOVELINA MOTA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
221	0343156-74.2011.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Execução de Obrigação de Fazer - Não Fazer	Cível	32ª VC	23/09/11	Extinto o processo por ausência das condições da ação	31/07/15	JC 15	SAN DUA DA CRUZ SANTOS ARAUJO	Consumidor	T E T COMERCIO E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA E BANCO ABN AMRO REAL S.A	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
222	0037717-40.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	10/01/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	GILBERTO RVARITO LOPES	Partes "Iguais"	NEWTON FERREIRA DOS SANTOS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
223	0094895-05.1987.8.19.0001	Reintegração/manutenção de posse	Ebulho, Turbação, Ameaça / Posse	Cível	32ª VC	30/09/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MARILENE FERREIRA NEVES	Partes "Iguais"	ENZO TANZINI PIRIBINO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
224	0046094-29.1985.8.19.0001	Revisão de Aluguel	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	16/07/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MARIETTA MACHADO FERNANDES	Consumidor	MACANIZE EQUIPAMENTOS PARA CONTABILIDADE MECANIZADORA LTDA	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
225	0046141-03.1985.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	12/06/85	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	NICOLA ATHANASSIOUDOU	Partes "Iguais"	WALTER COUTINHO COELHO	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
226	0049816-94.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Nulla, ou Anulação / Ato Ou Negócio	Cível	32ª VC	03/02/10	Julgado improcedente o pedido	30/07/15	JC 15	PURPLE FOTO GRAFIA LTDA	Serviços	GRAFON COMPANY GRAFICA LTDA e BANCO BRADESCO S.A	Bancos	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
227	0172396-92.2011.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	Resolução / Inadimplemento	Cível	32ª VC	08/06/11	Julgado procedente o pedido	23/07/15	JC 15	ESPÓLIO DE ANTONIO JACINTO	Partes "Iguais"	MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Não	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
228	0037755-52.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	18/04/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ANALIA AUGUSTA ROSA	Partes "Iguais"	MARIA ELIZABETH DA SILVA COSTA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		Não
229	0041310-72.1986.8.19.0001	Busca e Apreensão - CPC	Busca e Apreensão	Cível	32ª VC	27/06/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	FINANCIAMENTO GENERAL MOTORS SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS	Bancos	GRAZIEL OTACILIO COUTINHO	Consumidor	Não	Improcedência/ Extinção	Não		Não
230	0140497-82.1988.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	22/02/88	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	DORIVAL FERNANDES RODRIGUES	Partes "Iguais"	FRACILIM LIMA BELEZA DA COSTA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		Não
231	0064837-36.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	19/03/08	Julgado procedente o pedido	01/07/15	JC 15	EDUARDO FERRER DA SILVA	Consumidor	VIVO S A	Telefonia	SIM	Procedência	Não		Não
232	0055234-71.2014.8.19.0001	Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	14/02/14	Julgado procedente em parte o pedido	28/07/15	JC 15	ROSELY DE OLIVEIRA MARTINS	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	SIM	Procedência Parcial	Não		Não
233	0023131-55.2007.8.19.0001	Procedimento Comum	Nullidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio	Cível	32ª VC	28/02/07	Julgado procedente o pedido	25/06/15	JC 15	SELMA CARDOZO MENDES	Partes "Iguais"	THEREZINHA DRUMMOND DE MENDONÇA	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Não		Não
234	0094910-71.1987.8.19.0001	Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Adjudicação Compulsória / Propriedade	Cível	32ª VC	20/08/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	RIITA SOUZA DA SILVA	Partes "Iguais"	SILVIA CRESTO FORNARI PASSARELO E OUTROS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		Não
235	0041369-60.1986.8.19.0001	Conservação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	32ª VC	23/10/86	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MAURICIO MONTEIRO DE BARROS SOBRINHO	Partes "Iguais"	PAULO BORGES	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		Não
236	0040110-35.1983.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos A Execução	Cível	32ª VC	07/02/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ANTONIO DE SOUSA MELO	Partes "Iguais"	JOSE FERREIRA E OUTRA	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		Não
237	0040135-48.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	03/05/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MANOEL CARDOZO DE FIGUEIREDO	Partes "Iguais"	NILSON DE OLIVEIRA ALENCAR	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		Não
238	0046157-72.2013.8.19.0001	Impugnação de Assistência Judiciária - Gratuidade de Justiça	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	14/02/13	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	OLIVIO TELEMAR NORTE LESTE S A	Telefonia	ANA MARIA MARTINS DE SOUZA	Consumidor	Não	Improcedência/ Extinção	Não		Não
239	0037729-54.1983.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	27/04/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	MAIO MOREIRA	Consumidor	CAFE E MAR BEL MAR LTDA	Serviços	Não	Improcedência/ Extinção	Não		Não
240	0037916-62.1983.8.19.0001	Despejo	Despejo Para Uso Próprio	Cível	32ª VC	22/07/83	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	ERIBERTO SERRA PINHO DOS SANTOS	Partes "Iguais"	CARLOS DOS SANTOS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Não		Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
241	0094972-14.1987.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Consórcio, Penhora, Avaliação e Indisponibilidade por danos	Cível	32ª VC	09/04/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	BANCO REAL S A	Bancos	FRANCISCO DE ASSIS GOMES DE LUNA	Consumidor	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não	Não
242	0094973-96.1987.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Inadimplemento das obrigações	Cível	32ª VC	22/05/87	Extinto o processo por ausência das condições da ação	09/07/15	JC 15	BANCO NACIONAL S A	Bancos	JOSE ROBERTO LOPES E OUTRO	Consumidor	Não	Improcedência/ Extinção	Não	Não	Não
243	0271416-90.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO - ATÉ 12.02.2014)	Pagamento	Cível	12ª VC	24/08/10	Julgado procedente o pedido	10/06/15	JC 15	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO LARGO DA CARIOCA	Partes "Iguais"	ANTONIO DIAS DE SA E OUTRO	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
244	0258925-46.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	12ª VC	30/07/13	Julgado procedente em parte o pedido	29/06/15	JC 15	KLEBER DAELON DO AMARAL e outro	Consumidor	MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S A	Serviços	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
245	0238537-98.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Enriquecimento sem Causa	Cível	12ª VC	12/08/08	Extinto o processo por ausência das condições da ação	31/07/15	JC 15	ANTHUR DE SOUZA RAYMUNDO TILO E OUTRO	Consumidor	CANA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL PREV E OUTRO	Seguros/Previdência	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Réu	Não
246	0296161-03.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO - ATÉ 12.02.2014)	Auxílio-Doença Acidentário / Benefícios em Espécie	Acidentes do Trabalho	12ª VC	19/08/11	Julgado procedente o pedido	24/06/15	JC 15	MIRIAM DE ARAUJO SILVA	Consumidor	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS	Seguros/Previdência	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
247	0096176-82.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Complementação de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos / Derivado	Cível	12ª VC	22/03/13	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	MARIA JOSE DA ROCHA ZODORO DA FONSECA e outro	Consumidor	FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
248	0245484-03.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio	Cível	12ª VC	30/07/10	Julgado improcedente o pedido	29/07/15	JC 15	MARIA DO CARMO OLIVEIRA	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A	Concessão	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
249	0155002-43.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Cédula de Crédito Bancário	Cível	12ª VC	22/06/09	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	VILIA VELOSO COMÉRCIO ME e outro	Serviços	BANCO BRASIL	Bancos	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
250	0087234-32.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Outros / Indenização Por Dano	Cível	12ª VC	24/03/11	Julgado procedente em parte o pedido	12/06/15	JC 15	DANILLO RODRIGUES DA CRUZ e outro	Partes "Iguais"	FELIPE MAGALHÃES TIMMO e outro	Partes "Iguais"	Não	Procedência Parcial	Sim	Autor	Não
251	0056216-56.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO - ATÉ 12.02.2014)	Hospitalar - Desabilitado Deje - Lançar 20426	Cível	12ª VC	17/02/12	Julgado procedente o pedido	17/06/15	JC 15	HUMBERTO BARBOZA	Consumidor	CAC CANA DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA CEMAE	Planos de saúde	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
252	0003642-79.2010.8.19.0210	Procedimento Comum	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	10/02/10	Julgado procedente o pedido	15/07/15	JC 15	ANTONIO FERREIRA COSTA	Consumidor	N XTEL TELECOMUNICAÇÕES	Telefonia	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
253	0146296-95.2014.8.19.0001	Prestação de Contas - Exigidas	Desconto em Folha de Pagamento	Cível	12ª VC	03/05/14	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	16/07/15	JC 15	JACINTHO FERREIRA	Consumidor	BANRISUL - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	Reúido Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	Reúido Grat	at. Defenit
254	0428152-10.2008.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	19/12/08	Julgado procedente o pedido	17/06/15	JC 15	JOSE EDUARDO CLAUDIO	Consumidor	BANCO DO BRASIL S/A	Bancos	Sim	Sim	Procedência	Sim	Ambs	Sim	
255	0044867-56.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Deleção, Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio	Cível	12ª VC	08/02/12	Julgado procedente o pedido	18/06/15	JC 15	ISAIA DA VEIGA SOUZA	Consumidor	BANCO INTERMEDIUM S/A e outro	Bancos	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
256	0158182-62.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	12ª VC	19/04/12	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	ON THE ROAD SERVICES DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA	Partes "Iguais"	SUN E TOUR VIAGENS E EVENTOS LTDA	Partes "Iguais"	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não	
257	0471322-90.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	06/12/12	Julgado procedente o pedido	16/06/15	JC 15	MIRIAN QUINTILIAN WEBER COSTA NOVO	Partes "Iguais"	CONDOMINIO DO EDIFICIO LIMOGES	Partes "Iguais"	Não	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambs	Não	
258	0411546-96.2011.8.19.0001	Petição - Cível	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	18/11/11	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	CARLOS LUIZ SIQUEIRA DA CUNHA	Consumidor	LIGHT S/A	Concessionária	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não	
259	0199637-70.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Acidente de Trânsito / Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	12/06/13	Julgado procedente o pedido	24/06/15	JC 15	ALEXANDRE CARVALHO ANTONELLO	Partes "Iguais"	PALLO DANIEL RA DARRIGUE DE FARO	Partes "Iguais"	Não	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	
260	0057870-49.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização	Cível	12ª VC	10/02/10	Julgado procedente o pedido	15/07/15	JC 15	ANTONIO FERREIRA COSTA	Consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES	Telefonia	Sim	Sim	Procedência	Sim	Ambs	Sim	
261	0446649-33.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	14/11/12	Julgado procedente em parte o pedido	22/07/15	JC 15	MARIA CECILIA PINTO DE ARRUDA	Consumidor	BY FINANCIERA S/A CREDITO FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO	Serviços	Sim	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	
262	0475887-29.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Contratos Bancários / Direito Civil	Cível	12ª VC	10/12/14	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	24/07/15	JC 15	BANCO DO BRASIL S.A	Bancos	ARACA MODAS LTDA ME	Serviços	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor		
263	0127692-23.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	16/04/13	Julgado procedente em parte o pedido	15/07/15	JC 15	BANCO BRADESCO AS	Bancos	MARLENE ALVAREGA LIMA DE ALMEIDA	Consumidor	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor		
264	0333966-19.2013.8.19.0001	Exibição - CPC	Contratos Bancários / Direito Civil	Cível	12ª VC	25/09/13	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	SOLON SOIANO DE LIRA REBENTORE	Consumidor	SEGIADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT AS	Seguros/ Previdência	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
265	0243659-87.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Pagamento	Cível	12ª VC	18/07/11	Julgado procedente em parte o pedido	30/06/15	JC 15	CONDOMINIO SPAZIO REBENTORE	Partes "Iguais"	MRV	Partes "Iguais"	Não	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	
266	0249967-08.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	04/07/12	Julgado procedente em parte o pedido	29/07/15	JC 15	MANUEL OLIVEIRA MONTEIRO	Consumidor	PRINX RIO VEÍCULOS LTDA ME	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor		
267	0210222-84.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Hospitalar - Desabilitado Deleje - Lançar	Cível	12ª VC	19/06/13	Julgado procedente o pedido	17/06/15	JC 15	HUMBERTO BARROZA	Consumidor	CAC CAIXA DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA CIDADE	Planos de saúde	Não	Não	Procedência	Sim	Ambs	Não	Não
268	0482255-25.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	14/12/12	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	ESPOLIO DE MARCELO AUGUSTO ROMERO DA ROZA	Consumidor	BANCO CITIBANK S/A e outro	Bancos	Não	Não	Procedência	Sim	Ambs	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Delen	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Delen
269	0253133-14.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO - CPC ATÉ 17.03.2016)	Complementação de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos /	Cível	12ª VC	23/07/13	Julgado improcedente o pedido	29/06/15	JC 15	KATIA MARIA DE SOUZA COUTINHO	Consumidor	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
270	0012337-91.2015.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Nota Promissória	Cível	12ª VC	14/01/15	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	18/06/15	JC 15	BANCO BRADESCO AS	Bancos	MARLENE ALVARENGA LIMA DE ALMEIDA	Consumidor	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	
271	0014141-65.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	12ª VC	16/01/13	Julgado procedente em parte o pedido	29/07/15	JC 15	EDSON DANIEL FERREIRA VIEIRA	Consumidor	BANCO PANAMERICANO	Bancos	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	
272	0066564-02.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO - CPC ATÉ 17.03.2016)	Exames / Cirurgia de Eficácia Não Constatada	Cível	12ª VC	01/03/13	Julgado procedente o pedido	25/06/15	JC 15	SOLIN SOIANO DE LIMA	Consumidor	SEGUROADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT AS	Seguros/Previdência	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
273	0012375-06.2015.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Cédula de Crédito Bancário	Cível	12ª VC	14/01/15	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	18/06/15	JC 15	BANCO BRADESCO AS	Bancos	LIVRARIA SÃO JOSÉ LTDA	Serviços	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	
274	0093724-02.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Complementação de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos /	Cível	2ª VC	21/03/13	Julgado procedente em parte o pedido	23/06/15	JC 15	VANDA BARBOSA PEIXOTO	Consumidor	CAIXA BENEFICIENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Seguros/Previdência	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
275	0303808-78.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	02/09/13	Julgado improcedente o pedido	22/06/15	JC 15	ANTONIO FERRO LIMA	Consumidor	SKY BRASIL SERVICOS LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
276	0191478-07.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO - CPC ATÉ 17.03.2016)	Complementação de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos /	Cível	2ª VC	06/06/14	Julgado improcedente o pedido	06/07/15	JC 15	FELIPE DE CARVALHO SÁ MAATO	Consumidor	CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL PREV I e OUTRO	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
277	0243202-21.2012.8.19.0001	Consignação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	2ª VC	28/06/12	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	24/07/15	JC 15	EDSON DANIEL FERREIRA VIEIRA	Consumidor	BANCO PANAMERICANO	Bancos	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
278	0164521-37.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO - CPC ATÉ 17.03.2016)	Preexistência de Débito e / Ou da Relação	Cível	2ª VC	25/04/12	Julgado procedente o pedido	17/06/15	JC 15	PERO LUIZ BELINATO	Consumidor	CASA BAHIA COMERCIAL LTDA e OUTRO e BANCO BRADESCO	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
279	0119796-31.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	T. O. I. - Termo de Ocorrência de Irregularidade / Responsabilidade de do Fornecedor Despesas	Cível	2ª VC	14/04/10	Julgado improcedente o pedido	11/06/15	JC 15	JOSE ROMULO CARVALHO PEIXOTO	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ILUMINACÃO E S.A	Concessionária	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
280	0180452-46.2013.8.19.0001	Prestação de Contas - Exigidas	Condominais / Condomínio	Cível	2ª VC	28/05/13	Julgado procedente o pedido	24/07/15	JC 15	JOAQUIM LUIZ BATISTA COSTA	Consumidor	JARDIM GUADALUPE ADMINISTRADORA E INCORPORADORA S.A.	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
281	0381786-97.2014.8.19.0001	Embargos de Terceiro - CPC	Pagamento	Cível	2ª VC	17/10/14	Julgado procedente o pedido	17/07/15	JC 15	GABRIEL COMERCIO DE AUTOMOVEIS EIRELI EPP	Partes "iguais"	FORBEX BRASIL LTDA e OUTRO	Partes "iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
282	0417880-78.2013.8.19.0001	Exibição de Documento ou Coisa	Cadão de Crédito / Débito, Ou Negócio Judicial	Cível	2ª VC	05/12/13	Julgado procedente o pedido	17/07/15	JC 15	CRISTIANE BARREIRA MAZARI AGESTINI	Consumidor	BANCO BRADESCARD S/A	Bancos	Sim	Procedência	Sim	Autor	Não
283	0300854-64.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Anulação / Ato Ou Negócio Judicial	Cível	2ª VC	21/09/10	Julgado improcedente o pedido	22/06/15	JC 15	LUARONIA GOMES DE OLIVEIRA MATOSO	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A	Concessionária	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
284	0188876-09.2015.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Cédula de Crédito Bancário	Cível	2ª VC	20/04/15	Art. 267 XI CPC - Outros casos	21/07/15	JC 15	BANCO FIAT S/A	Bancos	ALEXANDRE ALMEIDA DE AZEVEDO	Consumidor	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
285	0304994-73.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	02/08/12	Julgado procedente o pedido	23/06/15	JC 15	FLAVIANE SILVA DE AZEVEDO	Consumidor	FLERY S A	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
286	0104792-17.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	08/04/11	Julgado procedente em parte o pedido	09/06/15	JC 15	MARIA DA GLORIA MAGALHÃES CAVALCANTE	Consumidor	VIAÇÃO SAENS PENAS A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
287	0119222-71.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Exames / Cirurgia de Eficácia Não Conseguida	Cível	2ª VC	23/04/11	Julgado procedente em parte o pedido	20/07/15	JC 15	SHARILIA LOBATO BEMERICK	Consumidor	UNIMED RESP	Planos de saúde	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
288	0348460-20.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Nullidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Judicial	Cível	2ª VC	03/09/12	Julgado procedente o pedido	23/06/15	JC 15	NELSON RODRIGUES DOS SANTOS AGUIA	Consumidor	SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS SAUDE	Planos de saúde	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
289	0404747-66.2013.8.19.0001	Embargos à Arrematação	Enriquecimento sem Causa	Cível	2ª VC	25/11/13	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	LLOYD AÉRIO BOLLIVANT	Serviços	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SANTOS DUMONT	Consumidor	Não	Procedência	Sim	Autor	Não
290	0055194-60.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	2ª VC	16/02/12	Julgado improcedente o pedido	17/06/15	JC 15	JORGE ROBERTO CLAPP BARBOSA	Consumidor	REMAR VEÍCULOS COMÉRCIO DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULOS LTDA	Serviços	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
291	0333438-87.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Enfiteuse / Coisas	Cível	2ª VC	21/10/10	Julgado procedente em parte o pedido	24/07/15	JC 15	BRUNO SELIM FONSECA RESINGER e outros(s)	Partes "Iguais"	LUCIR Porto da Silva	Partes "Iguais"	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
292	0428619-86.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	2ª VC	19/12/08	Julgado procedente em parte o pedido	17/06/15	JC 15	IRANY VIEIRA SILVA	Consumidor	EXPRESSO PEGASO LTDA	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
293	0007443-87.2006.8.19.0001	Procedimento Comum	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Ceder	Cível	2ª VC	23/01/06	Julgado procedente em parte o pedido	17/07/15	JC 15	MARIA LUIZ COUTINHO NOGUEIRA	Consumidor	GEAP FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL	Planos de saúde	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
294	0052318-69.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	18/02/11	Julgado procedente o pedido	30/06/15	JC 15	ADOLFO SERPA	Consumidor	BANCO MORADA S A	Bancos	Não	Procedência	Sim	Réu	Sim
295	Sim. 8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	2ª VC	24/11/11	Ex-ntino o processo por ausência de pressupostos processuais	24/07/15	JC 15	AMILTON RIBEIRO DO VAL	Consumidor	CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI	Seguros/ Previdência	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Réu	Não
296	0123400-29.2012.8.19.0001	Medida Cautelar Inominada	Sustentação de Protesto/ Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	30/03/12	Julgado procedente em parte o pedido	10/06/15	JC 15	BWV COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	Serviços	OKI DATA DO BRASIL INFORMATICA LTDA	Serviços	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
297	0381579-11.2008.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	24/11/08	Julgado procedente em parte o pedido	17/07/15	JC 15	ELSANGELA SILVA DE ALMEIDA	Consumidor	SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S A	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Sim

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
298	0213837-82.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	24/06/13	Julgado procedente em parte o pedido.	10/06/15	JC 15	ROSIEL LEAL MOTTA	Consumidor	BANCO BMG S/A e outros(s)	Bancos	sim	Procedência Parcial	sim	réu	sim
299	0205462-29.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Prescrição e Decadência / Fatos Jurídicos	Cível	2ª VC	28/05/12	Julgado procedente em parte o pedido	23/06/15	JC 15	CHRISTIANE ROSE DE MELO MAIA	Consumidor	VIA VAREJO S/A e outros(s)	Serviços	sim	Procedência Parcial	sim	Autor	sim
300	0347379-36.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	03/09/12	Julgado improcedente o pedido.	17/06/15	JC 15	CARLOS LUIS GLORIA	Consumidor	BANCO SANTANDER BRASIL S/A e outros(s)	Bancos	sim	Improcedência/ Extinção	sim	Autor	não
301	0430735-26.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral- Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	01/11/12	Julgado procedente o pedido	23/06/15	JC 15	LOIAS AMERICANAS S A	Serviços	BRTEC EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Serviços	não	Procedência Parcial	sim	réu	Não
302	0230604-98.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Revisão Contratual / Obrigações / D. Civil	Cível	2ª VC	05/07/13	Julgado procedente em parte o pedido	24/07/15	JC 15	ALACON FELICIO DA COSTA	Consumidor	BANCO DO BRASIL	Bancos	sim	Procedência Parcial	sim	ambos	Não
303	0102566-10.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Contratos Bancários (Outros - Cdc)	Cível	2ª VC	28/04/09	Julgado improcedente o pedido	11/06/15	JC 15	ALBERTO GAMA FERRAZ	Consumidor	BANCO SANTANDER S A	Bancos	não	Improcedência/ Extinção	sim	Autor	não
304	0040820-54.2003.8.19.0001	Procedimento Comum	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Cível	2ª VC	03/04/03	Julgado procedente em parte o pedido	17/06/15	JC 15	MARIO CABRERA e outros(s)	Consumidor	BANCO ITAU S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
305	0393893-13.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	13/11/13	Julgado improcedente o pedido	22/07/15	JC 15	DALLIA RODRIGUES MONTEIRO e outros(s).	Consumidor	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERMUNICIPAL DE SAUDE LTDA e	Planos de saúde	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
306	0311088-66.2014.8.19.0001	Impugnação ao Cumprimento de Sentença	Contratos Bancários / Direito Civil	Cível	2ª VC	11/09/14	Julgado procedente o pedido	01/07/15	JC 15	FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E	Bancos	CRISTIANO GDRUP	Consumidor	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
307	0212766-84.2009.8.19.0001	Monitoria	Mútuo/ Espécies de Contratos	Cível	2ª VC	19/08/09	Declarada decadência ou prescrição	09/07/15	JC 15	INSTITUTO ABUS DE SEGURIDADE SOCIAL	Planos de saúde	CARLOS LACERDA MORESTO ABAUQUE	Consumidor	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
308	0348701-57.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Contratos Despesas Condominiais / Condomínio	Cível	2ª VC	07/10/13	Julgado procedente o pedido	17/06/15	JC 15	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ENGENHEIRO SOLANO	Partes "Iguais"	JEFFERSON AMOEDO VIEIRA LOPES	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Sim
309	0165268-26.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Cível	2ª VC	27/06/08	Julgado procedente o pedido	24/07/15	JC 15	ISABEL GUIMARÃES DIAS	Consumidor	BANCO PANAMERICANO S A	Bancos	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
310	0027630-14.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Fornecimento de Energia Elétrica / Contratos de Contratos de	Cível	2ª VC	04/02/09	Julgado improcedente o pedido	20/07/15	JC 15	QUITANDA MANIÃES ARAUJO LTDA	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A	Concessionária	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
311	0255856-62.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Deveres do Condomínio / Condomínio	Cível	2ª VC	02/09/09	Julgado procedente o pedido	03/07/15	JC 15	JOÃO CARLOS DA NOCHIA e outros(s)	Partes "Iguais"	HELENA REDELMAN e outros(s)	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
312	0158679-76.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	19/04/12	Julgado procedente em parte o pedido.	11/06/15	JC 15	MARIA MADALENA DA SILVA	Consumidor	BANCO CRUZEIRO DO SUL e outros(s)	Bancos	Sim	Procedência	Sim	Réu	Sim
313	0124556-91.2008.8.19.0001	Embargos de Terceiro - GPC	ESLUBO, Turbado, Ameaça / Dano	Cível	2ª VC	21/05/08	Julgado improcedente o pedido	30/07/15	JC 15	OLDEW SOARES ANTUNES e outros(s)	Partes "Iguais"	DILSON DAS NEVES CHAGAS	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
314	0292009-72.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral- Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	24/07/12	Julgado procedente o pedido	10/06/15	JC 15	ALVARINO RAFAEL LOPEZ DIAS	Consumidor	SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE FERROVIARIO S A	Concessionária	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dido Grat	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente/dido Grat	at. Deferi
315	0091875-63.2011.8.19.0001	Despço por Falta de Pagamento	Despço Por Infração Contratual / Locação de Imóvel / Espécies de	Cível	2ª VC	29/03/11	Julgado procedente o pedido	07/07/15	JC 15	CLARA MARGARIDA VIEIRA CABRAL	Partes "Iguais"	ROMMEL ASSAO BATISTA MONTEIRO	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
316	0072294-77.2002.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Seguro Dpvat	Cível	2ª VC	10/06/02	Extinto o processo por ausência das condições da ação	23/06/15	JC 15	SOLON SOLANO DE LIRA	Consumidor	SEGURADORA LÍDERDOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT AS	Seguros/Previdência	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
317	0480345-60.2012.8.19.0001	Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	13/12/12	Julgado procedente em parte o pedido	20/07/15	JC 15	SERGIO PINHEIRO FERNANDES	Consumidor	SULAMBRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS SA	Seguros/Previdência	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
318	0255097-81.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Fornecimento de Energia Elétrica / Contratos de	Cível	2ª VC	23/09/09	Julgado procedente em parte o pedido	17/07/15	JC 15	VICTOR CARLOS LOPES DE OLIVEIRA JUNIOR	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Não	Procedência	Sim	Autor	
319	0217204-17.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Revisão Contratual / Obrigações / D. Civil	Cível	2ª VC	26/06/13	Julgado procedente em parte o pedido	20/07/15	JC 15	LUIS ANTONIO DE CARVALHO	Consumidor	RY FINANÇAS S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e outorga...	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
320	0246527-67.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	17/07/13	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	EDICANDARIO PIMAVIRA LTDA	Serviços	TIM CELULAR SA e outorga...	Telefonia	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
321	0160205-25.2005.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	29/12/05	Julgado improcedente o pedido	23/06/15	JC 15	RUY BUEK DE BRITO	Partes "Iguais"	BORGES BAYER	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
322	0097437-48.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dever de Informação	Cível	2ª VC	24/03/14	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	JOSEFA MENDES DA SILVA	Consumidor	SEBASA	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
323	0042513-58.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Cdc	Cível	2ª VC	07/02/12	Julgado procedente o pedido	24/07/15	JC 15	RAIMUNDA NASCIMENTO ALCANTARA	Consumidor	SAMIRA MONTEIRO DA COSTA PASSOS	Consumidor	Sim	Procedência	Sim	Réu	Sim
324	0237440-24.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	26/06/12	Julgado procedente o pedido	12/06/15	JC 15	SIMONE CANTILINO DA SILVA CERQUEIRA	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
325	0314481-67.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Sustação de Protesto / Títulos de Crédito	Cível	2ª VC	09/08/12	Julgado improcedente o pedido	10/06/15	JC 15	BDW COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	Serviços	OKI DATA DO BRASIL INFORMATICA LTDA	Serviços	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
326	0238595-28.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	11/07/13	Julgado procedente o pedido	23/06/15	JC 15	LEONARDO FERREIRA SCHARENBERG	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
327	0352026-11.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	T. O. I. - Termo de Ocorrência de Irregularidade / Responsabilidade de do Fornecedor	Cível	2ª VC	30/09/11	Julgado improcedente o pedido	11/06/15	JC 15	VIEIRA LUCIA SILVESTRE	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
328	0118373-31.2013.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Especíes de Títulos de Crédito	Cível	2ª VC	10/04/13	Declarada decadência ou prescrição	24/07/15	JC 15	MCP CONDOMINIO FACONDES PONTINHO INBICANTIL LTDA	Serviços	TATIANA PAES CASTRO SILVA	Consumidor	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Atos Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dido Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente/dido Grat	at. Defenit
329	0397642-38.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Complementação de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos /	Cível	2ª VC	18/11/13	Julgado improcedente o pedido	13/07/15	JC 15	FRANCISCO LEAL SALGADO FERREIRA	Consumidor	FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PEROS	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
330	0059036-82.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	T. O. I. - Termo de Ocorrência de Irregularidade / Responsabilidade de do	Cível	2ª VC	24/02/11	Julgado improcedente o pedido	11/06/15	JC 15	TANIA REGINA DA SILVA	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
331	0305441-61.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Cível	2ª VC	02/08/12	Julgado procedente o pedido	24/07/15	JC 15	ERIKA MARTINS DA SILVA	Consumidor	PIXEL LIBRANO WEB SERVIÇOS DIGITAIS LTDA e outros(s)	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
332	0355075-65.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Nullidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio	Cível	2ª VC	28/10/08	Julgado improcedente o pedido	07/07/15	JC 15	ANDERSON GONZALEZ ALVES	Partes "Iguais"	ESPÓLIO DE JACK MANTANES DE AZEVEDO	sim	sim	Improcedência/ Extinção	sim	Autor	não
333	0118255-75.2001.8.19.0001	Procedimento Comum	Nullidade Ou Anulação de Ato Ou Negócio	Cível	2ª VC	01/10/01	Julgado procedente em parte o pedido	07/07/15	JC 15	IVO JORGE DE OLIVEIRA	Partes "Iguais"	HERVAL DE FIGUEIREDO DRUMMOND e outros(s)	sim	sim	Improcedência/ Extinção	sim	Autor	não
334	0375786-18.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Práticas Abusivas	Cível	2ª VC	29/10/13	Julgado improcedente o pedido	22/07/15	JC 15	SÔNIA MARIA ROZEN DE DA SILVA	Consumidor	AKATIS MEIOS DE PAGAMENTO S/A	sim	sim	Improcedência/ Extinção	sim	Autor	sim
335	0099514-06.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Outros/ Indenização Por Dano	Cível	2ª VC	24/04/09	Julgado improcedente o pedido	20/07/15	JC 15	OVERLANDE AIRTON GAYOSO MIRANDA	Consumidor	JOSE ANTONIO ALVAREZ GOMEZ	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
336	0099738-46.2006.8.19.0001	Procedimento Comum	Outros/ Indenização Por Dano	Cível	2ª VC	16/08/06	Julgado procedente em parte o pedido	07/07/15	JC 15	GUSTAVO PARAIZO PINHEIRO	Consumidor	CLINICA PERINATAL LARANJEIRAS e outros(s)...	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Réu	Não
337	0011438-60.1996.8.19.0001	Monitória	Enriquecimento sem Causa	Cível	2ª VC	10/01/96	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	BANCO BMD S/A	Bancos	BRENO ROSSI	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	
338	0011322-58.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Deleto, Nullidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio	Cível	2ª VC	14/01/13	Julgado improcedente o pedido	13/07/15	JC 15	MARCELO LESSA DOS SANTOS	Consumidor	BANCO FIAT SA	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
339	0323206-11.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Despesas Condominiais / Condomínio	Cível	2ª VC	17/09/13	Julgado procedente o pedido	23/06/15	JC 15	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ALBERT JARQUET E GUSTAV MOREAU	Partes "Iguais"	SERGIO FRANCISCO DA SILVA	Não	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
340	0038090-60.2009.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Seguro / Direito Civil	Cível	2ª VC	12/02/09	Julgado procedente o pedido	11/06/15	JC 15	IVO FERREIRA DA SILVA e outros(s)	Consumidor	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A	sim	não	Procedência	sim	Ambos	sim
341	0266909-81.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Busca e Apreensão	Cível	22ª VC	05/08/13	Julgado procedente o pedido	08/06/15	JC 15	CELO DISTRIBUIÇÃO S.A - CELIG D	Serviços	FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A	não	Não	Procedência	sim	Ambos	não
342	0389570-33.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	22ª VC	04/11/11	Julgado procedente em parte o pedido	30/07/15	JC 15	DAGMAR SILVA SANTIAGO	Consumidor	BANCO PANAMERICANO S.A	sim	sim	Procedência Parcial	sim	Réu	não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
343	0079288-49.2004.8.19.0001	Procedimento Comum	Rescisão Ou Resolução / Inadimplemento	Cível	22ª VC	17/03/04	Julg. improcedente o pedido e procedente o pedido contraposto	30/06/15	JC 15	ALFREDO MONTEIRO MACHADO e outro(s)	Consumidor	ALFA PORT EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	Serviços	não	Improcedência/Extinção	sim	Ambos	não
344	0399341-30.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito	Cível	22ª VC	30/10/14	Julgado procedente em parte o pedido	23/06/15	JC 15	ROBERTO DI TULLIO e outro(s)	Consumidor	BRADISCO SAÚDE S.A.	Planos de saúde	não	Procedência Parcial	sim	Ambos	sim
345	0462128-95.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	22ª VC	03/12/14	Julgado procedente em parte o pedido	24/07/15	JC 15	JEFFERSON CARVALHO FREITAS	Consumidor	ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
346	0018577-38.2011.8.19.0001	Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO	de Protesto / Tabelionato de Protestos de	Cível	22ª VC	28/04/11	Julgado improcedente o pedido	19/06/15	JC 15	MARIA LUIZA ALVES PONTIVIANNE	Consumidor	HOSPITALS INTEGRADOS DA GAVEA S A CLINICA SAO VICENTE	Serviços	Não	Procedência	Sim	Ambos	Não
347	0120360-05.2013.8.19.0001	Medida Cautelar Inominada	Buça e Apreensão	Cível	22ª VC	11/04/13	Julgado procedente o pedido	08/06/15	JC 15	CELG DISTRIBUIÇÃO S A - CELG D	Serviços	FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S A	Concessionária	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
348	0170741-80.2014.8.19.0001	Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO	Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	22/05/14	Julgado improcedente o pedido	27/07/15	JC 15	ANDREA CESARIO DA SILVA	Consumidor	OI MÓVEL S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
349	0082739-18.2006.8.19.0001	Procedimento Comum	Nullidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio	Cível	22ª VC	11/07/06	Julgado procedente em parte o pedido	28/07/15	JC 15	GILSON DOS SANTOS GOMES	Consumidor	ITAU UNIBANCO S A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
350	0372765-05.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	22ª VC	20/10/11	Julgado procedente em parte o pedido	15/07/15	JC 15	FRANCISCO JOSE DA SILVA	Consumidor	BANCO BONSUCESSO	Bancos	sim	Procedência Parcial	Sim	réu	não
351	0047423-60.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO	Complementação de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos / Contratos de	Cível	22ª VC	10/02/14	Julgado improcedente o pedido	01/06/15	JC 15	NILZA PORTELA DE MEDEIROS FALCÃO e outro(s)	Consumidor	PETROLO BRASILEIRO S A PETROBRAS e outro(s)	Setor Público Federal	sim	Improcedência/Extinção	sim	Autor	não
352	0172091-06.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO	Quantia Indevida E/ou Repetição de	Cível	22ª VC	23/05/14	Julgado improcedente o pedido	24/06/15	JC 15	BELLEIRO ALIMENTOS LTDA	Serviços	OITNL PCS S/A	Telefonia	não	Improcedência/Extinção	sim	Autor	não
353	0149204-33.2011.8.19.0001	Monitoria	Obrigação de Fazer - Não Fazer	Cível	22ª VC	19/05/11	Julgado procedente o pedido	19/06/15	JC 15	HOSPITALS INTEGRADOS DA GAVEA S A	Serviços	MARIA LUIZA ALVES PONTIVIANNE	Consumidor	não	Procedência	sim	Réu	não
354	0360680-84.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	22ª VC	07/10/11	Julgado procedente o pedido	27/07/15	JC 15	WALLACE FONTES DA CONCEICAO	Consumidor	CBDE COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS	Concessionária	sim	Procedência	Sim	Autor	Sim
355	0137135-61.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	22ª VC	25/04/14	Julgado procedente o pedido	25/06/15	JC 15	EDITE DA SOUZA GUERROZ	Consumidor	GEAP AUTOGESTÃO BM SAÚDE	Planos de saúde	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
356	0211730-31.2014.8.19.0001	Petição - Cível	Dano Material - Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	27/06/14	Julgado procedente em parte o pedido	30/06/15	JC 15	FERNANDO SARAVIA SALGADO	Consumidor	GOLDEN CROS INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA e outro(s)...	Planos de saúde	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
357	0222044-36.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	22ª VC	08/07/14	Julgado procedente em parte o pedido	27/07/15	JC 15	MERCEDIS NOGUEIRA SOARES	Consumidor	COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS-CEADE	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
358	0280594-24.2014.8.19.0001	Medida Cautelar Inominada	Busca e Apreensão	Cível	22ª VC	20/08/14	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	22/07/15	JC 15	SERGIO DIAS MONTEIRO	Consumidor	BANCO DO BRASIL	Bancos	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
359	0161982-06.2009.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO	Transporte Terrestre / Contratos de Consumo	Cível	22ª VC	29/06/09	Julgado improcedente o pedido	23/06/15	JC 15	MARIA NIZA BATISTA CAVALCANTE	Consumidor	COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
360	0099078-71.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	25/03/14	Julgado procedente em parte o pedido	25/06/15	JC 15	MARCOS WAGNER ROBERTO LEAL	Consumidor	ROSS RESIDENCIAL S.A. e outros(s)	Serviços	não	Procedência Parcial	sim	Ambos	não
361	0146660-43.2009.8.19.0001	Procedimento Sumário	os Comerciais E/ou Virtuais (Internet) / Contratos de Consumo	Cível	22ª VC	10/06/09	Julgado procedente em parte o pedido	29/06/15	JC 15	MICHEL MOREIRA DOS SANTOS	Consumidor	CHL INCORPORAÇÕES E LOTAMIN LTDA e outros(s)	Serviços	sim	Procedência Parcial	sim	Autor	sim
362	0289667-54.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO	Pagamento	Cível	22ª VC	21/08/13	Extinto o processo por ausência das condições da ação	29/06/15	JC 15	CONDOMÍNIO SPAZIO REDENTORE	Partes "Iguais"	MRV	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Sim
363	0051214-37.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação	Cível	22ª VC	12/02/14	Julgado procedente o pedido	17/06/15	JC 15	SINAPE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA	Serviços	COMPANHIA ESTADUAL DE AGÁSTES EGGOTS	Concessionária	não	Procedência	sim	réu	não
364	0016340-89.2015.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO	realização de Exames / Cirurgia de Eficácia Não	Cível	22ª VC	19/04/15	Julgado procedente o pedido	29/06/15	JC 15	DANIELE DE SOUZA SRODIO	Consumidor	ASSIM GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO	Planos de saúde	sim	Procedência	sim	réu	não
365	0375688-33.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	22ª VC	29/10/13	Julgado procedente em parte o pedido	09/06/15	JC 15	LUCIANE RACARINI DE CARVALHO MOREIRA e outros(s)	Consumidor	CARVA BENEFICIENTE DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Seguros/Previdência	sim	Procedência	sim	Réu	não
366	0255418-43.2014.8.19.0001	Petição - Cível	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Cível	22ª VC	01/08/14	Julgado improcedente o pedido	19/06/15	JC 15	LUCILIA GOMES TOMÉ	Consumidor	CLARO S.A	Telefonia	sim	Improcedência/Extinção	sim	Autor	sim
367	0086979-55.2003.8.19.0001	Procedimento Sumário	Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	29/07/03	Julgado procedente o pedido	08/07/15	JC 15	ESPÓLIO DE MAURICE CAZES	Consumidor	AUTO POSTO FENIX LTDA	Serviços	não	Procedência	sim	réu	não
368	0135134-06.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO	Práticas Abusivas	Cível	22ª VC	24/04/14	Julgado procedente em parte o pedido	23/07/15	JC 15	ANDRÉ LUIZ CAMARGO DA SILVA e outros(s)	Consumidor	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. e outros(s)	Serviços	sim	Procedência Parcial	sim	ambos	Não
369	0021579-12.1994.8.19.0001	Embargos de Terceiro - CPC	ESQUELHO, Turbação, Ameaça / Acidente de Trânsito	Cível	22ª VC	08/06/04	Julgado improcedente o pedido	30/06/15	JC 15	PABLO ANTONY MELODYÇA DE MACEDO E.G.	Partes "Iguais"	ESPÓLIO DE RAIMUNDO MELLO DA SILVA E OUTRA e outros(s)	Partes "Iguais"	não	Improcedência/Extinção	SIM	Autor	não
370	0171227-02.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO	Acidente de Trânsito / Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	21/05/13	Julgado procedente o pedido	19/06/15	JC 15	JUDITH NIMIROVSKY	Consumidor	TAXI VERDE	Serviços	não	Procedência	sim	réu	não
371	0183150-93.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário	Dano Material / Responsabilidade da Administração	Cível	22ª VC	16/06/11	Julgado procedente o pedido	14/07/15	JC 15	SIMONE VANDERLEI DE SOUZA	Consumidor	COLIBRI V EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	Serviços	sim	Procedência Parcial	sim	réu	não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	Grat	at. Defenit
372	0181087-90.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	29/05/14	Julgado procedente o pedido	01/06/15	JC 15	ESPÓLIO DE ANTÔNIA CELINA ROSA AURIMIN	Consumidor	ASSIM - GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	Planos de saúde	sim	sim	Procedência	sim	réu	não	
373	0007106-54.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Enriquecimento sem Causa	Cível	22ª VC	10/01/13	Julgado procedente em parte o pedido	28/07/15	JC 15	GMA BIGNEMARIA E PROJETOS LTDA	Serviços	CONSORCIO ITABORAIA-HOT e outros(s)	Serviços	não	Não	Procedência Parcial	sim	Autor	não	
374	0107678-28.2007.8.19.0001	Procedimento Comum	Rescisão Ou Resolução / Inadimplement	Cível	22ª VC	23/07/07	Julgado procedente o pedido	18/06/15	JC 15	ANGELA MARIA SILVEIRA DA SILVA	Consumidor	UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S A	Serviços	Sim	sim	Procedência	Sim	ambos	Não	Não
375	0465161-64.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Hospitalar - Desabilitado Deleige - Lançar	Cível	32ª VC	04/12/12	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	Aldisio Fontes Soares	Consumidor	Vision Med Assistência Médica Ltda- Golden Cross	Planos de saúde	Sim	Sim	Procedência	Sim	Ambos	Não	Não
376	0082102-62.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Conversão / Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie	Acidentes do Trabalho	32ª VC	02/04/09	Julgado procedente em parte o pedido	01/07/15	JC 15	Ronque Hudson Bilgso Dos Santos	Consumidor	Inss- Instituto Nacional do Seguro Social	Sector Público Federal	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
377	0072505-30.2013.8.19.0001	Monitória	Cheque / Espécies de Títulos de Crédito	Cível	32ª VC	06/03/13	Julgado improcedente o pedido	18/06/15	JC 15	Maria Estela da Frota	Partes "iguais"	Zenaida Lucio Colbert Miranda	Partes "iguais"	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim
378	0189190-23.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	05/06/13	Julgado procedente em parte o pedido	07/07/15	JC 15	Glauber de Almeida Monteiro	Consumidor	Cedae- Companhia Estadual de Água e Esgoto	Concessionária	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não	Não
379	0460405-43.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício	Cível	32ª VC	17/12/10	Julgado procedente em parte o pedido	31/07/15	JC 15	Condomínio Edifício Galeria Thor	Serviços	Robledo Lopes da Costa Barreto	Consumidor	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Sim	Sim

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	Grat	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	Grat	at. Deferi
380	0351283-30.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	08/10/13	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	Célia Rita Sant Anna Silva de Barros	Consumidor	Banco Santander S/A	Bancos	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim	Sim
381	0376581-92.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	24/10/11	Julgado procedente em parte o pedido	26/06/15	JC 15	Maria Das Graças Amorim Pinto	Consumidor	SulAmerica Companhia de Seguros de Saúde	Planos de saúde	Não	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não	
382	0451288-31.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	28/11/11	Julgado improcedente o pedido	29/06/15	JC 15	Flávio Cupello Monteiro	Consumidor	Banco Itaú S.A	Bancos	Sim	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não	Não
383	0444916-66.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito	Cível	32ª VC	23/11/11	Julgado procedente em parte o pedido	29/06/15	JC 15	Alessandra da Rocha Lima Rolim	Consumidor	Gafisa SPE 8.4 Empreendimentos Imobiliares Ltda	Serviços	Não	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não	
384	0033249-17.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Cdc	Cível	32ª VC	30/01/12	Julgado procedente em parte o pedido	18/06/15	JC 15	Gustavo Colbert Pacheco/ Aline Coutinho Campos Pacheco	Consumidor	Ecoflor Recreio Empreendimentos Imobiliares S.A	Serviços	Não	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
385	0183163-63.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Esta beleciment os Comerciais E/ou Virtuais (Internet) / Contratos de Consumo	Cível	32ª VC	20/07/09	Julgado procedente em parte o pedido	06/07/15	JC 15	Israel Mota Dos Santos	Consumidor	Green Village Empreendimentos Imobiliares S.A	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
386	0215996-37.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Aposentadoria por invalidez / Benefícios em	Acidentes do Trabalho	32ª VC	21/08/09	Julgado improcedente o pedido	30/07/15	JC 15	Luiz Carlos Ferreira Vaz	Consumidor	Inss- Instituto Nacional do Seguro Social	Setor Público Federal	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrital	Desc. Ato Juiz	Data do ato	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	Idio Grat	at. Defenit
387	0313854-68.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Fornecimento de Energia Elétrica / Contratos de Consumo	Cível	32ª VC	10/11/09	Julgado improcedente o pedido	01/07/15	JC 15	Marcos da Silveira David	Consumidor	LIGRE- Serviços de eletricidade S.A	Concessionária	Sim	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim	Não
388	0206116-21.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício	Cível	32ª VC	12/08/09	Extinto o processo por ausência das condições da ação	25/06/15	JC 15	Sabino José dos Santos/ Alicinda Soares dos Santos/Marcado de Oliveira Sant. Anna/Valeria de Casia Almeida Prado/Marcia Barbosa Lopes/Carlos Henrique do Nascimento/Adilson Gomes Lins/Sylvan De Maria Costa Silva	Consumidor	Administradora Link Park	Serviços	Sim	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Réu	Não	
389	0277167-58.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	32ª VC	30/08/10	Julgado procedente o pedido	25/06/15	JC 15	Antonio Sanchez Welto	Consumidor	Fundação Atlântico de Seguridade Social	Seguros/Previdência	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
390	0047517-42.2013.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Pagamento	Cível	32ª VC	15/02/13	Julgado improcedente o pedido	29/06/15	JC 15	Bernardo Brandão Costa	Partes "Iguais"	André Maia Telles e Sousa	Partes "Iguais"	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não	Não
391	0270810-57.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	07/08/13	Julgado procedente o pedido	01/07/15	JC 15	Caio Vinicius Laurindo Chagas	Consumidor	Embraer Participações S/A	Telefonia	Sim	Sim	Procedência	Sim	Autor	Sim	Sim
392	0296164-84.2013.8.19.0001	Exibição - CPC	Resgate de Contribuição / Previdência Privada / Espécies de Contrato /	Cível	32ª VC	27/08/13	Julgado procedente o pedido	20/07/15	JC 15	Carlos Frederico Amada Correia	Consumidor	Fundação Atlântico de Seguridade Social	Seguros/Previdência	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. de Defen	Sentença	Recurso	Recorrente	at. de Defen
393	0268260-94.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Deito, Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico	Cível	32ª VC	20/08/10	Julgado procedente em parte o pedido	22/06/15	JC 15	Adriana Correa Mota	Consumidor	LIGRT: Serviços de eletricidade S.A	Concessionária	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
394	0388450-18.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	02/10/12	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	Ciro Ramos de Almeida	Consumidor	Banco BMG S/A	Bancos	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
395	0199389-07.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	12/06/13	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	Patricia Guida de Azevedo	Consumidor	Mafre Van Cruz Seguradora	Seguros/ Previdência	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
396	0038618-55.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Quantia Indevida E/ou Repetição de Pagamento	Cível	32ª VC	05/02/13	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	Condominio do Edificio Tijuca Red	Consumidor	LIGRT: Serviços de eletricidade S.A	Concessionária	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Réu	Não
397	0148683-59.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Contratação de Serviços E/ou Virtuais (Internet) / Contratos de Seguro	Cível	32ª VC	16/06/09	Julgado procedente em parte o pedido	22/06/15	JC 15	Antonio Floriano de Cavalho Junior	Consumidor	Casa Bahia Comercial Ltda/ Whilpool S/A Consul/ La Comercio de Regales Ltda	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
398	0252756-48.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	06/08/10	Julgado procedente o pedido	14/07/15	JC 15	Esplido de Carlos Frederico Sartini de Araújo Braga	Consumidor	Goi Linhas Aéreas	Serviços	Não	Procedência	Sim	Ambos	Não
399	0309931-97.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	29/09/10	Julgado procedente o pedido	18/06/15	JC 15	Keyenne do Nascimento	Consumidor	Banco Do Brasil	Bancos	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
400	0093902-58.2007.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Acidente de Trânsito/ Indenização Por Dano Material	Cível	32ª VC	28/06/07	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	Florence da Silva Pires	Consumidor	Transportes Amigos Unidos S/A	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Autor	Sim

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justica	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defeni	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defeni
401	0389917-61.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros / Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	23/10/14	Julgado procedente em parte o pedido	24/07/15	JC 15	Helo Sotire da Motta	Consumidor	Golden Cross Assistência Médica	Planos de saúde	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
402	0319615-12.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Internação Hospitalar - Desabilitado Deique - Lançar 30426	Cível	32ª VC	03/09/11	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	Rita de Cassia Cummigian da Silva	Consumidor	Unimed BH- Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Planos de saúde	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
403	0089916-23.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Ambiental / Responsabilidade de Civil	Cível	32ª VC	21/09/12	Julgado procedente em parte o pedido	29/06/15	JC 15	7777 Reflexões Ltda	Consumidor	TNL PCS S/A	Serviços	Não	Procedência Parcial	Sim	Autor	Não
404	0148708-67.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	12/04/12	Julgado procedente em parte o pedido	31/07/15	JC 15	Auto posto Luar de Bangor Ltda	Serviços	Cedae- Companhia Estadual d'água e Esgoto	Concessionária	Não	Procedência Parcial	Sim	Autor	Não
405	0185912-48.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	14/05/12	Julgado improcedente o pedido	30/07/15	JC 15	Carlos Humberto Fernandes dos Santos	Consumidor	Telemar Norte Leste S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
406	0176875-65.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	28/05/10	Extinto o processo por ausência das condições da ação	29/06/15	JC 15	Luana Cidias Villia Boas de Azeite	Consumidor	CR2 HC Empreendimentos S.A	Serviços	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
407	0338221-25.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Dereito, Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico	Cível	32ª VC	27/10/10	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	Ibtissam Mansour Dib	Partes "Iguais"	Vania Maria Nunes de Almeida Conbo/ Christina Fonseca de Oliveira	Partes "iguais"	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
408	0121385-29.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dar	Cível	32ª VC	19/05/08	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	Olga Pinto da Silva Garzon	Consumidor	Banco Santander S/A	Bancos	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justica	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	Grat	at. Defeni	Sentença	Recurso	Recorrente	Grat	at. Defeni
409	0001490-27.2013.8.19.0057	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Cheque / Espécies de Títulos de Crédito	Cível	32ª VC	06/06/13	Julgado procedente o pedido	18/06/15	JC 15	Comercial KM 72 Prais Ltda	Serviços	FGF Transportes e Logística LTDA	Serviços	Não	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
410	0106277-47.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	30/03/14	Julgado procedente em parte o pedido	02/07/15	JC 15	Maria Claudia Rocha Nascimento	Consumidor	Leader Card	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
411	0249830-55.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	32ª VC	29/07/14	Julgado procedente o pedido	23/07/15	JC 15	Irene dos Santos Alves	Consumidor	Tam Linhas Aereas S.A	Serviços	Não	Não	Procedência	Sim	Ambos	Não	Não
412	0121289-38.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	11/04/13	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	Leandro Lopes da Souza	Consumidor	Banco Bradesco S/A	Bancos	Sim	Sim	Procedência	Sim	Ambos	Não	Não
413	0314676-18.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	10/09/13	Julgado procedente o pedido	07/07/15	JC 15	Flornada Penta	Consumidor	Banco Bradesco S/A	Bancos	Sim	Sim	Procedência	Sim	Autor	Não	Não
414	0190124-44.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Complementação de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos /	Cível	32ª VC	05/06/14	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	Walter Vill da Vieta	Consumidor	Petroleo Brasileiro S.A Petrolina e Companhia Petrolina S.A Petrolina S.A Social Petros	Seguros/Previdência	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não	
415	0274932-50.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Internação Hospitalar - Desabilitado Deixe - Lançar 30426	Cível	32ª VC	17/07/12	Julgado procedente em parte o pedido	22/06/15	JC 15	Dolores Soares Rodrigues	Consumidor	Casa Rio de Janeiro	Planos de saúde	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
416	0107351-73.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	32ª VC	02/04/13	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	Amarina Silva Jesus	Consumidor	Novas Casas Bahia S.A	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim
417	0411884-02.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Práticas Abusivas	Cível	32ª VC	29/11/13	Julgado procedente o pedido	08/07/15	JC 15	Carlos Henrique Fernandes Dos Santos	Consumidor	Banco Parana S.A/Banco BOM S.A/ Banco Gerdorf/ Banco Bradesco S.A/ Banco BMG/ BV Financeira	Bancos	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defeni	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defeni	at. Deferi
418	0218528-47.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do Fornecedor	Cível	32ª VC	06/07/10	Julgado procedente em parte o pedido	26/06/15	JC 15	Viviane Alves da Silva	Consumidor	Construtora Tenda S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Não	Não
419	0061175-07.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Uso	Cível	32ª VC	25/02/11	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	Lilian Barboio	Consumidor	Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não	Não
420	0145098-43.2002.8.19.0001	Procedimento Comum	Defeito, Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico	Cível	32ª VC	27/11/02	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	Carlos Andre Fernandes	Consumidor	GWT Construções e Incorporações Participações Ltda	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Sim	Sim
421	0058353-74.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Defeito, Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico	Cível	32ª VC	25/02/13	Julgado procedente o pedido	31/07/15	JC 15	Elisabeth Maria Santos Rangel	Consumidor	BV Financeira S/A	Bancos	Sim	Procedência	Sim	Ambos	Não	Não
422	0315930-89.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	15/09/14	Julgado procedente o pedido	30/06/15	JC 15	Fabio Leopoldino Canelho	Consumidor	Telefônica Vivo S.A	Telefonia	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
423	0260114-59.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	30/07/13	Julgado procedente em parte o pedido	21/07/15	JC 15	Daniel Oliveira Azeiteira	Consumidor	Telemar Norte Leste S/A	Telefonia	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
424	0313128-55.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Material / Responsabilidade de da Administração	Cível	32ª VC	10/09/13	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	José Fátima de Oliveira Ribeiro	Consumidor	Anil Assistência Médica Internacional S/A	Planos de saúde	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
425	0099806-15.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	26/03/14	Art. 267 XI CPC- Outros casos	08/06/15	JC 15	Luiz Claudio Lopes	Consumidor	Banco Santander S/A	Bancos	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Atos Juiz	Data do ato	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferit
426	0340705-76.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	21/09/11	Julgado procedente em parte o pedido	30/07/15	JC 15	Ritielei Gomes Soares	Consumidor	Banco Itaú S.A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
427	0450768-71.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	25/11/11	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	Lamirson Rodrigues de Souza	Consumidor	Gamen- Grupo de Assistência Médica e Nefrologia Ltda	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
428	0153089-84.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	08/05/13	Julgado procedente em parte o pedido	18/06/15	JC 15	Wanderlei Ribeiro Dias	Consumidor	Su-Prevvia Concessionária de Trânsito de Ferroviário	Concessionária	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
429	0131863-62.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Seguro / Cdc	Cível	32ª VC	27/05/09	Declarada decadência ou prescrição	02/07/15	JC 15	ERGETE BARBOSA ALVES	Consumidor	GRUPO GRAMCO BENEFICENTE DOS OFICIAIS DO EXERCITO	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	
430	0270612-88.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Material - Cdc	Cível	32ª VC	04/08/11	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	ADRIZA CARVALHO DA SILVA	Consumidor	BANCO DO BRASIL S.A	Bancos	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
431	0066624-38.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	25/02/14	Julgado procedente em parte o pedido	18/06/15	JC 15	ELZA AQUES VIEIRA	Consumidor	TELEFONIA NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Não
432	0054081-37.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Internação Hospitalar - Desabilitado Deleige - Lançar	Cível	32ª VC	20/02/13	Julgado procedente o pedido	18/06/15	JC 15	BRUNA TTX PAULINO ZORZI	Consumidor	GOLDEN CROSS	Planos de saúde	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
433	0160304-14.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Complementação de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos /	Cível	32ª VC	14/05/13	Art. 267 XI CPC- Outros casos	11/06/15	JC 15	NILO SERGIO MARTINS DA NOVA	Consumidor	FUNDACAO ATLANTICO DE SEGURIDADE SOCIAL e outro	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não
434	0344737-61.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Pagamento	Cível	32ª VC	04/11/10	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	FABRICIO SILVA ALVES	Consumidor	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT	Seguros/Previdência	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
435	0023759-05.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Multa / Condomínio em Edifício	Cível	32ª VC	26/01/11	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	CONDOMINIO DO EDIFICIO MORADA DA SILVA	Partes "iguais"	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A	Partes "iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
436	0291823-20.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	13/09/10	Julgado improcedente o pedido	30/07/15	JC 15	NILSON UIRATANI DA SILVA	Consumidor	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi	at. Deferi
437	0069130-89.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	04/03/11	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	SIMONE SALVEDIANO QUINTANILHA	Consumidor	GLOBEX UTILIDADES S/A (PONTO RIO)	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Autor	Sim	Sim
438	0118030-06.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	20/04/11	Julgado procedente em parte o pedido	29/06/15	JC 15	EDUARDO ALVES DIAS	Consumidor	ESCOLA TECNICA DO RIO DE JANEIRO e outro	Instituição de Ensino	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não	
439	0002024-13.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	28/04/11	Julgado procedente em parte o pedido	26/06/15	JC 15	ANA LUCIA DE CASTRO ROCHA	Consumidor	BANCO DO BRASIL	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
440	0127158-26.2006.8.19.0001	Procedimento Comum	Enriquecimento sem Causa	Cível	32ª VC	16/10/06	Julgado improcedente o pedido	29/06/15	JC 15	BANCO ITAUBANK S.A	Bancos	MARCOS GANIM	Consumidor	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	
441	0397409-80.2009.8.19.0001	Monitória	Resolução / Recuperação / Inadimpliment	Cível	32ª VC	16/12/09	Julgado improcedente o pedido	24/07/15	JC 15	CONDOMINIO DO EDIFICIO DOS SHOPPING CENTER DA GÁVEA	Partes "Iguais"	CAAC COMERCIO DE VIDEO GAMES E ELETRONICOS LTDA	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	
442	0035747-52.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	01/02/13	Julgado improcedente o pedido	16/06/15	JC 15	JESSICA HELEN DANTAS DE PINHO	Consumidor	BANCO ITALCAND S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor		
443	0119252-38.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	10/04/13	Julgado improcedente o pedido	29/06/15	JC 15	MAURO SEVERIANO VIBRA	Consumidor	FORNASTAURUS AS	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor		
444	0067396-45.2007.8.19.0001	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Acidente de Trabalho / Indenização por Dano Material / Responsabilidade de Civil do Trabalho	Acidentes do Trabalho	32ª VC	24/05/07	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	JOSE MACHADO CARNEIRO DA SILVA	Consumidor	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS	Seguros/ Previdência	Sim	Procedência	Sim	Autor	Sim	Sim
445	0273830-90.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	17/07/12	Julgado procedente em parte o pedido	18/06/15	JC 15	TERESINHA ACCIOLY CORREIA GRANATO	Consumidor	BANCO BMG	Bancos	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não	
446	0071169-88.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	05/03/13	Julgado improcedente o pedido	29/06/15	JC 15	CARLOS JOSE BATISTA DOS SANTOS	Consumidor	BANCO FIBRA S.A	Bancos	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não	
447	0274395-20.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	09/08/13	Julgado improcedente o pedido	26/07/15	JC 15	DACIA DE JESUS PEREIRA	Consumidor	NET RIO LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor		
448	0060116-52.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Sustação de Protesto/ Títulos de Crédito - Dano Material	Cível	32ª VC	11/03/09	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	IBEG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	Partes "Iguais"	AET ATLÂNTICA ENGENHARIA E TERRAPLANAGEM LTDA	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	
449	0304626-69.2009.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Material - Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	30/10/09	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	PEDRO BATISTA DA SILVA e outros	Consumidor	SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS S/A	Concessionária	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor		
450	0347498-94.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	03/09/12	Julgado procedente o pedido	31/07/15	JC 15	CARLOS ALBERTO DE LIMA	Consumidor	BANCO CREFISA S.A	Bancos	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	Reúido Grat	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	Reúido Grat	at. Deferi
451	0136073-20.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO) ATÉ 17.03.2016	Pagamento	Cível	32ª VC	24/04/13	Julgado procedente em parte o pedido	26/06/15	JC 15	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO TENENTE	Partes "Iguais"	CELSO SOARES GOMES	Partes "Iguais"	Não	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Sim	Não
452	0065450-04.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Deixar	Cível	32ª VC	19/03/08	Julgado procedente o pedido	29/06/15	JC 15	ESPOLIO DE SHELIA MOREIRA BARBOSA	Consumidor	CAMA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL CASSI	Seguros/Previdência	Não	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	
453	0169129-15.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO) ATÉ 17.03.2016	Dano Material - Cdc	Cível	32ª VC	06/06/11	Julgado procedente em parte o pedido	18/06/15	JC 15	ADRIZA CARVALHO DA SILVA	Consumidor	BANCO DO BRASIL S/A	Bancos	Não	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
454	0087756-25.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Judicial	Cível	32ª VC	20/03/12	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	MARCIANO BATISTA DE PAULA	Consumidor	FIC FINANCIEIRA ITAU CRED S/A	Bancos	Não	Não	Procedência	Sim	Ambos	Não	Não
455	027759-57.2008.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO) ATÉ 17.03.2016	Dano Moral - Outros - Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	03/09/08	Julgado procedente em parte o pedido	29/06/15	JC 15	DEIVER COSTA DA ROCHA	Consumidor	SUPERMERCADO E PADARIA PALACIO CAETE LTDA	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não	
456	0118766-24.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	32ª VC	20/04/11	Julgado improcedente o pedido	01/07/15	JC 15	WILUX VAZ SABACK	Consumidor	CENTRO EDUCACIONAL NÓS DO FRUTO LTDA ME	Instituição de Ensino	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor		
457	0488311-11.2011.8.19.0001	Despejo	Despejo Por Denúncia Vazia	Cível	32ª VC	16/12/11	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	ROSEMAR FERREIRA DE MATOS NOGUEIRA S/NPA	Partes "Iguais"	MAURIA CORTAZ VERA	Partes "Iguais"	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
458	0081115-75.1999.8.19.0001	Medida Cautelar Inominada	Sustação de Protesto/ Cadastro de Títulos de Pagamento	Cível	32ª VC	11/06/09	Julgado procedente em parte o pedido	16/07/15	JC 15	CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	Partes "Iguais"	BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	Partes "Iguais"	Não	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
459	0280318-27.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Indevido - Repetição de Indébito	Cível	32ª VC	14/08/13	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	MARIA FRANCISCA ARAUJO DE SOUSA e outro	Consumidor	AMENTA IMOVEIS LTDA	Serviços	Sim	Sim	Procedência	Sim	Autor	Sim	Sim
460	0227551-46.2012.8.19.0001	Petição - Cível	Dano Moral - Outros - Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	15/06/12	Julgado procedente em parte o pedido	18/06/15	JC 15	MARCIA TORRES TINOCO DOS SANTOS e outim	Consumidor	TOKIO MARINE SEGUROADORA S.A	Seguros/Previdência	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
461	0269330-83.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Plano de Saúde/ Contratos de Seguro	Cível	32ª VC	05/10/09	Julgado procedente em parte o pedido	18/06/15	JC 15	MONICA AMAND SENEFT	Consumidor	DIX PLANO DE SAÚDE	Planos de saúde	Sim	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
462	0445134-31.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Resolução ou Inadimplement	Cível	32ª VC	17/12/10	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	THIAGO LUIZ NOGUEIRA DA SILVA	Partes "Iguais"	HILDEBRANDO FERREIRA DOS SANTOS	Partes "Iguais"	Não	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	
463	0089315-51.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	32ª VC	25/03/11	Julgado procedente o pedido	31/07/15	JC 15	FRANCISCO CARLOS DE BRITO ARAUJO	Consumidor	N EXTEL TELECOMUNICAÇÃO LTDA	Telefonia	Não	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	
464	0387295-14.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO) ATÉ 17.03.2016	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	32ª VC	03/11/11	Julgado procedente o pedido	25/06/15	JC 15	MARIA SANTANA SILVA	Consumidor	CLARO S.A	Telefonia	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
465	0009964-97.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Seguro / Direito Cível	Cível	32ª VC	15/01/09	Julgado procedente o pedido	30/07/15	JC 15	MARCELA FERNANDES RIBEIRO	Consumidor	COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS	Seguros/Previdência	Sim	Sim	Procedência	Sim	Ambos	Sim	Sim

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
466	0409368-09.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Deveres do Condomínio / Condomínio	Cível	32ª VC	28/11/13	Julgado procedente em parte o pedido	21/07/15	JC 15	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO TERRAS LEBLON	Partes "Iguais"	DELAIDER AFONSO ALVES	Partes "Iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
467	0260305-80.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	22/08/08	Julgado procedente em parte o pedido	18/06/15	JC 15	JORGE LUIZ DA SILVA	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
468	0134392-49.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	03/04/12	Julgado procedente em parte o pedido	31/07/15	JC 15	JANUILLI MARQUES DA CRUZ	Consumidor	BANCO ITAÚ	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
469	0199611-09.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	23/05/12	Julgado procedente em parte o pedido	22/06/15	JC 15	MARIA ISABEL JOUWEN LAMIEGO	Consumidor	SUI AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	Seguros/Previdência	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
470	0059641-57.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	25/02/13	Julgado procedente o pedido	29/07/15	JC 15	CLOVIS DA CONCEIÇÃO	Consumidor	GLOBEX UTILIDADES S/A PONTO RIO UTILIDADES S/A e outro	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Autor	Sim
471	0164770-51.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral - Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	16/05/13	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	JOSE ALBERTO DOS SANTOS	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
472	0247217-96.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Auxílio-Doença Acidentário / Benefícios em Espécies	Acidentes do Trabalho	32ª VC	18/07/13	Julgado improcedente o pedido	18/06/15	JC 15	DALMA LUIZ DA SILVA	Consumidor	INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
473	0037685-48.2014.8.19.0001	Petição - Cível	Dano Material - Cdc	Cível	32ª VC	04/02/14	Julgado procedente em parte o pedido	01/06/15	JC 15	RAFAEL FERRERIA DA SILVA	Consumidor	CASABELLA CAROCCA COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
474	0308648-73.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Planos de Saúde / Contratos de Seguro-Vida	Cível	32ª VC	05/11/09	Julgado procedente o pedido	29/06/15	JC 15	JACKSON NIESE e outro	Consumidor	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL LTDA	Planos de saúde	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
475	0472068-89.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral - Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	06/12/11	Julgado improcedente o pedido	16/07/15	JC 15	FERNANDA SOUZA DA SILVA MAGNANI	Consumidor	VIVO S.A	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
476	0013976-52.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	32ª VC	13/01/12	Julgado procedente o pedido	23/07/15	JC 15	GRUPO CONTINENTAL BRASILEIRA DE FOMENTO MERCANTIL LTDA	Partes "Iguais"	AGRO INDUSTRIAL NOTAVEL DO RIO DE JANEIRO e outro	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
477	0434046-25.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral - Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	06/11/12	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	SONIA MARIA DOS SANTOS PEREIRA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Sim	Ambos	Não
478	0135443-61.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dever de Informação	Cível	32ª VC	24/04/13	Julgado procedente em parte o pedido	26/06/15	JC 15	DAIANA DE SOUZA LOUREIRO SALES	Consumidor	MRYV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
479	0212020-80.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	21/06/13	Julgado procedente em parte o pedido	29/06/15	JC 15	CLAUDIO LUIZ FERNANDES PINHEIRO	Consumidor	BANCO ITAÚ	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferit
480	0067153-96.2010.8.19.0001	Despejo	Despejo Por Denúncia Vazia	Cível	32ª VC	19/07/10	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	VANIA MARIA NUNES DE ALMEIDA CORBO	Partes "Iguais"	IBTESSEN MANSOUR DIB	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
481	0123412-77.2011.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Pagamento	Cível	32ª VC	27/04/11	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	Esmerle Bis Calçados Ltda. E Rivalda Ribeiro Neves	Partes "Iguais"	Calçados Q. Senho Ltda.	Partes "Iguais"	NÃO	Improcedência/Extinção	SIM	Autor	Não
482	0149497-42.2007.8.19.0001	Procedimento Comum	Participação Financeira / Subscrição das Ações	Cível	32ª VC	06/09/07	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	Christian Robert Rocha	Consumidor	Telemar Norte Leste S.A.	Telefonia	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
483	0088930-69.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Cirurgia	Cível	32ª VC	21/03/12	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	Cristiana Aguiar Motin	Consumidor	Gol dan Cross	Planos de Saúde	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
484	0096620-57.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício	Cível	32ª VC	22/04/09	Julgado improcedente o pedido	01/07/15	JC 15	LINDOMAR PERES, JESSARA SILBERT SILVA, GUIDES ROSALINA MACHADO SOARES, ANA MARIA DA SILVA NOGUEIRA, ALDENIR LOPES, JACQUELINE LOPES e MARIA HELENA WIEZ	Partes "Iguais"	JOSE FLORENCIO DA CUNHA BENJAMIM e SUELI BENJAMIM DE SOUZA	Partes "Iguais"	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
485	0115180-13.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança Indevida de ligações / Telefonia / Contratos de Serviços	Cível	32ª VC	09/04/10	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JC 15	NOBEL ENGENHARIA LTDA	Serviços	Tim Celular S.A.	Telefonia	Não	Improcedência/Extinção	SIM	Autor	Não
486	0211155-62.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	29/06/10	Julgado procedente em parte o pedido	01/07/15	JC 15	ALEX ROBERT PINTO SOUZA	Consumidor	PETROBRAS S.A.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
487	0229055-19.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Material - Cdc	Cível	32ª VC	14/07/14	Julgado procedente o pedido	15/06/15	JC 15	Isabel Meneses Baroni	Consumidor	AVANCA	Serviços	SIM	Procedência	SIM	Réu	Não
488	0438116-85.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Cível	32ª VC	08/11/12	Julgado procedente em parte o pedido	25/06/15	JC 15	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO LINHO DE PAULA MACHADO	Serviços	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE	Serviços	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
489	0305544-68.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	32ª VC	02/08/12	Julgado procedente em parte o pedido	30/07/15	JC 15	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO KARIR II	Serviços	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE	Serviços	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
490	0259416-87.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	32ª VC	11/07/12	Julgado improcedente o pedido	16/07/15	JC 15	Aliton de Souza	Consumidor	Telemar Norte Leste S.A.	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
491	0012209-76.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão de Contrato e /ou Interpretação	Cível	32ª VC	12/01/12	Julgado improcedente o pedido	18/06/15	JC 15	ROGÉRIO SCHUELER BARONI	Consumidor	BV FINANCIEIRA LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.	Bancos	SIM	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Sim
492	0035807-59.2012.8.19.0001	Despacho por falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	Resolução / Inadimplemento	Cível	32ª VC	01/02/12	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	SOCIEDADE DE ASSISTENCIA CULTURAL SAGRADO CORACAO DE JESUS	Serviços	LUIZ HENRIQUE DA SILVA	Consumidor	SIM	Sim	Procedência	Sim	Não
493	0023968-71.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Cdc	Cível	32ª VC	26/01/11	Julgado procedente em parte o pedido	22/06/15	JC 15	THIAGO LUCAS GONÇALVES	Consumidor	BANCO DO BRASIL S.A	Bancos	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Não
494	0363011-39.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Busca e Apreensão	Cível	32ª VC	11/10/11	Julgado improcedente o pedido	18/06/15	JC 15	PATRICIA SOARES DE ANDRADE CAIXAS	Consumidor	FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	Serviços	Sim	NÃO	Improcedência/ Extinção	Sim	Não
495	0496350-60.2012.8.19.0001	Monitoria	Pagamento	Cível	32ª VC	19/12/12	Julgado improcedente o pedido	30/07/15	JC 15	FLAVIO MESQUITA DA ROCHA	Partes "Iguais"	ANNA PALLA RANCO	Partes "Iguais"	Não	Não	Procedência	Sim	Não
496	0423378-58.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Quantia Indevida E/ou Repetição de	Cível	32ª VC	10/12/13	Julgado procedente em parte o pedido	15/07/15	JC 15	MATILDE ALVES DA SILVA	Consumidor	CIELO S.A e HBIC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO	Bancos	SIM	Sim	Procedência Parcial	Sim	Sim
497	0260323-04.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	22/08/08	Julgado procedente em parte o pedido	18/06/15	JC 15	JORGE LUIZ DA SILVA	Consumidor	LIGHT S.A.	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Sim
498	0179881-17.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Outras / Contratos de Consumo	Cível	32ª VC	16/07/09	Julgado procedente em parte o pedido	26/06/15	JC 15	MARCOS RODRIGUES e SUELI DE MATOS FREITAS	Consumidor	Telemar - Norte Leste S.A	Telefonia	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Sim
499	0278625-13.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	31/08/10	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	FRANCISCO CLEBER DUINA	Consumidor	BANCO DO BRASIL	Bancos	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Sim
500	0468645-87.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	32ª VC	19/12/12	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	RAFAEL FONSECA DAS CHAGAS	Consumidor	CONSTRUTORA TEJADA S.A.	Serviços	SIM	Sim	Procedência	Sim	Sim
501	0055789-98.2008.8.19.0001	Embargos de Turbação, Ameaça / Posse	ESQUELHO, Turbação, Ameaça / Posse	Cível	32ª VC	10/03/08	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	MARINA BARBA CLUBE	Serviços	GIAN LUIZ FUMAGALLI	Consumidor	Não	Não	Procedência	Sim	Não
502	0496511-02.2014.8.19.0001	Prestação de Contas - Exigidas	Gestão de Negócios	Cível	32ª VC	16/12/14	Extinto o processo por ausência das condições da ação	22/07/15	JC 15	Vânia Regina Ribeiro	Partes "Iguais"	Diniz Ferreira Alves	Partes "Iguais"	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Não
503	0321172-63.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Quantia Indevida E/ou Repetição de Antecipação de	Cível	32ª VC	16/09/13	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	RAFAEL GONÇALVES NEVES WEIRELS	Consumidor	BANCO BRADESCO	Bancos	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Sim
504	0365882-71.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Cível	32ª VC	21/10/13	Julgado procedente em parte o pedido	07/07/15	JC 15	NEUSI FERREIRA DA COSTA	Consumidor	PRIVOT PLANEJADOS MOVES LTDA E ITALIAIRA INDOPIA DE MOVES LTDA	Serviços	Sim	Sim	Procedência parcial	Sim	Não
505	0298614-34.2012.8.19.0001	Medida Cautelar Inominada	Busca e Apreensão	Cível	32ª VC	28/07/12	Julgado procedente o pedido	18/06/15	JC 15	ROSEMARY MARQUES DE SOUZA	Consumidor	UNIBRECHU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO, DE JESUS CARVALHO	Planos de saúde	SIM	Sim	Procedência Parcial	Sim	Sim
506	0243706-66.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	32ª VC	15/08/08	Julgado improcedente o pedido	01/07/15	JC 15	TRANSPORTES AMERICA LTDA	Serviços	COBREDIA DE SEGUROS S/C LTDA e SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A	Seguros/Previdência	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrital	Desc. Atos Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dido Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente/dido Grat	at. Defenit	
507	0143697-62.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Turismo / Contratos de Consumo	Cível	32ª VC	08/06/09	Julgado procedente o pedido	23/07/15	JC 15	LOURDES ANGELA MACHADO MARQUES, ROSALDO MARQUES, FERNANDO MACHADO MARQUES	Consumidor	QUEENBERRY AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, 365 TRAVEL E AMERICAN EXPRESS	Serviços	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não	Não
508	0153051-43.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO)	Acidente de Trânsito / Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	23/05/11	Julgado improcedente o pedido	18/06/15	JC 15	SEBASTIAO CLEBER SAMPAIO SILVA	Consumidor	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO UNIVAT S.A	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	SIM	Autor	Sim	Sim
509	0210653-55.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO)	Dano Material - Cdc	Cível	32ª VC	31/05/12	Julgado procedente o pedido	23/07/15	JC 15	VIVIANE DA SILVA LIMA NUNES	Consumidor	CASAS BAHIA (VIA VAREJO S.A.)	Serviços	SIM	Procedência	SIM	Réu	Não	Não
510	0037794-38.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Direitos e Deveres do Condomínio / Condomínio	Cível	32ª VC	12/02/09	Julgado procedente em parte o pedido	10/07/15	JC 15	JORGE LUIZ FERNANDES QUARTILHO	Consumidor	CONDOMINIO DO EDIFICIO ANDRA	Serviços	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não	Não
511	0147548-75.2010.8.19.0001	Monitoria	Mandado / Espécies de Precatório	Cível	32ª VC	12/05/10	Julgado procedente em parte o pedido	25/06/15	JC 15	INSTITUTO ABUS DE SEGURIDADE SOCIAL	Seguros/Previdência	ANDREA FONTANI MOURÃO	Consumidor	SIM	Procedência Parcial	SIM	Autor	Sim	Sim
512	0254810-84.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Inexistência de Débito e / Ou da Relação	Cível	32ª VC	09/08/10	Julgado improcedente o pedido	18/06/15	JC 15	BRUNO VINICIUS DA CONCEIÇÃO	Consumidor	BANCO IBI S/A - BANCO MULTIP	Bancos	SIM	Improcedência/Extinção	SIM	Autor	Sim	Sim
513	0091613-55.2007.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros / Indenização Por Dano	Cível	32ª VC	25/06/07	Julgado improcedente o pedido	24/06/15	JC 15	CARLOS ALBERTO DE SOUZA	Consumidor	SANTA CASA DA MISERICORDIA DO RIO DE JANEIRO	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	SIM	Autor	Sim	Sim
514	0410872-50.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO)	Quantia Indevida E/ou Repetição de Pagamento	Cível	32ª VC	29/11/13	Julgado procedente em parte o pedido	01/07/15	JC 15	SERGIO ESPRITO SANTO DA GUA	Consumidor	Banco Santander do Brasil S.A. e BANCO ITAU S/A	Bancos	SIM	Procedência Parcial	SIM	Autor	Sim	Sim
515	0353338-51.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO)	Inexistência de Débito e / Ou da Relação	Cível	32ª VC	10/10/13	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	HELIZES FREITAS DE MELO	Consumidor	GLOBEX UTILIDADES S.A. (PONTO FRIO S.A.), e ALCAD ADMINISTRAÇÃO E INFORMACOES CADASTRAIS LTDA	Serviços	Sim	Procedência	SIM	Réu	Não	Não
516	0041416-23.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	06/02/12	Julgado procedente em parte o pedido	31/07/15	JC 15	JORGE ROSATTI SOBRINHO	Consumidor	Telemar Nove Letas S.A.	Telefonia	Sim	Procedência parcial	Sim	Autor	Sim	Sim
517	0094489-41.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	31/03/11	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	ANA BELA MIRANDA MAIA	Consumidor	ITALCARD	Bancos	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
518	0243462-64.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Irregularidade no atendimento	Cível	32ª VC	16/07/13	Julgado procedente em parte o pedido	18/06/15	JC 15	VANIA DA SILVA FERREIRA	Consumidor	CAPISESP - Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores do Fundngo Nacional de Saúde	Seguros/Previdência	Sim	Procedência parcial	Sim	Réu	Não	Não
519	0180769-49.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros / Indenização Por Dano	Cível	32ª VC	31/05/10	Julgado procedente em parte o pedido	26/06/15	JC 15	SILVIA FERREIRA	Consumidor	AUTO CENTER EXPRESS CAR Lt	Serviços	Sim	Procedência parcial	Sim	Réu	Não	Não
520	0358363-16.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Desconto em Folha de Pagamento	Cível	32ª VC	06/10/11	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	ADRIANO TRINDADE GONÇALVES	Consumidor	BANCO ITAU S.A e BANCO PANAMERICANO S/A e BV FINANCEIRA e BQ; BANCO FIBRA S.A	Bancos	SIM	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
521	0394312-67.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	05/10/12	Julgado procedente em parte o pedido	26/06/15	JC 15	RENATO FERREIRA BELANI	Consumidor	CP2 JC EMPREENDIMENTOS S/A	Serviços	Não	Procedência parcial	Sim	Réu	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Atos Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
522	0442456-72.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	12/11/12	Julgado procedente o pedido	29/06/15	JC 15	FRANÇOISE PICOT SILVA	Consumidor	AMERICAN AIRLINES INC	Serviços	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
523	0174227-49.2009.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO)	Fornecimento de Energia Elétrica / Contratos de Contratos de	Cível	32ª VC	10/07/09	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	SEVERINO ROAQUIM DA SILVA	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
524	0014553-40.2006.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	06/02/06	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	EDUARDO COSENTINO DA CUNHA	Consumidor	EDITORIA GLOBO S.A	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	SIM	Autor	Não
525	0394030-92.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO) ATÉ 17.03.2016	Complementação de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos / Dano Material - Moral	Cível	32ª VC	13/11/13	Julgado improcedente o pedido	25/06/15	JC 15	VILMA LOURENÇO DOS SANTO	Consumidor	ELOS - FUNDACÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL e IBS n°. 290, 106 andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20091-060 e EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A	Seguros/Previdência	SIM	Improcedência/Extinção	SIM	Autor	Sim
526	0178246-35.2008.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO)	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	09/07/08	Julgado procedente em parte o pedido	29/06/15	JC 15	FERNANDES ALVES DA SILVA e SEBASTIANA DAS NEVES BRITO DA SILVA	Consumidor	SUP BVVA S.A.	Concessionária	SIM	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
527	0379580-86.2009.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO) ATÉ 17.03.2016	Auxílio-Doença Acidentário / Benefícios em Espécie	Acidentes do Trabalho	32ª VC	02/12/09	Julgado procedente o pedido	26/06/15	JC 15	ANTONIO CARLOS DE MELO BOUÇÓ	Consumidor	INSS	Sector Público Federal	SIM	Procedência	SIM	Ambos	Não
528	0111957-52.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	07/04/10	Julgado improcedente o pedido	26/06/15	JC 15	WILSON FRANCISCO SOU	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE	Serviços	SIM	Improcedência/Extinção	SIM	Autor	Sim
529	0338784-19.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO) ATÉ 17.03.2016	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	27/10/10	Julgado procedente em parte o pedido	26/06/15	JC 15	RUITE MARIA RODRIGUES LOPES	Consumidor	BANCO BMG S/A	Bancos	SIM	Improcedência/Extinção	SIM	Autor	Sim
530	0319245-96.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO) ATÉ 17.03.2016	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	14/08/12	Julgado procedente em parte o pedido	26/06/15	JC 15	CHECK IN VIAGENS E TURISMO LTDA, ME	Serviços	AIR - AIR INTERNATIONAL TOURS OPERADORA DE TURISMO LTDA	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
531	0129209-63.2013.8.19.0001	Prestação de Contas - Exigidas	Serviços / Dano Civil	Cível	32ª VC	17/04/13	Art. 267 XI CPC - Outros casos	11/06/15	JC 15	RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA	Consumidor	CAS T TRANSPORTES DE CARGAS SECAS E LIQUIDAS LTDA	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
532	0174555-08.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Inexistência de Débito e / Ou da Relação Judicial	Cível	32ª VC	09/06/11	Julgado procedente o pedido	23/07/15	JC 15	CLÁUDIA LOPES DUARTE	Consumidor	TAT - FINANÇEIRA ITALU CBO S.A, BANCO ITALCARD S/A, e BANCO ITALCARD FINANCIAMENTOS S.A	Bancos	Sim	Procedência parcial	Sim	Autor	Sim
533	0214512-74.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2ª JEC	12/06/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	17/07/15	JEC 15	SAUDRA HELENA FERNANDES JESUS	Consumidor	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A EMBRATEL	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
534	0094092-40.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Juizado Especial Cível	2ª JEC	26/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/06/15	JEC 15	GILCINAR SILVA BARROSA	Consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
535	0084245-14.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2ª JEC	19/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/06/15	JEC 15	MARCIO ANTONIO SANTOS DA SILVA	Consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defeni	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defeni	at. Defeni
536	0247228-91.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou Juízo	Juizado Especial Cível	2º JEC	25/07/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	31/07/15	JEC-15	MARILTON ASSUMPÇÃO LIMA	Consumidor	TALENTOS COBRANÇA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA/ NIXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Sim	Não
537	0235881-27.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	28/06/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	27/07/15	JEC-15	BENEDITO BATISTA GONCALO	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		Sim	
538	0187302-48.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	T. O. I. - Termo de Ocorrência de Irregularidade / Responsabilidade de do Fornecedor	Juizado Especial Cível	2º JEC	17/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/06/15	JEC-15	ELIANGEIA GENTIL DE MORAES	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		Sim	
539	0078995-97.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	16/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/06/15	JEC-15	GILMAR BIRTINI DA SILVA	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim	Sim
540	0150491-89.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	09/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC-15	MARIA DO SOCORRO PONTE FERREIRA	Consumidor	TIM CELULAR S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
541	0043023-66.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	10/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/06/15	JEC-15	PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA	Consumidor	CLARO S.A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		Sim	
542	0093391-79.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	25/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	17/06/15	JEC-15	IGOR BOGIAN RANGEL	Consumidor	ITAU UNIBANCO S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		Sim	
543	0193808-45.2012.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou Juízo da Relação Jurídica	Juizado Especial Cível	2º JEC	18/05/12	Julgado procedente o pedido	15/06/15	JEC-15	CELIA'S CAR ESTACIONAMENTO LTDA - ME	Serviços	BANCO SANTANDER BRASIL S/A - BHI ASSOCIADOS LTDA- FUNDO DE INVESTIMENTO IM DIREITOS CRED. NÃO- PADRONIZADOS PCG- BRASIL MULT.	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Sim	Sim
544	0160663-61.2013.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	14/05/13	Julgado Improcedente o pedido	17/06/15	JEC-15	CLAUDIRTE MARIA DA SILVA DE ASSIS	Consumidor	EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		Não	Não
545	0211226-59.2013.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	21/06/13	Improcedente o pedido	18/06/15	JEC-15	ARNALDO MAGNANITA	Consumidor	GAMA SAUDE LTDA- ASSISTENCIA SOCIAL DA RPECO - RPECO - ASSISTENCIA	Planos de saúde	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
546	0263919-83.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	07/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC-15	RODRIGO ROCHA REIS	Consumidor	BANCO SANTANDER S.A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim	Sim
547	0215067-91.2013.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	12/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/07/15	JEC-15	ANTONIO CARDOSO MARTINS	Consumidor	OI S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		Não	Não
548	0071665-49.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou Juízo da Relação Jurídica	Juizado Especial Cível	2º JEC	10/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC-15	IVANIR DE S. A. DA COSTA	Consumidor	OI S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)	Telefonia	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		Sim	
549	0373952-43.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Juizado Especial Cível	2º JEC	13/10/14	Julgado procedente em parte o pedido	30/07/15	JEC-15	NAIANE DE OLIVEIRA SOUZA	Consumidor	RICARDO ELETRO	Serviços	Sim	Procedência	Não		Não	Não
550	0384585-16.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	20/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/06/15	JEC-15	ALEXMIR ARAUJO CUIZ JUNIOR	Consumidor	BANCO BRABCO S.A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		Sim	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
551	0399162-96.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	30/10/14	Julgado procedente em parte opedido	30/07/15	JEC 15	JACQUELINE WANNIA	Consumidor	TIM	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não
552	0459648-47.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	01/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC 15	MELISSA GIL MARTINS FERREIRA	Consumidor	BANCO CITICARD S/A	Bancos	Sim	Procedência	Não	Não	Não
553	0009279-80.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Cobrança de Quantia	Juizado Especial Cível	2º JEC	12/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	RUI CARLOS DA SILVA	Consumidor	O BOTICARIO FRANCHISING S/A	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
554	0017306-52.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	21/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	ALESSANDRA DA COSTA GUIMARÃES	Consumidor	ITAU UNIBANCO S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
555	0035123-32.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	04/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/06/15	JEC 15	MARINA PINTO LIMA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
556	0052483-77.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	23/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/06/15	JEC 15	RAFAEL LUAL LABANCA	Consumidor	CALOI NORTE S/A	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
557	0057996-26.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Outros/Indenização Por Dano Material	Juizado Especial Cível	2º JEC	26/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	MAIUY COSTA TEIXEIRA	Consumidor	UNIAO DE LOJAS LEADOR S.A-LEADER MAGAZINE VIA VAREJO S/A (PONTO RIO)	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
558	0058268-20.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	26/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	22/06/15	JEC 15	MARIA DE LOURDES OLYMPIO CASTANO	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não
559	0060310-42.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	27/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC 15	LEONARDO FERREIRA PESSANHA SIQUE	Consumidor	ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCIEROS- BANCO DO BRASIL S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não
560	0064818-31.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dar	Juizado Especial Cível	2º JEC	04/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC 15	ANTONIA FRACISA DA SILVA	Consumidor	OI.TNL PCS S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Não		Não
561	0068471-41.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	06/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/06/15	JEC 15	MANOEL DE SOUZA GUIMARÃES	Consumidor	ALECAD ADMINISTRAÇÃO E INFORMACOES CADASTRAIS VIA VAREJO S/A (GLOBEX UTILIDADES)	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Autor	Sim
562	0076076-38.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	12/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	JOSE FERNANDO BATISTA MOREIRA	Consumidor	TAM LINHAS AEREAS S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
563	0076531-03.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	13/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/07/15	JEC 15	TADEU RAPHAEL MARTORANO	Consumidor	TNL PCS	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não
564	0077276-80.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	13/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/07/15	JEC 15	RENAN ALMEIDA MOREIRA	Consumidor	BRADESCO	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
565	0077638-82.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	13/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/07/15	JEC 15	LARISSA SILVA MATTOS	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
566	0077898-62.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	13/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	JORGE ESTIVAN	Consumidor	BCP S/A (CLARO)	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não
567	0083175-59.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	18/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	06/07/15	JEC 15	BRIAN REIS- ROBERTO REIS DA SILVA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não
568	0091257-79.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	24/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	27/07/15	JEC 15	CARLOS HENRIQUE MACHADO SOUZA	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
569	0108153-03.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	30/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	12/06/15	JEC.15	SERGIO RICARDO DE AZEVEDO SOARES	Consumidor	NXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		Não
570	0131715-41.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	06/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/06/15	JEC.15	JAISON FERREIRA DA SILVA	Consumidor	CASAS BAHIA (VIA VAREJO S/A)	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		Não
571	0143706-14.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	08/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/06/15	JEC.15	EDICLEIDE VIANNA DA SILVA	Consumidor	CEDEAE	Concessionária	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
572	0150396-59.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	09/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/07/15	JEC.15	ALEXSANDRA PINHEIRO FERREIRA DOS SANTOS TEIXEIRA	Consumidor	GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES AS	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
573	0171371-05.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	14/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	13/07/15	JEC.15	JOSE FERREIRA DA SILVA	Consumidor	CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A. TAM LINHAS AEREAS REGIONAIS S.A.	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		Não
574	0171409-17.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	14/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	27/07/15	JEC.15	ROGERIO DE SOUSA	Consumidor	NXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Procedência	Não		Não
575	0172054-42.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	14/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC.15	ESTER CIPRIANO DA SILVA	Consumidor	ESTER CIPRIANO DA SILVA - BANCO BRADESCAO S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
576	0177183-28.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	15/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	13/07/15	JEC.15	JOSE CARLOS CASTRO	Consumidor	MASC CRUIZEIROS DO BRASIL LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		Não
577	0207181-41.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	07/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC.15	SANDRO CHERNICHIARO GOMES - FLAVIA DA SILVA CHERNICHIARO GOMES	Consumidor	TAM LINHAS AEREAS	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		Não
578	0218531-26.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	14/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC.15	BR LUCIA DE OLIVEIRA LIMA	Consumidor	CASAS BAHIA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
579	0224909-95.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	20/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/07/15	JEC.15	DIEGO MATHIAS DOS SANTOS DUARTE	Consumidor	BANCO BRADESCO - S/A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
580	0233562-86.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	26/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC.15	MARIA DO DESTERRO PERREIRA BABROSA	Consumidor	COMERCIO DIGITAL BF LTDA - DAFIT	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
581	0292741-82.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	2º JEC		Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/07/15	JEC.15	MARLENE DE LIMA PRATO	Consumidor	BANCO BRADESCO S/A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
582	0279600-93.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	19/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC.15	MIRIAM VIANNA BAISTA	Consumidor	Banco Pao S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
583	0017694-52.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	21/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	10/06/15	JEC.15	THIAGO NASCIMENTO RABELO VILAMIL	Consumidor	NET RIO - EMBRATEL- EMP. BRAS DE TELECOMUNICAÇÕES	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
584	0217958-85.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	14/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/07/15	JEC.15	MARCIA CRISTINA DA SILVA QUARENHA CORREIA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		Não
585	0131358-61.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	06/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/07/15	JEC.15	SILVIO CESAR GONCALVES PIRES	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
586	0473002-42.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	09/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/07/15	JEC.15	EDINA PONTES DE CARVALHO	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi	at. Deferi
587	0196748-75.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	28/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	MAGALY VIEIRA COSTA DOS SANTOS	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim
588	0021865-52.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	23/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	09/06/15	JEC 15	ROSENEIDE RODRIGUES DE LIMA	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
589	0414879-51.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	12/11/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/06/15	JEC 15	THIAGO MARCHEI MARTINS	Consumidor	BANCO ITALCANO S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
590	0279180-88.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Indenização por Dano Material	Juizado Especial Cível	2º JEC	19/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	VANESSA MORAIS DA SILVA	Consumidor	BANCO BRADESCO S/A	Bancos	Sim	Procedência	Não		Não	Não
591	0133259-64.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	07/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	18/06/15	JEC 15	LUIZ FERNANDO TEIXEIRA	Consumidor	TIM CELLULAR S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		Não	Não
592	0218173-61.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	14/06/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/07/15	JEC 15	VALÉRIA SILVEIRA BRAGA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		Não	Não
593	0043011-52.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	10/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		Não	Não
594	0509156-59.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	19/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/07/15	JEC 15	VALTERSON ALVES BOTELHO	Consumidor	GVT GLOBAL VILAGE TELECOM S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
595	0079435-93.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Juizado Especial Cível	2º JEC	16/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	13/07/15	JEC 15	WALLACE ALVES HONÓRIO	Consumidor	ITALUNIBANCO S/A	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim
596	0268472-76.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	12/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	AIRTON BATISTA DE LEMOS	Consumidor	Banco Pab S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
597	0177264-74.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Prestação de Serviços / Direito Civil	Juizado Especial Cível	2º JEC	15/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	31/07/15	JEC 15	GERALDO MARTINS DE LIMA	Consumidor	OJ S/A (RM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)	Telefonia	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim
598	0300566-77.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	03/09/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	SEBASTIÃO OLIVEIRA DA SILVA	Consumidor	BANCO SANTANDER S/A	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		Não	Não
599	0304459-76.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	05/09/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	18/06/15	JEC 15	EDIC FERRER DE LUCENA	Consumidor	BANCO BRADESCO S.A. ANSP	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não			
600	0417795-58.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	14/11/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	BERNARDO DORDAO MARTINS MIRANDA	Consumidor	DELTA AIR LINES INC	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		Não	Não
601	0446927-63.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	26/11/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	MARCOS ANDRÉ VINHAS CATÃO	Consumidor	EMIRATES	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
602	0459724-71.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	01/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	LEANDRO MONTEIRO DA SILVA	Consumidor	CHEFISA S.A. e outros(s)	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
603	0478107-97.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	11/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	09/06/15	JEC 15	PRISCILA PARRAS LOPES	Consumidor	OJ- TELMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim
604	0005738-39.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Prestação de Serviços / Direito Civil	Juizado Especial Cível	2º JEC	08/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/06/15	JEC 15	ERICA ROSSI GARCIA	Consumidor	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
605	0006412-17.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	09/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	22/06/15	JEC 15	ROSANGELA SOARES BARBOSA CAVALCANTE	Consumidor	MARFIRE REGIÕES S/A CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SUIAR DAS LAB ANIEIRAS	Seguros/Previdência	Sim	Procedência Parcial	Não		Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi	Grat
606	0018960-74.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	22/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	ILAIENE NUNES DE SOUZA ROCHA- ROBSON MAGALHÃES ROCHA	Consumidor	AMERICAN AIRLINES- CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
607	0019568-72.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	22/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	09/06/15	JEC 15	CLAUDIO DE MORAES MIRELES	Consumidor	TAM LINHAS AEREAS	Serviços	Sim	Procedência	Não	Não	Não	Não
608	0021533-85.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	23/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/07/15	JEC 15	CARMEN DA SILVA FERREIRA MARQUES	Consumidor	SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim
609	0026277-26.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	28/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	27/07/15	JEC 15	DOMINGOS LUCIANO DIAS	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Sim	Autor	Sim	Sim
610	0030266-40.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	30/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/06/15	JEC 15	GREGÓRIO WAGNER BIGHI	Consumidor	BANCO SANTANDER BRASIL S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
611	0049787-68.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dar	Juizado Especial Cível	2º JEC	19/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/06/15	JEC 15	AULIENE DUARTE MORAIS	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não	Não
612	0052675-10.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	23/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/06/15	JEC 15	NANCI RIO BRANCO	Consumidor	CLARO AS	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não	Não
613	0052903-82.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	23/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	06/07/15	JEC 15	SOLANGE MULLIO DE BARROS	Partes "Iguais"	MAIEVE CARRALDO GRANDO	Partes "Iguais"	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim
614	0055552-20.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dar	Juizado Especial Cível	2º JEC	25/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	22/06/15	JEC 15	RITA MARY BARRETO DOS SANTOS	Consumidor	PONTO FRIO	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
615	0063805-94.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	2º JEC	03/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC 15	RAFAEL FREIRE PONTE	Consumidor	CLARO S.A.	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não			
616	0064287-42.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	04/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	06/07/15	JEC 15	CATIA MARIA DE ARAUJO MEDeiros e SOUZA	Consumidor	HOSPITAL AMPARO FEMININO- UNIMED SEGURO SAUDE	Planos de saúde	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não	Não
617	0065172-56.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	04/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	MARCOS ANTONIO SOUZA DA SILVA	Consumidor	BANCO KBBC	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não	Não
618	0072089-91.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	10/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/06/15	JEC 15	JANAINA SOUZA DA SILVA DE OLIVEIRA	Consumidor	BANCO DO BRASIL S.A.	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
619	0075313-37.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	12/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	18/06/15	JEC 15	RAFAEL INGENCIO DE SOUZA	Consumidor	BANCO ITAU UNIBANCO S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		Não	Não
620	0082951-24.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	18/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	06/07/15	JEC 15	JOAO BATISTA MARTINIANO	Consumidor	OPERADORA CLARO	Telefonia	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		Não	Não
621	0083046-54.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	18/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/07/15	JEC 15	MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA	Consumidor	TELE RIO ELETRO DOMESTICOS LTDA	Serviços	Sim	Procedência	Não		Não	Não
622	0094891-83.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	26/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	17/07/15	JEC 15	JOSÉ DOS SANTOS MESIAS	Consumidor	LG ELETRONICOS DO BRASIL LTDA e outros(s)	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não			
623	0095157-70.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	26/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	RAFAEL SOUZA DE ARAUJO OLIVEIRA	Consumidor	NÓTELE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim	Sim
624	0096106-94.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	27/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	18/06/15	JEC 15	DAIANA BORGES DE ARAUJO	Consumidor	WALMART-WMB COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi	at. Deferi
625	0096883-72.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	27/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	27/07/15	JEC.15	LEONARDO BRUNO ALVES MACHADO e SILAS MACHADO	Consumidor	SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA e BANCO BRADESCO S/A	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim		Sim	Sim
626	0115225-41.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	31/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/07/15	JEC.15	PAIMIRA ELACHONETE PEDRES DE OLIVEIRA LIMA	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
627	0116883-03.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	01/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/07/15	JEC.15	BARBARA MARISE DA SILVA e FELIPE DA SILVA BRAS SANTOS	Consumidor	DOCTOR MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
628	0118430-78.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	01/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/07/15	JEC.15	NULEIA MARY DE OLIVEIRA	Consumidor	BANCO BRADESCO S/A	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
629	0134307-58.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	2º JEC	07/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	22/06/15	JEC.15	JOAMITON ORNELAS FONSECA PEREIRA e THIAGO DA SILVA PIROTO	Consumidor	PONTO PRO e NOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
630	0150934-10.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	09/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC.15	TASSIANE GREICE RAMOS DA SILVA DE LACERDA NOVAES	Consumidor	OI - TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
631	0157416-04.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	10/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/07/15	JEC.15	PRISCILA SILVA DE MOURA	Consumidor	BANCO BRADESCO	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não			
632	0159047-80.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	10/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC.15	ROBSON GARCEZ DE MENDONÇA	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
633	0210045-52.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	08/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/07/15	JEC.15	AUGUSTO CÉSAR FERNANDES VIEIRA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não			
634	0217910-29.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	14/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	27/07/15	JEC.15	JOSE LUIZ MENDONZA RUIZ	Consumidor	TAM- LINHAS AERÉAS S/A	Serviços	Sim	Procedência	Não			
635	0220302-39.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	15/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC.15	LUIZA MARIA BARROS DE LIMA	Consumidor	BM BRAVEL	Telefonia	Sim	Procedência	Não			
636	0220477-33.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	15/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC.15	ANA CLAUDIA PEREIRA DE SOUZA	Consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não			
637	0232540-90.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	2º JEC	26/05/15	Indeferida a petição inicial	02/06/15	JEC.15	ILUA DE SOUZA CRISTO	Consumidor	UNIMED SEGUROS SAUDE S/A	Planos de saúde	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
638	0242239-08.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	2º JEC	02/06/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	20/07/15	JEC.15	KATIA MARIA COSTA DO CARMO	Consumidor	BANCO BRADESCO	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
639	0293740-98.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	15/07/15	Exatino o processo por perempção, litispend. ou coisa julg.	20/07/15	JEC.15	GUSTAVO GUIMARÃES MARCHISOTTI	Consumidor	MARCELO GUIMARÃES ASSESSORIA TÉCNICA E EXECUTIVA	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
640	0131319-64.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Delação de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Juizado Especial Cível	4º JEC	06/04/15	Julgado procedente em parte o pedido	26/06/15	JEC.15	JUANIZ MISSAGA SANONINI	Consumidor	BANCO BRADESCO S/A, INTERVALOR COBRANCA GESTAO DE CREDITO E CALL CENTER LTDA, AVAL ADMINISTRACAO DE COBRANCA E CADASTRO LTDA	Serviços	Sim	Procedência	Não			
641	0134619-34.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	07/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC.15	DIOGO CETO DE OLIVEIRA	Consumidor	HOTEL LIBRANO VIAGENS E TURISMO S/A e TIME BRAZIL TURISMO LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não			
642	0142692-92.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	08/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC.15	MICHELE COACHMAN KOLOBOFF	Consumidor	SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Réu	at. Réu	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defen	at. Defen
643	0144015-35.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	08/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/07/15	JEC 15	ANDRÉ LUIS FERREIRA BOLONHO	Consumidor	SUBMARINO - BZW COMPANHIA DIGITAL	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não			
644	0161440-75.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	10/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	LUIZ CAVALCANTI DE MENDONÇA COSTA NETTO	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
645	0177343-53.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	15/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	GLEICE FROBINT RAPOSO	Consumidor	CLARO-ALGAR TELECOM LISTE	Telefonia	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não			
646	0196801-56.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	28/04/15	Improcedente o pedido.	31/07/15	JEC 15	ANIA MARIA MARIATH	Consumidor	TRANSBURB S/A	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
647	0250444-26.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Pagamento	Juizado Especial Cível	4º JEC	10/06/15	Exito o processo por incompetência territorial	15/06/15	JEC 15	LEANDRO PEREIRA SIMAS	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A - OI FIXO	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
648	0326968-98.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	4º JEC	24/09/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	22/06/15	JEC 15	ARLINDA SANTOS REGO SANTOS	Consumidor	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não			
649	0005537-47.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	08/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/06/15	JEC 15	LUIZ GOLDFELD	Consumidor	BR MARINAS GLORIA S/A	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
650	0015190-73.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	16/01/15	Improcedente em parte o pedido.	30/06/15	JEC 15	ANIELA CIVEL CORDEIRO FORTUJOURA	Consumidor	BRASCOM VEICULOS E PEÇAS S/A E FORD MOTOR COMPANY	Concessionária	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não			
651	0019326-16.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	22/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	CRISTIANE CASTRO ALBUQUERQUE	Consumidor	SORBIKE COBRANÇO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA EPP E UNIÃO DE LOJAS LEADER S/A	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
652	0020862-62.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	23/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	09/07/15	JEC 15	DELAINE MARTINS COSTA	Consumidor	CLARO S/A	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não			
653	0031930-09.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	02/02/15	Improcedente em parte o pedido.	21/07/15	JEC 15	MARIA YERONICA RUSSO DURAN	Consumidor	TREND FAIRS OPER. DE VIAGENS PROFI S/LTD A	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
654	0036990-60.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	4º JEC	05/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/06/15	JEC 15	LUIZ CARLOS DE MACEDO SILVA	Consumidor	ITAU UNIBANCO S.A	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
655	0037024-35.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	4º JEC	05/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/06/15	JEC 15	LUIZ CARLOS DE MACEDO SILVA	Consumidor	ITAU UNIBANCO S.A	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
656	0037782-14.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	05/02/15	Improcedente em parte o pedido.	21/07/15	JEC 15	SONIA REGINA PINTO CORREIA BOTEHO	Consumidor	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO LTDA	Planos de saúde	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
657	0037798-65.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	05/02/15	Improcedente o pedido	30/07/15	JEC 15	ROMULO LIBRADOR DE CASTRO	Consumidor	ABIDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. MDL REALITY INCORPORADORA S/A. LP SPATIMÓVEL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
658	0043612-58.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	10/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/07/15	JEC 15	ROBERTO CATANO DA SILVA	Consumidor	ITAU UNIBANCO S/A	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não			
659	0067929-23.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	06/03/15	Improcedente em parte o pedido.	02/06/15	JEC 15	MARIA DIONEIA ANDRADE	Consumidor	SULA AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não			
660	0068638-58.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	4º JEC	06/03/15	Improcedente o pedido	02/06/15	JEC 15	VANESSA FERREIRO DE ANDRIM MACHADO	Consumidor	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A E ITAU UNIBANCO S.A	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não			

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
661	0075136-73.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipat. Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	4º JEC	12/03/15	Julgado procedente em parte o pedido	02/06/15	JEC 15	ANA CAROLINA RUIRO PINTO DA GAMA	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
662	0082496-59.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	18/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC 15	HELENA DE ANDRADE MOJIRA LIMA	Consumidor	WALITA-PHILIPS DO BRASIL LTDA E VIA VAREO S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
663	0090324-09.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito	Juizado Especial Cível	4º JEC	24/03/15	Julgado procedente o pedido	28/07/15	JEC 15	EDMAR DOS SANTOS FERNANDES	Consumidor	TELMAR NORTE LESTE AS	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
664	0095528-34.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	26/03/15	Julgado procedente o pedido	02/06/15	JEC 15	LUIZ CARLOS BARBOSA CORREA	Consumidor	SKY BRASIL SERVICOS LTDA	Serviços	Sim	Procedência	Não		
665	0095847-02.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	26/03/15	Julgado procedente em parte o pedido	25/06/15	JEC 15	TAIZO KATO	Consumidor	CLARO S.A.	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
666	0096846-52.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	27/03/15	Declaração de decadência ou prescrição	25/06/15	JEC 15	THAYZE FERNANDA ASSIS CORREIA	Consumidor	SONY DO BRASIL LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
667	0172674-88.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	23/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	28/07/15	JEC 15	IZAIAS CLETON DE SOUZA OLIVEIRA	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
668	0176457-88.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	27/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	ADELMO LUIS RIBEIRO GOMES JUNIOR E MARIANA ZAGO CLUFFA EGÓIS	Consumidor	ROUINOL SALVADOR ALLENDE BIPREEDIMENTOS IMOBILIARIOS LDA E IMOBILIAR INCORPORADORA	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
669	0211633-31.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	4º JEC	27/06/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	28/07/15	JEC 15	LEONARDO CAMPISTA BRITO	Consumidor	O1 MOVIL S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
670	0217945-23.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	03/07/14	Julgado procedente o pedido	19/07/15	JEC 15	RACHEL SANT'ANNA BIVAR	Consumidor	GRUPON SERVICOS DIGITAIS LTDA	Serviços	Sim	Procedência	Não		
671	0263677-27.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito	Juizado Especial Cível	4º JEC	07/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	PAOLINA FABRIN GUILHEM	Consumidor	ENHOTEL HOTELS E RESORTS S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
672	0269151-76.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito	Juizado Especial Cível	4º JEC	12/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/07/15	JEC 15	LUCIANA MARIA LAMARE SAO PAULO CANALE	Consumidor	CATHO ONLINE S/C LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
673	0270738-36.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	13/08/14	Julgado procente em parte o pedido	11/06/15	JEC 15	MARCUS TURANO SOARES	Consumidor	BANCO DO BRASIL S.A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
674	0278339-93.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	4º JEC	19/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/07/15	JEC 15	PEDRO GABRIEL MEIRELES FERRO	Consumidor	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
675	0287259-56.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito	Juizado Especial Cível	4º JEC	25/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/06/15	JEC 15	WALLACE CAMPOS SOARES	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
676	0221617-73.2013.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	28/06/13	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	14/07/15	JEC 15	TATIANA DA CONCEIÇÃO DE ANDRADE	Consumidor	NET RIO LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
677	0385983-32.2013.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	06/11/13	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	14/07/15	JEC 15	VIVIANE RODRIGUES DA SILVA LAVINAS	Consumidor	COMPANIA PANAMENA DE AVIACAO S.A - COPA AIRLINES	Serviços	Sim	Procedência	Não		
678	0431474-62.2013.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	17/12/13	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	11/06/15	JEC 15	VIVIANE RODRIGUES DA SILVA LAVINAS	Consumidor	CLARO S.A- AAGAR TELECOM LESTE	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defen	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defen
679	0433395-56.2013.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	18/12/13	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC 15	STELLA MARIA DE P. DE OLIVEIRA e CARLOS CARDOSO DE OLIVEIRA e CESAR CARDOSO DE OLIVEIRA FILHO	Consumidor	VIA VAREO S.A	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
680	0003536-26.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	07/01/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	14/07/15	JEC 15	MANUEL LUCIO SIMOES DA CRUZ	Consumidor	BANCO BRADESCO S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
681	0010579-14.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	13/04/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	17/07/15	JEC 15	TELMAR RAMUNHA BARROSO	Consumidor	BIC BANCO S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
682	0095284-42.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	21/03/14	procedente o pedido	10/07/15	JEC 15	MARCILIA CHAGAS DE LIMA	Consumidor	BANCO SANTANDER	Bancos	Sim	Procedência	Sim	Réu	Sim
683	0099622-59.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	25/03/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC 15	REGINA CELIA GRANGEIRO DA SILVA	Consumidor	GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
684	0125022-75.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	11/04/14	procedente em parte a pedido	30/07/15	JEC 15	TEREX CLAUDIA TAVORA NOGUEIRA	Consumidor	TIM CELULAR S.A	Telefonia	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
685	0145323-43.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Obrigação de Tutela E/ou Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	4º JEC	02/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	10/07/15	JEC 15	MONICA PEREIRA DE ARAUJO	Consumidor	BANCO BRADESCO S/A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
686	0158941-55.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	14/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/07/15	JEC 15	AINIE PALMIR BORGES DE ALMEIDA	Consumidor	BANCO SANTANDER	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
687	0160374-94.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	4º JEC	15/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	VILMAR ALMEIDA MINDES	Consumidor	SAMSUNG e FX CENTER COMERCIO E SERV. DE INFORMATICA LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
688	0162387-66.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	16/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	MARIANA BASTOS PALMEIRI	Consumidor	FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV)	Instituição de Ensino	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
689	0167672-40.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	20/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	12/06/15	JEC 15	KATIA HELENA DE SOUZA TEIXEIRA	Consumidor	CLARO S.A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
690	0171914-42.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Obrigação de Tutela E/ou Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	4º JEC	23/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/07/15	JEC 15	ALVARO DA JONSECA NETO	Consumidor	HBC BANK BRASIL S/A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
691	0135545-54.2011.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	09/05/11	Extinção o processo por inexistência de bens passíveis de penhora	12/06/15	JEC 15	RIVALDA OLIVEIRA	Consumidor	LAPELLE MOVEIS - TRENO COMERCIO DE MÓVEIS e AMOURE CREDITO	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
692	0076924-21.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	4º JEC	28/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	28/07/15	JEC 15	ALCELI RODRIGUES PORTELLA RILHO	Consumidor	RIO TIBAGI - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS e AMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
693	0159078-03.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Antecipação de Cobrança de	Juizado Especial Cível	4º JEC	10/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC 15	GREICE BARBOSA DA SILVA OLIVEIRA	Consumidor	CLARO - BCP S.A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
694	0254514-57.2013.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Obrigação de Tutela E/ou Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	4º JEC	24/07/13	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC 15	MARCOS ANTONIO DE ARAUJO	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
695	0201995-37.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	04/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	28/07/15	JEC 15	PIER - GIOVANNI TARANTINI	Consumidor	VIVO TELEFONICA BRASIL S.A.	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
696	0099421-67.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	25/03/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC 15	DIBORA SOUZA NASCIMENTO DA MOTA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
697	0074973-93.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Judicial	Juizado Especial Cível	4º JEC	12/03/15	Julgado procedente em parte o pedido	14/07/15	JEC 15	ROSANGELA LIMA VARIÃO	Consumidor	RENOVA COMPANHIA SEQUITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
698	0076529-33.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	13/03/15	Julgado procedente o pedido	02/06/15	JEC 15	PRISCILA GUEDES DE OLIVEIRA	Consumidor	BANCO DO BRASIL LIVRARIA SRAVIA	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
699	0086946-45.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	20/03/15	Julgado procedente o pedido	07/06/15	JEC 15	ERIC PAIVA VIEIRA	Consumidor	VARI COMERCIO ELETRONICO LTDA - WALMART	Serviços	Sim	Procedência	Não		
700	0087174-20.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	20/03/15	Julgado procedente em parte o pedido	21/06/15	JEC 15	LEANDRO GOMES BARBOSA	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
701	0088251-64.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	23/03/15	Julgado improcedente o pedido	21/06/15	JEC 15	JURANDIR LOPES FILHO	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
702	018420-34.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	01/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC 15	NIJZA DOS SANTOS FERREIRA	Consumidor	VIA VAREO S/A e SONY BRICSSON MOBILE	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
703	0131825-40.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	06/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	RAFAEL FROTA INDO DO BRASIL FERRAZ e PRISCILA MENZES DO NASCIMENTO FROTA	Consumidor	AERONAVS DEL CONTINENTE AMERICANO S/A - AVIANCA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
704	0143313-89.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	08/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC 15	ALEXANDRE GARCIA GAVIN	Consumidor	CLARO S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
705	0150662-46.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	09/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/07/15	JEC 15	TIAGO DE AVILA ACQUAVIVA	Consumidor	TAM LINHAS AEREAS S/A e AMERICAN AIRLINES INC	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
706	0168330-30.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	13/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC 15	KARINA TAVARES DA SILVA MARTINS e REGINALDO MENDONÇA PACHECO	Consumidor	TAM LINHAS AEREAS S/A e OCEANAR LINHAS AEREAS S/A	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	nao		
707	0168674-11.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou De Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	4º JEC	13/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC 15	JACQUELINE SILVEIRA PINEL	Consumidor	BANCO ITAU S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
708	0170613-26.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	4º JEC	14/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC 15	ANDERSON DO NASCIMENTO	Consumidor	CASA SHOW	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
709	0171987-77.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	14/04/15	Julgado procedente o pedido	12/07/15	JEC 15	BRUNO LIMA SARMENTO E SILVA	Consumidor	SKY	Serviços	Sim	Procedência	Não		
710	0176803-05.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou De Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	4º JEC	15/04/15	Julgado procedente em parte o pedido	12/07/15	JEC 15	VANDA SOUSA BESSA	Consumidor	SKY	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
711	0177125-25.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	15/04/15	Julgado procedente o pedido	07/06/15	JEC 15	MARIA DA FRNHA MEDeiros BELMIRO	Consumidor	SKY	Serviços	Sim	Procedência	Não		
712	0182493-15.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	16/04/15	Julgado procedente em parte o pedido	21/07/15	JEC 15	HELIO LUIZ DE ALMEIDA DAMIANI	Consumidor	NORTE SAUDE S.A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
713	0186999-34.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	17/04/15	Julgado procedente em parte o pedido	19/07/15	JEC 15	LEONARDO BENSABATH DAMIANI	Consumidor	TAP LINHAS AEREAS	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
714	0189513-57.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	20/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/06/15	JEC 15	VENINA DE OLIVEIROZ TEIXEIRA e CRISTINA CAVALCANTI PIMENTEL	Consumidor	AERONAVS DE MEXICO S/A DE C V (AEROMEXICO)	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
715	019242-32.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	24/04/15	Julgado improcedente o pedido.	26/07/15	JEC 15	ISADORA REGINA MARIANO KERT DE OLIVEIRA	Consumidor	VRE UNIVAS AIRBUS S/A	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
716	0268460-62.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	4º JEC	12/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC 15	MARIO RODRIGUES DA COSTA FILHO	Consumidor	PAS SEGURO INTERNET LTDA/ PAG SEGURO	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
717	0271154-04.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dev	Juizado Especial Cível	4º JEC	13/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/07/15	JEC 15	VIVIANE KOBLISCHER RODRIGUES	Consumidor	MAGAZINE LUIZA S/A e TRANSTRUCK LOGISTICA E TRANSPORTADORA LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
718	0285022-49.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	22/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/07/15	JEC 15	MYERIA MODULIN LOPES	Consumidor	CENTAURO - SIF COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
719	0313017-37.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	12/09/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC 15	CARLA DOLORES BARRETO GAMA DA SILVA	Consumidor	TIM CELLULAR S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
720	0321668-58.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dev	Juizado Especial Cível	4º JEC	19/09/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/07/15	JEC 15	RAQUEL ALLEN DRE SILVA	Consumidor	ADMINISTRADORA DRIM - LANÇA	Serviços	Sim	Procedência	Não		
721	0353620-55.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	10/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	28/07/15	JEC 15	RODOLFO DE ASSIS MIRANDA	Consumidor	FAST SHOP S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
722	0378162-40.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	15/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC 15	LUIS OTAVIO PINHEIRO FONSECA	Consumidor	CONDOMINIO DO EDIFICIO BIG RITAVLES	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
723	0459561-91.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	01/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	MARIO CLAUDIO DA FENOTOURA TALLARICO	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
724	0461462-94.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	02/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	HENRIQUE RODRIGUES PEREIRO	Consumidor	MEBACOLVIRE/MEBACADO PAGO	Serviços	Sim	Procedência	Não		
725	0488034-87.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	15/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/07/15	JEC 15	RENILDE BRITO DE SOUZA	Consumidor	VIVO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
726	0003628-67.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	07/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	12/06/15	JEC 15	ADRIAN GABRIEL CAMPOS POSSER DE ARAUJO DELTONSO	Consumidor	BAR E LANCHONETE CARIÓTIPO LTDA ME	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
727	0024709-72.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	27/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/07/15	JEC 15	INGRID BERVEIGU DA COSTA LIMA	Consumidor	MARCA DO PAGO	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
728	0028246-76.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dev	Juizado Especial Cível	4º JEC	29/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	31/07/15	JEC 15	LEONARDO MACHADO ROCHA	Consumidor	BANCO SANTANDER BRASIL S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
729	0038607-55.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	06/02/15	Julgado improcedente o pedido.	26/07/15	JEC 15	PAULO ROBERTO DUARTE FRANCO	Consumidor	WMB COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
730	0037236-90.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	04/02/14	Julgado improcedente em parte o pedido.	14/07/15	JEC 15	MARIA ADELIADE PIMENTA	Consumidor	PRINCESSA AUTO SERVIÇO DE COMÉSTIVES LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
731	0072113-56.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	27/02/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	ANA MARIA DANTAS MIRVES	Consumidor	NET RIO LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
732	0128109-39.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	15/04/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	FATIMA APARECIDA DE SOUZA REZENDE	Consumidor	MDL REALTY INCORPORADORA S/A e CONDOMOR SAO CRISTOVAO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
733	0153675-87.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	09/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/07/15	JEC 15	JOSE CARLOS DA CONCEIÇÃO SBRIA	Consumidor	NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defen	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defen
734	0162453-46.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipat. Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	4º JEC	16/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	JOSE CARLOS MARTINS RIBEIRO	Consumidor	BANCO BRADESCO S/A e BANCO BANKPAR S/A (AMERICAN EXPRESS)	Bancos	Sim	Procedência	Não		
735	0165310-65.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	19/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC 15	JESICA SUDANO LUIZ	Consumidor	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
736	0166616-69.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipat. Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	4º JEC	20/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	18/06/15	JEC 15	JULIA NORDE OLIVEIRA	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
737	0176569-57.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipat. Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	4º JEC	27/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	PEDRO PIRES DE MORAIS CARMO	Consumidor	AMERICAN EXPRESS CARD- BANCO BANKPAR S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
738	0180269-41.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	29/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	10/06/15	JEC 15	JAIRO ALVES FERREIRA	Consumidor	AVIATEL IVANA VIAGENS E TURISMO LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
739	0180298-91.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	29/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	10/06/15	JEC 15	VINÍCIUS ALMEIDA LISBOA	Consumidor	UNIFOCUS ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S/A e ANIL ASSTENCIA MEDICA INTERNACIONAL	Planos de saúde	Sim	Procedência Parcial	Não		
740	0185572-36.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	4º JEC	03/06/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/06/15	JEC 15	GLAUBER FARANI FERREIRA	Consumidor	PRIME MAGAZINE ONLINE LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
741	0188760-37.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral- Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	4º JEC	05/06/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC 15	SERGIO CRAVO DOREA	Consumidor	ITAU- UNIBANCO	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
742	0196923-06.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	11/06/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/07/15	JEC 15	JULIO CESAR BARBOSA LUIS	Consumidor	VRG LINHAS AEREAS S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
743	0197356-10.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	11/06/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/07/15	JEC 15	PAULA ROBERTA NAZARETH DE AGUIAR MARTINS	Consumidor	QUALICORP	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
744	0205029-54.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	24/06/14	Julgado improcedente o pedido	16/07/15	JEC 15	GRILLIANNA DE AZEVEDO NASSER	Consumidor	UNIVERSO ONLINE S/A- PAGSEGURO	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
745	0222615-07.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipat. Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	4º JEC	09/07/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/07/15	JEC 15	FERNANDA DE ARAUJO LIMA RAMOS	Consumidor	TELEFONICA BRASIL S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
746	0227092-73.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	11/07/14	Julgado improcedente o pedido	10/07/15	JEC 15	PEDRO RENEQUE CARVALHO DE MONTENEGRO E CORA MONTEIRA BARONE	Consumidor	PASSARELO LINHAS AEREAS e DECOLATION LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
747	0242951-32.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	23/07/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	09/06/15	JEC 15	MINORO DE OLIVEIRA CARVALHO	Consumidor	VIA VAREO S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
748	0409244-60.2012.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	18/10/12	Julgado improcedente o pedido	10/07/15	JEC 15	SERGIO CRAVO DOREA	Consumidor	ITAU UNIBANCO S/A	Bancos	Sim	Procedência	Sim	Réu	Sim
749	0147625-79.2013.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	03/05/13	Julgado improcedente em parte o pedido	18/06/15	JEC 15	EMILSON MACHADO DA LUZ	Consumidor	BY FINANCEIRA S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
750	0177351-30.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipat. Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	4º JEC	15/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	TATIANA FOGLI DEL PELOSO DA SILVA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
751	0090913-98.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Comunicação de Quantia Indevida E/ou Repetição de Pagamento - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	24/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	10/06/15	JEC 15	LUCIANO JAMOGIA DE OLIVEIRA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
752	0459773-15.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	01/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	MARCO ALEX SILVA	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
753	0218118-47.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	4º JEC	03/07/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC 15	MIRIAM LERNER MILAMID	Consumidor	OI - FIXO	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
754	0260079-31.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	4º JEC	18/06/15	Extinção o processo por incompetência territorial	23/06/15	JEC 15	HELIO CAETANO DE OLIVEIRA	Consumidor	OI-TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
755	0288688-24.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	4º JEC	10/07/15	Extinção o processo por perempção, litispend. ou coisa julg.	14/07/15	JEC 15	HELENA JAVELBERG BUZACK	Consumidor	TELE HELP SISTEMAS DE ATENDIMENTO EMERGENCIAIS	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
756	0144086-37.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	08/04/15	Julgado procedente em parte o pedido	23/06/15	JEC 15	CLARA PINHEIRO DA SILVA	Consumidor	ELETROLUX DO BRASIL S.A.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
757	0150001-67.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	09/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/07/15	JEC 15	STELLA REGINA VILELA SOUJO	Consumidor	ESFIRA BR - MÍDIA EDITORA LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
758	0157956-52.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dar Fazer Ou Dar	Juizado Especial Cível	4º JEC	10/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	22/07/15	JEC 15	DIEGO BARROS FRANCO E SOUZA MELO	Consumidor	BANCO DO BRASIL S/A, B4 ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CREDITO S/A, ATIVOS S/A, SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCIEROS ATLANTICO FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DEBITOS CREDITIZADOS NAO PALORITIZADOS	Bancos	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
759	0159629-80.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	10/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC 15	LUIZ ANTONIO PESSANHA VIANA	Consumidor	NETTV POR ASINATRA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
760	0160241-18.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dar	Juizado Especial Cível	4º JEC	10/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC 15	ERIKA IRADKEL CABRAL	Consumidor	BANCO ITAU S/A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
761	0171089-64.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	14/04/15	Extinção o processo por inadmissibil. do proced. sumariíssimo	07/06/15	JEC 15	EDIL MAZZUCCO DE ALMEIDA	Consumidor	ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE(CAPESP)	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
762	0176580-52.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	15/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	VALERIA DA CONCEICAO SANTOS LOPES LIMA	Consumidor	CLARO	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
763	0186990-72.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	17/04/15	Julgado procedente em parte o pedido	19/07/15	JEC 15	ANA CRISTINA BENSABATH DAMIANI	Consumidor	TAP LINHAS AERÉAS	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
764	0194745-50.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	27/04/15	Julgado improcedente o pedido	31/07/15	JEC 15	IRITA DE CÁSSIA GONÇALVES BARRETO	Consumidor	ESTANTAVIRTUAL.COM.BR - SERVIÇOS DE BUSCA NA INTERNET LTDA - EPP	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
765	0195940-70.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	4º JEC	28/04/15	Julgado procedente em parte o pedido	26/07/15	JEC 15	CASSIO VIEIRA REZINDE	Consumidor	EMPRESA BRASILEIRA DE COMERCIALIZAÇÃO DE INGRESSOS	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
766	0202466-53.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Pagamento Indevido - Repetição de Antecipação de	Juizado Especial Cível	4º JEC	04/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	28/07/15	JEC 15	ANTONIO CARLOS DA SILVA JUNIOR	Consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
767	0202905-64.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dev	Juizado Especial Cível	4º JEC	05/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	28/07/15	JEC 15	EDUARDO QUEIRNE DE CASTRO	Consumidor	TIM CELULAR S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
768	0486796-33.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	12/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	17/07/15	JEC 15	MARIA NEUMAS DOS SANTOS VIEIRA	Consumidor	BANCO DO BRASIL S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
769	0002756-52.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	07/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	10/06/15	JEC 15	MARIA EMBRALDA MARINHO PEREIRA	Consumidor	SUPERMERCADO E PADARIA PALEO DE GATETE LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
770	0019640-59.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dev	Juizado Especial Cível	4º JEC	22/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	JOSE CARLOS SALGADO	Consumidor	BBK - SEGUROS DO BRASIL S/A	Bancos	Sim	Procedência	Não		
771	0019996-54.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Juizado Especial Cível	4º JEC	22/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	ROSA MARIA CESCHINI	Consumidor	BANCO BRADESCO AGENCIA 77898	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justica	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
772	0025921-31.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	4º JEC	28/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	ELIETE LINA DA SILVA	Consumidor	EMBRATEL TV SAT TELECOMUNICAÇÕES S/A; EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A; CLARO S/A	Telefonia	Sim	Sim	Procedência	Não	
773	0027610-13.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Indenização - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	29/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	28/07/15	JEC 15	RIUY DRUMMOND SMITH	Consumidor	PROTEGE - ASSOCIACAO BRASILEIRA DE DEFESA DO CONSUMIDOR	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não	
774	0033681-31.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	4º JEC	03/02/15	Julgado improcedente o pedido	12/07/15	JEC 15	CLEDNICE DIAS DOS SANTOS	Consumidor	GRUPO SAMENI	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Não	
775	0047500-35.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação	Juizado Especial Cível	4º JEC	12/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/07/15	JEC 15	REHATA FERREIRA DA SILVA	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Sim	Procedência	Sim	Não
776	0085614-43.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Pagamento Indevido - Repetição de Indenização	Juizado Especial Cível	4º JEC	19/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	18/06/15	JEC 15	IAN NUNARA SILVA	Consumidor	SMART FIT	Serviços	Sim	Sim	Procedência	Não	
777	0086326-33.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	20/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	LUCIANA VANESSA SILVEIRA BORGES	Consumidor	BANCO BRADESCO	Bancos	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não	
778	0088813-73.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	23/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC 15	MARCIA GUIA MENDES	Consumidor	RECOVERY DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISECTORIAL	Bancos	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não	
779	0096559-89.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	27/03/15	Julgado procedente em parte o pedido	25/06/15	JEC 15	SANDRIA MARIA MOREIRA GUEARDI	Consumidor	WALMART COMERCIO ELETRONICO LTDA	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Sim
780	0116044-75.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	31/03/15	Julgado improcedente o pedido	25/06/15	JEC 15	IRIS FERNANDES DOS SANTOS	Consumidor	GOL	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Não	
781	0195194-42.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	10/06/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/06/15	JEC 15	ARIANE DUARTE DE LACERDA e RAFAEL DE SOUZA D'AVILA BORGES	Consumidor	NEW AGE VIAGENS E TURISMO LTDA e TAM LINHAS AERIAS S/A	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não	
782	0198499-34.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Deixar	Juizado Especial Cível	4º JEC	13/06/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/07/15	JEC 15	ROBERTA GOIANO CORDEIRO	Consumidor	BANCO BRADESCARD (B) S.A. MULTIPLO e C & A MODAS LTDA	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Não	
783	0210514-35.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	4º JEC	27/06/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/07/15	JEC 15	DAMIANO PEREIRA DA SILVA	Consumidor	POSITIVO INFORMATICA	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não	
784	0211329-32.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4º JEC	27/06/14	Julgado procedente o pedido	18/06/15	JEC 15	PATRICIA MOREIRA SOARES	Consumidor	RIO QUENTE EVENTOS E PROMOCOES LTDA	Serviços	Sim	Sim	Procedência	Não	
785	0230000-06.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Pagamento Indevido - Repetição de Indenização	Juizado Especial Cível	4º JEC	15/07/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC 15	VICTOR DE MELO TOZO	Consumidor	DECOLAR.COM LTDA	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não	
786	0254134-97.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Deixar	Juizado Especial Cível	4º JEC	31/07/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	28/07/15	JEC 15	DANIE DOS SANTOS GONCALVES	Consumidor	PHILCO BRITANIA ELETRODOMESTICOS LTDA	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não	

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
806	0188425-18.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	4ª JEC	04/06/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC 15	IR M A GONDIM MODAS E DECORACOES - ME	Serviços	CIELO S/A e CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
807	0080965-35.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4ª JEC	17/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	18/06/15	JEC 15	MAURICIO TAVARES DA SILVA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
808	0453298-14.2012.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4ª JEC	26/11/12	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	10/07/15	JEC 15	RAPHAEL DO VALE AMARAL GOMES	Consumidor	R. PERNOTO-ITALIÁRIA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
809	0313744-59.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	4ª JEC	30/07/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	31/07/15	JEC 15	MARCO ANTÔNIO DANTAS	Consumidor	NET RIO LTDA	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
810	0162693-35.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	4ª JEC	16/05/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	09/06/15	JEC 15	CAROLINA EWEIN FIGUEIRA DE MELO SANTOS	Consumidor	NET RIO LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
811	0287212-48.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Pagamento	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	09/07/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	LUIS EDUARDO REIS RIBEIRO	Consumidor	BANCO SANTANDERS S.A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
812	0089104-73.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	23/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/07/15	JEC 15	THAIS BALBI COSSI	Consumidor	CLARO S.A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
813	0412085-57.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	11/11/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	JOÃO FELIPE PONTES FARIÁ	Consumidor	EXPRESSO BRASILEIRO VIAÇÃO LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
814	0421184-51.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	18/11/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	06/07/15	JEC 15	ANTONIO AUGUSTO DE BARROS PENTEADO e PERLA CRISTINA NASCIMENTO FOINYAT	Consumidor	TAP - TRANSPORTES AERIOS PORTUGUESES S.A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
815	0460241-76.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	02/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	CHRISTIAN LOPES ABREU	Consumidor	ITAÚ UNIBANCO S/A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
816	0473480-50.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	09/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	PAULA WRIGHT AMAR	Consumidor	SOFT TWO TINTURARIAS LTDA-ME	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
817	0008343-55.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	12/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	NILO GUILBERTO MARTINS CHAVARRY	Consumidor	VIRG LINHAS AÉREAS S/A (GOL)	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
818	0053302-14.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	23/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	FABIO HENRIQUE DE MELO VIDAL	Consumidor	BANCO DO BRASIL S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
819	0070016-49.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	09/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	VICTOR WILCOX DE SOUZA RANCAO ROSA	Consumidor	FAST SHOP S/A e ROYAL E SINALUNCE SECURITIES (BRASIL) S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
820	0100343-11.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	26/03/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC 15	ALEXANDRE MORAIS DO NASCIMENTO	Consumidor	ATIVOS S/A SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS	Seguros/Previdência	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
821	0067183-58.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	05/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/06/15	JEC 15	ALEXSANDRA DE CAMPOS ROSA MIGANI	Consumidor	CEDEME - COMPANHIA DE ABASTECIMENTO ESTADUAL DE ÁGUA E ESGOTO.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
822	0074991-17.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	12/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	JOSELIA DOS SANTOS MAFFEI	Consumidor	SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE S.A.	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
823	0077279-35.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Pagamento	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	13/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	MARIA DO SOCORRO SILVA PINHEIROS	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Atos Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defen	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defen
824	0094500-31.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	26/03/15	Julgado improcedente o pedido	07/07/15	JEC 15	PAULO GUSTAVO PINHEIRO ANTONIOES DE SOUZA	Consumidor	INBOX DO BRASIL SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA E GLOBAL MAX COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
825	0206116-11.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	07/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	ANA CAROLINA DE ANDRADE PINTO	Consumidor	GLOBAL VILLAGE TELECOM S/A (GVT)	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
826	0218136-34.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	14/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	ANTONIO FERRO LIMA	Consumidor	SKY BRASIL SERVIÇOS	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
827	0199603-61.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	13/06/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/06/15	JEC 15	CLAUDIA MARIA PAIVA MIRELES	Consumidor	BANCO ITAU UNIBANCO S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
828	0207882-36.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Execução de Obrigação de Fazer - Não Fazer	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	26/06/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC 15	VERA LUCIA FARIA DA POSECA	Consumidor	TELEFÔNICA BRASIL S.A. - VIVO	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
829	0252895-58.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	30/07/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC 15	MONICA DAMAZO DA SILVA e LUIZ CARLOS SOUZA ALMEIDA	Consumidor	CRIE B&B REINOVANDO OS SONHOS LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
830	0006564-65.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	09/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	LUCIENE DO NASCIMENTO	Consumidor	UNIMED PALLISTRINA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e CASA DE SAUDE LARANJEIRAS LTDA	Seguros/Previdência	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
831	0006622-68.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	09/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	INIA MARIA DE SOUZA MARTINS	Consumidor	CLARO S.A.	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
832	0031665-07.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	02/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	13/07/15	JEC 15	KARINE DO VALE E DALI	Consumidor	VIVO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
833	0052765-18.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	23/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	WILLIAM CHAVES SANTOS	Consumidor	WALMART COM-MARKETPLACE	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
834	0056796-81.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	25/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	THIAGO PAMPLONA DE SA PIMENTIL	Consumidor	OI MÓVEL S/A e TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
835	0062620-21.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	03/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	VICTORIO FERNANDO BHERING CARRAL e MONICA CHATEAUBRIANO DINIZ	Consumidor	TAP - TRANSPORTES AERIOS PORTUGUESES S.A.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
836	0062963-17.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	03/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/07/15	JEC 15	ANA CLAUDIA DE AZEVEDO MARTINS FIDRO	Consumidor	TIM CELLULAR S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
837	0064115-03.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Nullidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	04/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC 15	JOAO CARLOS DA SILVA e FERNANDA RIBEIRO FIRME	Consumidor	AEROLINHAS ARGENTINA S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
838	0292492-97.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Pagamento	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	14/07/15	Extinto o processo por inadmissibil. do proced.	16/07/15	JEC 15	ALMIRO DOS SANTOS SOUZA	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
839	0252483-93.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	11/06/15	Extinto o processo por incompetência sumaríssimo	08/07/15	JEC 15	FELIPE DE CARVALHOSA MAIATO	Consumidor	OPPA DESIGN LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
840	0266214-59.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	23/06/15	Extinto o processo por incompetência sumaríssimo	01/07/15	JEC 15	KURT JURGEN FOLKERT WOLFF	Consumidor	VIA SAT BRASIL LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
841	0035915-83.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	04/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	17/07/15	JEC 15	MARCO COLAPOLI	Consumidor	BRADESCO SAUDE S/A	Seguros/Previdência	Sim	Procedência Parcial	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
842	0046703-59.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	12/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	OLIVIERA TIEZZA MARIA BUCHHOLLER DE MOURA	Consumidor	ROYAL CARIBBEAN CRUIZEIROS (BRASIL) LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
843	0047076-90.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	12/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	MARIAN REGO DOS SANTOS	Consumidor	BRADESCO SAUDE S/A	Seguros/Previdência	Sim	Procedência Parcial	Não		
844	0050595-73.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	20/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	NELLY DO REGO BARROS	Consumidor	TM CELLAR S/A e MARIANEIRA CRUZ SEGURADORA S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
845	0068601-31.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	06/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	REIANE MEBERROS	Consumidor	B2W COMPANHIA DIGITAL	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
846	0079149-18.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	16/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/06/15	JEC 15	INÊS APARECIDA SOUZA DE MELO	Consumidor	CRZ CAMPINHO EMPREENDIMENTOS LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
847	0088829-27.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	23/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/07/15	JEC 15	JOSE FRANCISCO ANGELO PEDROSA FILHO e NATÁLIA HORTALIAN PEIXOTO PEDROSA	Partes "iguais"	ROSANA BRITO FERREIRA	Partes "iguais"	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Sim
848	0088912-43.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	23/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	RICARDO MINETTO DRUBI	Consumidor	SMILES S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
849	0131838-39.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	06/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	CLAUDIA MARIA DE SA ESTEVES	Consumidor	TAM LINHAS AEREAS SA	Serviços	Sim	Procedência	Não		
850	0072188-95.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	27/02/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC 15	CARMELA TURTO MICHEL	Consumidor	CARGOSOFF TRANSPORTES LTDA. e BAIA DROGASIL S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
851	0194564-49.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	27/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC 15	MARIA JOSE DAS NEVES RODRIGUES	consumidor	O1 MÓVEL S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
852	0375904-57.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	14/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	LUIZ AUGUSTO HAS POZZOBON	Consumidor	O1 MÓVEL S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
853	0488780-52.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	15/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	10/07/15	JEC 15	ZORAIDA RIBEIRO HOHN	Partes "iguais"	ADRIANA SAMPAIO LEITE	Partes "iguais"	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
854	0504468-54.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	18/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	22/06/15	JEC 15	MIGUEL MOURAO DA COSTA LEITE	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
855	0027698-51.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Deixar	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	29/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	ANNA CÂNDIDA DE SOUZA	Consumidor	bradesco saude	Planos de saúde	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
856	0231295-44.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	25/05/15	Exatidão o processo por incompetência em razão da territorialidade	23/06/15	JEC 15	VOLE MARIA IMPELIZEN VERNANI	Consumidor	BANCO ITAU/UNIBANCO S/A e VISA DO BRASIL	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
857	0267875-73.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	24/06/15	Exatidão o processo por incompetência em razão da territorialidade	15/07/15	JEC 15	A. L. SILVA MARTINS LANCHONETE 7 MEGA LANCHES e ANDRE LUIZ DA SILVA MARTINS	consumidor	netel telefonia	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
858	0065301-61.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	04/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	BERTA PEREIRA	consumidor	netel telefonia	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
859	0067115-11.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	05/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	ANDRÉ LUIZ DINIZ GONÇALVES SOARES	consumidor	APPLE COMPUTER BRASIL LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
860	0073625-40.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	11/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/07/15	JEC 15	REGINA MARIA FARO BITTENCOURT	Consumidor	bradesco saúde e ESHO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S/A	Planos de saúde	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defen	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defen
861	0077954-95.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Especial - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	13/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	JOSE CARLOS CARVALHO RIBEIRO BASTOS	consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
862	0198000-16.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Especial - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	29/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	JOSE APARECIDO PEREIRA DIAS	consumidor	PHILCO ELETRONICOS LTDA e ELETRONICA AQUADAC	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
863	0407844-40.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Especial - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	07/11/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC 15	IVYLA DE REBUS CONCEIÇÃO	consumidor	VIA VAREO S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
864	0457454-74.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Especial - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	28/11/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	JANE OLIVEIRA DE MENEZES	consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
865	0460380-28.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	02/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	13/07/15	JEC 15	LEIA RUIZ DAMASCENO	consumidor	AMERICAN EXPRESS (TEMPO SERVIÇO LTDA)	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
866	0497317-37.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Especial - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	16/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	UNIO MAZZA	Consumidor	ADMINISTRADORA DE CARTÕES S.A e MASTERCARD BRASIL S/C	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
867	0510820-28.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	19/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	28/07/15	JEC 15	JULIANA DARELL JUNQUEIRA DE BARROS SALOMÃO	consumidor	ELECTROLUX DO BRASIL S/A - ELECTROLUX -	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
868	0066895-47.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	09/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	MAGNO ANTÔNIO NASCIMENTO DA COSTA	consumidor	VIA VAREO S/A	Serviços	Sim	Procedência	Não		
869	0018522-48.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Especial - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	21/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC 15	JAQUES SCHIRER	consumidor	CLUB MED	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
870	0038140-76.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Especial - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	05/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	VIVIANE DIAS DOS REIS	consumidor	DIA ELECTROLUX DO BRASIL S/A - CORPOREAL S/A - ELECTROLUX DO BRASIL S/A e TEMPO DE SERVIÇOS LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
871	0038641-30.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Especial - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	06/02/15	Juizado precedente em parte opido	10/06/15	JEC 15	PERSOMAGRA e LAURA DA COSTA MARTINS MONTEIRO	consumidor	MARCO AURELIO COTYARAO BARCELOS	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
872	0057206-42.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Especial - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	26/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	22/06/15	JEC 15	JOSE ORNARI DE LIMA	consumidor	IMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A (MIRATEL)	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
873	0070955-39.2009.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Exclusão de Associado / Associação	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	23/03/09	Extinto o processo por inexistência de bens penhoráveis	14/07/15	JEC 15	GENILDO ANTONIO DE SOUZA	Consumidor	ISABEL CRISTINA DO NASCIMENTO e SUIPA - SOCIEDADE UNIÃO INTERNACIONAL PROTETORA DOS	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
874	0249430-07.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Especial - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	10/06/15	Extinto o processo por incompetência territorial	08/07/15	JEC 15	FREDERICO MASSINE DE FARIA E SOUZA	consumidor	NET RIO LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
875	0083555-82.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	18/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	DORACELE MUNIZ RODRIGUES POMPEL	consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
876	0092171-46.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Especial - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	25/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	LUIS GONÇALVES PIREIRA	Consumidor	OI MÓVEL S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
877	0094452-72.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Especial - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	26/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	RODRIGO CASTILLO FERREIRA D'ALMEIDA	Consumidor	AIR FRANCE	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
878	0096556-37.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer - Cdc	Juizado Especial Cível	6º JEC - Lagoa	27/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	PALLA CURTIS DE AVILA	Consumidor	SKI BRASIL SERVIÇOS LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justica	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defeni	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defeni	at. Defeni
879	014777-68.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	31/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	ANA MARGARET PIBEIRA	consumidor	TIM CELULAR S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
880	0117588-98.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	01/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	PATRICIA DE OLIVEIRA ROCHA	Consumidor	NOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A (EX-PALCOMER)	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
881	0205079-46.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	06/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	MARCELO FONSECA PIREGRINO	consumidor	UPS DO BRASIL REMESAS EMPRESAS LTDA.	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não	Não
882	0218136-34.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	14/06/15	Exatidão o processo por incompetência funcional	08/07/15	JEC 15	ANTONIO FERRO LIMA	Consumidor	SKY BRASIL SERVIÇOS	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
883	0473529-91.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Execução de Obrigação de Fazer - Não Fazer	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	09/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	MARIA INES ANIELLA FERREIRA DA SILVA	consumidor	TELEFÔNICA BRASIL S/A (NVO)	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não			
884	0006848-73.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	09/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	CARLOS FERNANDO JENA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não			
885	0031923-17.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	02/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	LURI BOKIAGE MENDIS	consumidor	BANCO SANTANDER	Bancos	Sim	Procedência	Não			
886	0041445-68.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	09/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	06/07/15	JEC 15	MARIA INES ANIELLA FERREIRA DA SILVA	Consumidor	VIRG LUNHAS AÉRIAS S.A - GOL	Serviços	Sim	Procedência	Não			
887	0041548-75.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	09/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	NEL DO CARMO SOARES DE SOUZA	consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim	Sim
888	0043116-29.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	10/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	13/07/15	JEC 15	MANOEL SOARES PIBEIRA	consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não			
889	0053209-51.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	23/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	GUAYANO KLEIN SOARES e CRISTAL GELBERT ORICO ROSENTHAL	consumidor	GOL LINHAS AÉRIAS INTELIGENTES S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não
890	0054733-83.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	24/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	LEONARDO COHEN	consumidor	AMERICAN AIRLINES, INC	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
891	0062349-12.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	02/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	ROBERTA ANTUNES MACIEL SERTÁ	consumidor	CLARO - S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Não			
892	0066506-28.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	05/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/06/15	JEC 15	DANIELSERRA LUIZ ARAUJO	consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
893	0069953-24.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	09/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	SALOMÃO LEVY	consumidor	SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não			
894	0069994-88.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	09/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	EVANDRO SAMPAIO VIEIRA DUARTE	consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não			
895	0073802-04.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	11/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	BONFIM DE FENIQUE DE ARAUJO	consumidor	SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não			
896	0075057-94.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	12/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	YANIA LÉO GOMES	consumidor	OI-TELEMAR NORTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não			
897	0076101-51.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	12/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	PALLO HENRIQUE SOUZA DE SALES	consumidor	CASAS BAHIA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não			

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
898	0084799-46.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Compartilhamento de Quântia Indevida E/ou Repetição de Execução de Fazer	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	19/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	MARCOS RAPOPORT	consumidor	BANCO ITAU S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
899	0088542-64.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Obrigação de Fazer - Não Execução de Fazer	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	23/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	07/07/15	JEC 15	FERNANDO AUGUSTO DE SA GOMES	consumidor	RNG DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
900	0088865-69.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Indivíduo - Repetição de Indivíduo	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	23/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	CARLOS ALBERTO DA ROSA MARIO DE JESUS	consumidor	VRG LINHAS AEREAS S.A. (GOL)	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
901	0192724-04.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	24/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/06/15	JEC 15	ESAU ANGEL ANDRADE	consumidor	VIVO S/A TELEFONICA BRASIL	Telefonia	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
902	0255561-95.2015.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Pagamento	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	15/06/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	18/06/15	JEC 15	VANIA SCHECHTER	consumidor	BRIGITE BONGUARD	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
903	0245464-70.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	25/07/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	10/06/15	JEC 15	RONALDO BRAZ RODRIGUES	consumidor	UNIMED SEGURO SAUDE S/A	Planos de saúde	Sim	Procedência Parcial	Não		
904	0313011-30.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	12/09/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	PAULO SIRGIO SUTERIS MENDES	consumidor	BANCO ITAU CARD S/A	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Sim	Sim
905	0489022-11.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	15/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	MARCO ANTONIO DAMIANI GONÇALVES	consumidor	MABE DO BRASIL ELETRODOMESTICOS LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
906	0043110-22.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	10/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	13/07/15	JEC 15	MANOEL SOARES PEREIRA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
907	0044542-76.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	11/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	CICERA CAETANO DE SOUZA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
908	0046109-45.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	12/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/06/15	JEC 15	JOÃO DE MELLO E SOUZA e outros/...	Partes "iguais"	FABRICIO MARQUES SALDOMONI	Partes "iguais"	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
909	0047397-28.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	12/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	MARCIA HALELE COHEN	Consumidor	ITALSIES SAUDE	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
910	0050811-34.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	20/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/06/15	JEC 15	ESAU ANGEL ANDRADE	Consumidor	IC BANKS INFORMÁTICA EPF / KARAM COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
911	0054065-15.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	24/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	28/07/15	JEC 15	CLAUDIA DE ALBUQUERQUE MAMANHÔ BRAGANÇA	Consumidor	ITALCARD S/A ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
912	0054679-20.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	24/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	28/07/15	JEC 15	ÁRCIA MARIA PIRES DE OLIVEIRA e CHARLES ALEXANDRE BEGIN	Consumidor	VRG LINHAS AEREAS S/A e SMILES S/A e IBERIA LINHAS AEREAS DE ESPANHA S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Não	Não
913	0058106-25.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	26/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	PATRICIA OSTREICHER CINTRA	consumidor	MAGZINE LUZA S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
914	0058738-51.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	27/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	KAREN LUDMYLA BARRETO GRIOTO	consumidor	OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A (AVIANCA)	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
915	0070400-12.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	09/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	ALEXANDRE KEMLEMBER MAZZACARO	consumidor	SOCIETE AIR FRANCE	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
916	0079454-02.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	16/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	VIVIANE SALATHIE ALFREDO RIVAL BLANCO	consumidor	PRESVILL INCORPORADA LTDA E CONCAL - CONSTRUTORA CONDE CALDAS LTDA.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
917	0079367-46.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Dano Moral - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	16/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	ANDR LAMIRA FIGUECHIANO	consumidor	CLARO S.A	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
918	0496077-81.2012.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	19/12/12	Extinção o processo por inexistência de bens penhoráveis	27/07/15	JEC 15	RODRIGO VASCONCELOS BARBOSA DA SILVA	Consumidor	WHITEIETS TRANSPORTES AERÉOS S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
919	0076178-60.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	12/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	MARIA RITA DINHIER PACHECO BRITO	consumidor	TAP - TRANSPORTES AERÉOS PORTUGUESES S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
920	0082644-70.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	18/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/06/15	JEC 15	MATHEUS SOARES DE GOUVEA	consumidor	ALITALIA - COMPAGNIA AEREA ITALIANA S.P.A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
921	0083526-32.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	18/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/07/15	JEC 15	SILVIA ALVES DE OLIVEIRA	consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
922	0095650-47.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Dano Moral - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	26/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	LUNA MOREIRA MARANGON	consumidor	BRADECO VIDA E PROVIDÊNCIA S.A	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
923	0171558-13.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	14/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/06/15	JEC 15	FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DE FARIA	consumidor	CEDEAE	Sector Público Estadual	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
924	0353423-52.2014.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Pagamento	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	30/09/14	Extinção o processo por ausência de pressupostos processuais	15/07/15	JEC 15	MARGARIDA ROZENTAL	Partes "iguais"	JOSE MAURICIO BICAHO DAS	Partes "iguais"	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
925	0386972-04.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	22/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/06/15	JEC 15	NADIA DE SOUZA MOREIRA	consumidor	SOCIETE AIR FRANCE	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
926	0510817-73.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	19/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	22/06/15	JEC 15	MARINALVA COSTA	Consumidor	SKY BRASIL SERVÇOS LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
927	0002663-89.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	07/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	22/06/15	JEC 15	CLAUDIO ABRAM LOPES	consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Sector Público Estadual	Sim	Procedência Parcial	Não		
928	0029469-64.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Execução de Obrigação de Fazer - Não Fazer	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	30/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	VALSCA MOURA SAMHO	consumidor	CONTAURO - BRF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
929	0031758-67.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	02/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	ROMAR PEREIRA DE ANDRADE	consumidor	ITALUNIBANCO S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
930	0035176-13.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	04/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	28/07/15	JEC 15	ANDRÉ LUIZ NOGUEIRA SILVA SOUZA	consumidor	TELEMAR NORTE LESTE	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
931	0036415-52.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	6ª JEC - Lagoa	04/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	ROSITA DUARTE DE CARVALHO	consumidor	DEUTSCHE LUFTHANSA A.G	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
932	0037818-56.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	05/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/07/15	JEC 15	DENISA DE SOUZA LUCHA	consumidor	VIAÇÃO PINHA RIO LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
933	0042079-64.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	proporcional do preço / Responsabilidade de do	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	09/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	PATRICIA MOURA DE AQUINO	Consumidor	SPAZIO IDBALE MOVES E DECORAÇÕES LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
934	0042935-28.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	10/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	REYNALDO GOMES SANTOS	Consumidor	BANCO DO BRASIL	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
935	0044283-81.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	11/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC 15	TULIO FERNADES FEIJÓ e outros...	Consumidor	BANCO ITAU	Bancos	Sim	Procedência	Não		
936	0044789-57.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	11/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	31/07/15	JEC 15	CLAUDETE VARGAS	Consumidor	VIVO S.A. - TELEFÔNICA BRASIL	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
937	0053045-86.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	23/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	ALEXANDRE FÉIXOTO FETOSA	consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
938	0054097-20.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	24/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	ANA LUIZA ALVES DA COSTA FONSECA	Consumidor	BANCO IBI	Bancos	Sim	Procedência	Não		
939	0055328-82.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	25/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	09/07/15	JEC 15	ELAINE APARECIDA ROUM DE ALMEIDA ALMEIDA	consumidor	ITAL UNICASS S.A e BANCO ITALCARD S.A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
940	0062652-26.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	03/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	VICTOR OCTAVIO ANAJO MAMA	consumidor	VIAGEM PRIME TURISMO LTDA	Serviços	Sim	Procedência	Não		
941	0062703-37.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	03/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	JOÃO PAULO FONSECA CARDOSO	Consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
942	0068373-56.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	06/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	THAS CARIBIO FREITAS	consumidor	UNIVERSIDADE VERGA DE ALMEIDA - LVA	Serviços	Sim	Procedência	Não		
943	0069064-70.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	06/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	FLAVIO CESAR BORGES LINO	Consumidor	PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
944	0077055-97.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Pagamento	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	13/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	INTERMEDIARIZAÇÕES EIRELI - ME	Serviços	CÉLIA REGINA ANDRUA SOARES	Consumidor	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
945	0168616-08.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	13/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	THAS RIBEIRO DE OLIVEIRA UNIZ	consumidor	BZW COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
946	0351313-31.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	09/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	LIVIA MAZEI MOURA DE ANDRADE LINS	Partes "iguais"	MARESSA CARVALHO TEIXEIRA	Partes "iguais"	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
947	0353142-47.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	10/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/07/15	JEC 15	ANINA KARINA HRIEF GOMES	consumidor	DARTI	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
948	0506054-29.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	18/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	MAGALI PEREIRA CARDOSO A	consumidor	GLOBAL VILLAGE TELECOM S/	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
949	0009986-48.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	13/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC 15	DEBORAH DE ABREU PAMPLONA	consumidor	BANCO CITIBANK S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Atos Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi	at. Deferi
950	0023160-27.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	26/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	MARILYN VINÍCIUS DA SILVA	consumidor	TELECOMUNICAÇÕES TDA	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não			
951	0023633-13.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	26/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/06/15	JEC 15	ELIZABETH ALVES CHICONELLI	Consumidor	BANCO ITAU UNICASS S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não			
952	0325070-84.2013.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	18/09/13	Art. 267 XI CPC- Outros casos	14/07/15	JEC 15	UNISIA MENDES MOREIRA DA SILVA	consumidor	GOLDEN CROS - ASST. INTERN. DE SAUDE	Planos de saúde	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
953	0038605-85.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	06/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/07/15	JEC 15	ERICA DE PAIVA CARNEIRO	consumidor	GOL TRANSPORTES AERODS S.A	Serviços	Sim	Procedência	Não			
954	0095325-72.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	26/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	ANÍLIA MARIA DA SILVA BARBADES	consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES TDA	Telefonia	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
955	0096947-89.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	27/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/07/15	JEC 15	ANITA FRANCISCO AMARO	consumidor	TIM CELLULAR S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
956	0018822-10.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	22/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	ROBERTO LUCIO CORDEIRO	consumidor	VIA VARDO S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não			
957	0241496-32.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	23/07/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/06/15	JEC 15	JAUIA MARINA DO NASCIMENTO	consumidor	GARANTEC - ITAU SEGUROS S/A e outros...	Seguros/Providência	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
958	0398370-45.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	30/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	Carolina Pinheiro Cohen	Consumidor	Nexel Telecomunicações Ltda	Telefonia	Sim	Procedência	Não			
959	0018216-79.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	21/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	Acido de Lima Moulin	Partes "iguais"	Jorge Raimundo Rosa	Partes "iguais"	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim
960	0020088-32.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	22/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	17/06/15	JEC 15	João Marco Bessa	Consumidor	Banco ITALCARD S.A.	Bancos	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
961	0023459-04.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	26/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/06/15	JEC 15	Regiane Gomes Azevedo	Consumidor	Lojas Americanas S.A.	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
962	0027973-97.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	29/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	17/06/15	JEC 15	Jaqueline de Souza Oliveira	Consumidor	TIM Celular S.A.	Telefonia	Sim	Procedência	Não			
963	0028454-60.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	29/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/07/15	JEC 15	Elisiane da Colação Delgado da Silva	Consumidor	Lojas Americanas S.A.	Serviços	Sim	Procedência	Não			
964	0029811-75.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	30/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	03/07/15	JEC 15	Guilherme de Assis Cordeiro Uno	Consumidor	BEST DAY Viagens - Brasil	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não			
965	0382510-04.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	17/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	Maria de Fátima Rocha de Aquino	Consumidor	Oi Celular	Telefonia	Sim	Procedência	Não			
966	0487270-04.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	12/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	Enildo Hipólito Santos da Silva Junior	Consumidor	Nexel Telecomunicações Ltda	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não			
967	0286778-59.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	09/07/15	Art. 267 XI CPC- Outros casos	10/07/15	JEC 15	Terezinha Ferreira da Silva	Consumidor	Banco Bradesco S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
968	0071753-87.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Erazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	10/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	Eduardo Soares Jordão	Consumidor	Tijucas Idiomas e Comércio de Materiais Didáticos	Instituição de Ensino	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
969	0253851-40.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	12/06/15	Art. 267 XI CPC - Outros casos	16/06/15	JEC 15	Eduarda Lique Dutra e Melo	Consumidor	Nestlé Telecomunicações Ltda	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
970	0009983-93.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	13/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC 15	Deborah de Abreu Pamplona	Consumidor	Banco Itau S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
971	0076180-26.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	28/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	Thaís de Souza Magalhães	Consumidor	Telemar Norte Leste S.A.	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
972	0037851-46.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	05/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/07/15	JEC 15	Isone Moreira Pereira	Consumidor	Oi S.A.	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
973	0039981-09.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	06/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	Ismer Moreira Romariz	Consumidor	Banco Itau S.A.	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
974	0047441-47.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	12/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	12/06/15	JEC 15	Claudia Araújo dos Santos	Consumidor	Folia Bahia	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
975	0050419-94.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Acidente de Trânsito / Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	20/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/06/15	JEC 15	Marcos Bercot	Consumidor	Tensurb S.A.	Serviços	Sim	Procedência	Não		
976	0054708-70.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	24/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	09/07/15	JEC 15	Dalva Lorenyo	Consumidor	Telemar Norte Leste S.A.	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
977	0057725-17.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	26/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC 15	Ivone Leonardo Pereira	Consumidor	Banco Santander S.A.	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
978	0269941-26.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	26/06/15	Art. 267 XI CPC - Outros casos	07/07/15	JEC 15	Marcia Carla Balem de Quiróz	Consumidor	Banco Bradesco S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
979	0197797-64.2009.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	04/08/09	Art. 267 XI CPC - Outros casos	26/06/15	JEC 15	Maria de Fátima Pereira dos Santos Pedate	Consumidor	Minguet Imobiliária	Serviços	Sim	Procedência	Não		
980	0009374-18.2012.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	11/01/12	Extinto o processo por ausência das condições da ação	02/06/15	JEC 15	CLARA DO AMARAL DAHIA E ROCHA	Consumidor	MONTE COMUNICAÇÃO E INTERMEDIÇÃO LTDA.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
981	0210442-14.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Veículos / Penhor Antecipatório de Crédito	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	08/05/15	Art. 267 XI CPC - Outros casos	07/07/15	JEC 15	Eliezer Batista da Costa	Consumidor	Detran	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
982	0253239-05.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	12/06/15	Art. 267 XI CPC - Outros casos	16/06/15	JEC 15	Thaílo do Espírito Santo Barcelos	Consumidor	Ponto Rio	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
983	0289251-18.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Pagamento - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	10/07/15	Art. 267 XI CPC - Outros casos	13/07/15	JEC 15	Selenio Bernardino dos Santos	Consumidor	Vivo S/A	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
984	0028429-47.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8ª JEC - Tijuca	29/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/06/15	JEC 15	Rogério Alves de Sousa	Consumidor	Ponto Rio	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defenit	at. Defenit
985	0032619-53.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipatõe Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	03/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	17/06/15	JEC 15	Amanda Gomes Queiro	Consumidor	Ponto Rio	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não		
986	0040000-15.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	06/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	Alexandre Lopes Ferreira	Consumidor	Banco Bradesco S.A.	Bancos	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
987	0040736-33.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	09/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	Bruno Lemos Barroso	Consumidor	Tim Linhas Aéreas S.A.	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
988	0043702-66.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	10/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC 15	Marcia da Silveira Ferreira	Consumidor	Omnit Serviços de Saúde LTDA.	Serviços	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
989	0043714-80.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	10/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC 15	Maria Celia Reis Castello Branco	Consumidor	Qualicorp Consultoria Em Saúde LTDA.	Serviços	Sim	Sim	Procedência	Não		
990	0049986-90.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	19/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	23/06/15	JEC 15	Annia Maria Costa Netto	Consumidor	SKY Brasil Serviços LTDA.	Serviços	Sim	Sim	Procedência	Não		
991	0056468-54.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Assistência Judiciária Gratuita / Partes e	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	25/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	22/07/15	JEC 15	Julio Sirovello	Partes "iguais"	Francisco Jose Pio Bogues	Partes "iguais"	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
992	0062432-28.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipatõe Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	02/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	Daniel Souza da Cunha Oliveira	Consumidor	Telemar Norte Leste S.A.	Telefonia	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
993	0063158-02.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	03/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	Claudia Onaindia Pessoa	Consumidor	Banco Santander S.A.	Bancos	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
994	0069077-69.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	06/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	Daphne Oliveira Costa Gomes	Consumidor	Casas Bahia - Via Varejo	Serviços	Sim	Sim	Procedência	Não		
995	0090136-16.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	24/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	Cyrlaine Sara Candido	Consumidor	Embratel TV. SAT. TELEVISÃO LTDA.	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não		
996	0277493-76.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	18/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/07/15	JEC 15	Marisa Prossato Marinho	Consumidor	Banco Itau S.A.	Bancos	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
997	0279367-96.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Pagamento	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	19/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	06/07/15	JEC 15	Naili ze do Carmo Bains	Partes "iguais"	Lis Henriques Fernandes	Partes "iguais"	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
998	0282101-20.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	21/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	Marco Aurilio Marques de Queiroz	Consumidor	Shangri-la viagens e Turismo Ltda.	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
999	0333896-65.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipatõe Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	29/09/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC 15	Guilherme Fernandes Valentin	Consumidor	Brasil Organização e Mídias Ltda.	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1000	0386811-91.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	22/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC 15	Gabriel Vilela da Almeida	Consumidor	Vecticon Editora Ltda.	Serviços	Sim	Sim	Procedência	Não		
1001	0397132-88.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	29/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	18/06/15	JEC 15	Marcia do Canto Pires	Consumidor	Sabone da Tita Ltda - ME	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não		
1002	0486951-36.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	8º JEC - Tijuca	12/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	Mary da Costa de Alencar Rodrigues	Consumidor	Springer	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justica	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
1003	0505699-19.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	18/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC.15	Marco Antonio Ramiro	Consumidor	Claro - Algar Telecom Ltda S.A.	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
1004	0005123-49.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	08/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC.15	Adauto Souza Fereira	Consumidor	Leader S.A. - Administradora de Cartões de Crédito	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1005	0005719-33.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	08/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	06/07/15	JEC.15	Aline Barros Fonseca	Consumidor	CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
1006	0007426-36.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Indenização	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	09/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC.15	Ricardo de Almeida Schaeffer	Consumidor	Primas Rent & Car. Ltda.	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1007	0015113-64.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	16/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC.15	Deborah de Abreu Pampolina	Consumidor	BV financeira	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1008	0019159-96.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	22/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	17/06/15	JEC.15	Edison Carlo Nascimento dos Santos	Consumidor	Technos da Amazonia Industria e Comércio S.A.	Serviços	Sim	Procedência	Não		
1009	0024891-58.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	27/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/06/15	JEC.15	Pedro Ricardo Ferreira	Consumidor	Consul Whirlpool S.A.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1010	0027591-07.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	29/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	01/06/15	JEC.15	Nair de Oliveira Mattos	Consumidor	Caa e Video	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1011	0027878-67.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Deixar	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	29/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	17/06/15	JEC.15	Juarez Bertholdo dos Santos Junior	Consumidor	Nordest Telecomunicações Ltda	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
1012	0278508-46.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral- Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	02/07/15	Exito o processo por incompetência territorial	07/07/15	JEC.15	RICARDO DE QUEIROZ CLAUDIANO	Consumidor	NET RIO LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1013	0296073-23.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Indenização	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	16/07/15	Art. 267 XI CPC- Outros casos	20/07/15	JEC.15	Mozart de Castro Oliveira	Consumidor	Itai S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1014	0508995-49.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	19/12/14	Art. 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC.15	Lucia Lima da Silva	Consumidor	Leader Magazine	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1015	0005645-76.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	08/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	10/07/15	JEC.15	Maria Brena do Espírito Santo Burelato	Consumidor	OI - TNL PCS S.A.	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
1016	0015348-31.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Deixar	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	16/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC.15	Elana Villarno Pires Barbosa	Consumidor	Oi Móvel S.A.	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
1017	0015440-09.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Deixar	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	16/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC.15	Thales Tigueiredo da Silva	Consumidor	Ricardo Beto	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
1018	0023098-84.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Deixar	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	26/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC.15	Daniel Norais de Andrade	Consumidor	Embratel TV, SAT, TELEVISÃO LTDA.	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
1019	0026386-40.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipatõe Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	28/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	10/06/15	JEC 15	Fabiana de Andrade	Consumidor	Net	Telefonia	Sim	Procedência	Sim	Autor	Sim
1020	0037254-77.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipatõe Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	05/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	16/07/15	JEC 15	Renata Alves de Castro	Consumidor	Qualicorp Administradora de Benefícios	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1021	0046154-49.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	12/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	Ricardo de Almeida Schaeffer	Consumidor	HSBC Bank Brail S.A.	Bancos	Sim	Procedência	Não		
1022	0046588-38.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipatõe Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	12/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	Mônica Raoul El Bayeh	Consumidor	Apple Computer Brasil Ltda.	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1023	0047218-94.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	12/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	12/06/15	JEC 15	Lucia Campos Costa	Consumidor	Banco Panamericano S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
1024	0047651-98.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	12/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	12/06/15	JEC 15	Ricardo Jorge Marques	Consumidor	Via Varejo S.A.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1025	0053770-75.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	24/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	Mario Augusto Murias de Moraes Junior	Consumidor	Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro - FETRANSPOR	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1026	0054592-64.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	24/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	09/07/15	JEC 15	Thiago Ricardo Faria da Costa Sil	Consumidor	Pan Seguros S.A.	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
1027	0055725-44.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipatõe Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	25/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	09/07/15	JEC 15	Luiza Maria Machado Moura Fonseca	Consumidor	CELETEM BRASIL S.A.	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
1028	0062716-36.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	03/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	Ruth da Silva Mendes de Lima	Consumidor	Tim Celular S.A.	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
1029	0071790-17.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	10/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	Fabia da Silva Melo	Consumidor	Clim S.A.	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
1030	0076817-78.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	13/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC 15	Cláudio Marcio da Silva Lopes	Consumidor	Royal Caribbean Cruzeiros Brasil	Serviços	Sim	Procedência	Não		
1031	0077015-18.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	13/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	Maria de Fátima de Paula Reis	Consumidor	ATL S.A.	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não		
1032	0213421-80.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Dano	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	30/06/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	18/06/15	JEC 15	Raimundo Gonçalves Acangalo	Consumidor	Citibank S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1033	0222345-80.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Material	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	09/07/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	Fernando Roberto de Freitas Almeida	Consumidor	Azairli Transportes Rodoviários Ltda.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1034	0488056-48.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	15/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	Kaury da Silva Miranda	Consumidor	FGTEC Informatica Ltda.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1035	0273499-06.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	30/06/15	Art. 267 XI CPC- Outros casos	01/07/15	JEC 15	Thiago Rodrigues Ramos Katan	Consumidor	Tim Celular S.A.	Telefonia	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1036	0041508-93.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	09/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/06/15	JEC 15	Fabiano Pereira Campos	Consumidor	Banco ITALCARD S.A.	Bancos	Sim	Procedência	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. de	Sentença	Recurso	Recorrente	at. de	Deferido
1037	0072124-51.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	10/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	Jana Martins Pires de Amorim	Consumidor	Banco Panamericano S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
1038	0072495-15.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	10/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	Luiz Carlos de Oliveira	Consumidor	Hipermercado Beto	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
1039	0076227-04.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	12/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	Sergio Camilo Perez	Consumidor	American Airlines	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não			
1040	0151173-44.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Material - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	09/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	20/07/15	JEC 15	OS QUATRO GRANDES COMÉRCIO DE MATERIAL ESPORTIVO LTDA. (PP)	Consumidor	MAGNUM INDUSTRIAS DA AMAZONIA S.A.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Não	
1041	0265291-33.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Execução de Obrigação de Fazer - Não Espec.	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	23/06/15	Art. 267 XI CPC - Outros casos	31/07/15	JEC 15	Fernando dos Santos Martins	Consumidor	LE DO BRASIL	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
1042	0338500-69.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	02/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	Rodrigo Olmo Felipe de Oliveira e outros	Partes "iguais"	Luiz F. Bagatise e outros	Partes "iguais"	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
1043	0386267-06.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	21/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC 15	Fernanda Martins Lage	Consumidor	BBM Assistência Técnica Eletrolux	Serviços	Sim	Procedência	Não			
1044	0508902-86.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	19/12/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	Wagner Boaventura de Castro	Consumidor	Tim Unihab. Alcas S.A.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não			
1045	0005097-51.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	08/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	09/07/15	JEC 15	Isabel Brazil Sousa	Consumidor	Airways PTC	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não			
1046	0014319-43.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	16/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	José Manuel Diniz e Aguiar de Lima	Consumidor	Pontang S.A. Créditos	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
1047	0018361-38.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	21/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	Selenia Marlon Magalhães	Consumidor	Ciao S.A.	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não			
1048	0024887-21.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	27/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	Alessandra Costa de Paula	Consumidor	Universidade Veiga de Almeida	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim	
1049	0024968-67.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	27/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	31/07/15	JEC 15	Marcelo de Lima Braga	Consumidor	Nestlé Telecomunicações Ltda	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não			
1050	0030520-13.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	30/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	Marilene Santos Lima	Consumidor	Banco Santander S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
1051	0037995-20.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	05/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/07/15	JEC 15	Albina Pinto Faria	Consumidor	CASS - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
1052	0040708-65.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	09/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	Vera Lucia Queiroz da Costa Oliveira Silva	Consumidor	Nestlé Telecomunicações Ltda	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Não			
1053	0046684-53.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	12/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	Elizabeth Marques Amorim de Oliveira	Consumidor	Telemar Norte Leste S.A.	Telefonia	Sim	Procedência	Não			
1054	0057032-33.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	26/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	Alessandra Firme de Azeite	Consumidor	Fabricadora de Polímero Rio Sul Ltda. - Códices Otobom	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não			

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
1055	0067288-35.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	05/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	20/07/15	JEC 15	Ronaldo Espindola Schaeffer	Consumidor	Citibank S.A.	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
1056	0264620-10.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Cível	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	22/06/15	Art. 267 XI CPC - Outros casos	23/06/15	JEC 15	Anderson da Silva Moreira	Consumidor	Banco Bradesco S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1057	0047471-82.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	12/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	12/06/15	JEC 15	Celia Maria de Freitas Penabaz	Consumidor	Betsson S.A.	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1058	0054881-94.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	24/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	09/07/15	JEC 15	William Cortez Balchior	Consumidor	Vivara	Serviços	Sim	Procedência	Não		
1059	0056413-06.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	25/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	Leonardo Rodrigues Pereira	Consumidor	Sociedade de ensino superior Estado de SA Ltda	Instituição de Ensino	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
1060	0058415-46.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	26/02/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC 15	Joel Desidreio Caldeira	Consumidor	Banco Bradesco S.A.	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
1061	0067742-15.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	06/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	15/07/15	JEC 15	Thais de Oliveira Luz	Consumidor	Clicks Intermedição Comercial 377 LDA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1062	0068409-98.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Cível	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	06/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	24/07/15	JEC 15	Pablo de Lucas Silva	Consumidor	Phillip do Brasil Ltda	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1063	0069097-60.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	06/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	21/07/15	JEC 15	Lucia Regina Santos Martins Gomes	Consumidor	Casa Bahia	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1064	0076679-14.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	13/03/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	29/07/15	JEC 15	Marco Antonio de Paula Miranda	Consumidor	Service Sul	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1065	0151361-37.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Pagamento	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	09/04/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	19/06/15	JEC 15	Edison Pacheco de Souza	Partes "iguais"	Cristian Ribeiro de Andrade	Partes "iguais"	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1066	0202730-70.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Quantia Indevida E/ou Repetição de Cível	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	04/05/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	30/07/15	JEC 15	LEIDIVALDO NOASCO DE SOUZA NETO	Consumidor	SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1067	0288939-76.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	26/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	PATRICIA MAZUREK DUARTE PINTO e outros	Consumidor	INDO VAGENSE EVENTOS LTDA e outros	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1068	0289833-52.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Pagamento	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	27/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	17/06/15	JEC 15	KATIA CRISTINA DA SILVA PINHO	Partes "iguais"	ROSE GONCALVES FERREIRA	Partes "iguais"	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1069	0294194-15.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	29/08/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	10/06/15	JEC 15	REGINA CELIA CARVALHO LIMA NEVES	Consumidor	UNIMED	Planos de saúde	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1070	0387047-43.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	22/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	02/06/15	JEC 15	Denise Lima de Azeiteiro	Consumidor	Societe Air France	Serviços	Sim	Procedência	Não		
1071	0397825-72.2014.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	30/10/14	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	18/06/15	JEC 15	Maria Francisca Fernandes Triani	Consumidor	Supermercado EXTRA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1072	0014168-77.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	16/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	08/06/15	JEC 15	Ana Luiza de Melo Beliz	Consumidor	Colégio Maria Luiza José - UBE	Instituição de Ensino	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1073	0017840-93.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	21/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	Thaiele Carlos de Paula Moreira	Consumidor	Banco Santander S.A.	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
1074	0017996-81.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	21/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	Edson Guimarães Santos	Consumidor	Bradescard S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. do Grat	Sentença	Recurso	Recorrente	at. do Grat	at. de Defen
1075	0018843-83.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Não	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	22/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	25/06/15	JEC 15	André Luiz Canelli Rodrigues	Consumidor	Light Serviços de Benelcidade S.A.	Concessionária	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim	Não
1076	0018972-88.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	22/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	26/06/15	JEC 15	Antonio Carlos Ponto Barbosa	Consumidor	Sua Brail Serviços Ltda	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim
1077	0020594-08.2015.8.19.0001	Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário	Dano Moral - Outros - Cdc	Juizado Especial Cível	89 JEC - Tijuca	23/01/15	Art. 40 Lei 9.099/95 - Homologatória	17/06/15	JEC 15	Thomas Levy Paula de Souza	Consumidor	Burger King Brasil - S.A.	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
1078	0063753-79.2007.8.19.0001	Procedimento Comum	Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício	Cível	12ª VC	21/05/07	Julgado improcedente o pedido	31/03/17	JC 17	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BANDEIRANTE SEBASTIÃO MARINHO	Partes "iguais"	ESPÓLIO DE JOHN DONALD SPAN	Partes "iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Autor	Não	
1079	0110415-96.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	05/04/10	Julgado procedente o pedido	07/04/17	JC 17	IRENEIA AUGUSTA BATISTA DE MAGALHÃES	Consumidor	SABIMI SEGURADORAS S.A	Seguros/Previdência	Não	Procedência	Não			
1080	0003009-45.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	12ª VC	27/11/12	Julgado procedente em parte o pedido	31/03/17	JC 17	NELSON FERREIRA DA COSTA	Consumidor	BRASIL PREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A	Seguros/Previdência	Sim	Procedência Parcial	Não			
1081	0045000-59.2016.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	Despejo Por Infração Contratual / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos	Cível	12ª VC	15/02/16	Julgado procedente o pedido	31/03/17	JC 17	ANA LÚCIA MARTINS TAVARES	Partes "iguais"	SÉRGIO RICARDO FERNANDES GOMES	Partes "iguais"	Não	Procedência	Não			
1082	0278142-51.2008.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	12ª VC	04/09/08	Julgado procedente em parte o pedido	24/04/17	JC 17	QUANTEX DISTRIBUIDORA LTDA	Serviços	NORTE SUL S.A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS	Serviços	Não	Procedência	Não			
1083	0112677-53.2009.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	12ª VC	08/05/09	Julgado improcedente o pedido	24/04/17	JC 17	NORTE SUL S.A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS	Serviços	QUANTEX DISTRIBUIDORA LTDA	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Não			
1084	0060525-52.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Seguro Dpvt	Cível	12ª VC	19/02/14	Julgado improcedente o pedido	03/04/17	JC 17	ALEXANDRE DE BRITO GOMES	Consumidor	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
1085	0240227-21.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	01/06/15	Julgado procedente o pedido	29/04/17	JC 17	LETICIA ALVES RIBEIRO	Consumidor	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL LTDA. QUALICORP S.A.	Planos de saúde	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
1086	0455551-67.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	13/11/15	Julgado procedente o pedido	29/04/17	JC 17	THIAGO BARCELOS DE ARAUJO	Consumidor	BRADISCO SEGURO S.A	Seguros/Previdência	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
1087	0446118-15.2010.8.19.0001	Monitoria	Pagamento	Cível	12ª VC	17/12/10	Julgado procedente o pedido	16/03/17	JC 17	INSTITUTO BRASILEIRO DE CONFIABILIDADE - IBC	Instituição de Ensino	ANA PALMA DA SILVA E SOUZA	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Réu		
1088	0198102-72.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Informações Sobre Dados Cadastrais	Cível	12ª VC	12/06/14	Julgado procedente o pedido	29/04/17	JC 17	FRANCILINE COSTA MAMA	Consumidor	TELFÔNICA BRASIL S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Não			
1089	0169023-14.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos / Obrigações	Cível	12ª VC	13/04/15	Julgado improcedente o pedido	30/03/17	JC 17	PALLO TELES DE ALMEIDA	Consumidor	PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A	Concessionária	Não	Improcedência/Extinção	Não			
1090	0398431-66.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Informações Sobre Dados Cadastrais	Cível	12ª VC	24/09/15	Julgado procedente o pedido	29/04/17	JC 17	SIMONE RODRIGUES CAVALCANTI WOLMER	Consumidor	SEBASA	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defenit
1091	0357547-97.201.2.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Sustação de Protesto / Titulos de Crédito	Cível	12ª VC	11/09/12	Julgado procedente o pedido	22/03/17	JC 17	VIRATO LITORAL COMÉRCIO TEXTIL LTDA.	Serviços	BANCO DO BRASIL S/A	Bancos	Não	Procedência	Não		
1092	0053309-40.201.4.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	13/02/14	Julgado procedente o pedido	03/04/17	JC 17	WAYRY DE SA MIEIROS DOSSANTOS	Consumidor	CLIMES (CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA LTDA.)	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1093	0240898-15.201.3.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cde	Cível	12ª VC	12/07/13	Julgado procedente o pedido	05/03/17	JC 17	CARLOS MANOEL PEREIRA DE SOUSA	Consumidor	BIADESCO SAUDE S/A	Planos de saúde	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1094	0239927-25.201.6.8.19.0001	Procedimento Comum	Honorários Profissionais / Outras Relações de Trabalho	Cível	12ª VC	21/07/16	Julgado procedente o pedido	30/04/17	JC 17	MARKO ALBÉLIO PERALTA DE LIMA BRANDÃO	Partes "iguais"	ESPÓLIO DE DIRCEI FARIELLO GARRA	Partes "iguais"	Sim	Procedência	Não		
1095	0287527-23.2008.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Pagamento	Cível	12ª VC	11/09/08	Julgado improcedente o pedido	24/04/17	JC 17	NORTE SUL S.A PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS	Partes "iguais"	QUANTEX DISTRIBUIDORA LTDA	Partes "iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1096	0126558-58.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	16/04/13	Julgado procedente em parte o pedido	05/03/17	JC 17	J FIGUEIROA EMPREITEIRA LTDA	Serviços	WURTH BRASIL PEÇAS DE FRACAO LTDA	Serviços	Não	Procedência Parcial	Não		
1097	0273264-73.201.4.8.19.0001	Procedimento Comum	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	14/08/14	Julgado procedente o pedido	29/04/17	JC 17	GEORGE HENRIQUE CARVALHO RODRIGUES LEMOS	Consumidor	LOJAS RIBNER S/A	Serviços	Sim	Procedência	Não		
1098	0031823-96.201.4.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito	Cível	12ª VC	30/01/14	Julgado improcedente o pedido	03/04/17	JC 17	ARACI COSTA DE MENDONÇA	Consumidor	CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1099	0083453-60.201.5.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	18/03/15	Julgado improcedente o pedido	30/03/17	JC 17	GLORIA MARIA DE JESUS	Consumidor	VIA VAREJO S. A. - P/C - FINANCEIRA ITAU CIO S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
1100	0512861-65.201.4.8.19.0001	Procedimento Comum	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	22/12/14	Julgado procedente o pedido	30/03/17	JC 17	CARLA VILHENA MACHADO DE OLIVEIRA	Consumidor	MARISA LOIAS S/A	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Ambos	Sim
1101	0002998-79.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade e do Fornecedor	Cível	12ª VC	07/01/13	Julgado improcedente o pedido	05/03/17	JC 17	CARLOS ALBERTO FERNANDES CARVALHO	Consumidor	BANCO SANTANDER	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1102	0212886-20.2015.8.19.0001	Monitoria	Direitos e Titulos de Crédito / Penhor	Cível	12ª VC	11/05/15	Julgado procedente o pedido	16/03/17	JC 17	BANCO PAN S/A	Bancos	LEONARDO NUNES BLUMH	Consumidor	Não	Procedência	Não		
1103	0384367-22.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	12ª VC	05/11/13	Julgado procedente em parte o pedido	02/03/17	JC 17	MARIA LUCIA ROSA DIAS	Consumidor	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDA	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Não		
1104	0082213-70.201.4.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	12ª VC	12/03/14	Julgado procedente em parte o pedido	03/04/17	JC 17	SIMONE CRISTINA AZEVEDO VASSAO	Consumidor	CONDOR SAO CRISTOVAO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA; MDL REALTY INCORPORADORA S.A	Serviços	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dido Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente/dido Grat	at. Defenit
1105	0421710-18.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Auxílio-Doença Acidentário / Benefícios em Espécie	Acidentes do Trabalho	12ª VC	18/11/14	Julgado improcedente o pedido	27/04/17	JC 17	ELIEZER TADEU CLAUDINO DA SILVA	Consumidor	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
1106	0252789-38.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATE 17.03.2016	Revisão de Contrato e /Ou Interpretação (Cdc)	Cível	12ª VC	06/08/10	Julgado improcedente o pedido	23/03/17	JC 17	ANDRE GHERMAN	Consumidor	BANCO SANTANDER BRASIL	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1107	0314816-57.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	12ª VC	01/10/10	Julgado procedente em parte o pedido	22/03/17	JC 17	PEDRO PAULO CONCEIÇÃO ROSA	Consumidor	BANCO BMG S.A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
1108	0202775-84.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Restituição de Contribuição / Previdência Privada / Espécies de Contratos / Obrigações	Cível	12ª VC	10/08/09	Julgado improcedente o pedido	31/03/17	JC 17	MARLI OLIVEIRA DE SOUZA, ALBERTO LUIZ GUERREIRO DOS SANTOS, JOAO CARLOS COELHO DE OLIVEIRA, MARIA ANICETA DA SILVA AZEVEDO, MARIA DO SOCORRO ARAUJO DO SOCORRO ARAUJO REITOSA, MAURICIO JOSE TIMOIO PINTO, ONILAND SOUZA OLIVEIRA, PEDRO ROBERTO FAVERO	Consumidor	CANJA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BRASIL PRIVI	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1109	0403953-45.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Defeito, Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico	Cível	12ª VC	24/11/13	Julgado procedente em parte o pedido	02/03/17	JC 17	MARINA CASTRO DE OLIVEIRA	Consumidor	BANRISUL BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
1110	0218573-12.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Compromisso	Cível	12ª VC	03/07/14	Julgado procedente o pedido	29/04/17	JC 17	TREND OPERADORA DE VIAGENS PROFISSIONAIS LTDA	Serviços	LATIN AMERICAN HOTELS VIAGENS TURISMO E EVENTOS LTDA	Serviços	Não	Procedência	Não		
1111	0059816-80.2013.8.19.0001	Reintegração/manutenção de posse	Esbulho, Turbação, Ameaça / Posse	Cível	12ª VC	27/02/15	Julgado improcedente o pedido	30/03/17	JC 17	UBERBA DE NOVA VIDA DE SANTO CRISTO	Serviços	ALTAIRMO SEBASTIAO DE OLIVEIRA	Consumidor	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
1112	022584-50.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	12ª VC	18/05/15	Julgado procedente o pedido	29/04/17	JC 17	JOSE PAULO DE MORAES BRAGA	Consumidor	LOJAS RIACHUELO AS	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1113	0357579-44.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade do Fornecedor	Cível	12ª VC	29/10/08	Julgado procedente em parte o pedido	26/04/17	JC 17	ELISA MOTTA AZEVEDO	Consumidor	OMPREV-FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DA CABA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: MONSIEUR PROVINCIA PRIVADA	Seguros/Previdência	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
1114	0133585-97.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	12ª VC	30/04/10	Julgado procedente em parte o pedido	16/03/17	JC 17	SÉRGIO DOMÍNGOS DOS SANTOS	Consumidor	BANCO BMG S/A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
1115	0123728-32.2007.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão de Contrato e /Ou Interpretação (Cdc)	Cível	12ª VC	20/08/07	Julgado improcedente o pedido	16/03/17	JC 17	VERA NIVES BUZARRIA	Consumidor	BANCO ITAU S A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
1116	0404072-69.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	12ª VC	05/11/14	Julgado procedente o pedido	21/03/17	JC 17	INERI SALES DOS SANTOS	Consumidor	UNIO DE LOJAS LABOR S.A. LOJAS S/A ADMINISTRADA DE CARTÕES DE CREDITO ITA	Serviços	Sim	Procedência	Não		
1117	0440505-09.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATE 17.03.2016	Seguro Dpvat	Cível	12ª VC	24/12/13	Julgado improcedente o pedido	03/04/17	JC 17	VITOR DA SILVA ARAUJO REIOSA	Consumidor	SEGUADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dido Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente/dido Grat	at. Defenit
1118	0410714-92.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Auxílio-Doença Acidentário / Benefícios em Espécie	Acidentes do Trabalho	12ª VC	29/11/13	Julgado improcedente o pedido	02/03/17	JC 17	PAULO DA SILVA COSTA	Consumidor	INSS	Seguros/Previdência	Não	Improcedência/Extinção	Não		
1119	0447890-37.2015.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros / Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	06/11/15	Julgado procedente o pedido	03/04/17	JC 17	ALZIRA DE JESUS RODRIGUES LOPES INOUIRADO	Consumidor	BANCO DO BRASIL S/A	Bancos	Não	Procedência	Sim	Ambos	Não
1120	0311375-63.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Cível	12ª VC	09/09/13	Julgado procedente em parte o pedido	31/03/17	JC 17	EVANDRO NARCISO MAURICIO	Consumidor	TNL PCS SA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1121	0408587-84.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Complementação de Pensão / de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos / Obrigações	Cível	12ª VC	27/11/13	Julgado improcedente o pedido	02/03/17	JC 17	FRANCISCO SANT'ANNA; FÉRCILES INEMÓRIA FIRO; NORIVAL DE MELLO	Consumidor	FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1122	0346254-28.2015.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	12/08/15	Julgado procedente o pedido	03/04/17	JC 17	CELIA DE AZEVEDO SILVA	Consumidor	BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS	Seguros/Previdência	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1123	0326361-90.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Cível	12ª VC	09/09/11	Julgado procedente em parte o pedido	31/03/17	JC 17	MARIA JOSE FERREIRA DA CONCEIÇÃO	Consumidor	BANCO BRADESCO S/A - CIELO S/A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
1124	0009800-88.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	13/01/16	Julgado procedente o pedido	31/03/17	JC 17	BERNARDINIA MARINHO; MARIA AUXILIADORA MARINHO DE SAUDADE	Consumidor	CLARO FIXO	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
1125	0390704-56.2015.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Inclusão Indevida em Cadastro de inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	18/09/15	Julgado improcedente o pedido	29/04/17	JC 17	RODRIGO ALVES RODRIGUES	Consumidor	LIGHT S.E.S.A	Concessionária	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1126	0506263-95.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros / Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	18/12/14	Julgado improcedente o pedido	30/03/17	JC 17	JOSEFA MARIA DE JESUS	Consumidor	BANCO PANAMERICANO S/A	Bancos	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
1127	0292132-65.2015.8.19.0001	Exibição de Documento ou Cópia	Contratos Bancários / Direitos Cíveis	Cível	12ª VC	14/07/15	Julgado procedente o pedido	30/04/17	JC 17	WAGNER LUIZ DE PAULA	Consumidor	BANCO NATONE	Bancos	Sim	Procedência	Não		
1128	0146168-07.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Espécies de Títulos de Crédito	Cível	12ª VC	04/05/16	Julgado procedente em parte o pedido	31/03/17	JC 17	ANGELO RODRIGUE VASQUEZ	Partes "iguais"	ALEXANDER MARQUES FERREIRA	Partes "iguais"	Sim	Procedência Parcial	Não		
1129	0264861-47.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Execução de Obrigação de Fazer - Não Fazer	Cível	12ª VC	18/08/16	Extinto o processo por ausência das condições da ação	29/04/17	JC 17	FABRÍCIO ANTENOR PEREIRA	Consumidor	TIM CELULAR S.A.	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1130	0125855-93.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	14/04/14	Julgado procedente o pedido	29/04/17	JC 17	IVETE TEIXEIRA DA SILVA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
1131	0398585-21.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	30/10/14	Julgado procedente o pedido	21/03/17	JC 17	TATHIANA MARTINS MENDES	Consumidor	AMICO SAUDE LTDA	Planos de saúde	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1132	0246780-84.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	08/06/15	Julgado procedente o pedido	30/03/17	JC 17	GOVÂNIA CLARO FERNANDES; ANDRÉ LUIS FERNANDES	Consumidor	CASH - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL S.A.	Seguros/Previdência	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1133	0325459-35.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	12ª VC	23/09/14	Julgado procedente em parte o pedido	27/04/17	JC 17	QUINTO BRAGA	Consumidor	TELOS - EMPACAO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL	Seguros/Previdência	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
1134	0181490-25.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	12ª VC	16/04/15	Julgado improcedente o pedido	27/04/17	JC 17	HELISA HELIA CONGALIND	Consumidor	UNIBRASIL COOPERATIVA DE TRABALHO MÚTICO DO RIBEIRÃO DE JANEIRO, SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Planos de saúde	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1135	0117313-18.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade e do Fornecedor	Cível	12ª VC	08/04/16	Julgado improcedente o pedido	29/04/17	JC 17	DANIEL LINIK	Consumidor	NET RIO LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
1136	0273222-87.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Complementação de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos / Obrigações	Cível	12ª VC	29/06/15	Julgado improcedente o pedido	30/03/17	JC 17	ANTONIO PINHEIRO NETO	Consumidor	FUNDAÇÃO PETROBRAS PREVIDÊNCIA SOCIAL - PETROS	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1137	0414543-81.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	12ª VC	03/12/13	Julgado improcedente o pedido	02/03/17	JC 17	EMMANUEL LUIZ DE SOUZA	Consumidor	SERASA EXPERIAN	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1138	0099796-68.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	12ª VC	26/03/14	Julgado procedente o pedido	29/04/17	JC 17	IVETE TEIXEIRA DA SILVA	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
1139	0493369-53.2015.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Protesto Indevido de Título / Indenização Por Dano Moral / Responsabilidade e do Fornecedor	Cível	2ª VC	14/12/15	Julgado procedente o pedido	25/04/17	JC 17	ADRIANO MUNIZ MONTEIRO	Consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
1140	0406620-77.2008.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Enriquecimento sem Causa	Cível	2ª VC	09/12/08	Julgado procedente o pedido	21/03/17	JC 17	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO DUCLE DE REZENDE	Partes "Iguais"	VASCO XAVIER	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Não		
1141	0021340-04.2015.8.19.0023	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	03/07/15	Extinto o processo por ausência das condições da ação	25/04/17	JC 17	MANUEL OLIVEIRA MONTEIRO	Consumidor	FENIX RIO VEÍCULOS LTDA ME	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
1142	0188898-72.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	16/05/12	Julgado improcedente o pedido	18/04/17	JC 17	JULIO CEZAR BATISTA PINHEIRO	Consumidor	CONSORCIO BPE	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
1143	0247656-10.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	2ª VC	18/07/13	Julgado improcedente o pedido	28/03/17	JC 17	CASSIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	Consumidor	MONGIBAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A	Seguros/Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1144	0119315-68.2010.8.19.0001	Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária	Alienação Fiduciária	Cível	2ª VC	14/04/10	Julgado procedente o pedido	16/03/17	JC 17	BANCO FINASA BNC S/A	Bancos	RAIMUNDO DONATO MARTINS	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1145	0035135-12.2016.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	02/02/16	Julgado improcedente o pedido	06/03/17	JC 17	RAFAEL SILVA SANTOS	Consumidor	SKY (SKY BRASIL SERVICOS LTDA)	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Grat	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Grat	at. Deferi
1146	0186616-22.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	06/06/16	Extinto o processo por ausência das condições da ação	30/03/17	JC 17	MARINEA DE JESUS SILVA	Consumidor	CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL	Serviços	Sim	Não	Improcedência/ Extinção	Não			
1147	0438111-24.2016.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Cédula de Crédito Bancário	Cível	2ª VC	28/12/16	Art. 267 XI CPC - Outros casos	17/03/17	JC 17	BANCO DO BRASIL S.A	Bancos	M.C. INSTRUMENTOS LTDA, JOSÉ EDUARDO PEREIRA DA SILVA, MARIA CLARA DE SOUSA VIEIRA DA SILVA, ANA CAROLINA VIEIRA DA SILVA	Consumidor	Não	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Não	Não
1148	0203198-10.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	2ª VC	21/06/10	Julgado procedente em parte o pedido	24/04/17	JC 17	MONICA BARROSA DE SOUSA	Consumidor	EMPRESA DE TRANSPORTES LIMOUNE CARIOCA S.A	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não			
1149	0311640-36.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	2ª VC	30/08/11	Julgado procedente o pedido	17/04/17	JC 17	BRADISCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS	Bancos	LIGHT - SERVIÇO DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Não	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	
1150	0026969-25.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	2ª VC	28/01/15	Julgado procedente o pedido	25/04/17	JC 17	VERA LUCIA CARDOSO DOSSANTOS	Partes "iguais"	JOSÉ CARLOS FERREIRA AGOSTINHO	Partes "iguais"	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Sim	Sim
1151	0279297-45.2015.8.19.0001	Exibição de Documento ou Coisa	Cobrança de Quantidade Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Cível	2ª VC	03/07/15	Julgado procedente o pedido	09/03/17	JC 17	LEANDRO GOBING RODRIGUES	Consumidor	BANCO ITAU/UNIBANCO S/A	Bancos	Sim	Sim	Procedência	Não			
1152	0369843-20.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Comissão	Cível	2ª VC	23/10/13	Julgado procedente o pedido	13/03/17	JC 17	RESIDENCIAL UNO VIVS LTDA	Serviços	SONIA MARIA DA SILVA	Consumidor	Não	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	
1153	0428463-25.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	2ª VC	15/12/13	Julgado procedente em parte o pedido	03/04/17	JC 17	ALNOR GUILHERME PRADO BATISTA	Consumidor	NOYTB TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim	Sim
1154	0383109-06.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Sustação de Protesto/ Títulos de Crédito	Cível	2ª VC	13/09/15	Julgado procedente o pedido	28/03/17	JC 17	ASIEPIA GESTÃO EM SAÚDE LTDA	Partes "iguais"	GR S/A	Partes "iguais"	Não	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
1155	0234125-80.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Cdc	Cível	2ª VC	27/05/15	Julgado procedente o pedido	27/03/17	JC 17	ESPÓLIO DE SELMA BARBOSA GAGLIANO	Consumidor	Itausing Saúde S.A.	Planos de saúde	Não	Não	Procedência	Não			
1156	0313933-37.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Complementação o de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos / Obrigações	Cível	2ª VC	31/07/15	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	21/03/17	JC 17	JOSÉ LUIZ DELL AERA	Consumidor	PETROLEO BRASILEIRO S/A- PETROBRAS e outro(s)	Setor Público Federal	Sim	Sim	Improcedência/ Extinção	Não			
1157	0134849-18.2011.8.19.0001	Petição - Cível	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	06/05/11	Julgado procedente em parte o pedido	17/04/17	JC 17	FRANCISCA ALBANDRE DOSSANTOS	Consumidor	CEBA S/A	Serviços	Não	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
1158	0048631-16.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	2ª VC	19/02/13	Julgado procedente em parte o pedido	10/04/17	JC 17	JOAO FRANCISCO DE SOUZA	Consumidor	LIGHT - SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim	Sim
1159	0134849-18.2011.8.19.0001	Petição - Cível	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	06/05/11	Julgado procedente em parte o pedido	17/04/17	JC 17	FRANCISCA ALBANDRE DOSSANTOS	Consumidor	CEBA S/A	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At. Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dido Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente/dido Grat	at. Defenit
1160	0048631-16.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	2ª VC	18/02/13	Julgado procedente em parte o pedido	10/04/17	JC 17	JOAO FRANCISCO DE SOUZA	Consumidor	LIGHT- SERVIÇO DE ELÉTRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
1161	0189781-82.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	2ª VC	05/06/13	Julgado improcedente o pedido	06/03/17	JC 17	JORGE LUIZ THEOTONIO DE OLIVEIRA	Consumidor	INTERMÉDICA - COTACOM SERVIÇO DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA	Planos de saúde	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Autor	Sim
1162	0232123-74.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	16/07/14	Art. 267 XI CPC - Outros casos	21/03/17	JC 17	YRONICA GRACAS DA SILVA e HUMBERTO VIEIRA SILVA RAMOS	Consumidor	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A e CASA DE SAUDE LARANJEIRAS LTDA e CASA DE SAUDE LARANJEIRAS LTDA	Planos de saúde	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1163	0036374-31.2010.8.19.0205	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Pagamento	Cível	2ª VC	29/10/10	Art. 267 XI CPC - Outros casos	27/04/17	JC 17	SUELI DE FREITAS DA SILVA e ESPÓLIO DE ROBERTO DA CRUZ	Consumidor	SEGUROADORA LIDER DE CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A	Planos de saúde	Sim	Improcedência/ Extinção	Sim	Réu	Sim
1164	0293509-13.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão de Contrato e/ Ou Interpretação (Cdc)	Cível	2ª VC	18/08/11	Julgado improcedente o pedido	17/04/17	JC 17	REINAN DOS SANTOS DE OLIVEIRA	Consumidor	BANCO PECUNIA S.A	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1165	0061534-78.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Cdc	Cível	2ª VC	26/02/16	Julgado procedente o pedido	20/03/17	JC 17	GABRIEL SIMÕES FERREIRA	Consumidor	UNIMED- RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA	Planos de saúde	Sim	Procedência	Não		
1166	0227810-75.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	2ª VC	13/07/11	Julgado procedente em parte o pedido	25/04/17	JC 17	PLACON PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Consumidor	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO LUMEX	Serviços	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
1167	0193086-84.2007.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	2ª VC	08/11/07	Julgado procedente em parte o pedido	17/04/17	JC 17	JOAQUIM PINTO MONTEIRO	Consumidor	SEGUROADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Seguros/ Previdência	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
1168	0004623-51.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e/ Ou da Relação Jurídica	Cível	2ª VC	08/01/13	Julgado procedente o pedido	11/04/17	JC 17	ESPÓLIO DE NÍCIA MAFALDA TEIXEIRA FERREIRA	Consumidor	CRÉDICO S.A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A e BANCO ITAÚ CARIÓ S/A	Bancos	Não	Procedência	Sim	Réu	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dido Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente/dido Grat	at. Defenit
1169	0491428-68.2015.8.19.0001	Exibição de Documento ou Coisa	Cartão de Crédito /Direito Civil	Cível	2ª VC	12/12/15	Julgado procedente o pedido	20/04/17	JC 17	VANESSA MARIA GOMES FIDELIS	Consumidor	BANCO ITALCARD S.A.	Bancos	Sim	Procedência	Não		
1170	0214262-46.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material- Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	2ª VC	04/06/12	Julgado procedente em parte o pedido	21/03/17	JC 17	GUDGAS DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA	Partes "iguais"	GALVANOPLASTIA UBAENSE LTDA	Partes "iguais"	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
1171	0326706-51.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	23/09/14	Indeferida a petição inicial	13/03/17	JC 17	ALBERTO PAULO ARAÚJO MONTENAT	Consumidor	LEADER S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO	Serviços	Não	Improcedência/ Extinção	Sim	Réu	Não
1172	0346185-30.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Enfiteuse / Coisas	Cível	2ª VC	06/10/14	Julgado procedente o pedido	14/03/17	JC 17	ANDRÉ SALVADOR FREITAS SERNA	Partes "iguais"	LUCIA PORTO DA SILVA	Partes "iguais"	Não	Procedência	Sim	Ambos	Não
1173	0045875-68.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão Contratual / Obrigações /D. Civil	Cível	2ª VC	09/02/12	Extinto o processo por ausência das condições da ação	19/04/17	JC 17	SIMONE BARBOSA	Consumidor	BV FINANCEIRA	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1174	0191033-23.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Deleito, Nulidade Ou Anulação /Ato Ou Negócio Jurídico	Cível	2ª VC	06/06/13	Extinto o processo por ausência das condições da ação	16/03/17	JC 17	SONIA CASTRO DOS SANTOS	Consumidor	BANCO BGN SA	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1175	0373732-55.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dar	Cível	2ª VC	13/11/08	Art. 267 XI CPC - Outros casos	03/04/17	JC 17	MARIA ASSUNCAO DAMASCENO	Consumidor	BANCO CITICARD S A	Bancos	Sim	Improcedência/ Extinção	Não		
1176	0111809-75.2009.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	07/05/09	Julgado procedente o pedido	13/03/17	JC 17	RUBENS JOSÉ ESTEVES CORREA	Consumidor	CERTI COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	Serviços	Não	Procedência Parcial	Sim	Autor	Não
1177	0453453-12.2015.8.19.0001	Despelo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	Despelo Por Infrção Contratual / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos	Cível	2ª VC	11/11/15	Julgado procedente o pedido	27/04/17	JC 17	DANIEL LOUREIRO VELAY	Consumidor	COLÉGIO JOÃO AMOS COMENIO LTDA	Serviços	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1178	0306097-81.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	03/09/13	Julgado improcedente o pedido	10/03/17	JC 17	VICENTE NOGUEIRA ADVOGADOS	Consumidor	BANCO BRADESCO S/A	Bancos	Não	Improcedência/ Extinção	Não		
1179	0270076-72.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	12/08/14	Julgado procedente o pedido	27/03/17	JC 17	ADRIANA MACHADO DOS SANTOS ALEXANDRE	Consumidor	TELEBANK NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	Grat	at. Defenit
1180	0070013-60.2016.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17/03.2016)	Cobrança de Aluguéis - Sem despejo / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos / Obrigações	Cível	2ª VC	03/03/16	Julgado procedente o pedido	20/03/17	JC 17	ESPÓLIO DE CONSTÂNCIO SEVERO FORTUNA BENTES	Partes "iguais"	JOSE ROBERTO JAMUR	Partes "iguais"	Não	Não	Procedência	Não			
1181	0024642-44.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantidade Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	2ª VC	25/01/14	Julgado procedente o pedido	27/03/17	JC 17	RAFAEL ALVES BATISTA	Consumidor	VIVO TELEFONICA BRASIL S.A.	Telefonia	Sim	Sim	Procedência	Não			
1182	0367382-75.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	2ª VC	22/10/13	Julgado procedente em parte o pedido	17/04/17	JC 17	JEFFERSON FELIPE ARAUJO DA CRUZ	Consumidor	COMPANHIA ESTADUAL DE AGUA E ESGOTO	Concessionária	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não			
1183	0405930-72.2013.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Execução de Obrigação de Fazer - Não Fazer	Cível	2ª VC	26/11/13	Julgado improcedente o pedido	18/04/17	JC 17	MARLI PINTO DA SILVA	Consumidor	PROMONITO S.A	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
1184	0161948-26.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	2ª VC	24/04/12	Julgado improcedente o pedido	25/04/17	JC 17	EDIL PATRÍY MONTEIRO FILHO	Consumidor	MIDEA DO BRASIL S.A	Serviços	Não	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não	Não
1185	0089904-72.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão Contratual / Obrigações / D. Civil	Cível	2ª VC	19/03/13	Julgado improcedente o pedido	11/04/17	JC 17	NATANY TACHECO DA SILVA	Consumidor	BANCO ITAU UNIBANCO S.A	Bancos	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Réu		
1186	0299315-58.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	2ª VC	29/08/13	Julgado procedente o pedido	27/03/17	JC 17	AURICA LUCIA DOS SANTOS CIPRIANO	Consumidor	BANCO BRADESCO S.A	Bancos	Sim	Sim	Procedência	Não			
1187	0354211-51.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito	Cível	2ª VC	10/10/13	Extinto o processo por ausência das condições da ação	08/03/17	JC 17	FRANCISCO JOSE DE AZEVEDO NETO	Consumidor	BANCO SANTANDER	Bancos	Sim	Não	Improcedência/Extinção	Não			
1188	0380550-52.2010.8.19.0001	Monitoria	Pagamento	Cível	2ª VC	02/12/10	Julgado procedente o pedido	26/04/17	JC 17	MARIA MARILIA GONÇALVES	Partes "iguais"	ALAN DAS OLIVEIRA	Partes "iguais"	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
1189	0040473-98.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	07/02/15	Julgado procedente o pedido	25/04/17	JC 17	MICHELE MONTEIRO DE ABREU MOTA	Consumidor	UNIVERSIDADE VEGA DE ALMEIDA	Serviços	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
1190	0463223-29.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Cdc	Cível	2ª VC	19/11/15	Julgado procedente em parte o pedido	25/04/17	JC 17	MARTA BELO DA SILVA	Consumidor	DECOLAR.COM LTDA	Serviços	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
1191	0118142-96.2016.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	Despejo Por Infrção Contratual / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos	Cível	2ª VC	08/04/16	Extinto o processo por ausência das condições da ação	19/04/17	JC 17	FABIANA DE LIMA CAJAIBA	Partes "iguais"	CAROLINE DA SILVA	Partes "iguais"	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
1192	0061060-78.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	20/02/14	Julgado procedente em parte o pedido	22/03/17	JC 17	HERMES GOMES DE ABREU	Consumidor	WHISDOR BARRA HOTEL LTDA	Serviços	Não	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At. Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
1193	0348012-42.2015.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Contratos Bancários / Direito Civil	Cível	2ª VC	13/08/15	Julgado procedente o pedido	06/03/17	JC 17	ELISABETE DE SOUZA CARVALHO	Consumidor	BANCO PANAMERICANO	Bancos	Sim	Procedência	Não		
1194	0059819-16.2007.8.19.0001	Procedimento Comum	Enriquecimento sem Causa	Cível	2ª VC	16/05/07	Julgado procedente o pedido	11/04/17	JC 17	MIRIAM MASTRANGELO MOURA ALAMI e GABRIELA MASTRANGELO DE MOURA ALAMI	Consumidor	ITALI SEGUROS S A BANCO ITALU e FIAT ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA	Concessionária	Sim	Procedência	Não		
1195	0217831-84.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício	Cível	2ª VC	03/07/14	Julgado procedente o pedido	14/03/17	JC 17	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SIMONE	Serviços	CRISTIANA GRAÇA	Consumidor	Não	Procedência	Não		
1196	0282597-15.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Contratos Bancários / Direito Civil	Cível	2ª VC	07/07/15	Julgado procedente o pedido	20/04/17	JC 17	PAULO CESAR DE CARVALHO	Consumidor	BV FINANCEIRA	Seguros/Previdência	Sim	Procedência	Sim	Réu	
1197	0328492-38.2011.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Pagamento	Cível	2ª VC	12/09/11	Julgado procedente o pedido	11/04/17	JC 17	FRANCISCO SAMPAIO FARIAS e ELIZABETH ALVES FARIAS	Partes "iguais"	ESPOLIO DE LYDIA CANTARELA PISCHE	Partes "iguais"	Não	Procedência	Não		
1198	0101882-46.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	27/03/13	Julgado procedente em parte o pedido	17/04/17	JC 17	JOSÉ VALTER XAVIER DINIZ	Consumidor	LIGHT S A	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Não		
1199	0402582-12.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	04/11/14	Julgado procedente o pedido	03/04/17	JC 17	RODRIGO FERRIRA DOS SANTOS	Consumidor	LOJAS RENNER S/A	Serviços	Sim	Procedência	Não		
1200	0118202-16.2009.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Transporte Terrestre / Contratos de Consumo	Cível	2ª VC	14/05/09	Julgado procedente em parte o pedido	24/04/17	JC 17	ISAURA FERRIRA DO ESPÍRITO SANTO	Consumidor	SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS S A	Concessionária	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	
1201	0101148-66.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Indenização Por Dano Material	Cível	2ª VC	06/04/11	Julgado procedente em parte o pedido	28/03/17	JC 17	LEONARDO FELIPE LOURENÇO DA SILVA e PRISCILA SILVA ARAÚJO	Consumidor	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO VIVERNAS MEU RINÇÃO	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1202	0501141-67.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Compra e Venda	Cível	2ª VC	18/12/15	Julgado procedente o pedido	21/03/17	JC 17	AUGUSTO CESAR RAO e ALIANA TIXEIRA RAO	Consumidor	BRABESCO RIO S.A. - CRÉDITO IMOBILIÁRIO	Seguros/Previdência	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1203	0413847-40.2016.8.19.0001	Monitoria	Cédula de Crédito Bancário	Cível	2ª VC	02/12/16	Art. 267 XI CPC - Outros casos	17/03/17	JC 17	BANCO DO BRASIL S.A	Bancos	M C J TRANSPORT LTDA ME - CLAUDIO DOS REIS, PATRICIA ZILLIG DOS REIS e JOSE FREITAS DE SOUZA	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1204	0036213-17.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	T. O. L. - Termo de Ocorrência de Irregularidade / Responsabilidade e do Fornecedor	Cível	2ª VC	07/02/11	Julgado improcedente o pedido	10/04/17	JC 17	SOJANGE GOMES AUGUSTO	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A	Concessionária	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim

Sim

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defenit
1205	0476180-04.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão de Contrato e/ou Interpretação (Cdc)	Cível	2ª VC	09/12/11	Extinto o processo por ausência das condições da ação	08/03/17	JC 17	JOSE ROBERTO SOARES DA SILVA	Consumidor	BANCO PANAMERICANO S.A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1206	0056583-56.2007.8.19.0001	Procedimento Comum	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dar	Cível	2ª VC	10/05/07	Julgado procedente o pedido	28/03/17	JC 17	ALDA BRUNO DIAS	Consumidor	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	Seguros/Previdência	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1207	0131190-59.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Cirurgia	Cível	2ª VC	05/04/15	Julgado procedente em parte o pedido	19/04/17	JC 17	SOLANGE MASCOTT RODRIGUES	Consumidor	UNIMED RIO	Planos de saúde	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
1208	0333703-21.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	23/08/12	Julgado procedente o pedido	15/03/17	JC 17	THIAGO FERREIRA CORDEIRO	Consumidor	ANA MARIA PINTO ME	Serviços	Sim	Procedência	Não		
1209	0420017-67.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Pagamento	Cível	2ª VC	25/10/12	Julgado procedente em parte o pedido	17/04/17	JC 17	ADRIANO SILVA NAZARETH SOARES	Consumidor	SEGUROADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT	Seguros/Previdência	Sim	Procedência Parcial	Não		
1210	0268687-86.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	06/08/13	Julgado procedente o pedido	19/04/17	JC 17	YANA GINOCCHI DA COSTA REIS	Consumidor	GEAP - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	Seguros/Previdência	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1211	0013452-55.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão de Contrato e/ou Interpretação (Cdc)	Cível	2ª VC	13/01/12	Extinto o processo por ausência das condições da ação	10/04/17	JC 17	MOZAR CHAVES TORRES AREIA	Consumidor	BANCO PECUNIAS A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1212	0107079-79.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Cobrança de Quanto Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	2ª VC	02/04/13	Julgado improcedente o pedido	05/04/17	JC 17	PAULO ROBERTO CAMPANHA	Consumidor	BANCO BV FINANÇEIRA E P	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1213	0091492-90.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	15/04/08	Julgado improcedente o pedido	04/04/17	JC 17	JORGE CLAUDIO DA SILVA MARINHO	Consumidor	EDITORIA MASTER COLOR	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1214	0060037-39.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	12/02/10	Julgado procedente o pedido	03/04/17	JC 17	LETICIA SANTIAGO DOS SANTOS	Consumidor	RECIBO VEICULOS LTDA	Concessionária	Não	Procedência	Sim	Ambos	Não
1215	0089904-72.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão Contratual / Obrigações / D. Civil	Cível	2ª VC	19/03/13	Julgado improcedente o pedido	05/04/17	JC 17	NATANY PACHECO DA SILVA	Consumidor	BANCO ITALU INIBANCO S.A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
1216	0424035-97.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	11/12/13	Julgado procedente em parte o pedido	11/03/17	JC 17	ETML EMPRESA DE TELEFONIA MULTISUÁRIO LTDA.	Partes "iguais"	VIVO SA e CELULAR DIRETO LTDA	Partes "igual"	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
1217	0039097-48.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Pagamento	Cível	2ª VC	05/02/13	Julgado procedente em parte o pedido	03/04/17	JC 17	LUCIO RICARDO DE JESUS	Consumidor	SEGUROADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT	Serviços	Sim	Procedência P	Sim	Réu	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	Grat	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	Grat	at. Deferi
1218	0260206-42.20108.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016	Revisão de Contrato e/ou Interpretação (Cdc)	Cível	2ª VC	13/08/10	Julgado improcedente o pedido	11/04/17	JC 17	SEBIRINO GONÇALO SOARES	Consumidor	BANCO BRADESCARD S/A	Bancos	Sim	Sim	Improcedência	Não			
1219	0287638-76.2013.8.19.0001	Despejo por Infrção Contratual / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos		Cível	2ª VC	20/08/13	Julgado procedente o pedido	20/03/17	JC 17	MARIA DOS PAZIERES SILVA RAJUD	Consumidor	MARIA DE FATIMA MONTEIRO CARVALHAP	Consumidor	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
1220	0261057-18.2009.8.19.0001	Dano Moral Outros - Cdc		Cível	2ª VC	29/09/09	Julgado improcedente o pedido	17/04/17	JC 17	PAULO CEAR GOMES	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A	Consumidor	Sim	Sim	Improcedência	Sim	Autor	Sim	Sim
1221	0446357-48.2012.8.19.0001	Pagamento		Cível	2ª VC	14/11/12	Julgado improcedente o pedido	22/03/17	JC 17	PETROLO BRASILEIRO S A PETROBRAS	Serviços	AD ASSESSORIA E FOMENTO DE VENDAS LTDA	Serviços	Não	Não	Improcedência a/Extinção	Sim	Autor	Não	
1222	0083888-05.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	2ª VC	14/03/13	Extinto o processo por ausência das condições da ação	08/03/17	JC 17	IOAO VICTOR PEREIRA	Consumidor	SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTES FERROVIARIOS AS	Concessionária	Sim	Sim	Improcedência/E	Não			
1223	0297505-19.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016	Auxílio-Doença Acidentário / Benefícios em Espécie	Acidentes do Trabalho	2ª VC	22/08/11	Julgado procedente em parte o pedido	22/03/17	JC 17	MARCOS AURELIO SOARES FERREIRA	Consumidor	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não			
1224	0114788-59.1999.8.19.0001	Procedimento Comum	Anulação / Contratos Administrativos	Cível	2ª VC	05/08/99	Extinto o processo por ausência das condições da ação	27/03/17	JC 17	RUBENS RODRIGUES DE SOUZA FILHO e out(s)	Consumidor	VIVRE CONSULTORIA E ADMINISTRACAO LTDA	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/E	Não			
1225	0107079-79.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	2ª VC	02/04/13	Julgado improcedente o pedido	10/04/17	JC 17	PAULO ROBERTO CAMPANHA	Consumidor	BANCO BV FINANÇEIRA E P	Bancos	Sim	Sim	Improcedência a/Extinção	Não			
1226	0147783-37.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	2ª VC	03/05/13	Julgado improcedente o pedido	21/03/17	JC 17	BRUNO REILA NARCISO	Consumidor	BANCO BMS S A	Bancos	Sim	Sim	Improcedência	Sim	Autor	Sim	Sim
1227	0416498-16.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	2ª VC	13/11/14	Julgado procedente em parte o pedido	10/03/17	JC 17	FERNANDO DE SOUZA FERNANDES FILHO	Consumidor	BANCO SANTANDER	Bancos	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim	
1228	0060923-33.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	2ª VC	26/02/13	Extinto o processo por ausência das condições da ação	18/04/17	JC 17	MICHELE GERALDA PEREIRA	Consumidor	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	Bancos	Sim	Não	Improcedência/E	Não			Sim
1229	0423275-80.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Classificação e/ou Pretensão / Concurso Público / Edital	Cível	2ª VC	16/10/15	Julgado improcedente o pedido	03/04/17	JC 17	SILVANA DA SILVA TAVARES	Consumidor	PETROLO BRASILEIRO S A PETROBRAS	Serviços	Sim	Sim	Improcedência a/Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defenit
1230	0356661-35.2011.8.19.0001	Embargos de Terceiro - CPC	Execução de Obrigação de Fazer - Não Fazer	Cível	2ª VC	05/10/11	Julgado procedente o pedido	03/04/17	JC 17	ERMELEIDA MAGALHÃES CARDEZO	Consumidor	SERGIO DUTRA DE SA- AGOSTINHO MAGALHÃES COIMBA	Consumidor	Sim	Procedência	Não		
1231	0210918-23.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	2ª VC	21/06/13	Julgado procedente em parte o pedido	06/03/17	JC 17	NEWTON JOSE DE LIMA FILHO	Consumidor	AMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não		
1232	0039264-02.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Defeito, Nulidade Ou Anulação / Ato Negócio Ou Negócio Jurídico	Cível	2ª VC	03/02/12	Julgado procedente o pedido	18/04/17	JC 17	PAULO DOS SANTOS	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	
1233	0436882-68.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Aluguéis - Sem despejo / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos / Obrigações	Cível	2ª VC	07/11/12	Julgado procedente o pedido	03/04/17	JC 17	SUYEN RIBEIRO DE MATOS	Partes "iguais"	GERALDO LUIZ ROCHOCK	Partes "iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	
1234	0172377-47.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Cível	2ª VC	14/04/15	Julgado procedente o pedido	25/04/17	JC 17	VALERIA DESOULA LASTRES SILVA	Consumidor	CLARO - BCP S.A	Telefonia	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1235	0294764-74.2009.8.19.0001	Usucapião	Usucapião Extraordinária- Art. 1.238 Código Civil	Cível	2ª VC	22/10/09	Julgado procedente o pedido	06/03/17	JC 17	LUCILIA ADAMI AZEVEDO	Consumidor	LEDISARIO LAGE SAIÃO; ODETE CARVALHO SAIÃO E FIANCOPIRATA INDUSTRIA E MOBILIAR E IMPORTAÇÃO LTDA	Serviços	Não	Procedência	Não		
1236	0038066-22.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade do Fornecedor	Cível	2ª VC	05/02/15	Julgado procedente o pedido	05/04/17	JC 17	LENIZA SILVA DE CASTRO ALVES E MARIA HELENA DE HOLLANDA CUNHA	Consumidor	WMB - COMERCIO ELETRÔNICO LTDA	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1237	0143990-90.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	2ª VC	30/04/13	Julgado procedente o pedido	27/03/17	JC 17	NADIA GUIMARÃES BARBOSA DA SILVA	Partes "iguais"	NINA ROSA PINHEIRO MIZRANY	Partes "iguais"	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1238	0147736-63.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Substituição Ou Reparação Ou Entrega Ou Montagem do Produto	Cível	2ª VC	03/05/13	Julgado procedente em parte o pedido	21/03/17	JC 17	JOSE MARCIO MARTINS GOMES	Consumidor	ATACADISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS E FERRAGENS LTDA E INDUSTRIA DE FERRAGENS PAGE	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	
1239	0286088-06.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	2ª VC	09/09/10	Julgado procedente em parte o pedido	19/04/17	JC 17	LULY BMPRENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	Serviços	MARIO FONSECA NETO e MARIA DA GRAÇA DEBENGOVSKI FONSECA	Consumidor	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
1240	0458840-47.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	2ª VC	01/12/11	Julgado procedente o pedido	26/04/17	JC 17	FILIPE ANTONIO CARDOZO MALIN DA COSTA	Partes "iguais"	ADRIANA BRASIL GUIMARAES	Partes "iguais"	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1241	0481576-25.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	2ª VC	13/12/12	Julgado procedente o pedido	17/04/17	JC 17	EMPRESA DE TRANSPORTES IRMAOS E SILVA LTDA	Serviços	CONSTRUCOES DE OBRAS HIDROFER DE ELIAS FAUSTO LTDA ME	Serviços	Não	Procedência	Não		
1242	0128870-36.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	2ª VC	02/04/15	Julgado procedente o pedido	03/04/17	JC 17	RAQUEL UNION DA COSTA	Consumidor	LEASOR S/A ADMANUS S/A DE CARTÕES DE CREDITO	Serviços	Não	Procedência	Sim	Réu	
1243	0042560-90.2016.8.19.0001	Despejo	Despejo Por Denúncia Vazia	Cível	2ª VC	12/02/16	Julgado procedente o pedido	03/03/17	JC 17	ESPÓLIO DE AMÉLIA GARCIA PARDELLAS E REGINA LUCIA FERREIRE	Partes "iguais"	ROSEMARY CHALVIS DUTRA DA ROSA	Partes "iguais"	Não	Procedência	Não		
1244	0176579-33.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Cível	2ª VC	30/05/16	Julgado procedente o pedido	15/03/17	JC 17	MANOEL RODRIGUES	Consumidor	COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTO	Concessionária	Sim	Procedência	Sim	Autor	

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dido Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente/dido Grat	at. Defenit
1245	0165691-10.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	2ª VC	16/05/13	Julgado improcedente o pedido	11/04/17	JC 17	PAULO CÉSAR DA NOCIMA ANDRINY	Consumidor	BANCO CITIBANK S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1246	0290437-47.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Irregularidade no atendimento	Cível	2ª VC	22/08/13	Julgado procedente o pedido	27/04/17	JC 17	PAULO JOSE PIMENTEL MELERDEZ	Consumidor	COPA AIRLINES	Serviços	Não	Procedência	Não		
1247	0031688-16.2016.8.19.0001	Petição - Cível	Pagamento Indevido - Repetição de indébito	Cível	2ª VC	30/01/16	Julgado procedente o pedido	27/03/17	JC 17	PRISCILA SANTIAGO DE ANDRADE DO NASCIMENTO	Consumidor	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
1248	0111669-75.2008.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Acidente de Trânsito / Indenização Por Dano Material	Cível	2ª VC	09/05/08	Julgado improcedente o pedido	27/03/17	JC 17	RAIMUNDO SOUSA SILVA	Partes "iguais"	BENZ SANTOS MELO	Partes "iguais"	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1249	0502481-46.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	2ª VC	18/12/15	Julgado procedente o pedido	20/03/17	JC 17	GRAZIELE DOS REIS	Consumidor	VIA VAREJO S.A.	Serviços	Sim	Procedência	Não		
1250	0215376-78.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício	Cível	22ª VC	29/06/16	Julgado procedente o pedido	03/04/17	JC 17	CONDOMINIO DO EDIFICIO BRUNELLESCHI	Serviços	CARLOS EDUARDO RAMOS SCORZELLI	Consumidor	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1251	0202051-28.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Cdc	Cível	22ª VC	15/05/15	Julgado improcedente o pedido	19/04/17	JC 17	MARIA DO CARMO DE CASTRO E SILVA	Partes "iguais"	DANIELLE DE CARVALHO POVOAS DA SILVA	Partes "iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1252	0051047-25.2011.8.19.0001	Petição - Cível	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	18/02/11	Julgado improcedente o pedido	27/04/17	JC 17	JOSE OCEAN GONCALVES DE OLIVEIRA	Consumidor	GUEMANISE EDITORA E EVENTOS LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1253	0169511-08.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos	Cível	22ª VC	06/06/11	Julgado procedente em parte o pedido	27/04/17	JC 17	LEONARDO BATISTA DE OLIVEIRA	Consumidor	BANCO SANTANDER S.A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1254	0043787-52.2015.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Suspensivo / Impugnação / Embargos À Execução	Cível	22ª VC	10/02/15	Julgado improcedente o pedido	24/04/17	JC 17	TELEMAR NORTE LESTE S/A	Serviços	TOP SERVICOS SERVICOS E SISTEMAS LTDA	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1255	0295032-21.2015.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	15/07/15	Julgado improcedente o pedido	25/04/17	JC 17	ERICK RODRIGUES DA SILVA	Consumidor	SUPERVIA CONCESSIONARIA DE TRANSPORTES FERROVIARIOS S/A	Concessionária	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	
1256	0188370-72.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Revisão de Contrato e/ou Interpretação (Cdc)	Cível	22ª VC	21/06/11	Julgado procedente em parte o pedido	06/03/17	JC 17	JOSE PAULO CARMELO	Consumidor	AMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	
1257	0051468-78.2012.8.19.0001	Monitória	Pagamento	Cível	22ª VC	14/02/12	Julgado procedente o pedido	08/03/17	JC 17	FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA	Serviços	ESOLUTIONS TECNOLOGIA LTDA	Serviços	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1258	0380995-31.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Delito, Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico	Cível	22ª VC	16/10/14	Julgado improcedente o pedido	23/03/17	JC 17	MARIA ESTER ZACARIAS DOS SANTOS SANTAS	Consumidor	ITAU UNIBANCO S.A.	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1259	0252140-44.2008.8.19.0001	Monitória	Cheque/ Espécies de Títulos de Crédito	Cível	22ª VC	19/08/08	Julgado improcedente o pedido	27/04/17	JC 17	MARCELO TADEU LAZZARO MARQUES	Partes "iguais"	ASBRUBAL SILVA DE OLIVEIRA	Partes "iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dão Grat	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente/dão Grat	at. Deferi
1260	0297850-09.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	22ª VC	20/09/16	Julgado procedente o pedido	25/04/17	JC 17	BEATRIZ CRUZ MOURA	Consumidor	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	Não	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1261	0269663-25.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Cdc	Cível	22ª VC	26/06/15	Julgado procedente o pedido	05/04/17	JC 17	CLAUDIA DAMIANA XAVIER PINHEIROS SANTOS	Consumidor	EPICOTAGENCIA DE TURISMO LTDA (IM TURISMO)	Sim	Sim	Procedência	Não		
1262	0045415-47.2013.8.19.0001	Reintegração/manutenção de posse	Esbulho, Turbação, Ameaça /Posse	Cível	22ª VC	14/02/13	Julg. improcedente o pedido e procedente o pedido contraposto	10/04/17	JC 17	MARIA DA LUZ BARBOSA	Partes "iguais"	CLAUDIANA BATISTA PRADO	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1263	0011033-23.2016.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	14/01/16	Julgado procedente o pedido	23/03/17	JC 17	CASIO CORNACHO DO NASCIMENTO	Consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1264	0160923-36.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e /Ou da Relação Jurídica	Cível	22ª VC	16/05/16	Julgado improcedente o pedido	27/04/17	JC 17	R.F. BRASIL ALUGUEIS HOSPEDAGEM, BAR E RESTAURANTE LTDA	Serviços	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Não	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1265	0383175-54.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão Contratual / Obrigações / D. Civil	Cível	22ª VC	05/11/13	Julgado procedente em parte o pedido	19/04/17	JC 17	PATRICIA CHRISTOPHER FONSECA SOARES	Consumidor	BANCO SANTANDER AS	Sim	Sim	Procedência Parcial	Não		
1266	0470176-09.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	25/11/15	Julgado improcedente o pedido	27/04/17	JC 17	ROSADO TORRES MOVES E DECORAÇÕES LTDA ME	Serviços	BANCO DO BRASIL S.A.	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim
1267	0090121-13.2016.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	16/03/16	Julgado improcedente o pedido	19/04/17	JC 17	RUDOLF ZIMMERMAN	Consumidor	PERNOLÉO BRASILEIRO S/A PERDORAS	Sim	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1268	0052425-40.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	22ª VC	19/02/16	Julgado procedente o pedido	12/04/17	JC 17	FABIANA DE MOIAES GENCIANO	Consumidor	BANCO BRADESCO - S/A	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1269	0015399-76.2014.8.19.0001	Desapropriação	Adujudicação Compulsória/ Propriedade	Cível	22ª VC	16/01/14	Julgado procedente o pedido	24/04/17	JC 17	COMPANHIA DE DESPACHO URBANO DA REGIÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO	Serviços	COMPANHIA FERRO CARRIL VILA IZABEL	Sim	Não	Procedência	Não		
1270	0113755-58.2004.8.19.0001	Procedimento Comum	Défeto, Nulidade Ou Anulação / Ato Negócio	Cível	22ª VC	29/09/04	Julgado procedente o pedido	19/04/17	JC 17	ESPOLIO DE LUIS DA COSTA	Partes "iguais"	JOSE CARLOS PEREIRA FROTA	Não	Não	Procedência	Não		
1271	0107821-46.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Judicial, Contratos Bancários / Direito Civil	Cível	22ª VC	05/05/09	Julgado improcedente o pedido	27/04/17	JC 17	NETWORK ASSESSORIA E SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	Serviços	BANCO SANTANDER S A	Não	Não	Improcedência/Extinção	Não		
1272	0337906-55.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	22ª VC	02/10/14	Julgado improcedente o pedido	17/04/17	JC 17	EDIONOR RAFAEL MARINHO DE FIGUEIREDO	Consumidor	MASSA FALIDA DO BANCO CRUZEIRO DO SUL	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1273	0025448-71.2013.8.19.0209	Consignação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	22ª VC	20/08/13	Julgado procedente em parte o pedido	20/04/17	JC 17	CONDOMINIO DO EDIFICIO CHEVALIR BLANC	Consumidor	BULHÕES CARVALHO DA FONSECA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA	Não	Não	Procedência Parcial	Não		
1274	0194755-31.2014.8.19.0001	Petição - Cível	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	22ª VC	10/06/14	Julgado procedente em parte o pedido	20/04/17	JC 17	CONDOMINIO DO EDIFICIO RIO TIETE	Consumidor	LIGHT	Não	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	Grat	at. Defenit
1275	0291544-24.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	22ª VC	14/09/16	Julgado procedente o pedido	03/04/17	JC 17	CLETON DE FREITAS PEREIRA	Consumidor	TIM CELULAR S.A.	Telefonia	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
1276	0365075-80.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	22ª VC	27/08/15	Julgado procedente o pedido	23/03/17	JC 17	ESPÓLIO DE MIGUEL JOSE DE OLIVEIRA FILHO	Consumidor	AZUL LINHAS AERÉAS BRASILEIRAS S.A.	Serviços	Sim	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	
1277	0291327-78.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Abatimento proporcional do prego / prego / Responsabilidade e do Fornecedor	Cível	22ª VC	14/09/16	Extinto o processo por ausência das condições da ação	20/04/17	JC 17	ZONENGE ENGENHARIA LTDA.	Serviços	LIGHE - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Não	Não	Improcedência/Extinção	Não			
1278	0435016-83.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Cível	22ª VC	19/12/16	Indeferida a petição inicial	10/03/17	JC 17	SOLANGE WIELTRI	Consumidor	BV FINANCEIRA S/A	Serviços	Sim	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim	Não
1279	0303448-75.2015.8.19.0001	Embargos de Terceiro - CPC	Rescisão Ou Resolução / Inadimplemento	Cível	22ª VC	22/07/15	Julgado procedente o pedido	28/04/17	JC 17	CYNO BELTRÃO FILHO e MARIA ANGÉLICA CHAVES BELTRÃO	Partes "iguais"	ESPÓLIO DE PAULO CESAR SOMBRIA DE MENEZES	Partes "iguais"	Sim	Não	Procedência	Não			
1280	0466596-23.2015.8.19.0001	Monitória	Transporte de Coisas / Espécies de Contratos	Cível	22ª VC	23/11/15	Julgado improcedente o pedido	10/04/17	JC 17	RELUIFE COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA	Serviços	TRANSPERT - VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S.A.	Serviços	Não	Não	Improcedência/Extinção	Não			
1281	0049345-68.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade e do Fornecedor	Cível	22ª VC	18/02/16	Julgado procedente em parte o pedido	17/04/17	JC 17	PAULO ROBERTO ALVES DOS SANTOS	Consumidor	SPE GUANUMBI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	Serviços	Não	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
1282	0113757-08.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	22ª VC	06/04/16	Julgado procedente o pedido	19/04/17	JC 17	ANA CLAUDIA DOS SANTOS SANTANA	Consumidor	CLARO S/A	Telefonia	Sim	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
1283	0386417-16.2016.8.19.0001	Prestação de Contas - Exigidas	Administração / Condomínio em Edifício	Cível	22ª VC	08/11/16	Extinto o processo por ausência das condições da ação	26/04/17	JC 17	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO IPIRANGA	Serviços	IMOBILIÁRIA PILOTIS LTDA LPP	Serviços	Não	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não	
1284	0313341-56.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	22ª VC	04/10/16	Julgado procedente o pedido	25/04/17	JC 17	EDUARDO MAURICIO CORTES MONTEIRO	Consumidor	BRADECO SAÚDE	Bancos	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
1285	0081196-91.2017.8.19.0001	Exibição de Documento ou Coisa	Transporte de Pessoas / Espécies de Contratos	Cível	22ª VC	05/04/17	Extinto o processo por ausência das condições da ação	07/04/17	JC 17	ESTELIANE SILVA DA TRINDADE	Serviços	CIA DE ENGENHARIA DE TRAFEGO CET RIO	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim
1286	0121524-68.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Irregularidade no atendimento	Cível	22ª VC	09/04/14	Julgado procedente em parte o pedido	05/04/17	JC 17	MAIRILIA GRIGER GALESKI	Consumidor	ASSIM GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA.	Serviços	Sim	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não	
1287	0146220-71.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Cível	22ª VC	02/05/14	Julgado procedente o pedido	19/04/17	JC 17	ELIANE DENIECKE	Consumidor	BANCO SANTANDER S.A.	Bancos	Não	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
1288	0176975-15.2013.8.19.0001	Usucapião	Usucapião Extraordinária - Art. 1.238 Código Civil	Cível	22ª VC	24/05/13	Julgado procedente o pedido	06/03/17	JC 17	ITICAR JARIBREGUI EGUIA CUNHA	Partes "iguais"	ESPÓLIO DE FERNANDO PAES DE MAGALHÃES	Partes "iguais"	Não	Não	Procedência	Não			
1289	0178824-22.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade e do Fornecedor	Cível	22ª VC	27/05/13	Julgado improcedente o pedido	16/03/17	JC 17	TANIA APARECIDA DA SILVEIRA	Consumidor	VIVA MOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA	Serviços	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Delen	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Delen
1290	0355093-42.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	22ª VC	19/08/15	Julgado procedente o pedido	18/04/17	JC 17	LEA CAMPOS FORTUGAL	Consumidor	UNIMED SAUDE	Serviços	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1291	0011487-13.2010.8.19.0001	Nunciação de Obra Nova	Busca e Apreensão	Cível	22ª VC	19/01/10	Julgado procedente em parte o pedido	27/04/17	JC 17	ELIANE DOS SANTOS	Partes "iguais"	VICTOR ESILVA MIGUEL	Partes "iguais"	Sim	Procedência Parcial	Não		
1292	0454975-74.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Acidente de Trânsito / Indenização Por Dano Material	Cível	22ª VC	12/11/15	Julgado procedente o pedido	18/04/17	JC 17	KAMILA MAGON LOPES CACANUDO	Consumidor	SEGURADORA LIDER PRIVA	Seguros/Previdência	Sim	Procedência	Não		
1293	0473990-29.2015.8.19.0001	Renovatória de Locação	Renovação de Contrato de Locação / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos / Obrigações	Cível	22ª VC	27/11/15	Julgado procedente em parte o pedido	28/03/17	JC 17	MARISA LOIAS AS	Serviços	ECISA PARTICIPAÇÕES 7 PÉRIODAS	Serviços	Não	Procedência Parcial	Sim	Autor	Não
1294	0019233-19.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Classificação e/ou Preterição / Concurso Público / Edital	Cível	22ª VC	20/01/16	Julgado improcedente o pedido	20/03/17	JC 17	RAQUEL MATTOS CHASTO	Consumidor	PERIÓDICO BRASILEIRO S/A 7 PÉRIODAS	Setor Público Federal	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	
1295	0212988-08.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	28/06/16	Julgado improcedente o pedido	17/04/17	JC 17	FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELO	Partes "iguais"	LAURO ROBERTO DE SALVO JARDIM	Partes "iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1296	0051438-43.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	22ª VC	14/02/12	Julgado procedente em parte o pedido	27/04/17	JC 17	ERSON BRANDÃO DO COITO	Consumidor	BANCO BMC S/A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não		
1297	0056169-43.2015.8.19.0001	Monitória	Pagamento	Cível	22ª VC	23/02/16	Julgado improcedente o pedido	17/04/17	JC 17	PAULO ROBERTO POLICASTRO	Consumidor	LEB 2008 COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA - ME	Serviços	Não	Procedência	Não		
1298	0066406-39.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	22ª VC	01/03/16	Julgado improcedente o pedido	17/04/17	JC 17	DEISE RAQUEL GOMES SILVA DE OLIVEIRA	Consumidor	ANTARES EDUCACIONAL - UNIVERSIDADE VEGA DE ALMEIDA	Instituição de Ensino	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	
1299	0093567-24.2015.8.19.0001	Prestação de Contas - Exigidas	Direitos e Títulos de Crédito / Penhor	Cível	22ª VC	18/03/16	Extinto o processo por ausência das condições da ação	07/04/17	JC 17	LUCIANA FLORENCIO DE FRANÇA	Consumidor	BANCO BRADESCO S/A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1300	0184103-81.2016.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Execução de Obrigação de Fazer - Não Fazer	Cível	22ª VC	03/06/16	Julgado procedente o pedido	06/03/17	JC 17	ANTONIA ALVES SOUSA	Consumidor	ANCAR EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S.A	Serviços	Sim	Procedência	Não		
1301	0436008-78.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade do Fornecedor	Cível	22ª VC	27/10/15	Julgado procedente o pedido	10/04/17	JC 17	JOSE BOTARGO GONÇALVES	Consumidor	PRX XVII INCORPORADORA LTDA	Serviços	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1302	0118035-52.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	22ª VC	09/04/16	Julgado procedente em parte o pedido	03/04/17	JC 17	ALEISE ALVES DE CARVALHO FONSECA	Consumidor	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA 7 ANOS MEDICAL SAUDE	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
1303	0210848-98.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	22ª VC	27/06/16	Julgado procedente o pedido	05/04/17	JC 17	NORBERTO DE ANDRADE FILHO	Consumidor	UNIMED COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	Serviços	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1304	0002536-54.2015.8.19.0001	Petição - Cível	Dano Material - Indenização Por Dano Material	Cível	22ª VC	06/01/15	Julgado procedente o pedido	13/03/17	JC 17	PATRICIA CLAUDIO NOLASCO	Consumidor	CONSUL - WHIRLPOOL S.A	Serviços	Não	Procedência	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Atos Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
1305	0399042-29.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Contratos Bancários (Outros) - Cdc	Cível	22ª VC	17/12/09	Julgado improcedente o pedido	19/04/17	JC 17	ESTACÃO REPÚBLICA CHURRASCARIA LTDA	Consumidor	BANCO UNIBANCO S/A	Bancos	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
1306	0398646-08.2016.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Execução de Obrigação de Fazer - Não Fazer	Cível	22ª VC	21/11/16	Julgado improcedente o pedido	17/04/17	JC 17	SERGIO COELHO DOS SANTOS	Consumidor	EDUCANDARIOS REUNIDOS LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1307	0293047-90.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Material - Cdc	Cível	22ª VC	14/09/10	Julgado procedente em parte o pedido	27/04/17	JC 17	GENIL ALVES BATISTA	Consumidor	SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS S.A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	
1308	0157364-71.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida e/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	22ª VC	12/05/16	Julgado procedente em parte o pedido	18/04/17	JC 17	MARIA CRISTINA MENDONÇA DOS SANTOS	Consumidor	FAMIL ASSISSTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	
1309	0428596-67.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Contratos Bancários / Direito Civil	Cível	22ª VC	16/12/13	Extinto o processo por ausência das condições da ação	14/03/17	JC 17	BANCO DO BRASIL S.A	Bancos	IGNACIO DE HOLANDA CAVALCANTI PACHECO DE ABAGAO	Consumidor	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	
1310	0199841-80.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Abatimento proporcional do preço / Responsabilidade do Fornecedor	Cível	22ª VC	13/06/14	Julgado procedente o pedido	10/04/17	JC 17	UBIRACY PEREIRA DE SOUZA	Consumidor	LENDOVO TECNOLOGIA	Serviços	Sim	Procedência	Não		
1311	0464837-06.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	22ª VC	04/12/14	Julgado procedente em parte o pedido	07/04/17	JC 17	NESE DO CARMO DE OLIVEIRA NUNES	Consumidor	BANCO DO BRASIL S.A	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
1312	0309169-08.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	22ª VC	28/07/15	Julgado procedente em parte o pedido	03/04/17	JC 17	ANA LUIZA FERREIRA LOPES	Consumidor	UNIMED RIO	Seguros/Previdência	Sim	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
1313	0375940-02.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros / Indenização Por Dano Material	Cível	22ª VC	14/10/14	Julgado procedente em parte o pedido	25/04/17	JC 17	SMG- EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	Serviços	ITALU UNIBANCO S/A	Bancos	Não	Procedência Parcial	Sim	Ambos	Não
1314	0385886-03.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Erro Médico / Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	01/11/11	Julgado improcedente o pedido	27/04/17	JC 17	UBIEL RIBEIRO AMARAL	Consumidor	IRM - FEDE RIO DE MEDICINA	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1315	0407043-61.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO e/ou Apto do Físico / Concurso Público / Edital	Exame de Saúde e/ou Apto do Físico / Concurso Público / Edital	Cível	22ª VC	26/11/13	Julgado procedente o pedido	19/04/17	JC 17	LEANDRO DE OLIVEIRA GUESADA	Consumidor	COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMULIB	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Ambos	Não
1316	0246950-56.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Acidente de Trânsito / Indenização Por Dano Material	Cível	22ª VC	09/06/15	Julgado procedente o pedido	02/03/17	JC 17	SERGIO JOSE MONTEIRO	Consumidor	SERBRADORA LIDER DPVAT	Serviços	Sim	Procedência	Não		
1317	0436618-46.2015.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	Locação de Imóvel / Inadimplemento	Cível	22ª VC	28/10/15	Julgado procedente o pedido	06/04/17	JC 17	DANTE VALENTINI NETO	Partes "iguais"	JORGE GOMES DE OLIVEIRA	Partes "iguais"	Sim	Procedência	Não		
1318	0476107-90.2015.8.19.0001	Petição - Cível	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	22ª VC	30/11/15	Julgado procedente o pedido	24/04/17	JC 17	DANIELLE GARCIA LIMA e ARTHUR GARCIA LIMA ANDRADE DA SILVA	Consumidor	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A e GOLDER CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Ambos	Não
1319	0153432-75.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício	Cível	22ª VC	10/05/16	Julgado procedente o pedido	04/04/17	JC 17	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MARCO ANGELO	Serviços	CELSO LOURENÇO LEAL	Consumidor	Não	Procedência Parcial	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. At.o Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defenit
1320	0132760-80.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	06/04/15	Julgado improcedente o pedido	17/04/17	JC 17	FELIPE GONCALVES FERREIRA	Consumidor	EDITORA ABRIL S/A	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	
1321	0013187-87.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão de Contrato e/ou Interpretação Por Dano Moral	Cível	22ª VC	17/01/11	Julgado improcedente o pedido	27/04/17	JC 17	DEBORAH MARQUES CASTILHO BEZERRA	Consumidor	ATMORE FINANCIAMENTOS	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1322	0272154-05.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	29/06/15	Julgado improcedente o pedido	05/04/17	JC 17	JESSICA GUERRA DE CAVALCANTI BEZERRA	Consumidor	UNICARIOCA CENTRO UNIVERSITARIO	Instituição de Ensino	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	
1323	0039292-28.2016.8.19.0001	Alvará Judicial	Capacidade/ Pessoas naturais	Cível	22ª VC	06/02/16	Indeferida a petição inicial	02/03/17	JC 17	JORGE PAULO DOMINGOS VENTURA PINTO	Partes "iguais"	LEILA TENORIO DE ALBUQUERQUE	Partes "iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não		
1324	0235675-13.2015.8.19.0001	Despajo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	Despajo Por Infração Contratual / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos	Cível	22ª VC	28/05/15	Julgado procedente em parte o pedido	27/03/17	JC 17	NILSON LUIZ MAMAM PEREIRA	Partes "iguais"	FLAVIO MARCELO DE JESUS AMADOR PRETO	Partes "iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1325	0143509-98.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Auxilio-Doença Acidentário/ Benefícios em Espécie	Acidentes do Trabalho	22ª VC	16/05/11	Julgado procedente em parte o pedido	27/04/17	JC 17	MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES CLAUDIO DA CRUZ	Consumidor	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	Sim
1326	0148840-85.2016.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Pagamento	Cível	22ª VC	05/05/16	Julgado improcedente o pedido	06/03/17	JC 17	FERNANDO BRUNO BERGALLO	Partes "iguais"	ARTUR DARIUSZ OLENDER	Partes "iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1327	0184385-22.2016.8.19.0001	Embargos de Terceiro - CPC	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	22ª VC	03/06/16	Julgado improcedente o pedido	24/04/17	JC 17	CAIO CESAR LIMA NEDERES	Partes "iguais"	ROBERTO ROLAND RODRIGUES DA SILVA	Partes "iguais"	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	
1328	0288372-74.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	22ª VC	12/09/16	Julgado procedente em parte o pedido	25/04/17	JC 17	MARCELE ROCHA OLIVEIRA	Consumidor	CLARO S.A.	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	
1329	0200101-89.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	22ª VC	16/06/16	Julgado improcedente o pedido	06/03/17	JC 17	LEICI QUINTA	Consumidor	BANCO SAFRA S/A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	
1330	0118770-85.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	22ª VC	11/04/16	Julgado procedente o pedido	20/03/17	JC 17	CARLOS ANTONIO DOS SANTOS	Consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Procedência	Não		
1331	0281983-10.2015.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício	Cível	22ª VC	06/07/15	Julgado procedente o pedido	23/03/17	JC 17	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BENIGNO IGLESIAS	Serviços	ISLANE DE SOUZA CARTAXO	Consumidor	Não	Procedência	Não		
1332	0016152-62.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Acidente de Trânsito / Indenização Por Dano Material	Cível	22ª VC	19/01/16	Julgado improcedente o pedido	10/04/17	JC 17	JOSE CARLOS AMADIO BARROS	Consumidor	SEGRADODIA LDBR - DPVAT	Seguros/ Previdência	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	
1333	0259640-83.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	22ª VC	10/08/16	Julgado procedente em parte o pedido	29/03/17	JC 17	BERNARDO LOPES DA COSTA	Consumidor	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Telefonia	Sim	Procedência Parcial	Sim	Autor	
1334	0106483-37.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Cédula de Crédito Bancário	Cível	22ª VC	04/05/09	Julgado improcedente o pedido	27/04/17	JC 17	KARLA CRISTINA SIQUEIRA PEREIRA	Consumidor	BANCO SANTANDER S A	Bancos	Não	Improcedência/Extinção	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defenit	at. Defenit
1335	0390373-11.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade e do Fornecedor	Cível	22ª VC	24/10/14	Julgado improcedente o pedido	20/03/17	JC 17	ANTONIO FERNANDO SOUZA FERREIRA	Consumidor	BANCO DO BRASIL S/A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não	
1336	0446134-90.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Inclusão Indevida em Cadastro de inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	05/11/15	Julgado procedente o pedido	17/04/17	JC 17	ADRIELIA ALVES RAMOS	Consumidor	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS FVPL	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
1337	0162912-19.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Pagamento	Cível	22ª VC	24/04/12	Julgado procedente o pedido	14/03/17	JC 17	CONGREGAÇÃO DE NOSSA SENHORA	Serviços	ELIANE GOUART	Consumidor	Não	Procedência	Não			
1338	0350635-45.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Cdc	Cível	22ª VC	25/10/16	Julgado procedente o pedido	26/04/17	JC 17	ANTONIO COLHO NORRIGA MARTINS	Consumidor	SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	Seguros/Previdência	Não	Procedência	Sim	Réu	Não	
1339	0244336-44.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	22ª VC	26/07/16	Julgado procedente o pedido	08/03/17	JC 17	ESPÓLIO DE FATIMA REGINA MAGALHÃES DO AMARAL	Consumidor	CABERCA-CAMA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	
1340	0399818-82.2016.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Cédula de Crédito Bancário	Cível	22ª VC	22/11/16	Indeferida a petição inicial	08/03/17	JC 17	PAULO CEZAR DE MELO E SOUZA	Consumidor	BANCO BRABESCO SA	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não			
1341	0287477-16.2016.8.19.0001	Correção Monetária / Valor da Execução, Cálculo, Atualização	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Cível	22ª VC	09/09/16	Extinto o processo por ausência das condições da ação	06/03/17	JC 17	CRISTINA DO VALE CHAYM	Partes "iguais"	VERA LUCIA AZEVEDO DE ALBUQUERQUE	Partes "iguais"	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor		
1342	0016296-70.2015.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Material - Cdc	Cível	22ª VC	19/01/15	Julgado improcedente o pedido	07/04/17	JC 17	ROSÂNGELA BRAGANÇA DE SOUZA	Consumidor	CLARO - RCP S.A	Telefonia	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Réu	Não	
1343	0333996-83.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	07/08/15	Julgado procedente o pedido	05/04/17	JC 17	EDISON DE SOUZA LIMA	Consumidor	MASTER OFFICE SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA e CAMARA DE DIRETORES LOJISTAS DO RIO DE JANEIRO	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não	Não
1344	0149119-71.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Seguro / Direito Cível	Cível	22ª VC	05/05/16	Julgado procedente o pedido	18/04/17	JC 17	VIVIANE HABIB DE LIMA e CRISTIANE COELHO HABIB	Consumidor	ALIANÇA FLUMINENSE - UNIÃO NACIONAL DOS CONTRIBUINTES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	Seguros/Previdência	Não	Procedência P	Sim	Réu	Não	Não
1345	0210832-23.2011.8.19.0001	Atestado	Buça e Apreensão	Cível	22ª VC	08/07/11	Julgado improcedente o pedido	27/04/17	JC 17	ELIANE DOS SANTOS	Partes "iguais"	VICTOR E SILVA MIGUEL e MARIA MARLETE	Partes "iguais"	Sim	Procedência P	Não			
1346	0030308-44.2015.8.19.0210	Procedimento Comum	Inclusão Indevida em Cadastro de inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	28/08/15	Julgado improcedente o pedido	17/04/17	JC 17			BANCO ITAU/UNIBANCO S/A e R BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EM COBRANÇA E T.T.LDA	Bancos	Não	Improcedência	Sim	Autor	Não	Não
1347	0448510-54.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	22ª VC	21/11/12	Julgado improcedente o pedido	27/04/17	JC 17	NELSON R. RILHO RELOJERHO ME	Consumidor	AMIGOSERV UNIMED SÃO PAULO COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS UNIMED BRASIL	Planos de sa	Sim	Improcedência	Não			

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Deferi
1348	0078186-73.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade e do Fornecedor	Cível	22ª VC	09/03/16	Julgado procedente o pedido	18/04/17	JC 17	CARLOS ROBERTO CRISTALLI	Consumidor	IFE 67 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA.	Serviços	Não	Procedência P	Sim	Autor	Não
1349	0022901-71.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão de Contrato e/ou Interpretação (CDC)	Cível	22ª VC	26/01/11	Julgado improcedente o pedido	06/03/17	JC 17	EDUARDO ALBERTO DE ABARIFE PEREIRA	Consumidor	BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	Bancos	Não	Improcedência	Não		
1350	0026096-06.2007.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	22ª VC	07/03/07	Julgado procedente em parte o pedido	24/03/17	JC 17	ANA LIS NICOLETTI DE MELLO	Consumidor	EDUARDO TEIXEIRA e EDISON DAS	Serviços	Sim	Procedência P	Não		
1351	0052665-39.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	22ª VC	05/02/10	Julgado improcedente o pedido	10/04/17	JC 17	ROSANA CLAUDIA SCHIFF	Partes "Iguais"	ELIZABETH MACIEL FERREIRA	Partes "Iguais"	Sim	Procedência P	Sim	Réu	Não
1352	0124838-61.2010.8.19.0001	Reintegração/manutenção de posse	Esbulho, Turbação, Ameaça / Posse	Cível	22ª VC	19/04/10	Julgado procedente o pedido	27/04/17	JC 17	PIBBRE RAYMOND ROLAND JAMIN	Partes "Iguais"	CLAUDIA DE SOUZA E SILVA	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Não		
1353	0257841-15.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão Contratual / Obrigações / D. Civil	Cível	32ª VC	11/08/10	Julgado improcedente o pedido	01/03/17	JC 17	SHIRLEY MARTINS DE OLIVEIRA GUARAZÃO	Consumidor	COMPANHIA ITALIESENG DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	Serviços	Sim	Improcedência	Não		
1354	0394294-41.2015.8.19.0001	Impugnação ao Valor da Causa - CPC	Defeito, Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico	Cível	32ª VC	22/09/15	Julgado procedente em parte o pedido	22/03/17	JC 17	SABEMI S.A.	Partes "Iguais"	JANETE FERREIRA MECKING	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Não		
1355	0204732-76.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade e do Fornecedor	Cível	32ª VC	21/06/16	Extinto o processo por ausência das condições da ação	16/03/17	JC 17	MARCO AURELIO DE AZEVEDO	Consumidor	BANCO IBI S/A - BANCO MULTIPLO (BANCO BRADESCARD S/A)	Bancos	Sim	Improcedência/E	Não		
1356	0217058-10.2012.8.19.0001	Consignação em Pagamento - CPC	Pagamento em Consignação	Cível	32ª VC	06/06/12	Extinto o processo por ausência das condições da ação	16/03/17	JC 17	AYRTON DOS SANTOS SILVA	Consumidor	BANCO VOLKSWAGENS A	Bancos	Sim	Improcedência/E	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justica	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defenit	at. Defenit
1357	0054546-46.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	32ª VC	21/02/13	Julgado improcedente o pedido	26/04/17	JC 17	MARCELO SOARES	Consumidor	CEDEAE	Concessionária	Sim	Improcedência	Não			
1358	0045803-52.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Fornecimento de Energia Elétrica / Contratos de Consumo	Cível	32ª VC	29/01/10	Julgado procedente em parte o pedido	01/03/17	JC 17	WAGNER LUCIO RODRIGUES SOARES	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Concessionária	Sim	Procedência P	Não			
1359	0049826-41.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	03/02/10	Julgado procedente em parte o pedido	01/03/17	JC 17	MÁRCIO OLIVEIRA MARQUES	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	concessionária	Não	Procedência P	Sim	Réu	Não	
1360	0185564-93.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Compra e Venda	Cível	32ª VC	03/06/13	Art. 267 XI CPC - Outros casos	25/04/17	JC 17	ULISSES PIRES BETEBTER e outros	Consumidor	SE SANTA ISABEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA	Concessionária	Não	Improcedência	Sim	Autor	Não	
1361	0300604-26.2013.8.19.0001	Exibição - CPC	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de indébito - Cdc	Cível	32ª VC	29/08/13	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	06/04/17	JC 17	PRISCILA SOARES DOS SANTOS	Consumidor	VIA VAREJO S.A.	Serviços	Sim	Improcedência/E	Não			
1362	0061928-13.2001.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Enriquecimento sem Causa	Cível	32ª VC	16/05/01	Julgado procedente o pedido	26/04/17	JC 17	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO IPIRANGI	Partes "iguais"	SERGIO LOUREIRO (PLASENCIA e outro(s))	Partes "igual	Sim	Procedência	Não			

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	Idio Grat	at. Defenit
1363	0130111-60.2006.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Acidente de Trânsito / Indenização Por Dano Material	Cível	32ª VC	20/10/06	Julgado procedente o pedido	08/03/17	JC 17	DORACI RIBEIRO CARVALHO	Consumidor	BANCO AG SECURIS S/A	Bancos	Sim	Sim	Improcedência	Sim	Autor	Sim	Sim
1364	0450618-56.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	22/11/12	Julgado improcedente o pedido	30/03/17	JC 17	PRISCILA DUQUE ESTRADA MENDES	Consumidor	UNIVERSIDADE VIEGA DE ALMEIDA - UVA	Serviços	Sim	Sim	Improcedência	Não			
1365	0013845-43.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão Contratual / Obrigações / D. Civil	Cível	32ª VC	16/01/13	Julgado procedente em parte o pedido	06/04/17	JC 17	GILSON RODRIGUE DE SANTANA	Consumidor	BANCO SANTANDER BRASIL S/A	Bancos	Não	Não	Procedência P	Não			
1366	0244558-46.2015.8.19.0001	Renovatória de Locação	Renovação de Contrato de Locação / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos / Obrigações	Cível	32ª VC	03/06/15	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	12/04/17	JC 17	THAIS SIQUEIRA CAVALCANTI	Partes "iguais"	ANA LUCIA LOPES CARNEIRO e outros(s)	Partes "iguais"	Sim	Não	Improcedência/E	Não			
1367	0353863-38.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Defeito, Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico	Cível	32ª VC	12/11/10	Julgado improcedente o pedido	26/04/17	JC 17	FRANCISCO MONTEIRO DOS SANTOS	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELÉTRICIDADES S.A	Concessionária	Sim	Sim	Improcedência	Não			

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justica	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defenit
1368	0115415-72.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão Contratual / Obrigações / D. Civil	Cível	32ª VC	08/04/13	Julgado procedente em parte o pedido	30/03/17	JC 17	AJINE FAVIA DE OLIVEIRA	Consumidor	QUIRO QUIRO BARROS JUNIOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA E OUTRO	Serviços	Sim	Procedência	Não		
1369	0149667-48.2006.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	32ª VC	30/11/06	Julgado improcedente o pedido	01/03/17	JC 17	ROMILDO ELZEBIO	Consumidor	CONCESSIONARIA HONDA ROTA H LTDA	Serviços	Sim	Improcedência	Sim	Autor	Sim
1370	0229809-97.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	32ª VC	16/07/10	Julgado procedente o pedido	06/04/17	JC 17	NILSON RIBEIRO PIRES	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE UTILIDADES S.A.	Concessionária	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1371	0408432-76.2016.8.19.0001	Execução de Título Extrajudicial - CPC	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	32ª VC	29/11/16	Indeferida a petição inicial	19/04/17	JC 17	DIAGNOSTICOS LABORATORIAIS ESPECIALIZADOS LTDA	Partes "iguais"	PAPI - PRONTO SOCORRO E CLINICA INFANTIL DE NATAL LTDA	Partes "iguais"	Não	Improcedência	Não		
1372	0156920-09.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	17/05/14	Julgado procedente o pedido	11/04/17	JC 17	RODRIGO CESAR MENDES BALOCÇO E OUTRO	Consumidor	BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.	Bancos	Não	Procedência	Não		
1373	0471196-40.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	32ª VC	06/12/12	Julgado procedente em parte o pedido	26/04/17	JC 17	ADRIANO COSTA NOBRETO	Consumidor	NAPREFEVERA CRUZ SEGURADORA AS	Planos de sa	Sim	Procedência P	Não		
1374	0341635-31.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	29/10/10	Julgado procedente em parte o pedido	01/03/17	JC 17	JORGE LUIS ZANGHEROLAME	Consumidor	BANCO ITALCRED FINANCIAMENTOS S/A	Bancos	Não	Procedência	Não		
1375	0354235-79.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Duplicata	Cível	32ª VC	10/10/13	Julgado procedente em parte o pedido	01/03/17	JC 17	FRANCISCO FAGNER PESSOA RAMOS	Partes "iguais"	ROZINALDA MOURA SILVA	Partes "iguais"	Não	Improcedência	Não		
1376	0203627-74.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Cível	32ª VC	21/06/10	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	18/04/17	JC 17	ROSALVO SILVA DE SOUZA	Consumidor	CASAS BAHIA COMERCIAL LTDA	Serviços	Sim	Improcedência/E	Não		
1377	0064303-69.2010.8.19.0001	Embargos à Execução por Título Extrajudicial ou Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	Locação de Imóvel - Inadimplemento	Cível	32ª VC	22/02/10	Extinto o processo por ausência das condições da ação	03/04/17	JC 17	HUMBERTO FRANCISCO	Partes "iguais"	ISIS FERNANDES DE ALMEIDA	Partes "iguais"	Sim	Improcedência/E	Não		

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente	at. Defenit	at. Defenit
1378	0160822-67.2014.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	15/05/14	Julgado procedente em parte o pedido	28/04/17	JC 17	CARLA SIZARTE BARBOSA RIBEIRO	Consumidor	CLUB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.	Serviços	Não	Procedência P	Sim	Ambos	Não	Não
1379	0176131-41.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	32ª VC	08/07/08	Julgado improcedente o pedido	30/03/17	JC 17	JEICIRACEMA RODRIGUES DE OLIVEIRA	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELÉTRICIDADES S.A	Serviços	Sim	Improcedência	Não			
1380	0190074-91.2009.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Material - Cdc	Cível	32ª VC	27/07/09	Julgado improcedente o pedido	30/03/17	JC 17	MARLETE RODRIGUES DA SILVA	Consumidor	SUL AMERICA CIA DE SEGUROS GERAIS SAGS # JUNIO		Sim	Improcedência a/ Extinção	Sim	Autor	Sim	Sim
1381	0387010-89.2009.8.19.0001	Procedimento Comum	Planos de Saúde / Contratos de Consumo	Cível	32ª VC	09/12/09	Julgado procedente o pedido	06/04/17	JC 17	OSVALDO GUILHERMANDES DE OLIVEIRA	Consumidor	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	Planos de sa	Sim	Procedência	Não			
1382	0203124-43.2016.8.19.0001	Cumprimento de sentença	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos À Execução	Cível	32ª VC	20/06/16	Julgado improcedente o pedido	13/03/17	JC 17	BANCO ITAU S.A	Bancos	TANIA REGINA PATROCÍNIO DE MELO DE ANDRADE	Consumidor	Não	Improcedência	Não			
1383	0336174-78.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Material - Cdc	Cível	32ª VC	25/10/10	Julgado improcedente o pedido	08/04/17	JC 17	MARLENE COSTA DO NASCIMENTO	Consumidor	EXPRESSO PEGASO LTDA	Serviços	Sim	Improcedência	Não			
1384	0456852-54.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Seguro Dpvat	Cível	32ª VC	28/11/12	Julgado improcedente o pedido	28/03/17	JC 17	VERBA LUCIA DA SILVA SOUZA	Consumidor	SEGUROADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT	Seguros/Prev	Sim	Improcedência	Não			
1385	0386588-70.2016.8.19.0001	Cumprimento de sentença	Correção Monetária / Valor da Execução, Cálculo, Atualização	Cível	32ª VC	08/11/16	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	21/03/17	JC 17	DOMINGOS MACEDO MARQUES	Consumidor	BANCO DO BRASIL S/A	Bancos	Não	Improcedência/E	Não			
1386	0381072-06.2015.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	32ª VC	10/09/15	Julgado improcedente o pedido	27/03/17	JC 17	DORVALTONINI	Consumidor	ITÁU UNIBANCO S/A	Bancos	Sim	Improcedência	Sim	Autor	Sim	Sim
1387	0093070-15.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	21/03/13	Julgado improcedente o pedido	01/03/17	JC 17	MAX SANTOS DA SILVA	Partes "Iguais"	PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS	Partes "Igual	Sim	Improcedência	Sim	Autor	Sim	Sim
1388	0304605-54.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Auxílio-Doença Acidentário / Benefícios em Espécie	Acidentes do Trabalho	32ª VC	03/09/13	Julgado improcedente o pedido	26/04/17	JC 17	MANUEL ALVES DE MORAIS	Consumidor	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	Seguros/Prev	Sim	Improcedência	Não			
1389	0211455-92.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dar Defeito,	Cível	32ª VC	30/07/08	Julgado procedente o pedido	15/03/17	JC 17	ESPÓLIO VINÍCIUS GOMES DE AZAMBUA	Consumidor	BANCO BMG S/A	Bancos	Sim	Procedência	Não			
1390	0271579-70.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Nullidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico	Cível	32ª VC	24/08/10	Julgado improcedente o pedido	26/04/17	JC 17	CARLEILO COMÉRCIO LTDA	Serviços	BANCO SANTANDER S.A	Bancos	Sim	Improcedência	Não			
1391	0054749-66.2017.8.19.0001	Procedimento Comum	Enriquecimento sem Causa	Cível	32ª VC	09/03/17	Indeferida a petição inicial	12/04/17	JC 17	INVERIERA ASSESSORIA JURIDICA EMPRESARIAL S/C	Partes "Iguais"	PARFIMA MARITIMA LTDA	Partes "Igual	Não	Improcedência	Não			

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dão Grat	at. Deferi	Sentença	Recurso	Recorrente/dão Grat	at. Deferi
1392	0342026-10.2015.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO (ATE 17.03.2016)	Adjudicação Compulsória / Propriedade	Cível	32ª VC	10/08/15	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	22/03/17	JC 17	CRISTINA DUBA SILVA	Partes "iguais"	JOSÉ MACHADO e outros(s)	Sim	Não	Improcedência/E	Não		
1393	0273997-39.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO (ATE 17.03.2016)	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	15/08/14	Julgado procedente em parte o pedido	31/03/17	JC 17	ANGELA RAMOS SEGUNDO	Consumidor	BANCO ITALCARD S/A e outros(s)	Sim	Sim	Procedência P	Sim	Réu	
1394	0114812-04.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito	Cível	32ª VC	09/04/10	Julgado improcedente o pedido	04/04/17	JC 17	DANIELE AUGUSTO LEBAL	Consumidor	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Sim	Sim	ocedência/Ext	Não		
1395	0175950-35.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO (ATE 17.03.2016)	Multa / Condomínio em Edifício	Cível	32ª VC	10/06/11	Julgado procedente em parte o pedido	06/03/17	JC 17	ANITA ANDRADE SERRAVALLE	Partes "iguais"	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PORTAL DA TULUCA	Não	Não	Procedência Parcial	Sim	Autor	Não
1396	0329399-13.2011.8.19.0001	Monitória	Pagamento	Cível	32ª VC	13/09/11	Julgado procedente o pedido	14/03/17	JC 17	JOÃO MATOS MARINHO	Partes "iguais"	DEA DE MELO DEBIA	Não	Não	Procedência	Não		Não
1397	0312966-60.2013.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	32ª VC	10/09/13	Julgado improcedente o pedido	01/03/17	JC 17	H&K COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP	Serviços	TRANSHIP TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	Não	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1398	0403627-80.2016.8.19.0001	Outros procedimentos de jurisdição voluntária	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade e do Fornecedor	Cível	32ª VC	24/11/16	Indeferida a petição inicial	21/03/17	JC 17	PREVIL ADMINISTRACAO LTDA e outros(s)...	Serviços	OI S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)	Não	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1399	0086334-54.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Nulidade Ou Anulação / Ato Ou Negócio Jurídico	Cível	32ª VC	10/04/08	Extinto o processo por ausência das condições da ação	20/04/17	JC 17	SANDRA REGINA CURY	Consumidor	BANCO ITAÚ S/A	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1400	0112567-10.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	05/04/16	Julgado procedente o pedido	25/04/17	JC 17	RUTH MIRANDA DE LUNA	Consumidor	BANCO BRADESCO S/A (BANCO BII S/A)	Sim	Sim	Procedência	Sim	Autor	Sim
1401	0390126-59.2016.8.19.0001	Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	Infração Contratual / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos	Cível	32ª VC	10/11/16	Indeferida a petição inicial	23/03/17	JC 17	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Serviços	JOSE GREGARIO RODRIGUES BARREIRA LANCHONETE - ME	Não	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1402	0360970-36.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Revisão de Contrato e/ou Interpretação (Cdc)	Cível	32ª VC	18/11/10	Extinto o processo por ausência das condições da ação	18/04/17	JC 17	CETELIM BRASIL S/A CREDITO FINANCIAMENTO DO E	Bancos	JOSÉ MAURO DE SOUZA RAMALHO	Sim	Sim	Improcedência/Extinção	Não		
1403	0433531-82.2015.8.19.0001	Monitória	Duplicata	Cível	32ª VC	26/10/15	Julgado procedente o pedido	30/03/17	JC 17	BIOASSISTCOMERCIAL LTDA	Serviços	GRUPO FERNANDES GOMES CONSULTORIA IMOBILIÁRIA	Não	Não	Procedência	Não		Não
1404	0075235-09.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Rescisão do Contrato E/ou Devolução do Dinheiro / Responsabilidade e do Fornecedor	Cível	32ª VC	08/03/16	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	23/03/17	JC 17	PIERRE EMMANUEL JOSEPH JACQUIN	Consumidor	GRUPO FERNANDES GOMES CONSULTORIA IMOBILIÁRIA	Sim	Não	Improcedência/E	Não		
1405	0102161-42.2007.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito	Cível	32ª VC	12/07/07	Julgado procedente em parte o pedido	08/04/17	JC 17	USÂNIA BRANGELISTA RODRIGUES PIAGAO	Partes "iguais"	CLÁUDIA MÁRCIA DE SOUZA GOMES e outros(s)... Usar todos os personagens	Não	Não	Procedência Parcial	Não		Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu/dido Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente/dido Grat	at. Defenit
1406	0342987-24.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	03/11/10	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	07/04/17	JC 17	HUMBERTO ROSE	Consumidor	BANCO IBI	Bancos	Sim	Improcedência/E	Não		
1407	0201209-56.2016.8.19.0001	Cumprimento de sentença	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos A Execução	Cível	32ª VC	17/06/16	Julgado improcedente o pedido	27/04/17	JC 17	ESPOLIO DE ANTONIO NUNES REIS	Partes "iguais"	ELIANA STUART REIS	Partes "iguais"	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
1408	0149239-56.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	12/04/12	Julgado procedente em parte o pedido	01/03/17	JC 17	JORGE MARCELO BASTOS CASTRO	Consumidor	TNL PCS S/A	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não
1409	0136152-33.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	04/04/12	Julgado procedente em parte o pedido	26/04/17	JC 17	IVONETE DA SILVA	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Serviços	Sim	Procedência	Não	Não	Não
1410	0155548-59.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Pagamento	Cível	32ª VC	09/05/13	Extinto o processo por ausência das condições da ação	18/04/17	JC 17	CONDOMINIO DO EDIFICIO LUIZ PICORELLI	Serviços	ROBERTO COSTA NEIVA e outro(s)	Consumidor	Não	Improcedência/E	Não		
1411	0382589-85.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	27/10/11	Julgado procedente o pedido	07/04/17	JC 17	PELAGIO VIAGENS E TURISMO LTDA e outros(s)...	Serviços	ITAUNIBANCO S/A	Bancos	Não	Procedência	Sim	Autor	Não
1412	0134527-95.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	06/05/11	Extinto o processo por ausência das condições da ação	20/04/17	JC 17	MARCOS ANDRE F	Consumidor	FINANCEIRA ITAU	Bancos	Sim	Improcedência/E	Não		
1413	0034463-24.2004.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito	Cível	32ª VC	31/03/04	Julgado procedente em parte o pedido	26/04/17	JC 17	MARKO AURELIO MAGALHAES	Consumidor	ASSEMER / ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS MILITARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
1414	0328665-23.2015.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	03/08/15	Julgado procedente o pedido	07/04/17	JC 17	MARIA HELENA BAPTISTA DO NASCIMENTO	Consumidor	BANCO SANTANDER SA	Bancos	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não
1415	0176097-81.1999.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Enriquecimento sem Causa	Cível	32ª VC	07/12/99	Julgado procedente o pedido	30/03/17	JC 17	CONDOMINIO DO EDIFICIO AVENIDA 25	Serviços	CARLOS SOUTO MAIOR	Consumidor	Não	Procedência	Não	Não	Não
1416	0272109-64.2016.8.19.0001	Cumprimento de sentença	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos A Execução	Cível	32ª VC	26/08/16	Julgado procedente o pedido	10/03/17	JC 17	CAVIA DE ASSENTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL PLANO DE SAUDE CASI RIO DE JANEIRO RJ	Planos de saúde	LILIAN DA COSTA TRALHO ANDRADE	Consumidor	Não	Procedência	Não	Não	Não
1417	0327960-98.2010.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral Outros - Cdc	Cível	32ª VC	18/10/10	Extinto o processo por ausência das condições da ação	27/03/17	JC 17	DANIEL BARBOSA DA SILVA	Consumidor	LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA e outros(s)	Serviços	Sim	Improcedência/E	Não		
1418	0152528-65.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Cível	32ª VC	14/05/10	Extinto o processo por ausência das condições da ação	27/03/17	JC 17	REGINA CELIA REIS CHAGAS	Consumidor	BANCO ITAUCARD S A	Bancos	Sim	Improcedência/E	Não		
1419	0204775-23.2010.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	32ª VC	22/06/10	Julgado procedente o pedido	07/04/17	JC 17	ESPOLIO DE SILVANA DE OLIVEIRA MARTINS	Partes "iguais"	DAGMAR TELLES COSTA CHAIRE e outro(s)...	Partes "iguais"	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competênd	Serventia	Data distri	Desc. Ato Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Seguros/Previdência	Réu	Perfil do Réu/dido Grat	at. Defenit	Sentença	Recurso	Recorrente/dido Grat	at. Defenit
1420	0306829-33.2011.8.19.0001	Monitória	Mandato / Espécies de Contratos	Cível	32ª VC	26/08/11	Julgado procedente o pedido	03/04/17	JC 17	INSTITUTO ABRUS DE SEGURIDADE SOCIAL	Consumidor	SÉRGIO FERREIRA	Consumidor	Não	Procedência	Não	Não	Não
1421	0151469-37.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Declaração de Inexistência de Débito e /Ou da Relação Jurídica	Cível	32ª VC	07/05/13	Julgado improcedente o pedido	26/04/17	JC 17	HELIO DE BRITO VICENTE	Consumidor	BANCO BRADIECO FINANCIAMENTOS S/A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
1422	0080420-82.2003.8.19.0001	Impugnação ao Cumprimento de Sentença	Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material	Cível	32ª VC	31/08/09	Julgado improcedente o pedido	19/04/17	JC 17	FATIMA ALVES BARRETO CARNEIRO	Partes "Iguais"	MARIA FATIMA LEMOS PEREIRA MOHAMMED AHMUD e outros(s)...	Partes "Iguais"	Não	Procedência	Não	Não	Não
1423	0097910-15.2006.8.19.0001	Procedimento Comum	Cartão de Crédito /Cdc	Cível	32ª VC	11/08/06	Julgado improcedente o pedido	30/03/17	JC 17	CLAUDIO VINICIUS DE CARVALHO BASTOS	Consumidor	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A	Bancos	Sim	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1424	0038195-90.2016.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Cobrança de Quantia Indevida E/ou Repetição de Indébito - Cdc	Cível	32ª VC	04/02/16	Indeferida a petição inicial	24/04/17	JC 17	ISABEL BATALLIA VIVEIROS DE CASTRO	Consumidor	BRADIECO SAUDE	Planos de saúde	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
1425	0000578-96.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	03/01/16	Julgado procedente em parte o pedido	10/04/17	JC 17	BRUNO BEZERRA DE LIMA	Consumidor	MRV ENGENHARIA	Serviços	Sim	Procedência Parcial	Não	Não	Não
1426	0221894-26.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento	Cível	32ª VC	13/06/12	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	16/03/17	JC 17	BANCO DO BRASIL S.A.	Bancos	RGPM COMERCIO DE INFORMATICA	Serviços	Não	Improcedência/E	Não		
1427	0173949-82.2008.8.19.0001	Monitória	Enriquecimento sem Causa	Cível	32ª VC	04/07/08	Julgado procedente o pedido	30/03/17	JC 17	UNICAO BANCO MULTIPLO SA	Bancos	CLAUDIO VINICIUS E CARVALHO BASTOS	Consumidor	Não	Procedência	Sim	Autor	Não
1428	0087617-73.2012.8.19.0001	Procedimento Comum	Internação Hospitalar - Desabilitado Deleg - Lançar 3042h	Cível	32ª VC	20/03/12	Julgado procedente em parte o pedido	01/03/17	JC 17	CLARA LUCIA DE OLIVEIRA INIM	Consumidor	GRAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	Seguros/Previdência	Não	Procedência Parcial	Sim	Réu	Não
1429	0020470-30.2012.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Material - Cdc	Cível	32ª VC	19/01/12	Julgado procedente em parte o pedido	01/03/17	JC 17	MARIA ISABEL LIMA DE MEBEROS	Consumidor	CITY RIO ROTAS TURISTICAS LTDA	Serviços	Sim	Procedência	Não	Não	Não
1430	0263185-45.2008.8.19.0001	Procedimento Comum	Pagamento Indevido - Repetição de Indébito	Cível	32ª VC	25/08/08	Julgado improcedente o pedido	26/04/17	JC 17	CATULO DUARTE DA SILVA	Consumidor	BANCO BII S A BANCO MULTIPLO	Bancos	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
1431	0415435-87.2013.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício	Cível	32ª VC	03/12/13	Julgado procedente em parte o pedido	28/04/17	JC 17	CONDOMINIO DO EDIFICIO CRUZ ALTA	Serviços	HERBERT GUMARÃES BARRETO DA SILVA e outros(s)...	Consumidor	Não	Procedência	Sim	Réu	Não
1432	0273796-76.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	29/08/16	Indeferida a petição inicial	18/04/17	JC 17	CONDOMINIO RIO ANTIGO	Consumidor	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	Serviços	Sim	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não
1433	0180980-75.2016.8.19.0001	Cumprimento de sentença	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos A Execução	Cível	32ª VC	01/06/16	Julgado improcedente o pedido	28/04/17	JC 17	CONDOMINIO DO EDIFICIO SAGAMANA	Consumidor	WALDIR VAZ RAMOS JUNIOR	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não
1434	0418717-65.2015.8.19.0001	Procedimento Sumário CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016)	Dano Moral - Outros - Cdc	Cível	32ª VC	13/10/15	Julgado procedente o pedido	17/03/17	JC 17	GUSTAVO LOMBA MAYR	Consumidor	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR EFICACIO DE SA LTDA	Serviços	Sim	Procedência	Sim	Réu	Não
1435	0332037-43.2016.8.19.0001	Procedimento Comum	Acidente de Trânsito / Indenização Por Dano Material	Cível	32ª VC	18/10/16	Indeferida a petição inicial	17/04/17	JC 17	LUCIANA AFONSO FEDERICO	Consumidor	VIAÇÃO VERDIN AS	Serviços	Não	Improcedência/Extinção	Não	Não	Não

# Caso	# Processo	Classe	Assunto	competência	Serventia	Data distrit	Desc. Atos Juiz	Data do atc	Justiça	Autor	Perfil do Autor	Réu	Perfil do Réu	Grat	at. Defeni	Sentença	Recurso	Recorrente	Grat	at. Defeni
1436	0393488-69.2018.8.19.0001	Cumprimento de sentença	Suspensão / Impugnação / Embargos A Execução	Cível	32ª VC	16/11/16	Julgado procedente o pedido	30/03/17	JC 17	TELECELULAR S/A VIVO	Telefonia	PERSONALDE MARIA ROCHA DE AGUIAR	Consumidor	Não	Não	Improcedência/Extinção	Não		Não	Não
1437	0147774-41.2014.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATE 17/03.2016)	Complementação o de Aposentadoria / Previdência Privada / Espécies de Contratos / Obrigações	Cível	32ª VC	05/05/14	Julgado improcedente o pedido	26/04/17	JC 17	DARCI AZIRA OLIVEIRA	Consumidor	PETROLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS e OUTROS...	Serviços	Não	Não	Improcedência/Extinção	Sim	Autor	Não	Não
1438	0029982-71.2011.8.19.0001	Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOCAÇÃO ATE 17/03.2016)	Auxílio-Doença Acidentário / Benefícios em Espécie	Acidentes do Trabalho	32ª VC	01/02/11	Julgado procedente o pedido	26/04/17	JC 17	EDSON DE SOUZA BARBOZA	Consumidor	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL INSS	Setor Público Federal	Sim	Sim	Procedência	Não		Não	Não
1439	0446760-51.2011.8.19.0001	Procedimento Comum	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes / Indenização Por Dano Moral	Cível	32ª VC	24/11/11	Julgado procedente em parte o pedido	01/03/17	JC 17	ROSANGELA ROCHA DE OLIVEIRA	Consumidor	TIM CELLULAR S/A	Telefonia	Não	Não	Procedência Parcial	Não		Não	Não